



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS – PROFLETRAS

MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO

**CARTA DE DENÚNCIA: O ENSINO DE ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

MAMANGUAPE – PB

2020

MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO

**CARTA DE DENÚNCIA: O ENSINO DE ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Letras-PROFLETRAS, da Universidade Federal da Paraíba-UEPB, Campus IV, para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento.

MAMANGUAPE – PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B431c Belisario Neto, Manoel Messias.

Carta de denúncia: o ensino de escrita como instrumento
de transformação social / Manoel Messias Belisario
Neto. - Mamanguape, 2020.
309 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCAE.

1. Carta de denúncia. 2. Gêneros discursivos. 3.
Sequências didáticas. 4. Letramento social. I. Título

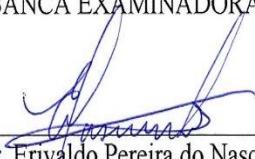
UFPB/BC

MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO

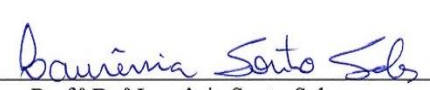
**CARTA DE DENÚNCIA: O ENSINO DE ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Aprovado em 19 / 02 / 2020

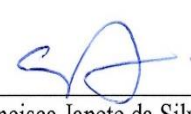
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
(Orientador)



Prof.ª Dr.ª Laurênia Souto Sales
(Examinadora interna)



Prof.ª Dr.ª Francisca Janete da Silva Adelino
(Examinadora externa)

MAMANGUAPE – PB

2020

DEDICATÓRIA

Aos que auxiliaram meus caminhos,
Aos que pavimentaram meus degraus,
Com ações imensuráveis (família),
Com gestos afáveis (amigos)...

Às palavras de apoio,
À alegria e à dor.
E a cada vivência
Que me concretiza...

Dedico esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Neste aguardado momento, no qual alcanço o tão almejado grau de Mestre, agradeço:

A minha mãe, Maria José, meu pai Abílio Belisario e irmãos pelo carinho, proteção e sustento ao longo da infância e adolescência em Aguiar, PB;

Ao meu póstumo avô José Parente e minhas tias por me acolherem como filho em seu lar na cidade, em meus primeiros anos de escola;

A meus professores de Aguiar, por terem me dado apoio incentivo para os estudos, e por terem, alguns deles, inclusive, como Fátima Soares, me acolhido em sua residência;

Ao mano José Belisario, por ser a referência de superação de adversidades, por sempre me orientar pelos rumos do conhecimento;

A Danielle Souza, minha esposa, por todo amor a mim dedicado e pelo fruto dele, nossa filha Emanuelle.

A Emanuelle, minha filha, por todas as alegrias que me proporciona;

À amiga Edenia Brito, por ter me incentivado a cursar o PROFLETRAS;

Ao Professor Doutor Erivaldo Pereira do Nascimento, pela dedicação e disposição em me orientar, pela excelência na transmissão dos conhecimentos necessários à elaboração deste trabalho;

Aos professores do PROFLETRAS, por contribuírem com minha formação e qualificação;

Às docentes da banca examinadora, as professoras Dr.^a Laurênia Souto Sales e Dr.^a Francisca Janete da Silva Adelino, por indicarem os rumos para concretização deste trabalho;

Ao professor Gerson da Silva Ribeiro (CSS/UFPB) por ser tão atencioso em conduzir a inclusão do projeto referente ao presente trabalho na Plataforma Brasil;

À coordenadora do PROFLETRAS, professora Dr.^a Laurênia Souto Sales, por ser tão dedicada ao curso e acessível aos discentes;

Aos alunos do 9º ano que participaram da pesquisa aderindo com entusiasmo às ações propostas;

Aos colegas da turma do PROFLETRAS, especialmente Aninha Venâncio, Roksyvan e Neusilena, pelos momentos de estudo, amizade e descontração;

A Deus, por ter me permitido conseguir esta realização.

“A produção de textos é uma prática social, fornecendo aos alunos subsídios para melhor interagir nos diversos ambientes sociais que terão contato. Assim, é objetivo da escola formar produtores/autores de textos.” (Douglas Corrêa da Rosa)

RESUMO

Todas as atividades humanas são motivadas por razões atreladas às necessidades da vida cotidiana, ou seja, nenhum indivíduo realiza ações que não façam sentido à sua existência, por isso, é incoerente qualquer atividade docente, entre elas, o ensino de escrita, sem vínculo com o dia a dia dos discentes. Um meio eficaz de unir as práticas escolares ao mundo real do aluno é desenvolver ações pedagógicas capazes de modificar o ambiente em que este reside. Nesse sentido, convém que se pensem em iniciativas atreladas ao exercício social de cidadania, a exemplo do que foi realizado no presente trabalho, no qual o principal objetivo foi analisar o processo de ensino-aprendizagem de produção escrita do gênero carta de denúncia, objeto da resposta dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de João Pessoa-PB a um problema social que os atinge. Nosso referencial teórico foram, entre outros, os seguintes autores: Bakhtin (1997) e Marcuschi (2008), em relação aos gêneros discursivos; Geraldi (2011) e Travaglia (2009), sobre as concepções de linguagem; Antunes (2003) e Koch (2017b), acerca da escrita e seu ensino; Kleiman (1995) e Street (2014), a respeito do letramento social; Motta (2013) e Nascimento (2007), concernente ao gênero carta; Lauria (2011) e Leite, Silva e Fonseca (2017), sobre a carta de denúncia; e Dolz *et al.* (2011), a respeito das Sequências Didáticas. A pesquisa é de natureza aplicada, de cunho interventivo, portanto, adequa-se à categoria de pesquisa-ação. O *corpus* da análise é composto por 10 produções, inicialmente escritas e posteriormente reescritas por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada na cidade de João Pessoa. Seguindo as orientações expressas nas Sequências Didáticas, realizamos primeiramente a apresentação da situação, a partir da qual os discentes identificaram e escolheram um transtorno social da comunidade a ser denunciado a órgão competente. Após certas atividades voltadas para aspectos discursivos do gênero, foi escrita a primeira produção, a partir da qual elaboramos o trabalho interventivo voltado para o conteúdo temático, a estrutura composicional e o estilo linguístico do gênero carta de denúncia. Após realizarmos o processo analítico, comparando as produções inicial e final, constatamos avanços na escrita dos alunos, a partir dos quais concluímos que o ensino de escrita, por meio das Sequências Didáticas de Dolz *et al.* (2011), associadas a ações sociais de cidadania, é capaz de gerar resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Carta de denúncia. Gêneros discursivos. Sequências didáticas. Letramento social.

ABSTRACT

All human activities are motivated by reasons linked to the needs of everyday life, this is, no individual performs actions that do not make sense for his/her existence, therefore, any teaching activity is inconsistent, among them, the teaching of writing, with no connection with the daily lives of students. An effective way to unite school practices with the student's real world is to develop pedagogical actions capable of modifying the environment in which he/she resides. In this sense, it is advisable to think about initiatives linked to the social exercise of citizenship, similar to what was done in the present work, in which the main objective was to analyze the teaching-learning process of written production of the letter of denunciation, the object of the answer of 9th grade students from a school in the municipal system of João Pessoa-PB to a social problem that affects them. Our theoretical framework was, among others, the following authors: Bakhtin (1997) and Marcuschi (2008), in relation to discursive genres; Geraldi (2011) and Travaglia (2009), about language concepts; Antunes (2003) and Koch (2017b), about writing and its teaching; Kleiman (1995) and Street (2014), regarding social literacy; Motta (2013) and Nascimento (2007), concerning the letter genre; Lauria (2011) and Leite, Silva and Fonseca (2017), about the letter of denunciation; and Dolz *et al.* (2011), regarding Didactic Sequences. The research has an applied and interventional nature, therefore, it fits the category of action research. The *corpus* of the analysis is composed of 10 productions, initially written and later rewritten by students of the 9th grade of elementary school at a school located in the city of João Pessoa. Following the guidelines expressed in the Didactic Sequences, we first presented the situation, from which the students identified and chose a social disorder in the community to be reported to the competent body. After certain activities focused on discursive aspects of the textual genre, the first production was written, from which we elaborated the interventional work focused on the thematic content, the compositional structure and the linguistic style of the letter of denunciation. After carrying out the analytical process, comparing the initial and final productions, we found advances in students' writing, from which we concluded that the teaching of writing, through the Didactic Sequences by Dolz *et al.* (2011), associated with social actions of citizenship, is capable of generating satisfactory results.

Keywords: Letter of denunciation. Discursive genres. Didactic sequences. Social literacy.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CD	- Carta(s) de Denúncia
CF	- Constituição Federal
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEIF	- Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
JP	- João Pessoa
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOMJP	- Lei Orgânica do Município de João Pessoa
MP	- Ministério Público
MPPB	- Ministério Público da Paraíba
PB	- Paraíba
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PF	- Produção Final
PI	- Produção Inicial
PMJP	- Prefeitura Municipal de João Pessoa
PPP	- Projeto Político Pedagógico
SD	- Sequência(s) Didática(s)
TALE	- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	– Distinção entre alguns gêneros formulaicos.....	45
Quadro 02	– Tipos e subtipos de modalização.....	56
Quadro 03	– Apresentação da situação.....	94
Quadro 04	– Módulos.....	94
Quadro 05	– Conteúdo temático: funcionalidade do gênero: apresentação da denúncia – Comparação entre as produções inicial e final.....	116
Quadro 06	– Conteúdo temático: argumentação – Comparação entre as produções inicial e final.....	121
Quadro 07	– Conteúdo temático: operadores argumentativos – Comparação entre as produções inicial e final.....	134
Quadro 08	– Conteúdo temático: modalizadores discursivos – Comparação entre as produções inicial e final.....	138
Quadro 09	– Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final.....	148
Quadro 10	– Estrutura composicional: vocativo – Comparação entre as produções inicial e final.....	166
Quadro 11	– Estrutura composicional: despedida – Comparação entre as produções inicial e final.....	167
Quadro 12	– Estrutura composicional: assinatura – Comparação entre as produções inicial e final.....	169
Quadro 13	– Estilo linguístico e norma culta: emprego do verbo denunciar – Comparação entre as produções inicial e final.....	172
Quadro 14	– Estilo linguístico e norma culta: adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele – Comparação entre as produções inicial e final.....	173
Quadro 15	– Estilo linguístico e norma culta: uso da vírgula – Comparação entre as produções inicial e final.....	176
Quadro 16	– Estilo linguístico e norma culta: utilização dos nomes próprios – Comparação entre as produções inicial e final.....	178

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01–	Esquema da Sequência Didática.....	84
FIGURA 02–	Passo a passo da pesquisa-ação.....	89

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	25
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS E A CARTA DE DENÚNCIA.....	30
2.1	OS GÊNEROS DISCURSIVOS.....	31
2.2	O GÊNERO CARTA.....	42
2.3	CARTA DE DENÚNCIA.....	47
2.3.1	Estrutura formal da carta de denúncia.....	51
2.3.2	Percorso temático da carta de denúncia.....	51
2.3.2.1	Denúncia.....	52
2.3.2.2	Direito violado.....	52
2.3.2.3	Gravidade dos fatos.....	52
2.3.2.4	Campo que a denúncia pretende beneficiar.....	53
2.3.2.5	Agente violador do(s) direito(s), alvo da denúncia ou responsável pelo problema.....	53
2.3.2.6	Robustez das provas.....	53
2.3.2.7	Solicitação por providências.....	55
2.3.3	Estilo linguístico da carta de denúncia.....	56
3	TRAJETÓRIA DO ENSINO DE ESCRITA: DOS PRIMÓRDIOS AOS DIAS ATUAIS.....	59
3.1	PERCURSO SOCIO-HISTÓRICO DA ESCRITA.....	59
3.2	PERCURSO SOCIO-HISTÓRICO DO ENSINO DE ESCRITA: DA TRADIÇÃO GRAMATICAL AO SOCIOINTERACIONISMO E LETRAMENTO SOCIAL.....	62
3.3	SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS.....	83
4	PROCESSOS METODOLÓGICOS E ESCRITA DAS PRODUÇÕES INICIAL E FINAL.....	88
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	88
4.2	CONTEXTO DA PESQUISA: DEMARCAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO, DO CORPUS E DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	90
4.3	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E ETAPAS DA PESQUISA.....	92

4.3.1	Apresentação da situação.....	95
4.3.2	Produção inicial do gênero carta de denúncia.....	104
4.3.3	Aplicação dos módulos.....	105
4.3.4	Produção escrita final do gênero carta de denúncia.....	114
5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PRODUÇÕES INICIAL E FINAL.....	115
5.1	ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – CONTEÚDO TEMÁTICO.....	116
5.2	ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – ESTRUTURA COMPOSICIONAL.....	165
5.3	ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – ESTILO LINGUÍSTICO E NORMA CULTA.....	171
5.4	ESCOLHA E ENVIO DE UMA DAS CARTAS DE DENÚNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA.....	181
5.5	SUMARIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	182
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
	REFERÊNCIAS.....	192
	APÊNDICES.....	201
	ANEXOS.....	257

1 INTRODUÇÃO

Dos gregos a meados do século XX, predominou nas escolas um ensino de escrita sem vínculos com a realidade (SILVA e OLIVEIRA, 2013). Em uma fase desse período, a escrita foi vista como expressão literal do pensamento do sujeito escritor, ou seja, atuava como via de mão única na qual não interessava como era interpretada pelos demais sujeitos, o contexto social de produção, nem a História. Noutro momento, a escrita foi concebida como instrumento de comunicação materializado sob a forma de código a ser decodificado passivamente pelo leitor. Mais uma vez o sujeito é afastado do contexto social. Em ambos os períodos, o ensino de escrita era voltado para as regras da gramática normativa. O papel do professor se concentrava no ensino da chamada “escrita correta” a qual prezava pelo estudo dos preceitos gramaticais da norma padrão da língua e ao aluno cabia reproduzir o que preconizava tal ensino (TRAVAGLIA, 2009). Essas práticas de escrita, ainda presentes nas escolas hoje em dia, por não partirem do cotidiano nem refletirem significativamente na vida dos discentes, desperta o desinteresse neles e os afasta da cultura escrita – tão necessária para sua inclusão social em nossa sociedade. As mencionadas concepções e tradições de escrita favoreceram o aparecimento de questões que contribuíram para o surgimento de teorias que as repensassem. Foi no sentido de preencher as lacunas das visões anteriores nos campos da escrita e da oralidade – as quais não configuram esses conhecimentos para um mundo cuja existência depende das relações contextuais e interpessoais – que nas últimas décadas do século XX despontou a teoria dos gêneros discursivos, elaborada anos antes pelo teórico russo Mikhail Bakhtin (1997).

Os gêneros discursivos são enunciados relativamente estáveis, formados por tema, estrutura composicional e estilo linguístico. Esses enunciados só têm sentido se compreendidos como resultado das interações sociais intersubjetivas, ou seja, se estiverem inseridos em um contexto social. Essa perspectiva teórica foi adotada pela linguística sociointeracionista e, no Brasil, passou a nortear documentos oficiais orientadores da educação como a LDB (BRASIL, 1996) e os PCN (BRASIL, 1998).

Na visão sociointeracionista da linguagem e, conseqüentemente, da escrita, conforme Antunes (2003), os gêneros discursivos inter-relacionam o contexto social, o escritor, o processo de escrita, o texto produzido e o leitor. Em sala de aula, a referida perspectiva teórica requer o professor no papel de mediador-facilitador do acesso do aluno à escrita. Para tanto, o docente planeja, geralmente em forma de projeto, expondo a escolha do tema, os objetivos, os

critérios de disposição das ideias, a caracterização do perfil dos leitores e o nível de formalidade da linguagem. Em seguida, procede-se aos estágios de revisão e de reescrita, nos quais se atesta se os tópicos propostos no planejamento foram ou não alcançados. Mas vale ressaltar que o texto resultante depende não apenas da ação docente, mas também das várias leituras e informações prévias sobre o tema, alcançadas pelo horizonte de expectativa do aluno. Compreende-se assim que um trabalho de produção textual bem planejado e próximo da realidade social do sujeito favorece significativamente a eficácia deste trabalho. Porém, apesar da disseminação da teoria dos gêneros por meio da linguística sociointeracionista, nos cursos de Letras de modo especial, e da adesão dos documentos oficiais que conduzem os caminhos da educação a esse panorama, presencia-se ainda, nas salas de aulas brasileiras, o ensino de escrita focado nos aspectos normativos da gramática – ou direcionado para os gêneros como modelos estanques, descolados do mundo real – o que não tem dado certo, pois o que se vê, como consequência desse ensino, é a dificuldade que as pessoas dos mais variados níveis de escolaridade apresentam ao serem instados a produzirem um texto.

Diante desse quadro, é necessário um ensino de escrita díspar do paradigma tradicional – como o dos gêneros discursivos cujo aporte teórico inclui a diversidade intersubjetiva inerente às práticas reais de linguagem.

Nesse sentido, a proposta caracteriza-se por ser uma pesquisa de natureza aplicada e de cunho intervencionista, pois foi desenvolvida através dos procedimentos das Sequências Didáticas, de Dolz *et al.* (2011). Além disso, enquadra-se também na categoria de pesquisa-ação por desenvolver estratégias de ensino visando à obtenção de progressos na aprendizagem de escrita dos discentes e favorece suas práticas de atuação social. Essas características levaram à seguinte questão, que norteou a orientação do trabalho por parte do docente pesquisador o qual buscou respondê-la ao longo do processo de ensino: “De que forma uma proposta de ensino de produção escrita do gênero CD, baseada nas SD, pode contribuir para o desenvolvimento da competência escrita dos alunos do 9º ano e para seu exercício da cidadania?” A busca pela resposta à questão foi empreendida a partir do estudo do *corpus* da pesquisa, constituído por 10 (dez) textos, selecionados após a produção final, escritos por discentes do 9º ano de uma escola da rede municipal de João Pessoa.

O objetivo geral do trabalho foi o de analisar o processo de ensino-aprendizagem de produção escrita do gênero carta de denúncia, objeto da resposta dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de João Pessoa a problema social que os atingem, por meio da aplicação dos procedimentos das SD. E por objetivos específicos tivemos os

seguintes: subsidiar a atuação social do público-alvo; desenvolver atividades de intervenção, abordando o gênero em um contexto real com foco em estratégias argumentativas visando à superação de dificuldades; identificar possíveis progressos alcançados pelos discentes após as ações interventivas e relacionar os resultados iniciais e finais para analisarmos se houve a superação das dificuldades através da aplicação do procedimento das SD, método apresentado por Dolz *et al.* (2011), como um agrupamento de atividades escolares sistematicamente estruturadas em função de um gênero oral ou escrito. Nas palavras dos autores, as SD são “uma sequência de módulos de ensino organizados conjuntamente para melhorar uma prática de linguagem” (DOLZ *et al.* 2011, p. 43). Assim, essa investigação de natureza aplicada se justifica por promover o desenvolvimento das competências de escrita como prática cidadã dos discentes do 9º ano do Ensino Fundamental, a partir do contexto social, por meio do ensino do gênero carta de denúncia tomando como metodologia o procedimento das Sequências Didáticas, doravante SD, de Dolz *et al.* (2011), critério fundamentado na função social do gênero e em suas características linguístico-discursivas.

A escolha do gênero e do procedimento metodológico utilizados foi estimulada pelas necessidades observadas pelo professor-pesquisador, docente da turma público-alvo. A convivência diária do docente com os discentes permitiu que fossem percebidas neles consideráveis dificuldades de leitura, escrita e exposição de ideias, além da necessidade de se verem como cidadãos que habitam um espaço social constituído por princípios que visam a garantir aos indivíduos requisitos para a convivência coletiva como segurança, tranquilidade e bem-estar. Contudo, vê-se que a garantia desses princípios nem sempre é assegurada pelos entes que têm dever e poder legítimos para tal. Diante disso, cabe aos cidadãos buscarem os instrumentos necessários, a fim de que esses entes possam ser notificados por não terem cumprido com seu dever, cumpram-no, e, além disso, sejam advertidos. A partir desse entendimento, foi proposta a identificação de um problema social na comunidade e que o produto final da elaboração do gênero carta de denúncia, doravante CD, adequado a essa circunstância, fosse endereçado à autoridade jurídica responsável por tomar providências contra tal adversidade.

Para o desenvolvimento do trabalho, levamos em consideração as observações de Antunes (2006) quando afirma que no ensino dos gêneros as normas ortográficas devem ser estudadas e apreendidas, porém não com exclusividade, ou seja, deve-se dar espaço também a outros elementos do gênero como a textualidade e a argumentatividade.

Isso porque a argumentação é um instrumento que precisa ser compreendido pelos alunos, tendo em vista “que tem como objeto o estudo das técnicas discursivas cujo intuito é ganhar ou reforçar a adesão das mentes às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN, 1999, p. 324). No processo de ensino-aprendizagem do gênero CD essas técnicas são fundamentais, pois o remetente as utiliza com o propósito de convencer o destinatário a acolher a denúncia sobre determinado contexto real exposta por meio de elementos discursivos característicos como operadores e modalizadores discursivos. Portanto, “os gêneros não devem ser vistos apenas a partir de regras, mas precisa ser levado em consideração, também, a intenção comunicativa, além do contexto e dos seus elementos característicos” (CALIXTO, 2019, p. 17).

Para tanto, o trabalho foi desenvolvido em seis capítulos, a saber: no capítulo inicial expusemos uma explanação acerca de todas as etapas de desenvolvimento do trabalho, tais como: problemática, objetivos, método da investigação, além dos respectivos teóricos que sustentarão os dados empíricos.

No segundo capítulo traçamos um trajeto histórico panorâmico trilhado pelos estudos dos gêneros discursivos, do gênero carta e carta de denúncia, além da conceituação e caracterização desses mencionados assuntos. Para tanto, nos embasamos nas considerações de Bakhtin (1997), Marcuschi (2008), Nascimento (2007), entre outros autores, os quais consideram a concepção de gênero discursivo como prática de linguagem em situação concreta.

Direcionamos o terceiro capítulo à explanação do itinerário socio-histórico da escrita e de seu ensino, com ênfase para o viés sociointeracionista, a partir de, entre outros, os estudos de Soares (2002), Antunes (2003), Santos (2007) e Marcuschi (2010). Também demos espaço à apresentação das noções de Letramento social, fundamentadas principalmente nos trabalhos de Kleiman (1995) e Street (2014) e à abordagem da SD, através dos fundamentos de Dolz *et al.* (2011).

Em relação ao quarto capítulo, apresentamos procedimentos metodológicos empreendidos para favorecer as produções escrita inicial e final. Nele expusemos a caracterização sob a qual o presente trabalho se associa, a da pesquisa qualitativa, assentada nas afirmações de Minayo (1994) e Oliveira (2008) e da pesquisa-ação, fundamentada em Thiollent (2011). Em seguida, demarcamos o público-alvo, o *corpus* da pesquisa, a instituição de ensino, a proposta de intervenção e as etapas da pesquisa. Depois adentramos aos procedimentos das SD de Dolz *et al.* (2011) com a apresentação da situação, momento dividido em cinco encontros cujas atividades visaram a preparar os discentes para a produção inicial e são, nesse capítulo,

detalhadamente relatadas. Nesse sentido enfatizamos a função social do gênero, os aspectos temáticos que o abarcam, permeados pela argumentação, formada por, entre outros elementos, operadores e modalizadores discursivos. Para alicerçar a menção à argumentação, nos valemos das orientações de Perelman (2005). Com o propósito de embasarmos a alusão aos operadores argumentativos, recorremos aos estudos de Koch (2018) e, a fim de firmarmos a referência aos modalizadores discursivos, tomamos por fundamento as considerações de Nascimento e Silva (2012). Após cinco encontros relativos à apresentação da situação, nos focamos em relatar os momentos dos módulos preparatórios para a produção final (módulos 01, 02, 03, 04) e a produção final. Cada um desses módulos tratou respectivamente de problemas na produção inicial detectados na funcionalidade, conteúdo temático, estrutura composicional, estilo linguístico e norma culta.

No quinto capítulo realizamos a análise comparativa entre as produções inicial e final e constatamos os avanços em relação aos problemas observados na produção inicial. Na sequência, resumimos toda a análise por meio de um texto de sumarização.

Nas considerações finais, tecemos reflexões acerca de todo o processo de ensino-aprendizagem do gênero, dos resultados provindos dos procedimentos das SD, do gênero como suporte da atuação social dos discentes, da nossa atividade pedagógica, acerca da questão de pesquisa e de todos os objetivos propostos.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS¹ E A CARTA DE DENÚNCIA

No presente capítulo apresentaremos inicialmente o trajeto histórico percorrido pelos estudos dos gêneros discursivos, desde a antiguidade aos dias atuais, expondo as concepções de linguagem, conforme Geraldi (2005) correlacionadas às orientações filosóficas da linguagem de Bakhtin e Volochínov (2009), nas quais as vertentes de estudo dos gêneros historicamente se inserem. Em seguida, rumo à definição dos gêneros discursivos proposta por Bakhtin (1997-2016)², exploraremos a caracterização das principais bases conceituais de sua teoria dos gêneros focadas nas noções de enunciado concreto, esferas da atividade humana, diálogo, gêneros primários e secundários e os elementos constitutivos dos gêneros que são o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

Essa exposição, além dos mencionados autores, terá também por referência os trabalhos de Marcuschi (2008), Koch e Elias (2017a; 2017b). De Marcuschi (2008), detalharemos sua abordagem acerca de tipo textual, gênero textual, domínio discursivo e suporte textual. Com Koch e Elias (2017a) adentraremos a ideia de hibridização ou intertextualidade intergêneros.

Dando sequência a este capítulo, apresentaremos sobre o gênero carta: a definição, uma breve contextualização histórica do gênero com base em Motta (2013); a caracterização do gênero tomando por referência Nascimento (2007) e Amorim (2016). Por último nos focaremos no gênero CD referenciados em Bakhtin (1997), Nascimento (2007), Lauria (2011) e Leite & Silva (2017). Considerando as ideias desses autores como ponto de partida, proporemos a caracterização do referido gênero levando em conta o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

¹ Tomaremos os termos gêneros discursivos, gêneros do discurso, gêneros textuais e gêneros de texto, uns pelos outros, pois o objetivo de nossa pesquisa, que é de natureza aplicada, não é discutir nem aprofundar questões relacionadas a essa terminologia.

² Duas versões traduzidas do texto “Os gêneros do discurso”, de Mikhail Bakhtin, são utilizadas como referência ao longo deste trabalho. Uma das versões é de 1997, publicada em 2ª edição pela editora Martins Fontes na obra “Estética da criação verbal”; a outra é de 2016, lançada em 1ª edição pela editora 34 sob o título “Os gêneros do discurso”.

2.1 OS GÊNEROS DISCURSIVOS

Tão propagados hoje em dia – nas licenciaturas e pós-graduações voltadas para a linguagem e utilizados como ferramentas principais das práticas dos docentes de Língua Portuguesa em todos os níveis de ensino – os gêneros discursivos não começaram a ser estudados recentemente. Muito pelo contrário. Seu estudo percorreu uma longa trajetória desde a Grécia Antiga, com Platão e Aristóteles, até os dias atuais.

De acordo com Bakhtin (2016), os estudos dos gêneros na Antiguidade (e mesmo na era contemporânea) se concentraram na análise dos gêneros literários (na diferenciação das particularidades de seus aspectos artísticos, sem ultrapassar as fronteiras da literatura); dos gêneros retóricos – dando ênfase ao aspecto verbal desses gêneros, já considerados enunciados, e à sua relação com o ouvinte, mas sem considerar a natureza linguística geral comum a todos os enunciados – e na investigação dos gêneros discursivos do cotidiano, a partir dos pressupostos da linguística estruturalista saussuriana. Essas correntes de estudo permaneceram em evidência até o surgimento da teoria dos gêneros de Bakhtin, que se deu na segunda metade do século XX.

É importante frisarmos que cada uma dessas vertentes apontadas por Bakhtin está inserida numa das três concepções de linguagem propostas por Geraldi (2005): linguagem como expressão do pensamento, como instrumento de comunicação e como forma de interação.

Ao comentarem esses conceitos, Gonçalves e Baronas (2013) acrescentam a eles uma sistematização cronológica. De acordo com essas autoras, a linguagem como expressão do pensamento inicia-se no período da tradição gramatical grega e se encerra no século XX, com o surgimento dos pressupostos estruturalistas de Saussure em 1916; a linguagem como instrumento de comunicação é concebida a partir do aparecimento do estruturalismo saussuriano, e se estende até 1960; a partir desse ano, fortalece-se a relação língua e sociedade e daí até os dias atuais a linguagem passa a ser abordada como processo de interação.

Na concepção de linguagem como expressão do pensamento, a língua é configurada como atividade cognitiva ou somente um sistema de representação (MARCUSCHI, 2008); o sujeito é senhor absoluto sobre o que faz e o que diz e o texto é um mero produto lógico mental do autor, competindo ao leitor o papel passivo de assimilar essa representação mental e os propósitos psicológicos do produtor (KOCH e ELIAS, 2017a). Essa concepção de linguagem se insere na ideia de subjetivismo idealista apresentada por Bakhtin e Volochínov (2009), a qual

considera como fundamento da língua o ato de fala e o psiquismo individuais e a compreende como produto acabado, sistema estável, um depósito inerte.

A segunda concepção caracteriza a visão de objetivismo abstrato proposta por Bakhtin e Volochínov (2009, p. 85) na qual “A língua é um sistema estável, imutável [...] As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado”. Nela, conforme Travaglia (2009), a língua é abordada como um código, um conjunto de signos combinados por meio de regras que tornam possível a transmissão de mensagens e informações entre um emissor e um receptor; o sujeito é “(pré)determinado pelo sistema, o texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código utilizado” (KOCH; ELIAS 2017a, p.10). De acordo com Marcuschi (2008), essa percepção da linguagem separa a língua de suas mais importantes características: o aspecto cognitivo e social.

A terceira e última concepção refere-se à linguagem como processo de interação e, segundo Koch (2018, p. 7):

[...] é aquela que encara a linguagem como *atividade*, como *forma de ação*, ação interindividual finalisticamente orientada; como *lugar de interação* que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes.

Esta é a concepção proposta por Bakhtin e Volochínov (2009) como contraposição às duas anteriores. Nela, o papel do sujeito não é apenas criar representações mentais para serem “traduzidas” pelo outro de modo igual ao que foi mentalizado nem de mero transmissor de mensagens de uma mente a outra; o sujeito também não é considerado como um ser isolado de seu contexto social e histórico. Bakhtin e Volochínov (2009) veem o sujeito como ser social, ou seja, que, por meio da convivência dialógica com outros sujeitos, num determinado contexto socio-histórico, constrói seus conhecimentos e, a partir deles, age sobre a realidade.

É com base no arcabouço teórico sobre a terceira concepção de linguagem, presente na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que Bakhtin (2016) elabora a tão propagada teoria dos gêneros discursivos, a qual é adotada pelo presente trabalho e passaremos a detalhá-la a seguir.

Bakhtin (2016) constrói a teoria dos gêneros discursivos partindo do pressuposto de que não se pode estudar a linguagem de maneira abstrata, descontextualizada, sem levar em

consideração os protagonistas da ação linguística que são os sujeitos em constante relação interativa uns com os outros. Ora, o que se percebe nas duas primeiras concepções de linguagem é um sujeito individualizado, sem história, sem contexto, que age ou no papel de transmissor, ou como tradutor do pensamento ou da mensagem alheia; que é subalterno a uma língua abstrata e inerte. A ideia de Bakhtin (2016) é reverter radicalmente esse quadro epistemológico colocando os sujeitos no papel de protagonistas da comunicação humana por meio da linguagem; esta, por sua vez, “passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam)” (BAKHTIN, 2016, p. 16).

Os enunciados concretos, são as ferramentas dos sujeitos, os quais, imersos num contexto socio-histórico real, relacionam-se com cada área específica das práticas humanas. É a partir desse contexto, onde os enunciados são sempre inéditos, que os sujeitos interagem – tanto uns com os outros quanto com artefatos culturais e acontecimentos históricos – por meio do diálogo.

O conceito de diálogo em Bakhtin (1997) envolve, além da significação tradicional do termo – conciliação, concordância, mediação de conflitos – a noção de discordância, contestação, reflexão, debate. Todo diálogo requer uma resposta, de concordância ou discordância, a que o autor chamará de compreensão, atitude ou posição responsiva:

O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a *posição do locutor*, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma *posição responsiva*. (BAKHTIN, 1997, p. 294).

Percebe-se que, em sua jornada de desconstrução do pensamento vigente acerca dos estudos linguísticos e para firmar sua tese a respeito dos gêneros discursivos, o autor segue com postulações irrefutáveis como essa sobre a resposta, posição responsiva que todo diálogo pressupõe. O diálogo, segundo o autor, se realiza alicerçado em enunciados, orais e escritos, concretos e únicos, oriundos dos propósitos comunicativos dos indivíduos. Para ele, as unidades da língua como a oração e a palavra só ganham vida, só têm sentido prático, quando são expressas em enunciados os quais só são enunciados concretos se estiverem inseridos num contexto social, numa situação real de comunicação, como expressão singular do sujeito em determinada esfera da atividade humana (BAKHTIN, 1997).

As esferas da atividade humana são os espaços de interação, os lugares sociais nos quais os sujeitos circulam comunicando-se por meio da língua e cada uma dessas esferas “elabora

seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Os gêneros discursivos passam por um processo socio-histórico de testagem, pois “nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (BAKHTIN, 2016, p. 20). Esse processo socio-histórico envolve o espaço onde o sujeito vive, as esferas das atividades humana, o tempo em que os indivíduos estão imersos e os outros sujeitos com quem convive:

A época, o meio social, o micromundo – o da família, dos amigos e conhecidos, dos colegas – que vê o homem crescer e viver, sempre possui seus enunciados que servem de norma, dão o tom; são obras científicas, literárias, ideológicas, nas quais as pessoas se apoiam e às quais se referem, que são citadas, imitadas, servem de inspiração. Toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc. Há sempre certo número de ideias diretrizes que emanam dos “luminares” da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem, etc. (BAKHTIN, 1997, p. 313).

É na interação com o espaço, com as diversas esferas da atividade humana, jornalística, literária, acadêmica, religiosa etc., com os elementos característicos da época (sociedade, tradição, política, ideologia, filosofia etc.) e com outros sujeitos que os indivíduos testam os gêneros disponíveis – num universo ilimitado de opções – e selecionam os que melhor se ajustam às finalidades de cada esfera da atividade humana. Essa seleção resulta na relativa estabilidade dos gêneros, pois cada esfera da atividade humana “comporta um repertório de gêneros do discurso que vai se diferenciando e se ampliando à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa” (BAKHTIN, 1997, p. 279). A testagem dos gêneros então permite a ampliação e complexificação deles próprios, favorecendo o surgimento de novos gêneros, de acordo com as necessidades das esferas da atividade humana em que os sujeitos se inserem.

Bakhtin (2016) divide os gêneros discursivos em dois grandes grupos: primários e secundários. Os gêneros primários são “determinados tipos do diálogo oral – de salão, íntimo, de círculo social, familiar-cotidiano, sociopolítico, filosófico, etc.” (BAKHTIN, 2016, p. 20); estão vinculados à comunicação discursiva cotidiana e são considerados simples porque não passam por processo de elaboração complexa como o que ocorre no campo da comunicação cultural escrita. É a complexificação ocorrida sobretudo no campo da escrita que caracteriza os gêneros secundários:

[...] Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – ficcional, científico, sociopolítico, etc. (BAKHTIN, 2016, p.15).

A diferenciação entre gêneros primários e secundários é realizada no sentido de demarcar a dimensão dos espaços de uso da linguagem em processo interativo dialógico e a relação entre ambos não é de oposição, mas de complementação:

Nada impede, portanto, que uma forma do mundo cotidiano possa entrar para a esfera da ciência, da arte, da filosofia, por exemplo. Em contato com essas, ambas as esferas se modificam e se complementam. Assim um diálogo perde sua relação com o contexto da comunicação ordinária quando entra, por exemplo, para um texto artístico, uma entrevista jornalística, um romance ou uma crônica. Adquire, assim, os matizes desse novo contexto (MACHADO, 2005, p. 155).

No interior dos gêneros secundários, os gêneros primários são reelaborados, deixam de ter relação imediata com a realidade concreta, transformam-se em gêneros secundários e passam a compor uma realidade cotidiana restrita aos limites do artefato cultural complexo no qual se inseriram – conforme exemplifica Bakhtin (1997) em relação à réplica do diálogo cotidiano ou à carta incorporadas ao romance:

[...] inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana (BAKHTIN, 1997, p.281).

Bakhtin (1997) aponta três elementos constitutivos interdependentes que se entrelaçam e formam os gêneros discursivos: o conteúdo temático, o estilo linguístico e a construção composicional, os quais estão correlacionados com cada esfera da atividade humana.

O conteúdo temático, diz respeito ao conjunto infinito de temas que estão à disposição do sujeito e podem ser escolhidos por ele ao produzir um determinado texto que se manifesta em um gênero – extraído de um conglomerado de gêneros também ilimitado – motivado por um propósito comunicativo. Essa escolha considera o sujeito, o contexto em que este se insere e seu objetivo comunicacional, o seu querer-dizer. Nesse sentido, Bakhtin afirma que “Os gêneros correspondem a circunstâncias e a temas típicos da comunicação verbal [...]” (BAKHTIN, 1997, p. 312). Essas circunstâncias levam em conta a situação comunicativa a qual aloca um gênero com conteúdo temático adequado a sua realização verbal. Ou seja, um

indivíduo que esteja inserido numa dada esfera das práticas intersubjetivas e precise se comunicar por meio da linguagem verbal (oral ou escrita) terá a seu dispor uma imensidão de gêneros, cada qual com sua tipicidade temática específica a qualquer circunstância de interação verbal que se apresente. Por exemplo, caso a opção enunciativa do sujeito seja por uma poesia, um artigo de opinião ou uma tirinha, terá as seguintes alternativas temáticas geralmente abordadas nesses gêneros:

[...] na poesia predomina a expressão dos sentimentos do sujeito, sujeito esse que fala de si e dá vazão a emoções, constituindo-se, preponderantemente, na primeira pessoa; por sua vez, no artigo de opinião, veiculado em revistas ou jornais, geralmente consta de acontecimentos de ordem política, econômica, social, histórica ou cultural, e raramente sobre acontecimentos ou vivências pessoais. Por último, na tirinha, o conteúdo esperado é a crítica bem-humorada a coisas do mundo, modos de comportamento, valores, sentimento. (KOCH; ELIAS, 2017a, p. 110).

Quando um sujeito opta por um gênero, é importante que explore exhaustivamente o tema desse gênero a fim de obter resposta, a compreensão responsiva de seus parceiros da comunicação. Segundo Bakhtin, esse tratamento exaustivo tem um melhor desempenho nas esferas que padronizam ao máximo os gêneros do discurso e a criatividade quase não tem espaço como “[...] na vida cotidiana (as perguntas de ordem puramente factual e as respostas igualmente factuais que elas suscitam), na vida prática, na vida militar (os comandos e as ordens), na vida profissional [...]” (BAKHTIN, 1997, p. 300). Já nas esferas onde predomina a criatividade, o trato exaustivo do tema visando a uma resposta é mínimo, pois o tema dos gêneros nessas esferas está limitado por alguns fatores específicos dessas áreas enunciativas:

Nas esferas criativas (em particular, claro, nas ciências), [...] o tratamento exaustivo será muito relativo — exatamente um mínimo de acabamento capaz de suscitar uma atitude responsiva. Teoricamente, o objeto é inesgotável, porém, quando se torna tema de um enunciado (de uma obra científica, por exemplo), recebe um acabamento relativo, em condições determinadas, em função de uma dada abordagem do problema, do material, dos objetivos por atingir, ou seja, desde o início ele estará dentro dos limites de um intuito definido pelo autor. (BAKHTIN, 1997, p. 300).

O segundo elemento característico constitutivo do gênero discursivo é o estilo – uma característica de linguagem – que pode ser do próprio gênero ou do indivíduo que o produz. Os gêneros nos quais é possível explorar mais livremente o estilo individual são os literários. “[...] Neles o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo enquanto tal e constitui uma das suas linhas diretrizes [...]” (BAKHTIN, 1997, p. 283). Essa mesma liberdade estilística da individualidade não é observada nos gêneros padronizados como os documentos oficiais. É o

que afirmam Koch e Elias (2017a, p. 113) – o que corrobora essas considerações: “todo e qualquer gênero textual possui estilo; em alguns deles há as condições mais favoráveis (gêneros literários), em outros, menos favoráveis (documentos oficiais, notas fiscais) para a manifestação do estilo individual.”

O estilo individual, mesmo nos gêneros literários, é limitado pelo estilo inerente ao gênero, dada a relativa estabilidade deste. O estilo do gênero se encontra no vocabulário, nas estruturas fraseológicas, nos recursos lexicais, na sintaxe, na morfologia, entre outros elementos que são próprios de cada gênero. Os elementos estilísticos dos gêneros delimitam o estilo individual – o que garante a relativa estabilidade genérica – mas deixam o estilo livre para circular dentro das fronteiras do enunciado, como atestam Koch e Elias (2017a, p.110):

Nas escolhas que realiza, o autor imprime a sua marca individual, mas não pode ignorar a relativa estabilidade dos gêneros textuais, o que não o caracteriza como um sujeito inteiramente livre, que tudo pode dizer em descaso às regulações sociais, nem como um sujeito totalmente submisso, que nada pode dizer sem fugir às prescrições sociais.

Essa observação é confirmada pelas autoras ao analisarem os gêneros poema, artigo de opinião e tirinha, neste caso com relação ao estilo. Elas observam que “na poesia há a expressão máxima do autor nas escolhas realizadas para a constituição do dizer; no artigo de opinião [...] exige-se [...] estilo de comunicação formal [...] e na tirinha [...] há expressão do trabalho do autor marcada por [...] informalidade” (KOCH; ELIAS 2017a, p.110). Ou seja: o autor terá de explorar sua capacidade criativa sem extrapolar os limites do estilo dos gêneros.

O terceiro e último elemento característico constitutivo dos gêneros discursivos apontado por Bakhtin diz respeito à estrutura composicional, à forma relativamente estável exigida pelo gênero. Nesse sentido, se o indivíduo quiser escrever uma carta, um conto, um romance, apresentar um seminário, discursar na conclusão de um curso, participar de um diálogo informal etc., ele terá de seguir o formato socio-historicamente estabelecido por esses gêneros. A título de ilustração, podemos observar o gênero cartão-postal, que, em sua forma composicional, “sobressaem [...] os seguintes elementos: destinatário, informação contida em um campo à parte, além da saudação inicial, mensagem, saudação final e assinatura” (KOCH; ELIAS, 2017b, p. 59).

Afinado com a ótica bakhtiniana, Marcuschi (2008), referindo-se aos gêneros sob a nomenclatura “gêneros textuais”, aponta que estes são o meio que possibilita a comunicação verbal e não podem ser tratados separados da realidade social nem sem relação com as práticas

humanas. Para compreendê-los se faz necessário distinguir três noções: de tipo textual, gênero textual e domínio discursivo.

Conforme Marcuschi (2008), os tipos textuais, são sequências linguísticas, modos composicionais. Abarcam as categorias da narração, argumentação, exposição, descrição e injunção; os gêneros (ou formas) textuais são os textos, orais ou escritos, relativamente estáveis, numericamente indeterminados, social e historicamente assentados, concretizados em situações empíricas comunicativas da vida cotidiana; o domínio discursivo “indica instâncias discursiva, por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc. Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles [...] constituem práticas discursivas [...] (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Marcuschi (2008) ainda discorre sobre um elemento importante para os gêneros textuais, os suportes textuais que, de acordo com ele, são o local físico ou virtual que veiculam os gêneros:

Entendemos aqui como suporte de um gênero um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto. (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

Segundo Marcuschi (2008), há poucas discussões sobre o tema, mas há muitas questões relevantes a serem discutidas e uma delas é o fato de que os suportes textuais exercem influência sobre o gênero e este não fica alheio a isso. Apesar de essa influência não poder ser mensurada, o que se sabe é que o suporte “é imprescindível para que o gênero circule na sociedade [...], mas isso não quer dizer que [...] determine o gênero e sim que o gênero exige um suporte especial” (MARCUSCHI, 2008, p. 174). Essa constatação, segundo o autor, é questionável, tendo em vista que há situações em que o suporte define e distingue o gênero – como é o caso de um breve texto que, dependendo do suporte onde for escrito, pode ser bilhete, recado ou telegrama.

A fim de fortalecer esse espaço teórico ainda frágil, Marcuschi (2008), divide os suportes textuais em dois tipos: os suportes convencionais e os incidentais.

Os suportes convencionais, segundo Marcuschi (2008), são os que, desde a origem, foram elaborados para portagem ou fixarem textos, por exemplo: livro, livro didático, jornal (diário), revista semanal, revista científica, quadro de avisos, outdoor, encarte, folder, luminosos, faixas.

Os suportes incidentais, de acordo com Marcuschi (2008), são os que se tornam suporte de modo circunstancial, ocasional. Sendo assim, o corpo humano pode servir de suporte para uma tatuagem, para os alunos escreverem mensagens; o rosto pode ser pintado com frase de protesto político; o céu é “desenhado” e “rabiscado” nas performances da esquadrilha da fumaça, porém a finalidade primordial desses espaços não é a de serem suporte de texto. São exemplos de suportes incidentais: embalagem, para-choques e para-lamas de caminhão, roupas, corpo humano, paredes, muros, paradas de ônibus, estações de metrô, calçadas, fachadas, janelas de ônibus.

Os gêneros textuais, por serem dinâmicos, se misturam, interligam-se e se fundem. Esse processo é chamado de intergenericidade, hibridização ou intertextualidade intergêneros que, segundo Koch e Elias (2017a, p. 114), “é o fenômeno segundo o qual um gênero pode assumir a forma de um outro gênero tendo em vista o propósito de comunicação”. Esse recurso se foca na função do gênero e não na sua forma, por exemplo, se um poema for escrito em forma de receita, a função que prevalece é a de poema e não de receita. A respeito desse tipo de produção:

É evidente que uma produção dessa natureza produz um efeito muito mais intenso no leitor pelo inusitado que carrega, solicitando do produtor um domínio muito bom dos gêneros em questão, a fim de que obtenha, com a “transmutação”, o objetivo pretendido [...] Esse hibridismo costuma causar um efeito muito maior se comparado ao que causaria o convencionalmente aceito ou esperado em igual situação, por conter o traço da inventividade, da criatividade, do ineditismo. (KOCH; ELIAS, 2017b, p.120).

Esse tipo de elaboração híbrida é mais produtivo pelo fato de ser diferente, o que desperta maior atenção dos indivíduos. Esses chamados “intergêneros” são mais comuns na área da publicidade, tendo em vista que os autores desse tipo de artefato têm maior autonomia para a livre criação. E para elaborar esse tipo de produção, conforme Koch e Elias (2017a), o autor recorre aos conhecimentos metagenéricos ou à competência metagenérica e é essa mesma competência que permite à recepção, ou seja, aos leitores a compreensão necessária para dar evidência à função e não à forma.

Convém diferenciar a hibridização ou intergenericidade da heterogeneidade tipológica. Esta última se distingue da primeira por dizer respeito “ao fato de um gênero realizar sequências de vários tipos textuais, por exemplo, uma carta pessoal [...] pode conter uma sequência narrativa, uma argumentação e uma descrição, entre outras” (MARCUSCHI, 2008, p. 166). Ou seja, enquanto na intergenericidade há relação de mesclagem, de hibridização entre dois gêneros textuais, cujo resultado é um “intergênero”, na heterogeneidade tipológica há a ocorrência de

vários tipos textuais em um só gênero sem que comprometa nenhum de seus elementos constitutivos.

Na intergenericidade, um gênero assume a forma, mas não a função de outro. Ao abordar esse assunto, Koch e Elias (2017a, p. 114) utilizam como exemplo uma tirinha em forma de receita denominada “Simpatia para afastar homens”. O texto segue todas as características de uma receita, mas o sentido funcional é de tirinha. De acordo com as autoras, neste caso “o gênero receita está a serviço do gênero tirinha, mas este preserva a sua função socio-historicamente constituída, a saber: a de revelar um posicionamento crítico sob a perspectiva do humor”. Percebe-se, portanto, que hibridização ou intergenericidade e heterogeneidade tipológica são noções bastante diversas, dentre várias outras que formam o arcabouço teórico dos estudos sobre os gêneros textuais.

Toda essa riqueza teórica envolvendo os gêneros textuais é o mote que conduz os pressupostos do Ensino de Língua Portuguesa no Brasil expressos nos PCN e agora também na recém-chegada BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Esses documentos não fazem referência explícita a Bakhtin ou a outros teóricos que seguem a linha de suas ideias. Porém utilizam a mesma terminologia, orientações e princípios presentes no trabalho do autor e de seus continuadores, conforme se pode observar nesse trecho dos PCN:

Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. São caracterizados por três elementos: conteúdo temático: o que é ou pode tornar-se dizível por meio do gênero; construção composicional: estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero; estilo: configurações específicas das unidades de linguagem derivadas, sobretudo, da posição enunciativa do locutor; conjuntos particulares de seqüências³ que compõem o texto, etc. (BRASIL, 1998, p. 21).

Percebe-se que os eixos-base do pensamento de Bakhtin acerca dos gêneros discursivos – a relativa estabilidade e os elementos constitutivos – são explicitamente citados no documento. Na sequência, detalham-se vários outros aspectos da teoria de Bakhtin. Essa observação é para que possamos constatar o quanto a teoria dos gêneros do autor vem influenciando o ensino de Língua Portuguesa no Brasil e os documentos oficiais que tratam do ensino.

A apropriação da teoria dos gêneros, proposta inicialmente por Bakhtin e ampliada por vários outros autores, pelos órgãos oficiais de todos os níveis de ensino e a aceitação da maioria

dos docentes brasileiros a ela confirmam a adesão da contemporaneidade a um modelo de concepção de linguagem que melhor se adequa aos propósitos de nossa era, tendo em vista o acúmulo epistemológico disponível – assim como as outras duas concepções de linguagem se adequaram, a partir dos conhecimentos que se tinha à disposição, aos anseios do período em que estiveram em evidência. Os gêneros, portanto, apresentam-se, nesta nossa fase da História, como o instrumento que um sujeito concreto, socio-histórico, inserido num contexto real e em interação com outros indivíduos utiliza não apenas para se comunicar, mas também para modificar a si mesmo, o outro e o mundo que o cerca. Como matriz de práticas de ensino voltadas para seres sociais cujas ações dependem constantemente da interação, tanto com outros seres quanto com os diversos ambientes em que se inserem, a escola, ao aderir às ideias bakhtinianas, introduz os discentes numa compreensão de mundo significativa para esse público-alvo. É com base nessa perspectiva teórica que nosso trabalho envereda circunscrevendo-se no ensino escolar da escrita contextualizada do gênero CD, análise dessa escrita e de seu processo de aprendizagem. Com isso buscamos aproximar os alunos e as atividades em sala de aula do meio social em que esses discentes estão imersos, desenvolvemos possibilidades de atuação sobre os problemas sociais do ambiente em que vivem e ofertamos as ferramentas de conhecimento para a construção dos significados necessários a sua formação cidadã.

A realização do trabalho neste sentido requer que compreendamos os meandros teóricos do gênero CD, objeto de nosso estudo, a partir da discussão acerca de sua função social alicerçada nas características estilísticas, temáticas e composicionais. Essa teorização fornece os conhecimentos necessários para a didatização do referido gênero, ou seja, norteia o sentido das estratégias a serem elaboradas e realizadas com os alunos em sala de aula. Porém, a fim de situarmos as raízes deste gênero, não adentraremos de imediato o assunto referente à CD. Faremos primeiramente uma breve contextualização histórico epistemológica e caracterização linguístico-discursiva do gênero carta e então, somente no tópico subsequente, trataremos especificamente do gênero CD.

2.2 O GÊNERO CARTA

A carta é um tipo de mensagem escrita, em meio analógico ou digital, utilizada por pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de estabelecerem comunicação entre si. Segundo Silva (2005), conceitos como esse, apresentados por dicionários de língua portuguesa, manuais de redação e livros didáticos não dão conta da concepção de carta como gênero discursivo, pois não levam em consideração a diversidade de cartas, suas diferentes funções sociais – nem o conteúdo temático, a linguagem ou a estrutura composicional, características que fundamentam quaisquer enunciados a partir da teoria bakhtiniana. Mais à frente voltaremos a essa discussão.

De acordo com o site do curso “Tecnologias digitais” da Universidade de Caxias do Sul, a carta é a forma mais antiga de comunicação – o que faz com que alguns estudiosos a apontem, ao lado dos mitos e contos populares, como mãe de todos os gêneros textuais. Seu surgimento, segundo o mesmo site, é impreciso, porém já existia no Egito no 4º milênio. a.C.

Segundo Volponi e Greco (2007, p. 5), “A carta é um gênero discursivo que, ao longo da história, tem servido como meio de comunicação para diferentes fins, como agradecimento, informações, cobrança, intimação, notícias familiares, solicitação, reclamação, etc.”. Porém, conforme Amorim (2016), seu aparecimento, ocorrido nas antigas civilizações, se deu a serviço das autoridades (reis, imperadores, governadores, oficiais de guerra etc.) em suas atividades de comando, ou seja, com um fim institucional. Nessa época, era por carta que circulavam leis, ordens, decretos, prescrições, proclamações etc. Tempos depois, ainda na Antiguidade, as cartas adquirem novas configurações e funções sociais. Desse período da Antiguidade, segundo Motta (2013), foram poucos os registros das cartas que chegaram à atualidade, contudo, esses escritos já sinalizavam que o gênero alcançaria a importância que conquistou.

É entre os séculos I a. C. e IV a. C. que aparecem – nas obras de Demétrio, Filóstrato de Lemnos e Caio Júlio Victor e nas cartas redigidas por Sêneca e Gregório de Nazianzeno – as primeiras teorizações acerca da estrutura da carta. Desses, os três trabalhos mais relevantes são os de Demétrio, Cícero e Sêneca. Conforme Motta (2013), Demétrio, o primeiro a se debruçar nos estudos das cartas, diferencia carta (mais elaborada) e diálogo (improvisado); distingue carta (breve, amigável, simples) e tratado (longo, complexo). Para ele, a beleza da carta privada se encontra nas expressões amigáveis e nos numerosos provérbios que o gênero pode apresentar; porém essas cartas, quando dirigidas aos nobres, devem considerar para quem se destina e manter certo grau de elevação – assim como as cartas institucionais, públicas, endereçadas ao Estado e à Pólis. Cícero, por sua vez, considera as cartas como expressão do

caráter de quem escreve; recupera a característica dialógica das cartas enxergando-as como conversação e as diferencia entre cartas públicas e privadas, carta simples – com informações concretas ou factuais – e cartas que expõem opinião ou comentários sobre quem escreve. Sêneca (2004), por seu lado, apesar de não propor teorização, faz observações que funcionam nesse sentido, pois abordam o aspecto formal das cartas alegando que não se deve abandonar o modelo padrão vigente à época; apontam que a carta torna presente a pessoa do destinatário e frisam que o estilo deve ser o mesmo que se tem numa conversa informal entre amigos. Esses estudos serviram de referência para as cartas produzidas durante a Idade Média.

Motta (2013), destaca alguns nomes, que deram prosseguimento aos estudos do gênero carta – além de textos que serviram de base para estudos posteriores. No período medieval, cita Alberico de Montecassino – século XI; Anônimo de Bolonha – século XII e Heinrich Bebel – século XV. Em relação ao período moderno, apresenta Erasmo de Rotterdam – século XVI. Na sequência histórica, surge a influência de textos produzidos no gênero carta. São eles: as correspondências entre Madame de Sévigné e sua filha, Françoise-Marguerite – século XVII – e os romances epistolares, já na era contemporânea, mais precisamente no século XVIII. No século XX, “a carta passou a ter outras formas de utilização, com o advento de meios mais modernos de comunicação, por exemplo: telégrafo, e-mail, SMS, etc.” (MOTTA, 2013, p.11).

Nesse percurso histórico da carta, podemos observar, a partir de Novaes (2006), que as cartas expandiram a esfera do uso formal, requerido inicialmente pelo domínio institucional; migraram para o campo pessoal e, após perpassar várias esferas discursivas, foram se diversificando. Essa diversidade deu origem aos diferentes tipos de carta conhecidos hoje em dia, formando o que Barbosa (2001, p.117) chama de “constelação” – termo utilizado para “diferentes espécies de textos que são designados sob o mesmo nome genérico”. Nesse sentido, sempre que alguém se dispõe a realizar qualquer atividade que envolva um gênero, como por exemplo a carta, de acordo com o propósito comunicativo, tem de submetê-la ao complemento de sentido expresso por outra forma nominal, um complemento que caracterize o objetivo que se pretende alcançar com determinado tipo de carta. O leitor, por estar imerso no meio social – e por ser no meio social que a variação ocorre – não se perde nesse processo de diversificação dos gêneros os quais, “embora parecidos e pertencendo a uma mesma família, mantém sua autonomia, por isso não há uma hierarquização entre esses gêneros” (LOPES, 2013, p. 54)

Nesse sentido de variedade e hierarquização no gênero carta, Amorim (2016) se opõe às teorias que se apoiam na ideia da existência de um gênero principal o qual daria origem a subgêneros. Em relação à carta, segundo essas teorias, o gênero principal é “aquele cujo

propósito comunicativo geral é informar, descrever e argumentar, mais próxima do que seria a carta pessoal” (AMORIM, 2016, p. 27). Os gêneros derivados do principal, os chamados “subgêneros”, seriam, por exemplo, as cartas de solicitação, as cartas de denúncia, de reclamação etc. Para a autora, essas teorias desconsideram que a caracterização do gênero carta se dá muito mais por sua finalidade comunicativa que pelos aspectos estruturais:

Se variadas cartas circulam socialmente, em diferentes esferas de comunicação, se elas são reconhecidas pelos usuários da língua e desempenham funções variadas, não se pode falar em subgêneros, mas em gêneros autônomos [...] Nesse viés, embora se reconheça uma raiz comum entre elas, dependendo da função comunicativa a que se propõem, as cartas podem apresentar diferentes características, constituindo assim gêneros diferentes, sem qualquer forma de hierarquização entre supergêneros, macrogêneros e subgêneros em meio social. (AMORIM, 2016, p. 27-28).

A ruptura com o elo da hierarquização, ou seja, o processo de não subordinação das cartas a uma matriz principal da qual derivariam todas as outras, favorece a autonomia da variedade, porém as cartas permanecem com importantes raízes em comum, simples aspectos estruturais os quais, mesmo não atuando como sua principal caracterização, são importantes elementos para seu reconhecimento e identificação, em relação a outros gêneros. São eles, conforme Nascimento (2007), local e data, vocativo, objetivo da carta, desenvolvimento, despedida e/ou desfecho e assinatura. Para este autor, o estilo da carta é determinado pela relação discursiva entre locutor e interlocutor e é dessa relação que as demais características derivam: “a escolha no tratamento (formal, informal), a presença de determinadas informações relacionadas, por exemplo, à presença ou não do endereço no corpo da carta, telefone, um desfecho formal, uma despedida informal, entre outros” (NASCIMENTO, 2007, p. 137).

A seleção das características linguísticas e discursivas que diferenciam uma carta de outra, dependerá da necessidade requerida pela situação comunicativa e pela prática social vivenciada pelo sujeito, pois:

[...] o gênero é uma ferramenta que auxilia o sujeito a se expressar numa situação de comunicação definida por parâmetros. A partir daí, podemos constatar que a carta é um gênero que assume outras formas (carta do leitor, carta do editor, carta convite, carta de recomendação, carta aberta etc.) para atender às necessidades de determinada situação social. (BARBOSA, 2001, p. 20).

Nas diversas situações que os sujeitos vivenciam cotidianamente, a presença dos gêneros é constante. Portanto, a escola não deve se furtar de ensiná-los, associando-os às necessidades apresentadas pela realidade social concreta. Nesse sentido, a carta (como

agrupamento ou constelação de gêneros) se apresenta como possibilidade de objeto de estudo na escola, pois se adaptou a vários campos das práticas humanas e, em muitos deles, tornou-se a via principal para a entrada e saída de informações. Portanto:

Quando falamos na importância de se estudar as cartas na escola, não estamos nos referindo unicamente à carta pessoal postada em envelope e entregue pelo serviço de correios, mas a uma diversidade de gêneros que inclui as cartas de reclamação, de leitor, de apresentação, carta-corrente, entre tantas outras que circulam em todas as esferas sociais e transitam entre diversos domínios por meio de variados suportes (e-mail, blogs, papel-carta), não apenas como um meio de comunicação, mas também como documentação e propaganda (AMORIM, 2016, p. 28).

No rol de gêneros que a carta abarca, a CD se apresenta como considerável opção de ensino escolar, pois, apesar de ser um gênero pouco abordado academicamente,

pode ser utilizada em situações em que há um problema a ser denunciado ou um fato a ser apurado, com o objetivo de beneficiar uma pessoa, um grupo ou uma comunidade. Podendo ser considerado como documento, esse gênero pode ser utilizado em reivindicações de qualquer natureza desde as autoridades, entidades, personalidades e mesmo pessoas comuns. (LEITE; SILVA 2017, p. 198).

Essa utilidade prática apresentada pela CD representa a diversidade de opções que podem ser empreendidas no ensino escolar contextualizado, pois há em nossa sociedade muitos problemas e questões (tanto coletivas quanto individuais) a serem denunciados, discutidos e resolvidos para que se promova qualidade de vida e bem-estar social.

A produção textual de cartas de denúncia em sala de aula oportuniza o protagonismo do aluno como cidadão que pode denunciar (às mais diversas esferas das práticas humanas) irregularidades em busca de mudança na realidade em que está imerso, em função de si e da coletividade.

A fim de evitar equívocos na distinção entre a CD e outras produções formulaicas, apresentamos o quadro a seguir no qual demarcamos o gênero, o escritor, o leitor, esfera de circulação, instância da recepção (individual ou coletiva).

Quadro 01: Distinção entre alguns gêneros formulaicos

Gênero	Quem escreve	Quem lê	Onde circula	Ind./col.
Carta aberta	Aquele(s) que deseja(m) argumentar publicamente algo formalmente	População ou autoridade responsável que possa atender à reivindicação ou	Ambientes públicos diversos (meios digitais, ruas, escolas, etc.).	Coletivo

Continua

Quadro 01: Distinção entre alguns gêneros formulaicos (continuação)

	por escrito (cidadão, aluno etc.).	refletir sobre um problema (população, prefeito, diretor etc.).		
Manifesto	Aquele(s) que deseja(m) manifestar opinião, argumentando publicamente sobre algo.	População em geral para refletir sobre um problema.	Ambientes públicos diversos (meios digitais, ruas, escolas, etc.).	Coletivo.
Carta de solicitação	Aquele que deseja solicitar algo formalmente por escrito (cidadão, aluno, etc.).	Autoridade responsável que possa atender a solicitação (prefeito, diretor, etc.).	Ambientes públicos, privados e particulares.	Individual.
Carta de reclamação	Aquele que deseja reclamar algo formalmente por escrito (cidadão, aluno, etc.).	Autoridade responsável que possa atender a reclamação (prefeito, diretor, etc.).	Ambientes públicos e privados.	Individual.
Petição pública ou privada	Aquele(s) que deseja(m) solicitar algo formalmente por escrito, através de um advogado (cidadão, etc.).	Autoridade responsável que possa atender à solicitação (prefeito, juiz, etc.).	Ambientes públicos e privados (ambientes jurídicos).	Individual ou Coletivo.
Requerimento	Aquele que deseja solicitar algo formalmente por escrito e que tem certeza do seu direito (cidadão, etc.).	Autoridade responsável que possa atender a solicitação (prefeito, gerente, etc.).	Ambientes públicos e privados.	Individual.
Representação	Aqueles (grupo de colegiado) que desejam apenas comunicar algo ou reclamar.	Autoridade responsável que possa atender a comunicação ou reclamação (Conselhos, comitês, departamentos, equipes, etc.).	Ambientes públicos.	Coletivo.
Bilhete de solicitação; Carta de pedido de emprego; Panfleto ou cartaz de solicitação; etc.	Aquele(s) que desejam apenas solicitar algo.	Autoridade responsável ou qualquer pessoa que ao pedido.	Ambientes públicos, privados e particulares diversos.	Individual ou Coletivo.
Abaixo-assinado	Aqueles (grupo ou comunidade) que realizam uma solicitação com objetivo comum (moradores,	Autoridade, pessoa ou instituição que possa atender a solicitação (prefeito, diretor, etc.).	Ambientes públicos diversos (meios digitais, ruas, escolas etc.).	Coletivo.

Continua

Quadro 01: Distinção entre alguns gêneros formulaicos (continuação)

	(moradores, alunos, etc.).			
Carta de denúncia	Aquele(s) que deseja(m) denunciar por via escrita formal alguma irregularidade.	Autoridade jurídica.	Ambientes jurídicos.	Individual ou coletivo.

Fonte: Adaptado e ampliado a partir de Calixto (2019, p. 43).

Percebe-se que dentre os gêneros expostos, além da CD, nenhum deles têm por finalidade apresentar uma denúncia à esfera judicial. Mesmo o requerimento, que apresenta a esfera jurídica como uma das opções de ambiente de circulação, possui como objetivo principal “solicitar”, o que o diferencia significativamente da CD.

A fim de expormos mais esclarecimentos sobre o gênero CD, abordaremos a seguir suas características e como a concebemos neste trabalho.

2.3 CARTA DE DENÚNCIA

A CD é um gênero à disposição dos sujeitos quando estes se deparam com violação de direitos – geralmente grave – no campo individual ou coletivo, causada por outro sujeito. Para produzir o gênero e denunciar essa violação, o sujeito apresenta argumentação acusativa embasada em provas – explicitadas sob a forma de exposições narrativas, descritivas e argumentativas e discurso de autoridade, podendo acrescentar também imagens e outros documentos comprobatórios. Segundo Lauria (2011), a CD exige fiscalização, ação e solução para a falta e regularmente se destina a interlocutores com poder de resolução (entre eles, instituições ou órgãos como o Ministério Público). A robustez das provas visa a convencer o destinatário sobre a gravidade da violação e mostrar que a mesma de fato ocorreu. A solicitação por providências, exposta na conclusão da carta, é feita ao destinatário visando a uma solução para o problema denunciado.

O processo de convencimento do leitor ou destinatário, na CD, vale-se dos três tipos ou modos básicos do discurso – narrativo, descritivo e argumentativo – apresenta o terceiro como o mais importante nesse gênero. Os tipos discursivos narrativo e descritivo, então, por mais vastos que sejam – e mesmo que as sequências argumentativas na carta sejam mínimas – atuam

na CD como acessórios do argumentativo, dada, definitivamente, sua maior relevância no gênero.

De acordo com Nascimento (2007), as características mais comuns na estrutura composicional de todas as cartas são: local e data, vocativo, objetivo da carta; despedida e ou desfecho e assinatura.

Em relação à CD, Leite e Silva (2017), apresentam os seguintes elementos estruturais: data, vocativo, desenvolvimento do texto, nome do autor, local de referência; elementos que orientam o conteúdo temático: gravidade da falha, grau de envolvimento do autor da carta com o problema e componente estilístico voltado para a adequação da linguagem ao perfil dos interlocutores.

Segundo Bakhtin (1997), para definir ou descrever um gênero, além de levar em conta o contexto de produção, três aspectos devem ser considerados: o conteúdo temático, o estilo verbal e a estrutura composicional.

Conforme Nascimento (2012), o conteúdo temático corresponde às informações e objetos do dizer que compõem e caracterizam os gêneros textuais – ou seja, cada gênero textual veicula determinado conteúdo o qual depende, além do próprio gênero, da intenção do produtor; o estilo individual é mínimo nos gêneros formulaicos devido à padronização; o estilo do gênero, refere-se aos aspectos lexicais, fraseológicos e gramaticais da linguagem como o vocabulário, as sentenças linguísticas, o grau de formalidade, a coordenação entre sentenças e frases, etc.; a estrutura composicional se refere à forma que determinado gênero textual assume.

Lauria (2011), cujas considerações servem de referência para a maioria dos poucos textos que tratam da CD³, afirma que esse gênero apresenta os seguintes aspectos que o conteúdo deve apresentar: fatos, indícios e/ou versões sobre algo ilícito, imoral e/ou antiético; exposição de argumentos categóricos, convictos acerca do tema apresentado; exigência de fiscalização, ação e solução para a questão enviada a quem tem o poder de solucionar o problema. Além disso, em comum com outras cartas, o autor propõe que a CD seja desenvolvida numa sequência esquemática apresentando a seguinte estrutura: local e data de emissão, vocativo; escrita de texto disposto entre três e cinco parágrafos. Para cada um desses parágrafos, ele sugere caminhos a serem percorridos e indica os modos discursivos de desenvolvê-los:

³ Alguns autores que tratam dessa temática seguem a mesma linha de pensamento apresentada por Lauria, a exemplo de Leite e Silva (2017), entre outros.

narração, descrição, argumentação. Em seguida aponta dois elementos finais subsequentes: saudação e identificação.

É a partir da teoria de Bakhtin (1997), sobre os três aspectos que definem e descrevem os gêneros; da caracterização que abrange todas as cartas – exposta por Nascimento (2007) – e de ambos os estudos que tratam dos atributos diferenciadores da carta de denúncia, propostos por Leite e Silva (2017) e por Lauria (2011), que apresentamos as características relativamente próprias da CD. Afirmamos que são relativamente próprias porque o conjunto de elementos que caracterizam outras cartas poderá ser formado por um ou mais traços componentes da CD e vice-versa, pois o que forma a caracterização desse gênero é a junção de todos os elementos que o compõem e não apenas um deles considerado de forma isolada.

Nosso intuito com esta exposição é contribuir com a clareza na distinção entre a carta de denúncia e outras cartas a fim de facilitar o ensino e aprendizagem escolar deste gênero vinculado a práticas sociais. Pretendemos, portanto, apresentar alternativas e possíveis caminhos para que o aluno consiga produzir o gênero CD e o professor possa ensiná-lo.

Os elementos em comum entre a CD e outras cartas provém do aspecto caracterizador formal. São eles: local e data, vocativo, texto, despedida ou desfecho e assinatura. Como fatores a serem abordados pelo conteúdo temático, temos os seguintes identificadores relativamente específicos da CD aos quais chamaremos de “percurso temático”, pois esses elementos funcionam como totens sinalizadores por onde o tema deve percorrer ou categorias temáticas a serem apresentadas. São eles: denúncia, direito violado, gravidade dos fatos, campo que a denúncia pretende beneficiar, agente violador do direito ou alvo da denúncia, robustez das provas e solicitação por providências.

A seara do estilo é apontada por Bakhtin (1997), como um elemento que reflete a individualidade tanto do falante quanto do escritor, contudo o autor ressalta que os gêneros padronizados – como é o caso da CD – não são afeitos ao estilo individual. Porém convém ressaltar que, mesmo nesse tipo de texto, as marcas da individualidade do escritor podem ser identificadas. Dadas essas circunstâncias, identificamos a formalidade e a modalização como marcas do estilo linguístico da CD.

Para observarmos as características expostas tomamos por referência a CD⁴ a seguir:

⁴ Disponível em: < <http://www.gedmma.ufma.br/?p=1028>>; Acesso em: 23 nov. 2018.

Exemplo 01: Carta de denúncia do Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

São Luís, 22 de agosto de 2016

*Sr. Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular no Estado do Maranhão,
Professor doutor Francisco Gonçalves da conceição,*

Nas qualidades de Chefa do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e de Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), servimo-nos desta para denunciar e solicitar solução para graves problemas relacionados à atuação da empresa de Vip Vigilância no povoado Cajueiro, localizada na zona rural de São Luís.

No dia 17 de julho de 2016, uma comitiva formada por pesquisadores universitários e militantes do Movimento de Saúde dos Povos (MSP) com a participação de pessoas oriundas da Nicarágua do México do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Distrito Federal, da Bahia, do Pará e do Maranhão (capital e interior), dirigiu-se ao povoado do Cajueiro para fazer uma visita, conhecer e prestar solidariedade às lideranças da União de Moradores do Bom Jesus do Cajueiro que vem travando uma longa e difícil luta em defesa de seu território e contra a instalação do Terminal Portuário de São Luís, capitaneado pela empresa WPR, subsidiária da empresa paulista do ramo imobiliário e de infraestrutura Wtorre. O referido Terminal Portuário encontra-se em fase de licenciamento, porém com contestações judiciais em curso e evidências de inúmeras irregularidades.

O grupo do MSP, que tem como uma de suas principais organizadoras a Irmã Anne Caroline Wihbey, da congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, após reunião na União de Moradores, dirigiu-se à praia de Parnauçu, onde se pretende a construção do porto e que pertence ao perímetro da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. No percurso até a praia, algumas pessoas do grupo foram abordadas por dois seguranças da Vip Vigilância, que faziam ronda em motocicleta (ver primeira foto em anexo) e que fizeram perguntas sobre quem eram, o que estavam fazendo ali e o que pretendiam. A abordagem, apesar de não ostensiva, tinha um caráter intimidador. A empresa de vigilância extrapolou suas atribuições funcionando como instrumento de controle do território público e envergonhando a segurança pública maranhense diante de visitantes de outras localidades.

No dia 18 de agosto de 2016, mais uma vez e de forma ostensiva, a Vip Vigilância extrapolou suas atribuições intimidando o jornalista italiano Paolo Annechini e sua esposa Luisa Annechini e os Pe. Emanuel e Pe. André, da Paróquia da Santíssima Trindade localizada no bairro cidade olímpica, que estavam acompanhados por dois estudantes vinculados ao GEDMMA e que fazem pesquisa socioantropológica na área (Ver as demais fotos em anexo). Desta vez, os visitantes foram abordados enquanto tiravam fotografias e faziam filmagens na praia de Parnauçu e proibidos de ali permanecerem. Os vigilantes (que são chamados de jagunços pelos moradores que resistem à construção do Porto) chegaram novamente de motocicleta e alegaram que ali seria uma área privada e quaisquer presenças estranhas deveriam ser autorizados pela empresa. Logo após fizeram fotografias dos rostos dos jornalistas Paolo Annechini e do Pe. André. Mediante relatos de uma moradora, os mesmos

registraram ainda as placas dos veículos automotores de posse dos visitantes através de fotos, como forma de controlar o fluxo das pessoas na área, tecendo comentários em tom de deboche: “Só mais este e vamos para casa”. A empresa atua em área pública como se privada fosse, impede o livre trânsito de pessoas e exerce ronda de vigilância de forma indevida.

Nas duas situações, moradores locais denunciaram aos visitantes que são coagidos cotidianamente pelos funcionários da Vip Vigilância que fazem rondas constantes de motocicletas no povoado, interrogam os moradores sobre os seus trajetos e sobre os objetos que transportam, tentam impedir capinas para limpar as ruas e suas margens e interrogam visitantes. Enfim a empresa não se restringe a vigiar as áreas que já adquiriu na localidade e exerce atividades de controle de todo o território, constrangendo moradores e visitantes, assumindo ares de segurança pública e criando situações de intimidação daqueles que não querem vender seus terrenos e resistem à instalação do porto. Mais uma vez a ilegalidade se instala na região.

Assim sendo, denunciemos a atuação das empresas e solicitamos que medidas sejam tomadas para que os direitos humanos e os direitos territoriais dos moradores sejam respeitados e para que o direito de ir e vir dos visitantes não seja restringido pela atuação de empreendimentos privados.

Atenciosamente,

*Cindia Brustolin
Chefa do departamento de
Sociologia e Antropologia*

*Horácio Antunes de Sant’Ana Junior
Coordenador do Grupo de Estudos:
Desenvolvimento, Modernidade
e Meio Ambiente*

2.3.1 Estrutura formal da carta de denúncia

A CD (exemplo 01) em destaque se apresenta formalmente com os seguintes elementos estruturais (assinalados pela legenda de cores no texto):

local e data;

vocativo;

texto;

despedida ou desfecho;

assinatura.

2.3.2 Percurso temático da carta de denúncia

2.3.2.1 Denúncia

A denúncia é o foco principal desse tipo de carta. É em torno dela que o texto se estrutura. O sujeito a utiliza com o fim de questionar e buscar soluções para situações que burlem o direito (não apenas no sentido jurídico do termo, mas em relação a regras de modo geral) individual ou coletivo e sugere que providências sejam tomadas pelo destinatário em relação às situações denunciadas.

Na carta em destaque, a denúncia é feita por dois profissionais da Universidade Federal do Maranhão. Ambos denunciam a atuação ilegal dos funcionários de uma empresa de segurança privada contra moradores e visitantes do povoado Cajueiro em São Luís do Maranhão. Esses moradores enfrentam uma disputa judicial em defesa da área onde residem na qual determinada empresa pretende construir um porto.

2.3.2.2 Direito violado

O direito violado sempre fica claro e sempre aparece nesse tipo de carta – mesmo que não seja citado com todas as letras. Na carta analisada, é denunciada a violação dos direitos humanos, direitos territoriais dos moradores e direito de ir e vir dos visitantes.

2.3.2.3 Gravidade dos fatos

A gravidade dos fatos é um dos componentes motivadores da CD e sempre está presente na estrutura desse tipo de carta. Sua participação geralmente se dá no campo semântico da implicitude. É comumente expresso no primeiro parágrafo e a meta de todos os argumentos expostos no texto será comprová-la. Sua efetividade, ou seja, o julgamento se os fatos realmente são graves ou não, fica a cargo do interlocutor – evidenciado no vocativo. Na carta em destaque, os autores apontam como grave o fato de a empresa Vip Vigilância, que é privada, assumir o papel irregular de monitorar o trajeto dos moradores locais, bem como os objetos que transportam; impedir que limpem as ruas e suas margens; interrogar visitantes de várias localidades do Brasil – e até de outros países – e proibir a permanência deles na área. Como resultado, ocorre a violação explícita do direito de livre trânsito das pessoas: *“A empresa atua em área pública como se privada fosse, impede o livre trânsito de pessoas e exerce ronda de vigilância de forma indevida [...] extrapolou suas atribuições funcionando como instrumento*

de controle do território público”. Como os moradores estão em luta na defesa do território contra a construção do porto, a Vip Vigilância age em favor das empresas construtoras do porto no sentido de amedrontar os moradores: “*Os vigilantes ([...] são chamados de jagunços pelos moradores que resistem à construção do Porto)[...] fazem rondas constantes de motocicletas no povoado, interrogam os moradores sobre os seus trajetos e sobre os objetos que transportam, tentam impedir capinas para limpar as ruas e suas margens e interrogam visitantes*”. Essas e outras exposições visam a comprovar a violação dos direitos humanos e territoriais dos moradores.

2.3.2.4 Campo que a denúncia pretende beneficiar

Uma das finalidades da CD é trazer benefício ao campo individual ou coletivo. Esse campo nem sempre está explícito nesse gênero.

Na CD analisada, há algumas referências ao campo beneficiado, que é a coletividade – tanto os moradores do povoado Cajueiro quanto os visitantes da área.

2.3.2.5 Agente violador do(s) direito(s), alvo da denúncia ou responsável pelo problema

Esse é um componente que nunca se ausenta nesse gênero e aparece em geral no primeiro parágrafo, podendo ser citado livremente em qualquer outra parte do texto. Na CD analisada, o agente violador dos direitos é a empresa Vip Vigilância.

2.3.2.6 Robustez das provas

As provas se referem à comprovação de que o direito foi de fato violado. Sua robustez não se refere somente ao número apresentado, mas principalmente à consistência pela qual cada uma delas é perpassada. Na CD analisada, os autores apresentam como prova duas sequências narrativas e imagens dos acontecimentos, a fim de ilustrar seus argumentos. As sequências detalham pormenorizadamente as situações de violação de direitos. O primeiro relato se refere especificamente à abordagem intimidatória da empresa Vip Vigilância contra a comitiva composta por pesquisadores universitários e militantes do Movimento Saúde dos Povos (MSP), composta por pessoas de vários estados brasileiros e por representantes de alguns outros países, de acordo com o excerto seguinte: “[...] *No percurso até a praia, algumas pessoas do grupo*

foram abordadas por dois seguranças da Vip Vigilância, que faziam ronda em motocicleta (ver primeira foto em anexo) fizeram perguntas sobre quem eram, o que estavam fazendo ali e o que pretendiam. A abordagem, apesar de não ostensiva, tinha um caráter intimidador[...].” Essa narrativa, reforçada ainda por uma imagem, é utilizada para embasar o argumento subsequente: *“[...] A empresa de vigilância extrapolou suas atribuições funcionando como instrumento de controle do território público e envergonhando a segurança pública maranhense diante de visitantes de outras localidades [...].”*

No segundo relato o argumento aparece antes da narrativa – *“No dia 18 de agosto de 2016, mais uma vez e de forma ostensiva, a Vip Vigilância extrapolou suas atribuições [...]”* – que é exposta logo em seguida: *“[...] intimidando o jornalista italiano Paolo Annechini e sua esposa Luisa Annechini e os Pe. Emanuel e Pe. André. [...] que estavam acompanhados por dois estudantes vinculados ao GEDMMA e que fazem pesquisa socioantropológica na área (Ver as demais fotos em anexo).”* Na sequência, os autores novamente expõem o acontecido minuciosamente e antecipam a denúncia acerca do tratamento que os próprios moradores da área recebem dos funcionários da empresa: *“[...] Os vigilantes (que são chamados de jagunços pelos moradores que resistem à construção do Porto) chegaram novamente de motocicleta e alegaram que ali seria uma área privada e quaisquer presenças estranhas deveriam ser autorizados pela empresa[...].”* O parágrafo é finalizado com mais uma sequência argumentativa: *“[...] A empresa atua em área pública como se privada fosse, impede o livre trânsito de pessoas e exerce ronda de vigilância de forma indevida [...].”*

O paralelo semântico, expresso pelos moradores em relação ao termo “jagunço”, que de acordo com o Dicionário Online de Português⁵ é um criminoso que trabalha como segurança ou guarda-costas de uma pessoa poderosa, é retomado no terceiro parágrafo quando os autores dão detalhes das situações expostas pelos moradores em relação às atitudes dos vigilantes: *“[...] Nas duas situações, moradores locais denunciaram aos visitantes que são coagidos cotidianamente pelos funcionários da Vip Vigilância que fazem rondas constantes de motocicletas no povoado, interrogam os moradores sobre os seus trajetos e sobre os objetos que transportam, tentam impedir capinas para limpar as ruas e suas margens e interrogam visitantes.[...].”*

Observa-se que as provas, apesar de brevemente expostas, são diversas e exploram as minúcias dos acontecimentos visando a servir de fundamento para o parágrafo final, no qual os

⁵ Disponível em <<https://www.dicio.com.br/jagunco/>>; Acesso em 23 nov. 2018

autores elencam os direitos violados e requerem que providências sejam tomadas. É com base na consistência delas que o destinatário considerará ou não a relevância da denúncia expressa.

2.3.2.7 Solicitação por providências

A solicitação por providência em relação à violação do direito é um dos componentes mais importantes do percurso temático abrangido pela CD, pois demonstra a finalidade da denúncia – que é propiciar a solução do problema causado pela violação dos direitos. Na carta acima, a argumentação apresentada nas provas visa também a embasar essa solicitação que aparece no último parágrafo: “[...] Assim sendo, denunciemos a atuação das empresas e solicitamos que medidas sejam tomadas para que os direitos humanos e os direitos territoriais dos moradores sejam respeitados e para que o direito de ir e vir dos visitantes não seja restringido pela atuação de empreendimentos privados”.

Quanto ao modo com que o conteúdo temático é distribuído ou apresentado na CD, Lauria (2011) expõe a seguinte proposta:

Parágrafo I: apresenta o problema e mostra seu contexto;
Parágrafo II: traz os primeiros argumentos, fatos, indícios;
Parágrafo III: traz novos argumentos, fatos, indícios;
Parágrafo IV: Cobra soluções para o assunto apresentado;
Parágrafo V: Propõe soluções e faz o desfecho;

Observamos a relevância da sugestão exposta por Lauria (2011), ao confrontá-la com outras duas cartas⁶, além da CD acima apresentada. Nelas podemos perceber que o percurso temático ou o conteúdo a ser abordado pelo tema é apresentado no texto praticamente na mesma disposição paragrafada apontada pelo autor. Por isso adotamos a proposta do autor com algumas adaptações. A sequência e a ordem que os elementos do percurso temático devem aparecer na carta, não necessariamente devem ser a mesma que expomos. Fica a cargo do sujeito produtor do texto, decidir o espaço do texto que melhor se adeque a seu propósito comunicativo.

Parágrafo I: Exposição e contextualização: apresentação do remetente; considerações sobre o motivo do envio da carta, introduzidas por expressão como “venho por meio desta

⁶ Cartas disponíveis em: < <http://ocupacoescamilotorresirmadorothy.blogspot.com/2013/05/carta-denuncia-violacao-de-direitos.html>>; e em: <<http://bumbaoperamusicaais.blogspot.com/2015/10/denuncia-contra-diogo-producoes-carta.html>>; Acesso em 23 nov. 2018.

carta”, seguida do verbo denunciar + problema + causador do problema ou (verbo denunciar+ causador do problema+ problema).

Parágrafo II: Exposição (por meio de sequências argumentativas, descritivas e narrativas) das primeiras provas por meio de fatos e indícios – para evidenciar os direitos violados e, conseqüentemente, a gravidade dos fatos;

Parágrafo III: Exposição das conseqüências do problema. (por meio de sequências argumentativas, descritivas e narrativas) – com ênfase na gravidade que representam.

Parágrafo IV: Exposição de argumento de autoridade para comprovar o(s) direito(s) violado(s) (seguido por sequências argumentativas, descritivas e narrativas enfatizando a gravidade dos fatos).

Parágrafo V: Expressão conclusiva seguida de solicitação por providência e exposição do que o remetente espera que ocorra se providência for tomada.

2.3.3 Estilo linguístico da carta de denúncia

O estilo linguístico da CD reside no grau de formalidade, no vocabulário, nos vários recursos e expressões linguísticas que o usuário tem à disposição, conforme sua intenção comunicativa – a qual interfere na maneira como se diz algo e orienta a compreensão do que é dito; materializa-se nos elementos linguísticos utilizados para se posicionar acerca do dito, a exemplos dos modalizadores discursivos.

Os modalizadores, segundo Nascimento e Silva (2012, p. 80), “são os elementos linguísticos que materializam, explicitamente, a modalização”. De acordo com esse autor, existem os seguintes tipos e subtipos de modalização: epistêmica, que se divide em asseverativa, quase asseverativa e habilitava; deôntica, que se ramifica em de obrigatoriedade, de proibição, de possibilidade e volitiva; avaliativa e delimitadora. O quadro seguinte, extraído da obra de Nascimento e Silva (2012, p. 93) apresenta a conceituação desses tipos e subtipos de modalizadores e qual o efeito de sentido deles naquilo que é enunciado.

Quadro 02: Tipos e subtipos de modalização

Tipo de modalização	Subtipos	Efeito de sentido no enunciado ou enunciação
	Asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo verdadeiro

Continua

Quadro 02: Tipos e subtipos de modalização (continuação)

Epistêmica – expressa avaliação sobre o caráter de verdade ou conhecimento	Quase-asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro
	Habilitava	Expressa a capacidade de algo ou alguém realizar o conteúdo do enunciado
Deôntica – expressa avaliação sobre o caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade	De obrigatoriedade	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer
	De proibição	Expressa o conteúdo como algo proibido que não pode acontecer
	De possibilidade	Expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que algo aconteça
	Volitiva	Expressa um desejo ou vontade de que algo ocorra
Avaliativa – expressa avaliação ou ponto de vista		Expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico.
Delimitadora		Determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo do enunciado

Fonte: Nascimento e Silva (2012, p. 93).

Tomando por referência o quadro e relacionando-o à última CD exposta observamos que nela predominam modalizadores avaliativos. Percebe-se que essa prevalência se dá porque, na tentativa de convencer o destinatário, os remetentes expressam juízos de valor sobre os acontecimentos denunciados.

Como exemplo de ocorrência da modalização avaliativa, na carta em destaque, podemos observar, entre outros, os seguintes trechos: [...] *A abordagem, apesar de não ostensiva, tinha um caráter intimidador. A empresa de vigilância extrapolou suas atribuições funcionando como instrumento de controle do território público e envergonhando a segurança pública maranhense diante de visitantes de outras localidades [...]*. Nesse trecho, constata-se que todos os termos grifados expõem opiniões, julgamentos, avaliações dos remetentes acerca das ações da empresa denunciada. O objetivo dessa postura é sensibilizar o destinatário a atender a denúncia e, dessa forma, ter sua vontade realizada.

Outro fator que compõe o estilo da CD é a formalidade linguística focada na norma padrão da língua. A formalidade nesse tipo de carta encontra-se, entre outros recursos, na marcação do local e data, nos pronomes de tratamento que sinalizam autoridade ou respeito; na escrita das palavras de acordo com a gramática normativa; na assinatura da carta e na despedida.

O caráter formal é necessário para a perspectiva adotada por este trabalho, já que as cartas de denúncia a serem produzidas pelos alunos se destinam a um interlocutor pessoa jurídica da esfera do direito – campo que explora a formalidade ao máximo, então, uma vez definido o interlocutor para as produções discentes, “em função desse leitor, é que serão feitas as escolhas linguístico-discursivas” (NASCIMENTO, 2007, p. 137).

Toda essa exposição acerca do gênero CD busca esclarecer sua caracterização embasada nos autores mencionados a fim de facilitar sua compreensão com vistas a orientar a condução docente da produção desse gênero em sala de aula. Porém tal orientação precisa ser complementada com preceitos acerca do ensino de escrita. É nesse sentido que direcionamos o próximo capítulo.

3 TRAJETÓRIA DO ENSINO DE ESCRITA: DOS PRIMÓRDIOS AOS DIAS ATUAIS

No presente capítulo, discorreremos acerca do trajeto socio-histórico do ensino de escrita. Para essa abordagem traçaremos: um breve itinerário histórico percorrido pela escrita e pelo ensino de escrita vinculado essencialmente à prescrição gramatical, auxiliados, pelo pensamento de, entre outros, Soares (2002), Antunes (2003) e Santos (2007); dissertaremos acerca do ensino de escrita vinculado ao sociointeracionismo com base nas ideias de Travaglia (2009), Amorim (2016), Koch e Elias (2017a; 2017b), e, por fim, exporemos a perspectiva do ensino de escrita sociointeracionista associada ao letramento social por meio das noções de Kleiman (1995), Bakhtin (1997), Street (2014) e Soares (2017).

3.1 PERCURSO SOCIO-HISTÓRICO DA ESCRITA

A linguagem escrita – diferentemente da oral, cuja aquisição é natural e ocorre em nossos primeiros anos de vida – foi inventada pelo homem e não existe em todas as sociedades humanas (GOMES, 2009). Sua emergência é um acontecimento que marca o fim da pré-história e o início da história dos seres humanos e “foi um passo fundamental para a humanidade, não apenas por ser uma forma de registro da História, mas também por representar uma possibilidade de ler e interpretar o mundo” (FARAH, 2005, p.1).

Para chegar até nós da forma como se apresenta hoje, a escrita passou por um processo socio-histórico de construção e transformação, gradativamente coletivo, impulsionado pelas necessidades exigidas por cada momento da História. Esse processo, engloba, de acordo com Costa, Silva e Vilaça (2013), um estágio pictórico, em que a realidade era representada por meio de desenhos; um período ideográfico, no qual símbolos gráficos – ideogramas – eram utilizados para representar ideias; e, por fim, uma fase alfabética, a qual substituiu os ideogramas do período anterior por letras.

A fase alfabética iniciou-se com o alfabeto fenício que, ao ser modificado pelos gregos na Grécia Antiga, se consolidou tão firmemente que atravessou o tempo, alcançou nossos dias e não dá nenhum sinal de declínio. Pelo contrário: o que se vê na contemporaneidade é a presença constante da escrita alfabética nas diversificadas situações cotidianas da vida humana – o que contribui com sua ininterrupta estabilização. Com a escrita alfabética, os gregos puderam construir a Filosofia e, a partir dela, desenvolver várias áreas do conhecimento, inclusive o estudo da linguagem.

Conforme expusemos, os gregos concebiam a linguagem como expressão do pensamento e essa concepção prevaleceu até o século XIX, com o advento do estruturalismo saussuriano. Nesse modo de pensar, de acordo com Travaglia (2009), a escrita é regida por normas gramaticais que organizam logicamente o pensamento e a linguagem e essas regras constituem as diretrizes do falar e escrever “bem”. Segundo Koch e Elias (2017b), nesse período, a escrita é focada no escritor o qual tem no texto um mero produto lógico a ser transmitido para a mente do leitor. O papel do leitor então é interpretar o texto da maneira que foi pensada pelo escritor sem levar em consideração seus conhecimentos prévios nem os processos interacionais que envolvem a escrita – pois tanto as ações quanto o dizer do escritor são soberanos. A escrita, portanto, é produzida por um sujeito “psicológico, individual, dono de sua vontade e de suas ações [...] um ego que constrói uma representação mental e deseja que esta seja “captada” pelo interlocutor da maneira que foi mentalizada” (KOCH, 2003, p.13).

A segunda forma de conceber a língua surge, como vimos, com Saussure no século XX, e apresenta a ideia de linguagem como instrumento de comunicação. Nessa perspectiva, de acordo com Koch e Elias (2017b), a escrita é focada na língua – que é vista como um sistema pronto, acabado; o escritor/emissor deve se apropriar do sistema e das regras que o formam para produzir o texto, um mero produto a ser decodificado pelo leitor – desde que este também esteja a par do sistema e de suas regras. Essa visão de escrita não admite interpretações diferentes daquelas transmitidas pelo escritor, pois:

[...] o uso do código é determinado pelo princípio da transparência: tudo está dito no dito ou, em outras palavras, o que está escrito é o que deve ser entendido em uma visão não além nem aquém da linearidade, mas centrada na linearidade (KOCH; ELIAS 2017b, p. 33).

Nessa percepção, portanto, o sujeito ‘produz a escrita, afastado do seu contexto e do que é socio-histórico na língua.

Com a terceira concepção de língua, a sociointeracionista, engendrada principalmente com base no pensamento de Bakhtin (1997), surge a noção de sujeito cujas práticas de linguagem são voltadas para a comunicação social que se realiza em colaboração intersubjetiva. Nesse sentido, a escrita “supõe parceria, envolvimento entre sujeitos, para que aconteça a comunhão de ideias, das informações e das intenções pretendidas [...] supõe que alguém selecionou alguma coisa a ser dita a um outro alguém, com quem pretendeu interagir, em vista de algum objetivo” (ANTUNES, 2003, p. 45). É por esse modo de pensar que nosso trabalho

envereda, pois, assim como Antunes (2003), Gomes (2009) e Elias (2014), acreditamos que a escrita é uma atividade de interação, uma prática social com a qual o sujeito manifesta verbalmente informações, ideias, sentimentos e emoções a serem compartilhados com a alteridade.

Para conceber a escrita como prática social é necessário ter em vista a seguinte configuração:

[...] i) quem escreve o faz para um leitor ou um conjunto de leitores e pressupõe conhecimentos compartilhados com esse(s) leitor(es); ii) quem escreve tem um objetivo para ser alcançado e com base nisso age estrategicamente no curso de sua produção; iii) quem escreve vai ajustando a escrita ao longo da atividade, processo que focaliza a reescrita; iv) o sentido da escrita advém de uma conjugação de fatores relacionados ao escritor, ao leitor, ao processo. (ELIAS, 2014, p. 103).

Percebe-se então que o ponto de partida para uma escrita na perspectiva interacional é a intersecção entre a tríade: escritor (aquele que produz o texto); leitor (o parceiro da comunicação a quem o texto se destina) e a informação ou conhecimento objeto do dizer (o que é expresso no texto). Nesse processo, as palavras exercem a função de interligar os personagens da interação e para tanto empreendem:

[...] a mediação entre [...] quem escreve e quem lê. Como mediação, elas se limitam a possibilitar a expressão do que é sabido, do que é pensado, do que é sentido. Se faltam as ideias, se falta a informação vão faltar as palavras. Daí que nossa providência maior deve ser encher a cabeça de ideias, ampliar nosso repertório de informações e sensações, alargar nossos horizontes de percepção das coisas. Aí as palavras virão, e a crescente competência para a escrita vai ficando por conta da prática de cada dia, do exercício de cada evento, com as regras próprias de cada tipo e de cada gênero de texto.” (ANTUNES, 2003, p. 45).

É indispensável, para o êxito em todos os processos da produção escrita, que o escritor leve em conta o outro para quem o texto é escrito. Caso isso não ocorra, a escrita perde o sentido e deixa de ser interativa, pois “quem escreve [...] está em interação com outra pessoa. Essa pessoa é a medida e o parâmetro das decisões que devemos tomar acerca do que dizer, do quanto dizer e de como fazê-lo” (ANTUNES, 2003, p. 46). Ou seja, na vida prática – espaço onde as formas de comunicação, entre elas a escrita, se realizam – todo escrito é produzido para um interlocutor. O contrário é impensável, considerando que:

Escrever sem saber para quem [...] é uma tarefa ineficaz, pois falta a referência do outro a quem todo texto deve adequar-se. Como saber se dissemos de mais ou de

menos? Como avaliar se fomos precisos, se fomos relevantes, se dissemos “com a palavra certa” aquilo que tínhamos a dizer? Sem o outro do outro lado da linha não há linguagem. Pode haver o treinamento mecânico e aleatório de emitir sinais, o que na verdade, fora de certas situações escolares, ninguém faz (ANTUNES, 2003, p. 47).

Podemos observar até aqui que a escrita – vinculada a um contexto onde o escritor produz sua composição tendo em mente o outro – desempenha uma função social, ou seja, o texto é planejado para alcançar determinado(s) sujeito(s), numa dada realidade social e pretende exercer sobre ele(s) algum tipo de influência, despertar responsividade. Para tanto, pode se apresentar em formatos diversos, ou seja, sob a forma de gêneros textuais distintos porque “a produção de textos escritos toma formas diferentes, conforme as diferentes funções que pretende cumprir” (ANTUNES, 2003, p. 49).

Com o avanço da modernização da sociedade, com o progresso constante da informática e o aparecimento de novos e diversos papéis no seio da coletividade, novos gêneros textuais surgem a cada dia fazendo com que o texto escrito alcance importância singular para a vida. Portanto, ter acesso à escrita se tornou algo fundamental ao ser humano imerso no contexto social industrializado. Porém esse acesso vai muito além da alfabetização, ou seja, da aquisição mecânica da leitura e da escrita. Apenas conhecer as configurações que caracterizam cada gênero textual também não é suficiente, pois para ser eficaz:

O ato de escrever [...] requer algumas etapas, a começar pela definição de metas e realização de um plano, depois passa pela resolução de problemas e termina com a revisão e a edição do texto. A realização desse plano deve levar em consideração três questões: a ideia (o conteúdo) que vai ser desenvolvida; o texto propriamente dito (o gênero adequado); e o leitor pretendido (quem vai ler o texto) (GOMES, 2009, p. 114-115).

Essas e outras etapas demandadas pela escrita, são sistematizadas pelo ensino escolar. É a ação, refletida, planejada e organizada pelo profissional professor de Língua Portuguesa que media os procedimentos e reflexões necessários à eficácia do ensino da escrita – sobre o qual discorreremos na sequência.

3.2 PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO DO ENSINO DE ESCRITA: DA TRADIÇÃO GRAMATICAL AO SOCIOINTERACIONISMO E LETRAMENTO SOCIAL

Antes de adentrarmos à corrente de ensino de escrita em evidência na contemporaneidade, com a qual nosso trabalho se associa, a sociointeracionista ancorada à

noção letramento social, trataremos brevemente do trajeto socio-histórico percorrido pelo ensino de escrita como um todo, de seu surgimento à atualidade, levando também em consideração o cenário brasileiro. Compreendemos que, como sujeitos localizados num determinado momento do tempo, é oportuno situarmos os principais meandros históricos que engendraram este elemento epistemológico a fim de compilar e compreender o arcabouço de saberes que, gradativamente, tanto o construíram quanto o modificaram.

Fugita (2018), posiciona historicamente o aparecimento e desenvolvimento do ensino de escrita apontando as datas subsequentes. Segundo o autor, em 4.000 a. C surgem as primeiras formas de ensino de escrita na Suméria com a escrita pictórica cuneiforme. Ali a escrita era ensinada em casa, ou seja, passada de pai para filho; no século IV a. C., Platão, tendo à disposição a escrita alfabética, funda a academia na Grécia para o ensino de filosofia e matemática; famílias gregas ricas passam a pagar mestres pedagogos para acompanharem as crianças nos estudos e surgem, também no território grego, as primeiras escolas (em formato diferente das atuais) para o ensino de gramática, excelência física, música, poesia e eloquência – modelo que se estende até a emergência das escolas modernas, nos mesmos moldes das atuais, no século XII; em 1549 é fundada a primeira escola no Brasil pelos jesuítas.

Se tomarmos por referência o ensino grego de escrita alfabética, perpassarmos todos os momentos históricos expostos e nos estendermos até o início das últimas três décadas do século passado, perceberemos a predominância do ensino de escrita direcionada à prescrição gramatical. Esse ensino se concentra em normatizar a escrita a partir das regras gramaticais da variedade padronizada da língua e seu propósito é:

[...] levar o aluno a substituir seus próprios padrões de atividade linguística considerados errados/inaceitáveis. É, portanto, um ensino que interfere com as habilidades linguísticas existentes. É ao mesmo tempo proscritivo, pois a cada “faça isto” corresponde um “não faça aquilo”. Esse tipo de ensino está diretamente ligado [...] à gramática normativa e só privilegia, em sala de aula, o trabalho com a variedade escrita culta, tendo como um de seus objetivos básicos a correção formal da linguagem (TRAVAGLIA, 2009, p. 38).

Desconsiderando o fato de que o exercício da escrita é complexo e “envolve aspectos de natureza cognitiva, pragmática, socio-histórica e cultural” (AMORIM, 2016, p.45), esse ensino, centralizado na gramática normativa tendo como referência os cânones da literatura, compreende que “a aprendizagem da língua consiste na arte do bem falar e bem escrever, ou seja, usar corretamente a gramática” (SANTOS, 2007, p. 13).

A gramática normativa, de acordo com Travaglia (2014, p. 30):

[...] é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseia-se, em geral, mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita. [...] a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, [...] considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira [...] é o tipo de gramática a que mais se refere tradicionalmente na escola, e quase sempre, quando os professores falam em ensino de gramática, estão pensando apenas nesse tipo de gramática, por força da tradição ou por desconhecimento da existência dos outros tipos.

O interesse pelo ensino da gramática normativa (ou tradicional) é de origem filosófica grega. “Os filósofos gregos se interessaram por estudar a linguagem, entre outros motivos, porque queriam entender alguns aspectos associados à relação entre a linguagem, o pensamento e a realidade” (MARTELOTTA, 2017, p. 45). Esse estudo aproximou a linguagem da disciplina de lógica e a gramática passou a ser abordada como uma reprodução do pensamento interno humano. Mas a preocupação da gramática grega, além de filosófica, era também normativa. Ela tomava para si o papel de estabelecer padrões que manifestassem o modelo ideal de uso da língua grega. Os romanos, por sua vez, ao adaptarem os princípios gramaticais gregos à língua latina, deram maior ênfase à normatividade, visando à unidade linguística do império.

Vê-se, portanto, que entre as raízes do ensino normativo da escrita, estão a priorização da variedade prescritiva da linguagem por um viés cultural – com vistas a determinar um modelo ideal de língua cujo acesso estava relegado às elites e por uma orientação política (o padrão linguístico pretendia evitar a fragmentação do império romano). Para cenários como esse, Faraco (2008, p. 34) aponta a concepção de língua como “entidade cultural e política e não propriamente uma entidade linguística. Ou seja: não há uma definição de língua por critérios puramente linguísticos, mas fundamentalmente por critérios políticos e culturais”. Faraco (2008) ilustra ainda essa concepção de língua ressaltando o fato de que os patrícios romanos e todas as elites que os sucederam demonstraram seu *status quo* não só por meio dos bens materiais, mas também pela maneira como utilizavam a língua. Desta forma, atribuíam-se à normatização da língua importantes relevâncias simbólicas. Ela representava a participação em determinada classe social, era símbolo de nobreza e fonte de exclusão social. Porém “as transformações econômicas, sociais políticas e culturais dos últimos 200 anos afetaram profundamente esse perfil elitista tradicionalmente agregado a certa variedade da língua” (FARACO, 2008, p. 62). Ou seja, o ensino da língua deixa de dar atenção exclusiva à variedade normativa da linguagem e dá espaço também a outras variedades linguísticas. Nessa perspectiva, a língua passa a ser vista como:

[...] conjunto de variedades. Em outras palavras, não existe língua para além ou acima do conjunto das suas variedades constitutivas, nem existe a língua de um lado e as variedades de outro, como muitas vezes se acredita no senso comum: empiricamente a língua é o próprio conjunto das variedades. (FARACO, 2008, p. 33).

Esse processo de ruptura com a hegemonia do ensino normativo da língua, ou seja, a adoção de um ensino que considere as variedades linguísticas, não é consensual no Brasil. “Ainda circula [...] entre nós um discurso excessivamente purista (ou pseudopurista) sobre as questões linguísticas como se fôssemos uma sociedade colonial agrária [...] para quem fazia sentido o jogo de salão de apontar ‘erros de português’ em seus pares” (FARACO, 2008, p. 65). De fato, as raízes do ensino vinculado exclusivamente à gramática normativa ainda inspiram muitas práticas de preconceito linguístico, inclusive nas ações de muitos professores nas salas de aula brasileiras, pois como observaremos, a seguir, esse ensino normativo foi introduzido em nosso país desde a criação da primeira instituição de ensino se fortaleceu ao longo dos séculos subsequentes.

A jornada do ensino de escrita no Brasil se inicia na primeira escola fundada no país em 1549, pelos jesuítas. Esse ensino, nesse período, segundo Soares (2002), era embasado na gramática e estava voltado para a língua latina. De acordo com Villalta (2002), a escrita, na chamada ‘fase das primeiras letras’, resumia-se ao que hoje chamamos de alfabetização. O objetivo era ensinar a doutrina cristã, a contar, a ler, escrever e falar português. Em seguida desenvolvia-se no plano de estudos *Ratio Studiorum*⁷ – que abarcava das séries finais do atual ensino fundamental até o superior. Seguindo esse plano, em todos os níveis de ensino, “diariamente os alunos redigiam uma composição em latim, que era a principal atividade da aula” (VILLALTA, 2002, p. 03). Esses textos se concentravam na imitação dos escritos latinos e gregos, ou seja, eram meramente livrescos, sem conexão com a realidade. É com os jesuítas que é introduzida no país a noção de escrita como domesticação do pensamento, visão esta que perdura até hoje.

A partir das reformas educacionais realizadas pelo Marquês de Pombal, em 1759, a gramática da língua portuguesa se desvincula da latina e, junto à retórica e à poética tornam-se as disciplinas com as quais ocorre o ensino de língua portuguesa. Nesse período, segundo Shuller (2017), alavancado pelas ideias pedagógicas vigentes na Europa – que priorizavam a

⁷ Método Pedagógico dos Jesuítas elaborado por Inácio de Loyola em 1552 cujos pressupostos foram firmados em um manual composto por regras as quais dispõem sobre os aspectos administrativos, curriculares e metodológicos da Companhia de Jesus (TOYSHIMA E COSTA, 2012).

correção ortográfica e caligráfica como reflexo do bom caráter do discente – o ensino de escrita brasileiro passa a adotar as mesmas preocupações, “nesse sentido, a caligrafia era o ofício do aluno, conectando uma escrita direita, limpa, organizada a uma retidão de caráter” (SHULLER, 2017, p. 235). Sobre isso, a autora ainda acrescenta:

Daí o sentido dos exercícios de correção, buscando facilidade, clareza e elegância na expressão, operando principalmente a escrita como representação da leitura. E, apesar dos exercícios de cópia e ditado terem sido denunciados pelos métodos ativos, continuam como os principais exercícios no cotidiano das salas de aula até o final do século XX (poderíamos tranquilamente arriscar a dizer até os dias atuais) (SHULLER, 2017, p. 235).

O ensino da retórica e da poética voltado para a escrita, mas dissociado do de gramática, fez com que surgissem dois manuais didáticos: as gramáticas, tanto de uso autônomo para o ensino da disciplina português quanto escolar – que tiveram suas publicações intensificadas nessa época – e as coletâneas de texto, que apresentavam trechos de autores do cânone literário sem nenhum acréscimo de explicação, comentário ou exercício. Bastava ao professor, portanto, que a obra didática lhe ofertasse o texto, pois a noção que se tinha de professor da disciplina de português nesse período era de que só a ele cabia tecer considerações. As atividades de escrita passam a resumir-se à elaboração de exercícios gramaticais e de interpretação tendo por base determinado texto. Com o fim do império, essas três disciplinas são transformadas em uma única, e recebem a denominação de ‘português’.

Até a década de 1980 do século XX, de acordo com Beth Marcuschi (2010), predominou no ensino da língua portuguesa a chamada “escrita correta”, a qual compreendia a escrita como observação das regras da gramática normativa e da ortografia. Associava-se análises morfológicas e sintáticas, de palavras e frases, isoladamente a textos da literatura clássica, da esfera midiática, da literatura infantil ou a textos escritos pelo autor do livro didático. O texto era visto como um conjunto de frases e, para elaborá-lo, fazia-se necessário que o aluno apenas aprendesse a escrever e reunir frases gramaticalmente corretas. A autora reitera que essa tendência, mesmo predominando durante todo esse período do século XX, oscilou teórica e metodologicamente – o que deu espaço para outras perspectivas de ensino de escrita.

Do início do século XX aos anos 1950, conforme Beth Marcuschi (2010, p. 67) “a escritura em sala de aula era solicitada em forma de uma “composição livre”, de uma “composição à vista de gravura”, de “trechos narrativos” ou ainda de “cartas””. Essas composições buscavam atender às regularidades gramaticais, o uso da imaginação e a

originalidade da produção, porém nem o professor nem o aluno conheciam o sentido dessas produções. Compreendia-se que o papel da leitura e da escrita era o de conduzir o aluno à virtude e o objetivo do percurso educacional era a formação moral e espiritual dos discentes. Num arremate sobre o processo de escrita das composições a autora afirma:

[...] a escrita das composições tem por objetivo principal fornecer ao professor dados a respeito da aprendizagem dos alunos no que tange aos fenômenos ortográficos e aos preceitos morais tidos como irrefutáveis pela escola. Em síntese, a escrita, nesse caso, configura-se como uma tarefa que visa à escolha de palavras corretas, nobres e bonitas, que falam à alma e trazem um ensinamento. Desconsidera, pois, inteiramente, o processo de construção de sentidos (BETH MARCUSCHI, 2010, p. 70).

Nas décadas de 1960 e 1970, amplia-se a participação da população oriunda de classes sociais menos favorecidas no ensino escolar formal – o que, de acordo com Beth Marcuschi (2010), promove o afastamento dos textos literários clássicos, pois os interesses sociais, voltados para a comunicação de massa, passam a valorizar mais o ensino que prioriza a capacidade de o indivíduo se comunicar com clareza. Devido ao momento político e a valorização do viés comunicativo, a escola vivenciava o seguinte dilema em relação ao ensino de escrita:

[...] ao mesmo tempo em que era chamada a estimular o aluno a expressar suas ideias de modo criativo, em atividades denominadas “redação”, “redação livre” e “redação criativa”, era pressionada a cercear a liberdade do aprendiz na emissão de posições sobre o *status quo*. (BETH MARCUSCHI, 2010, p.71).

Nos anos 1970, a concepção de língua como sistema – que prevalecia no ensino de gramática – e como expressão estética, oriunda inicialmente do ensino da retórica e da poética, e posteriormente do estudo dos textos, foi substituída pela noção de língua como comunicação – consequência do estabelecimento da disciplina “Comunicação e expressão”, pela LDB de 1971. Os objetivos do ensino de escrita se voltam para o uso, tornam-se utilitários, destinados a favorecer a compreensão de códigos verbais e não verbais. Os livros didáticos abrem espaço para textos fora da esfera literária e começam a utilizar como método de escolha dos textos os vínculos destes com as práticas sociais. A redação obedecia a um modelo padrão, a técnicas as quais deveriam comunicar claramente a mensagem pretendida. Com isso se intenciona formar um aluno capaz de demonstrar eficiência comunicativa na troca de mensagens padronizadas tanto com outras pessoas quanto com nenhuma delas. É também nessa época que os gêneros

escolares narração, dissertação e descrição se consolidam nas práticas de ensino de escrita em sala de aula.

O predomínio do ensino distanciado da concretude da realidade social, conforme Soares (2002), passa a ser abalado com maior intensidade no final dos anos 80. Percebe-se, nesse período, que o conceito de língua adotado até então já não se adequa nem ao contexto socio-histórico nem ao programa das ciências linguísticas. Então, diante das reivindicações destas, especialmente da sociolinguística, que reclama que as variedades da língua sejam incluídas no ensino; das novas concepções de gramática, trazidas pelos estudos descritivos; da linguística textual, a qual requisita que a gramática ultrapasse a fonologia e a morfossintaxe e chegue ao texto e das contribuições da pragmática, da teoria da enunciação e da análise do discurso – cuja visão extrapola a compreensão de língua como comunicação e a enxerga na qualidade de enunciação que inclui as relações contextuais e socio-históricas entre a língua e os sujeitos que a utilizam. Ou seja, a partir dessa concepção da língua surge a visão sociointeracionista da escrita como síntese dos desdobramentos epistemológicos que o ensino de escrita apresentou ao longo dos séculos.

A visão sociointeracionista de escrita se insere na concepção de linguagem apresentada por Koch (2018), como uma atividade, uma forma de ação intersubjetiva, lugar de interação onde os integrantes da sociedade praticam atividades diversas as quais exigem uns dos outros gestos e atitudes capazes de estabelecer novas relações. Nela, segundo Koch e Elias (2017b), a produção escrita é considerada um evento – com implicitudes variadas somente perceptivas quando inseridas num contexto – no qual quem escreve e para quem se destina “são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto [...] para o qual concorrem aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e interacionais” (KOCH; ELIAS, 2017b, p. 34). Para Travaglia (2009), as diversas relações desses atores sociais/sujeitos que ocupam lugares na sociedade ocorrem a partir desses lugares, de acordo com as formações imagéticas que a sociedade estabeleceu para esses lugares.

Convém ressaltar a noção da perspectiva interacionista em relação aos principais sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino: professor e aluno. Segundo Passarelli (2012), o professor é o mediador de quem principalmente depende a ação interativa, pois é ele quem articula os aspectos cognoscitivos – que se refere à transmissão dos conteúdos e à escolha das atividades escolares – e socioemocional, relativo ao vínculo afetivo interpessoal entre professor e aluno e às regras disciplinares. Nesse processo, ele dialoga com os alunos e com os

objetos de conhecimento para construir uma metodologia que melhor se adeque ao trabalho em sala de aula, motive os alunos à aprendizagem e diminua a resistência deles ao ato de escrever. Ao sujeito aluno compete, por sua vez, autonomamente, junto com o sujeito docente, engajar-se no processo interacional articulado pelo professor para que a prática do ensino de produção textual possa ser transformada. O processo de ensino interacional elaborado e articulado pelo professor visa a, entre outros aspectos:

[...] desenvolver no aluno a capacidade de ouvir, receber e interpretar uma mensagem, por meio de debates, análises, respeitando as regras das interações verbais, além de desenvolver a capacidade de ser um usuário ativo da sua língua nas duas modalidades: a oral [...] e a escrita, com a opção por condições que permitirão ao aluno ser o locutor da mensagem escrita. São essas condições que farão do aluno um usuário de fato da escrita, em vez de um mero aprendiz de escrita (PASSARELLI, 2012, p. 82).

O texto, nessa perspectiva, conforme Santos (2007), assume papel central, tanto no ensino da leitura quanto da escrita e a gramática é relegada a uma função secundária e subsequente ao conhecimento e à utilização da linguagem. Isso ocorre porque, o ensino prescritivo do código linguístico vinculado à gramática em sua variedade padrão, deu lugar à escrita “entendida como produção textual [...] um processo que inclui o planejamento, a produção em si, a revisão e a posterior reescrita, exigindo do produtor a ativação de conhecimentos e a mobilização de muitas estratégias” (AMORIM, 2016, p. 50).

A partir da visão sociointeracionista do ensino de escrita, vários autores, como Amorim (2016), expõem proposições estratégicas que possam conduzir a prática docente na transmissão desse conhecimento. Nesse sentido, a título de ilustração, apresentaremos algumas dessas proposições e depois indicaremos qual delas foi adotada por nosso trabalho.

Conforme Passarelli (2012), são cinco as etapas do processo do ato de escrever ou do ensino da produção textual, divididas em atividades básicas progressivas a serem desenvolvidas pelos discentes por meio de técnicas e procedimentos específicos a cada uma. São elas: planejamento mentalizado – cuja finalidade é o aluno se certificar do que será dito e para quem será dito; tradução de ideias em palavras: de caráter temporário, provisório, consiste em exprimir por meio de palavras as ideias mentalizadas no planejamento através da elaboração de um rascunho, uma primeira versão do texto final; revisão – estágio em que o sujeito que escreve passa a ser leitor das próprias produções, com vistas à reescrita, buscando: adequar as palavras e construções a suas intenções, averiguar a organização, clareza e coerência das ideias, verificar a adequação do texto ao leitor e examinar se o propósito prévio da escrita do texto foi alcançado;

editoração: momento em que o produtor/redator configura o acabamento textual levando em consideração o leitor e o espaço ou suporte em que o texto será publicado; guardião do texto: não é uma etapa, mas um mecanismo de controle que atravessa todas as fases da escrita, a fim de “orientar o produtor-escritor quanto à manutenção de metas daquilo a que ele se propôs escrever” (PASSARELLI, 2012, p. 100). Além dessas propostas, a autora sugere que o professor exerça a docência no papel de mediador e que o método de verificação das etapas da produção textual seja o da avaliação formativa.

De acordo com Antunes (2003), a escrita é um percurso que se constrói aos poucos, no decorrer das leituras, reflexões e informações providas de procedências diversas. É uma prática que não pode ocorrer de improviso, nem surge por completo quando se começa propriamente a escrever. A fim de esclarecer essa proposição, a autora aponta três etapas a serem percorridas pelo aluno no processo de escrita sob mediação docente: do planejamento, da escrita e da revisão da escrita.

A etapa do planejamento requer a delimitação do tema do texto; escolha dos objetivos; definição do gênero; determinação dos parâmetros que organizarão as ideias, demarcação do perfil dos leitores e o grau de formalização linguística que o texto deve apresentar.

Na etapa da escrita, realiza-se a ação de registrar no papel o que foi anteriormente planejado levando em consideração as circunstâncias concretas nas quais a comunicação se realiza.

Por último sucede a etapa da revisão ou reescrita, em relação à qual, segundo Antunes,

Corresponde o momento de análise do que foi escrito, para aquele que escreve confirmar se os objetivos foram cumpridos, se conseguiu a concentração temática desejada, se há coerência e clareza no desenvolvimento das ideias, se há encadeamento entre os vários segmentos do texto, se há fidelidade às normas da sintaxe e da semântica – conforme preveem as regras de estrutura da língua – se respeitou, enfim, aspectos da superfície do texto, como a ortografia, a pontuação e a divisão do texto em parágrafos. (ANTUNES, 2003, p. 55).

Além da aplicação de estratégias como a da correção-interativa, a etapa da revisão e da reescrita é o momento em que se confere se os objetivos foram efetivados; se a concentração temática foi alcançada; se as ideias apresentadas são claras e coerentes; se os elementos do texto se encadeiam; se as normas da sintaxe e da semântica foram seguidas; se aspectos textuais – como ortografia, pontuação e a disposição do texto em parágrafos – foram respeitados.

Associado às etapas e estratégias que conduzem ou auxiliam a atuação docente no ensino da produção do texto escrito, um instrumento de fundamental relevância nesse processo é a avaliação. Acerca dessa prática pedagógica, Antunes (2003) afirma:

Avaliar pretende ser uma atividade pela qual se procura saber, tomar consciência, sentir ou verificar a quantas anda a realização de um empreendimento, o desenvolvimento de um processo, a execução de uma tarefa. Avaliar é, assim, uma estratégia fundamental no decorrer de qualquer realização [...] A avaliação constitui o ponto de referência para as decisões que precisam ser tomadas. Tem assim uma função *retrospectiva*, que sinaliza “os achados feitos”, e uma função *prospectiva*, no sentido de que nos aponta “como devemos prosseguir”, o que fazer “daqui em diante”, por “onde ir”, “a que ponto voltar” etc. (ANTUNES, 2003, p. 166).

A avaliação é um procedimento que deve ocorrer em todas as atividades produzidas pelos alunos; e não é exclusividade do professor, mas uma atividade conjunta em que o aluno atua realizando autoavaliação – a fim de que alcance “a necessária autonomia de que precisa como cidadão crítico e participativo” (ANTUNES, 2003, p. 164).

Para avaliar um texto escrito, Antunes (2003) considera que devam ser examinados: a) os elementos linguísticos – o léxico, que abrange todas as palavras da língua e a gramática, cujo conjunto de normas combinam elementos maiores a fim de exprimir intencionalidade e significação – com vistas à clareza semântica expressa em um contexto; b) os elementos de textualização – que abarcam todas as propriedades do texto: coesão, coerência, informatividade, intertextualidade e todos os mecanismos e estratégias que constroem a sequência textual; e c) os elementos do estatuto pragmático do texto – que englobam as intenções pretendidas, o gênero textual, o domínio discursivo, o conhecimento prévio, o interlocutor previsto, as condições materiais e a ancoragem no texto.

Essa avaliação pode repercutir na prática do professor, segundo Antunes (2003), como avaliação da totalidade, ou seja, que considera não só os acertos, mas também as tentativas não exitosas dos alunos; avaliação equilibrada, que não vê apenas os erros, mas também não é complacente; avaliação consistente, que não rebaixa os níveis de exigência do ensino e avaliação responsável, na qual o professor exerce o papel de mediador, facilitador da aprendizagem, que afirma, contrapõe e propõe e avaliação significativa, que permite ao professor e aos alunos observarem as condições da aprendizagem norteando assim futuras tomadas de decisões. Para o aluno, essa avaliação pode representar o crescimento de sua necessária autonomia, que se expande e “se consolida todas as vezes que o sujeito avalia sua própria produção, se escuta, se analisa, se testa, sem esperar unicamente que a aprovação ou

sanção venha de fora embora, a ela também saiba dar ouvido” (ANTUNES, 2003, p. 176); a compreensão de que a rigidez da norma padrão é fruto de convenção social; a compreensão dos gêneros textuais como modelos sociais de escrita.

Em relação aos resultados desse parâmetro de avaliação nas instituições escolares, Antunes (2003), ressalta que essas instituições não estão preparadas para acolher o paradigma avaliativo exposto e, para fazê-lo, teriam de passar por profunda mudança.

Como problemas que inabilitam as instituições escolares a estarem aptas ao parâmetro avaliativo apresentado, Antunes (2003), aponta causas como o fato de o ensino de escrita ainda não ser prioritário nas escolas, pois os professores ainda dispensam mais tempo com exposições e explicações orais do que com leitura e escrita; a falta de investimento na formação linguística e pedagógica dos professores; a ausência de estudos acerca dos processos de avaliação e seus diversos procedimentos didáticos nos cursos de graduação; a desvalorização do trabalho do professor; o pouco tempo de que o professor dispõe, dentro de sua carga horária de trabalho para desempenhar inúmeras tarefas – o que prejudica a qualidade do ensino e repercute na aprendizagem dos alunos; o número de alunos na sala de aula; a falta de interação entre as turmas que compõem a escola, cada qual estudando e sendo avaliadas isoladamente – desfavorecendo a construção de uma sociedade coletiva e solidária. Essas limitações precisam ser superadas por meio das seguintes ações: inserção da escola na comunidade social do bairro, da cidade, da região, do país, do continente, do mundo; inclusão social dos alunos através das práticas sociais da vida pública – principalmente as que envolvem a língua escrita em seus dois lados basilares que são a leitura e a escrita; estabelecimento de relações entre a família e a escola.

Serafini (1998), por sua vez, apresenta estratégias para correção do texto escrito. Para a autora, “a correção de um texto é o conjunto de intervenções que o professor faz para apontar defeitos e erros” (SERAFINI, 1998, p. 107). Essa prática agrega elementos que auxiliam a avaliação do docente em relação à produção escrita dos alunos. Porém, para que isso ocorra de modo eficaz é necessário que o professor a realize embasado em seis princípios básicos. São eles: não ambiguidade da correção; catalogação e reagrupamento dos erros; revisão, compreensão e trabalho sobre as correções, por parte dos alunos, a partir do estímulo despertado pelo professor; correção de poucos erros em cada texto; predisposição do professor a acolher a produção textual do aluno; adequação da correção à capacidade de cada discente.

Segundo Serafini (1998), duas formas de correção estão majoritariamente presentes nas salas de aula das escolas brasileiras, as correções indicativa e resolutive. Conforme a autora,

nenhum dos princípios básicos de correção são respeitados pela correção indicativa e apenas o primeiro é levado em conta pela correção resolutiva.

Na correção indicativa o professor identifica todos os erros presentes no texto, mas não os classifica precisamente. Sua ação se concentra na correção ocasional de erros ortográficos e lexicais, o que acarreta pouca alteração textual. “Este tipo de correção não leva o aluno à solução de seus problemas, especialmente se o erro não vem apontado com precisão” (SERAFINI, 1998, p. 113).

Na correção resolutiva, o docente reescreve palavras e períodos completos preocupado com a correção de todos os erros. Os problemas desse método são: supressão dos erros e substituição destes pela opinião do professor; imprecisão na localização dos erros quando o docente reescreve o período completo; não indicação do tipo de erro. “A maior limitação desse método é que ele mostra ao aluno uma única correção, um modelo determinado, sendo que em muitos casos várias correções são aceitáveis e correspondem a diferentes modos de expressão, todos corretos” (SERAFINI, 1998, p. 114).

Um outro método de correção, que de acordo com Serafini (1998), respeita todos os princípios da boa correção textual, é a classificatória. Nele o erro é indicado de forma precisa e sua aplicação permite que se reagrupe e se catalogue os erros. A tática do professor é demarcar os termos erradamente escritos e ao lado dele escrever uma característica classificatória, esclarecida por uma planilha de correção posta previamente à disposição dos alunos. Outras vantagens desse método são: trabalho do alunos sobre o próprio texto, tendo em vista a não indicação precisa do erro por parte do professor; autocorreção solicitada de acordo com a capacidade de cada aluno; “Esse método, além do mais, leva o professor a interpretar apenas parcialmente as intenções do aluno, sem se sobrepor a elas; de fato, a autocorreção ajuda o aluno a se expressar, e seu novo texto corresponderá às suas intenções originárias” (SERAFINI, 1998, p. 115).

Por último, Serafini (1998), aponta a correção coletiva entre colegas em sala de aula como boa estratégia metodológica pelos seguintes motivos: o melhor julgamento do texto é o dos alunos, esse tipo de correção estimula a escrita e o fato de que o diálogo despertado entre os alunos é qualitativamente superior do que o que se dá na relação discente-docente.

Ao retomar essas propostas de correção abordadas por Serafini (1998), Ruiz 2010 acrescenta outra denominada “correção textual interativa”, sobre a qual a autora assim expõe:

Trata-se de comentários mais longos do que os que se fazem na margem, razão pela qual são escritos em seqüências ao texto do aluno (no espaço que aqui apelidei de “pós-texto”). Tais comentários realizam-se na forma de pequenos “bilhetes” [...] Esses “bilhetes, em geral têm duas funções básicas: falar acerca da tarefa de revisão pelo aluno (ou, mais especificamente, sobre os problemas do texto), ou falar metadiscursivamente, acerca da própria tarefa de correção pelo professor. (RUIZ, 2001, p. 47).

Compreende-se, a partir das considerações da autora, que os comentários sob a forma de bilhetes favorecem a interação docente-discente, pois, além de frisar os problemas apresentados nos textos dos alunos, leva em consideração a própria forma de corrigir do professor e abre margem para o diálogo, uma vez que o aluno tem a oportunidade de dialogar respondendo o bilhete, tanto aplicando as considerações docente no texto quanto respondendo *ipsis litteris* a mensagem do professor expressa no bilhete. Esse diálogo é possível porque, conforme Ruiz (2010), o professor considera como objeto discursivo a ser corrigido os seguintes aspectos, além do modo de dizer do aluno:

[...] o dizer desse aluno ou a atitude comportamental (não verbal) desse aluno refletida pelo seu dizer (ou seu não dizer), a propósito da correção do professor; ou ainda, a própria tarefa interventiva que ele mesmo, professor está realizando no momento (e que, igualmente, pode ser tematizada como objeto de discurso desse tipo de correção) (RUIZ, 2010, p. 56).

Observa-se, com base nessas considerações da autora, que essa estratégia de correção voltada para o ensino dos gêneros detalha o que será corrigido pelo professor, não apenas em relação aos desvios gramaticais, mas principalmente com referência aos aspectos que regenciam os formatos dos gêneros nas práticas sociais. Ou seja, é um método que oportuniza a conexão significativa entre os fazeres docente-discente no que tange ao ensino de gêneros discursivos na escola possibilitando a superação de práticas estanques desse fazer docente.

Após essa exposição panorâmica, consideramos conveniente apontarmos qual proposta de didatização norteará teoricamente nosso trabalho. Nesse sentido, indicamos a sugestão de Antunes (2003) porque esta aborda todas as dimensões a serem observadas tanto na concepção de gênero discursivo em consonância com o sociointeracionismo bakhtiniano, bem como os processos de produção de texto escrito e seus procedimentos avaliativos. Apesar de o procedimento metodológico majoritário a ser empreendido na produção do gênero CD ser o das SD de Dolz *et al.* (2011), expressamos ainda que, em alguns momentos do processo de correção dos textos escritos, utilizaremos as ideias de correção interativa de Ruiz (2010), ou seja, a

correção por bilhetes, por compreendermos a facilitação da interação discente-docente por meio desse procedimento.

Apesar das dificuldades para a implementação do ensino interacionista, percebe-se no dia a dia das escolas brasileiras e na esfera acadêmica que muitos professores e pesquisadores, conforme proposições expostas nos parágrafos anteriores, vêm empenhando esforços no sentido de que essa implementação de fato se efetue. O surgimento da prática do ensino de textos com base na noção de gêneros discursivos é resultado desse esforço, ensino este que, segundo Santos (2007), vem ganhando cada vez mais espaço em vários países do mundo. Para a autora:

a perspectiva de ensino da língua baseada no conceito de gênero está pautada num conceito de língua como interação e reconhece que todo texto (oral ou escrito) realiza um propósito particular em uma situação específica. A noção de gênero vem descrever a relação entre o propósito social do texto e sua estrutura linguística. (SANTOS, 2007, p. 21).

O ensino por meio de gêneros – tendo em vista que a leitura e a escrita demandam conhecimentos sobre a língua e seu contexto de produção e a respeito dos propósitos dos interlocutores – deve levar em conta, além do texto em uso concreto, o modo como o texto funciona. Cada gênero, assim como a leitura e a escrita, também requisita conhecimentos diversos. Por isso o ensino da leitura e da escrita não pode ser o mesmo para todo e qualquer gênero (SANTOS, 2007).

Em relação à aprendizagem da língua escrita, segundo Santos (2007, p. 22) “não é algo que se dá de modo espontâneo, mas se constrói através de uma sistematização didática sistemática e planejada”. Essa sistematização da escrita associada aos gêneros é requerida por vários pesquisadores na atualidade. Nesse sentido têm surgido propostas como as SD propostas pelos estudiosos franceses Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz – sobre as quais discorreremos mais à frente. Antes consideramos necessária a abordagem de um conhecimento com o qual nosso trabalho se vincula porque é apropriado para o ensino de escrita embasado no sociointeracionismo: o letramento social.

De acordo com Soares (2017, p. 15), o termo *letramento* entra no vocabulário brasileiro da Educação e das Ciências Linguísticas na segunda metade da década de 80 do século passado. Segundo Kleiman (1995), tem-se com a expressão *letramento* o esforço para separar os estudos sobre a alfabetização dos trabalhos cuja abordagem priorizam os aspectos sociais da leitura e da escrita. O aparecimento dos estudos sobre o letramento ocorre em contraposição às práticas

de *alfabetização* que até então monopolizavam o modo de acesso dos sujeitos ao mundo da escrita.

A alfabetização, método de ensino de leitura e escrita sem vínculo com o contexto social, filia-se à visão de linguagem como estrutura abstrata, composta por normas que organizam um sistema pronto dotado de estabilidade. Sem a relação entre os sujeitos, excluem-se de seu escopo as interações culturais e ideológicas. Segundo essa forma de conceber a linguagem:

a compreensão do processo de ensino-aprendizagem reduz-se à mera transmissão, pois se entende que o mestre deve transmitir aos alunos os sentidos a serem por eles absorvidos e reproduzidos, excluindo a negociação e a construção colaborativa. Nesse paradigma, o acúmulo de conteúdos valoriza mais a imposição de sentidos do que a negociação intersubjetiva. Portanto, a aprendizagem muitas vezes se resume apenas à simples memorização de informações. (LOUREIRO, 2014, p. 4).

Institui-se, portanto, uma noção de linguagem cuja característica é a neutralidade e independência social e histórica, nas quais o procedimento da alfabetização se ampara.

Para Kleiman (2005, p. 12), o letramento, apesar de não ser alfabetização, a inclui como “uma das práticas de letramento, conjunto de atividades envolvendo a língua escrita para alcançar um determinado objetivo, que faz parte do conjunto de práticas sociais de uso da escrita da instituição escolar”. Street (2014), no entanto, apresenta o chamado modelo de letramento autônomo no qual se enquadram as práticas de escrita sem vínculo com o contexto social, entre elas, a alfabetização. Ao explicitar o sentido de “autonomia” expresso pelo autor, Kleiman (1995, p. 22) afirma que o termo se refere ao fato de que a escrita seria, nesse modelo, um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado. Moterani (2013, p. 136), referindo-se ao letramento autônomo como “letramento escolar”, tendo em vista ser esse o modelo adotado pelas escolas, acrescenta outras características que este modelo defende: “a atribuição do desenvolvimento cognitivo como fator decorrente da aquisição da escrita; a separação da oralidade e da escrita, elevando-as a um nível dicotômico; a delegação de poder a tudo que seja inerente à escrita e aos grupos que a dominam”. Nesse sentido, inclui-se a dimensão individual do letramento a qual, segundo Loureiro (2014), dispõe de melhor compreensão se pensada no âmbito da escola, agência de letramento onde se valoriza apenas um único tipo de prática, a alfabetização como simples meio pelo qual se adquire habilidades linguísticas e cognitivas individuais, como a decodificação de símbolos.

A fim de retomarmos a discussão acerca da origem do termo letramento no Brasil, mencionamos o pensamento de Grando sobre o assunto. Nesse sentido, a autora apresenta o seguinte recorte histórico:

Durante a década de 80 emergiram discussões sobre as altas taxas de repetência e analfabetismo no Brasil. [...] Diante de toda a reflexão que ocorreu na época sobre o analfabetismo, foi necessário encontrar uma palavra que se referisse à condição ou ao estado contrário daquele expresso pela palavra analfabetismo, ou seja, uma palavra que representasse o estado ou condição de quem está alfabetizado, de quem domina o uso da leitura e da escrita. (GRANDO, 2012, p. 2).

Percebe-se que nas reflexões primárias o termo que se buscava para opor ao sentido de analfabetismo deveria representar um campo semântico básico que abrangesse apenas a significação referente à condição ou estado de quem tem habilidade para o uso da leitura e da escrita, não se visava as relações contextuais. Porém a palavra foi recebendo novas nuances de sentido, de acréscimos semânticos e ressignificações. Nesse processo

Livros de Paulo Freire, como a “Pedagogia do Oprimido”, publicado ainda na década de 70, influenciaram (e ainda têm influenciado) nas discussões sobre os estudos do letramento, ao denunciar e propor reflexões sobre as concepções tecnicistas do letramento da época. Dimensões mais críticas deveriam (e devem) ser levadas em consideração (BROCARD, 2015, p. 474).

A influência de Paulo Freire associada aos estudos de outros autores possibilitou o “nascimento” do termo ‘letramento no Brasil’, o qual, de acordo com Soares (2017), aparece em livro pela primeira vez em 1986, na obra “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística,” da autora Mary Kato. Quanto ao uso do termo, Brocardo afirma:

[...] com o tempo, passou a se referir, de certa forma, a uma ampliação do termo alfabetização, numa tentativa de chamar a atenção para o fato de que, para além de saber ler e escrever, era necessário refletir sobre a incorporação, de fato, desses saberes no dia a dia das pessoas. Ao se referir, assim, a uma vasta gama de conhecimentos que um ser humano pode ter, e as relações disso com o mundo, cabe observar que se torna difícil a formulação de um único conceito de letramento que dê conta de todas essas perspectivas. (BROCARD, 2015, p. 274).

Percebe-se que a dificuldade de limitar as noções de letramento numa única concepção se dá porque, ao abordar o letramento como prática social, favoreceu-se a constante expansão dessa área, desde o surgimento dessa perspectiva aos dias atuais. Mesmo assim trataremos de algumas abordagens conceituais expostas por alguns autores a fim de situar em qual noção de

linguagem o letramento social se insere e apontar as confluências entre as bases epistemológicas da teoria dos gêneros bakhtiniana e a noção de letramento social.

Soares apresenta a seguinte conceituação para letramento:

[...] é um estado, uma condição [...] de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com diferentes gêneros e tipos de leitura e de escrita, com as diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida [...] é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita. (SOARES, 2017, p. 44).

A visão da autora sobre o letramento como prática social faz um elo com o pensamento bakhtiniano de não conceber a língua fora de seu contexto socio-histórico, dialógico. Bakhtin propõe que a língua seja compreendida e estudada a partir dos enunciados concretos os quais se manifestam por meio de gêneros discursivos. Segundo Gedoz e Costa-Hubes (2012, p. 129), é a partir dos estudos de Bakhtin que surge a Linguística da Enunciação, voltada para a língua como resultado do empenho histórico e coletivo da sociedade, pois é fruto das relações sociais entre falantes. Coincidentemente, assim como a visão de letramento atrelada a práticas sociais, a visão de linguagem como forma de interação passou a ser propagada a partir dos anos de 1980. Por já termos abordado no primeiro capítulo quase exaustivamente a concepção de língua como interação, não traremos de volta o assunto para cá. Porém fizemos essa breve abordagem no sentido de situarmos a visão de linguagem intrínseca ao letramento social. Na última citação, Soares (2017) ao fazer referência à interação do sujeito com diferentes gêneros, abre espaço para uma associação entre a noção de letramento e os pressupostos de Bakhtin (1997), em relação à epistemologia dos gêneros discursivos. Nesse sentido o autor afirma não ser possível o estudo da linguagem de maneira abstrata, descontextualizada, sem considerar os sujeitos, personagens principais da ação linguística, constantemente em relação interativa uns com os outros, como propõe o letramento autônomo exposto por Street (2014), não levado em conta pelo método de alfabetização tradicional.

Em oposição ao referido modelo autônomo, Street (2014) propõe o modelo ideológico de letramento (ou letramento social), o qual está focado na transformação da realidade social por meio dos usos sociais da língua. Esse viés se orienta por práticas pedagógicas culturalmente sensíveis, ou seja, que respeitam e consideram a variedade cultural de letramento na qual a escrita apresenta significados diferentes em cada agrupamento social. Acerca dessa concepção de letramento, Moterani (2013) apresenta a seguinte síntese:

- o letramento é um mecanismo que ocorre na interação entre o processo interno do indivíduo e o social, em um movimento de compartilhamento cognitivo, o qual envolve ideologias individuais e cotidianas;
- os diferentes papéis sociais que um mesmo ser humano exerce nos diferentes contextos de vida determinam as práticas de letramento que abarcam a escrita, sendo que um indivíduo que se encaixa em muitas situações precisa dominar a leitura e a escrita em todas elas, já que a inserção de uma pessoa nos diferentes domínios da vida suscita o desempenho de diferentes letramentos por parte dela;
- a noção de letramento deve ser vista como dinâmica, pois este dependerá sempre do interlocutor e do propósito comunicativo, fatores que mudam de acordo com o contexto em que se está inserido;
- por estarem interligadas ao social, o qual muda de acordo com as evoluções que ocorrem na economia, na sociedade e na cultura em geral, as práticas de letramento são afetadas e se adaptam a essas mudanças que ocorrem ao longo da história;
- existem muitas manifestações de letramento e a escola representa apenas uma delas, portanto, qualquer evento comunicativo envolve aprendizagem. (MOTERANI, 2013, p. 137).

As considerações da autora reforçam o diálogo entre a teoria bakhtiniana e as visões dos autores que tratam do letramento. A diferença entre essas duas vertentes, de acordo com Brocardo (2015, p. 480), é mínima: os chamados “Novos Estudos do Letramento” caracterizam a escrita como eixo norteador da interação entre os sujeitos, enquanto para Bakhtin, os meios de interação verbal entre os indivíduos são os gêneros discursivos. Nesse sentido, trabalhar o texto na escola na perspectiva sociodiscursiva é desenvolver práticas de letramento, pois, de acordo com Kleiman (2005, p. 18), diferentemente do ato de alfabetizar, não é possível ensinar o letramento porque este não é uma habilidade. Sua complexidade demanda não apenas uma, mas múltiplas capacidades e saberes mobilizadores dessas capacidades – como, por exemplo, os conhecimentos prévios sobre a CD e acerca do contexto resgatado pelo sujeito antes de efetuar a leitura e a escrita desse gênero (grifo nosso). Segundo a autora, ao atuar no sentido de reunir os conhecimentos necessários às práticas de escrita, a escola estará promovendo as já mencionadas práticas de letramento. Essas práticas são definidas como

Conjunto de atividades envolvendo a língua escrita para alcançar um determinado objetivo numa determinada situação, associadas aos saberes, às tecnologias e às competências necessárias para sua realização. Exemplos de práticas de letramento: assistir a aulas, enviar cartas, escrever diários. [...] a alfabetização é uma das práticas de letramento que faz parte do conjunto de práticas sociais de uso da escrita da instituição escolar (KLEIMAN, 2005, p. 12).

A escola atua, portanto, não ensinando o letramento, mas promovendo, entre outras ações pedagógicas, o ensino das aptidões necessárias à participação dos alunos nos eventos de letramento, voltados à inserção e participação social; orientando as atitudes dos alunos nessas

ações; desenvolvendo atividades que possibilitem a efetiva participação discente nos referidos eventos de letramento. Segundo Kleiman, um evento de letramento é o momento

em que a fala se organiza ao redor de textos escritos e livros, envolvendo a sua compreensão. Segue as regras de usos da escrita da instituição em que acontece. [...] inclui atividades que têm as características de outras atividades da vida social: envolve mais de um participante e os envolvidos têm diferentes saberes, que são mobilizados na medida adequada, no momento necessário em prol de interesses, intenções e objetivos individuais e de metas comuns. Daí ser um evento essencialmente colaborativo. (KLEIMAN, 2005, p. 23).

Conclui-se, a partir da exposição da autora, que as práticas de letramento convergem para o evento de letramento, momento no qual a fala gira em torno dos artefatos escritos produzidos com o objetivo de instrumentalizá-lo. Como exemplo prático, podemos mencionar as estratégias de produção de uma CD, as quais seriam práticas de letramento e os trâmites logístico-verbais voltados para o envio da carta ao destinatário, um evento de letramento.

Kleiman (2005, p.5), apresenta um conceito de letramento que, com todas as letras, direciona este campo de estudo para além do universo escolar. Segundo a autora, “Letramento” é um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar, pois a escrita está por todos os lados, fazendo parte da paisagem cotidiana”. Nota-se aqui imensa semelhança conceitual com a visão bakhtiniana de que o enunciado só tem sentido concreto se inserido num contexto social, num momento real de comunicação que representa a expressão singular do sujeito em determinada esfera da atividade humana (BAKHTIN, 1997).

Outro termo em voga na área dos estudos do letramento na atualidade é a palavra “multiletramentos”. Segundo Rojo (2012), o termo surgiu em 1996, num congresso realizado pelo Grupo de Nova Londres (GNL), nos Estados Unidos. A área pedagógica surge fomentada pela necessidade de reconhecimento da pluralidade cultural, do plurilinguismo, e da multissemiótica presentes no espaço escolar. Conforme Rojo, o GNL

afirmava a necessidade de a escola tomar a seu cargo (daí a proposta de uma “pedagogia”) os novos letramentos emergentes na sociedade contemporânea, em grande parte – mas não somente – devidos às novas tics (Tecnologias da Informação e comunicação) e de levar em conta e incluir nos currículos a grande variedade de culturas já presentes nas salas de aula de um mundo globalizado e caracterizada pela intolerância na convivência com a diversidade cultural, com a alteridade. (ROJO, 2012, p. 12).

O conceito de multiletramentos abarca dois aspectos característicos principalmente das sociedades urbanas contemporâneas: a multiplicidade cultural e a diversidade semiótica constituintes da produção e circulação dos textos que são fonte de informação e de comunicação para os sujeitos. Nesse sentido, Rojo (2012) aponta a diversidade de saberes, de produções híbridas possibilitadas pelas novas tecnologias, pelos programas cibernéticos de edição de áudio, vídeo e de imagens, por exemplo. É na realidade da multiplicidade de informações que os multiletramentos são construídos pelas experiências dos indivíduos no seio da sociedade, independentemente da classe social dos sujeitos, e se apresentam no interior das salas de aula. Quer seja em relação à diversidade cultural de produção e circulação dos textos, quer seja no sentido da variedade de linguagem que os compõem, Rojo aponta as seguintes características dos multiletramentos:

(a) eles são interativos; mais que isso, colaborativos; (b) eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas, em especial as relações de propriedade (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos textos [verbais ou não]); (c) eles são híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas). Assim sendo, o melhor lugar para eles existirem é “nas nuvens” e a melhor maneira de se apresentarem é na estrutura ou formato de redes (hipertextos, hipermídias). Uma das principais características dos novos (hiper)textos e (multi) letramentos é que eles são interativos, em vários níveis (na interface, das ferramentas, nos espaços em rede dos hipertextos e das ferramentas, nas redes sociais etc.). (ROJO, 2012, p. 22).

Em suma, a pedagogia dos multiletramentos busca incluir a bagagem multicultural e social dos alunos, adquirida nas interações subjetivas extraescolares, nas práticas das instituições de ensino por meio das tecnologias cibernéticas presentes em todos os lugares, menos como ferramenta constante das atividades pedagógicas. Rojo (2012), atenta para essa lamentável situação ainda tão presente nas escolas brasileiras.

Concluimos este tópico com a percepção de que as noções de sociointeracionismo bakhtiniano, com a qual esse trabalho se associa, e de letramento social, possuem preceitos teóricos semelhantes e, por isso, são conhecimentos complementares. Nesse sentido, assumimos categoricamente que o ensino de um gênero discursivo como a CD, a partir da realidade social dos alunos e de uma necessidade deles, ou seja, abordando a produção escrita de maneira socialmente contextualizada é o mesmo que letrar socialmente; é preparar os alunos por meio de práticas de letramento, tendo em vista o evento de letramento que é a produção final do gênero e o destino último que será dado a essa produção. Todo esse processo pode ser perpassado pelo viés dos multiletramentos se considerarmos os conhecimentos multiculturais, a diversidade de compreensão semiótica extraescolar apresentada pelos alunos durante os

procedimentos norteadores dos sentidos do gênero e de sua produção final. A completude da inserção da proposta de ensino de gêneros discursivos nos multiletramentos dependerá dos recursos cibernéticos disponíveis na escola ou das condições e possibilidades, tanto dos docentes, quanto dos discentes para a aquisição desses recursos, caso estes sejam negligenciados pela instituição de ensino. A associação de saberes enriquece o processo de ensino-aprendizagem, por isso optamos por nortear nosso trabalho através da conexão entre as bases epistemológicas do sociointeracionismo e do letramento social.

O sociointeracionismo e o letramento social são conhecimentos orientadores dos PCN de Língua Portuguesa, dado que pode ser constatado logo nas primeiras páginas do documento quando é esclarecida a concepção de língua que o alicerça:

Linguagem aqui se entende, no fundamental, como ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história. Os homens e as mulheres interagem pela linguagem tanto numa conversa informal, entre amigos, ou na redação de uma carta pessoal, quanto na produção de uma crônica, uma novela, um poema, um relatório profissional. (BRASIL, 1998, p. 20).

A partir da concepção de língua acima exposta, apresentada logo no início do documento, constata-se que as ideias voltadas para o sociointeracionismo/letramento social compõem a linha teórica que perpassa toda a obra de referência destinada a subsidiar o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II. O texto chega a citar diretamente o termo letramento explicando-o com a seguinte nota de rodapé:

Letramento, aqui, é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia. São práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever. Dessa concepção decorre o entendimento de que, nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas. (BRASIL, 1998, p. 20).

Além dessa referência direta ao letramento, o texto segue, a partir do tópico “Discurso e suas condições de produção, gênero e texto” (BRASIL, 1998, p. 20), esmiuçando noções, vinculadas ao viés teórico sociointeracionista, como discurso, gêneros discursivos, ensino de Língua Portuguesa, o texto como unidade e como objeto de ensino, a diversidade de gêneros, o ensino de gêneros orais e de gêneros escritos. Conclui-se, portanto, que o rumo teórico adotado por esta proposta se afina com as disposições ideológicas presentes num dos principais

documentos norteadores da educação, no caso os PCN – o que ratifica nossa busca por uma prática de ensino de escrita interligado com teorias socialmente significativas que se apoiam tanto nas orientações da academia quanto nas indicações dos sistemas oficiais de ensino. A prática desse ensino necessita de princípios metodologicamente sistematizados. Nesse sentido, optamos pelo procedimento das SD de Dolz *et al.* (2011). É sobre esse assunto que trataremos a seguir.

3.3 SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

A concepção de gênero discursivo como enunciado vinculado a uma situação concreta da realidade, como materialização contextual do discurso, passa a influenciar oficialmente o ensino de Língua Portuguesa no Brasil a partir da década de 1990, com a publicação dos PCN por parte do Ministério da Educação e Cultura. Esse documento de referência afirma que os textos são organizados e demarcados sempre por restrições de tema, composição e estilo – o que permite identificar a qual gênero cada um desses textos pertence – e que as necessidades sociais exigidas por cada momento histórico determinam a relevância e o valor das práticas de linguagem (BRASIL 1998). Esses pressupostos preconizados pelos PCN são algumas das características da noção de gênero discursivo ou textual defendida por Bakhtin (1997), Koch (2017), Marcuschi (2008), Antunes (2003), Passarelli (2012) e outros autores mencionados em nosso trabalho.

Ensinar os gêneros em sala de aula é transferir para a prática os esforços teóricos empreendidos pelos autores. Essa ação requer estratégias planejadas. Nesse sentido, elegemos a proposta de SD, desenvolvida por Dolz *et al.* (2011), a qual se caracteriza por um “conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”, com intuito de “dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis” (DOLZ *et al.*, 2011, p. 82).

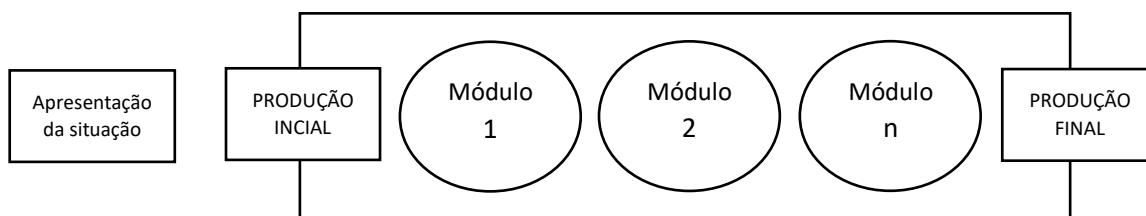
Para os referidos autores, uma SD objetiva “ajudar o aluno a dominar melhor um gênero, permitindo, assim, escrever ou falar de maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (DOLZ *et al.*, 2011, p. 83).

O trabalho com SD leva em consideração os contextos de produção de forma ampla, a fim de permitir que os alunos consigam compreender as noções básicas das técnicas e dos instrumentos que favoreçam o desenvolvimento de suas capacidades no que concerne à

expressão oral e escrita nas diversas situações comunicativas (DOLZ *et al.*, 2011). Isso é o que caracteriza a proposta de SD na perspectiva interacionista criada pelo grupo de Genebra.

Os autores genebrinos definem a estrutura de uma SD pautando-se por um processo composto por quatro etapas que se dividem da seguinte forma: apresentação da situação, produção inicial, módulos e produção final. Essas etapas são distribuídas no seguinte arranjo:

Figura 01: Esquema da Sequência Didática



Fonte: Dolz *et al.* (2011, p. 83)

De acordo com Dolz *et al.* (2011), o objetivo da primeira etapa, que é a apresentação da situação, é mostrar detalhadamente aos alunos como será realizado o projeto de produção textual. São priorizadas nesse momento duas dimensões principais: a apresentação clara da proposta de trabalho de produção textual oral ou escrita e a preparação dos conteúdos textuais a serem produzidos. Na primeira dimensão, são respondidas as seguintes questões: que gênero será produzido? A que público será destinado? Sob que forma a produção será desenvolvida? Quem serão os participantes da produção? Na segunda dimensão, os alunos são instados a perceber a importância dos conteúdos a serem desenvolvidos. Para os autores:

A fase inicial de apresentação da situação permite, portanto, fornecer aos alunos todas as informações necessárias para que conheçam o projeto comunicativo visado e a aprendizagem a que está relacionado. Na medida do possível, as sequências didáticas devem ser realizadas no âmbito de um projeto de classe, elaborado durante a apresentação da situação, pois esse torna as atividades de aprendizagem significativas e pertinentes. (DOLZ *et al.*, 2011, p. 85).

Com relação à segunda etapa, Dolz *et al.* (2011) afirmam que a mesma se ocupa da produção inicial na qual os alunos tentam elaborar seu primeiro texto oral ou escrito a fim de revelar para si mesmos e para o professor os conhecimentos que têm acerca do gênero proposto, ou seja, essa fase da SD tem como objetivo fazer um diagnóstico do conhecimento prévio dos alunos. Tal produção é importante para o professor porque, a partir dela, este poderá traçar estratégias para trabalhar as possíveis dificuldades dos discentes – além da possibilidade de motivar tanto a sequência quanto os alunos. Por isso, não se espera que esse momento da SD

resulte numa produção completa, o que ocorrerá somente na produção final. Essas produções iniciais também não resultam em nota somativa, mas são ocasião para que ocorra uma avaliação formativa. Esse tipo de avaliação, segundo Allal *et al.* (1986, p. 14), “[...] visa a orientar o aluno quanto ao trabalho escolar, procurando localizar as suas dificuldades para o ajudar a descobrir os processos que lhe permitirão progredir na sua aprendizagem.” Essa avaliação conduzida por métodos claramente definidos permite que o professor analise precisamente as produções orais ou escritas dos alunos, situando-os no nível de aprendizagem do gênero que se encontram, e aponta quais são as dificuldades dos alunos na construção desse gênero, pois a produção inicial é:

[...] o primeiro lugar de aprendizagem da sequência [...] Os pontos fortes e os pontos fracos são evidenciados; as técnicas de escrita ou de fala são discutidas e avaliadas; são buscadas soluções para os problemas que aparecem. Isso permite introduzir uma primeira linguagem comum entre aprendizes e professor, ampliar e delimitar o arcabouço dos problemas que serão objeto de trabalho nos módulos. (Dolz *et al.*, 2011, p. 87).

A terceira etapa da SD são os módulos os quais, segundo Dolz *et al.* (2011), consistem em trabalhar os problemas apresentados na segunda fase e oferecer as ferramentas necessárias para que esses problemas sejam vencidos. Nessa parte da SD, os elementos que compõem uma produção oral ou escrita são decompostos e abordados de forma separada favorecendo assim o acesso e domínio dos diferentes estilos. O momento é embasado pelas seguintes questões norteadoras: “1) Que dificuldades da expressão oral ou escrita abordar? 2) Como construir um módulo para trabalhar um problema particular? 3) Como capitalizar o que é adquirido nos módulos?” (Dolz *et al.*, 2011, p. 87).

Para responder a primeira questão, trabalha-se problemas de diferentes níveis de dificuldade para que o aluno perceba as adversidades relativas a cada gênero. Para tanto, ele precisa: representar de maneira mais exata possível o destinatário, a finalidade da produção, seu papel discursivo como autor ou locutor e acerca do gênero a ser trabalhado; aprender técnicas de elaboração de conteúdo; planejar a composição do texto e executar sua realização por meio de linguagem apropriada ao gênero escolhido, conforme Dolz *et al.* (2011).

A segunda questão se refere à diversificação das atividades e exercícios aplicados nos módulos – o que proporciona ao aluno o acesso a diferentes informações e a instrumentos importantes para seu êxito. Esse processo é amparado pelas seguintes categorias de atividades e exercícios: atividades de observação – comparação de variados textos do mesmo gênero ou

de gêneros diferentes, a fim de evidenciar importantes aspectos do funcionamento textual; simplificação das tarefas de produção de textos – a qual permite ao aluno excluir problemas de linguagem e se concentrar em aspectos específicos da produção textual e elaboração de uma linguagem comum – que capacita o aluno, ao longo de toda a SD, a comentar, criticar e melhorar os textos, quer sejam seus, quer sejam de outras pessoas.

A resposta da terceira questão corresponde aos conhecimentos adquiridos pelos alunos a respeito do gênero abordado e à linguagem técnica desenvolvida por ele em comum com o professor e com os demais alunos. Sobre isso, Dolz *et al* (2011) afirmam:

Em geral esse vocabulário técnico e as regras elaboradas durante as sequências são registrados numa lista que resume tudo o que foi adquirido nos módulos. Essa lista pode ser construída ao longo do trabalho ou elaborada num momento de síntese, antes da produção final; ela pode ser redigida pelos alunos ou proposta pelo professor. (DOLZ *et al.*, 2011, p. 90).

Por último, vem a quarta etapa que consiste na produção final. Tal etapa finaliza a SD e nela, segundo Dolz *et al.* (2011, p.90), o aluno tem “a possibilidade de pôr em prática as noções e os instrumentos elaborados separadamente nos módulos”. Para esses autores, os conhecimentos obtidos nos módulos indicarão os objetivos a serem alcançados pelos alunos na produção final e permitem que estes exerçam controle sobre o próprio percurso de aprendizagem; servem também como instrumento de controle do aluno em relação à própria postura na condição de produtor de texto, no momento de revisão e reescrita e permite a avaliação dos avanços empreendidos no campo trabalhado. Esse estágio da SD poderá ser utilizado pelo professor para uma avaliação somativa. O método da avaliação deve ficar claro para os alunos de modo que estes identifiquem os critérios daquela a partir do que foi desenvolvido em sala.

Quanto ao ensino de gramática e sintaxe, Dolz *et al.* (2011, p. 97) reiteram à importância dessa abordagem, mas que não se faça um trabalho sistemático dentro das SD, cujo objetivo principal é “a aquisição de condutas de linguagem num contexto bem definido”. Em relação à gramática, os autores propõem que, ao serem identificados os problemas durante o processo das SD, seja feito um trabalho paralelo; para resolver problemas de sintaxe, sugerem que seja construída lista ou *corpora* de frases a serem melhoradas durante a reescrita; no que diz respeito à ortografia, os autores afirmam:

[...] os erros encontrados nos textos produzidos ao longo das sequências são uma fonte de informação preciosa para o professor. Um levantamento dos erros mais frequentes pode servir como base para a escolha das noções a serem estudadas ou revistas nos momentos consagrados unicamente à ortografia. Evidentemente, não se trata de retomar tudo de uma só vez, mas de determinar as intervenções prioritárias. Um tal levantamento permite também diferenciar o trabalho com a ortografia: em função da frequência dos erros, alguns pontos deverão ser abordados com todos os alunos, outros, apenas com um pequeno grupo; e outros, ainda, com alunos que necessitam de atenção individual. (Dolz *et al.*, 2011, p. 98).

Os autores acrescentam que a revisão ortográfica só deve ser realizada na versão final da produção.

As SD, apesar de serem um conjunto planejado de atividades, segundo Amorim (2016, p. 61), não são um manual pronto e, portanto, não abrangem previamente todos os problemas que podem surgir ao longo do processo, por isso são passíveis de “modificações, adaptações e replanejamentos”.

Toda essa metodização das SD contempla o presente trabalho, tendo em vista que pretendemos desenvolver uma ação de produção textual escrita atrelada a um contexto sociocultural, ou seja, vinculada a uma situação real de uso do gênero produzido. Nesse sentido, as SD organizam sistemática e significativamente os procedimentos que, se cuidadosamente aplicados, podem conduzir à concretização dos objetivos e com a eficácia desta proposta.

4 PROCESSOS METODOLÓGICOS E ESCRITA DAS PRODUÇÕES INICIAL E FINAL

Neste capítulo, descrevemos os procedimentos empreendidos para a efetivação da pesquisa. Nesse sentido, apresentamos: o contexto em que ocorreu a investigação, a delimitação dos sujeitos participantes, a demarcação do *corpus* investigado, a exposição de proposta interventiva a partir das SD, o método científico aplicado no processo de aquisição e análise dos dados e a descrição das etapas das SD desenvolvidas nas produções escritas inicial e final.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O Ensino formal de Língua Portuguesa nas salas de aula contemporâneas precisa superar as práticas voltadas para a transmissão de conhecimentos desvinculados da vida em sociedade e do emprego desses saberes na experiência real. Esse processo de superação certamente não é simples, tendo em vista que a hegemonia do ensino de língua fora de um contexto é milenar. Porém, diante da obviedade de que essas práticas pedagógicas descontextualizadas são ineficazes, fazem-se indispensáveis intervenções didáticas significativas aos discentes, inclusive visando à busca por transformação coletiva. É nesse sentido que foi proposto o presente trabalho de intervenção pedagógica, situando-nos no campo da interação e, consequentemente, do letramento social.

A pesquisa realizada, por apresentar o direcionamento mencionado, é de natureza qualitativa. De acordo com Oliveira (2008), esse formato de pesquisa tem como objeto de estudo os seres humanos concebendo-os não como indivíduos passivos, mas como intérpretes que interagem continuamente uns com os outros na construção interpretativa do mundo que os cerca. Para essa linha de estudos, por ser o homem diferente dos objetos, fazem-se necessárias metodologias que levem em conta essa diferença. Nesse tipo de abordagem, segundo Terence e Escrivão Filho (2006), o pesquisador preocupa-se em compreender as ações dos sujeitos considerando o ambiente e o contexto social, sem se importar com quantificação numérica, dados estatísticos nem com relações lineares de causa e efeito. Essa visão é corroborada pelo pensamento de Minayo (1994) o qual afirma que a pesquisa qualitativa se volta para os fenômenos sociais, e, como estes não podem ser mensurados, foca-se mais no processo que no produto. Portanto, a investigação, descrição e análise dos dados se referenciam no próprio ambiente da pesquisa e nos sujeitos envolvidos, pois, segundo Bortoni-Ricardo (2008, p. 34),

“procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto”. Como a presente proposta teve como campo de ação e motivação um contexto social no qual estiveram inseridos tanto os sujeitos discentes quanto o pesquisador docente, justificou-se, portanto, a adoção deste viés epistemológico de pesquisa.

As características da pesquisa de natureza qualitativa expostas estão contidas no quadro de particularidades identificadoras da pesquisa-ação, critério metodológico de caráter aplicado e interventivo adotado na presente proposta. A pesquisa-ação, nas palavras de Thiollent,

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20).

Constata-se que a pesquisa-ação é um método aplicado em investigações científicas, voltadas para adversidades pragmáticas que envolvem determinados grupos humanos situados num dado contexto social com a finalidade de apresentar respostas a tais adversidades por meio da colaboração participante entre pesquisador e sujeitos localizados no contexto.

A fim de apontarmos pormenores característicos do desenvolvimento da pesquisa-ação, apresentamos o passo a passo seguinte:

Figura 02: Passo a passo da pesquisa-ação



Fonte: Costa *et al* (2014, p. 897) apud McKay e Marshall (2001)

Esse passo a passo é necessário para nortear os rumos pelos quais uma pesquisa-ação deve ser conduzida. A esses conhecimentos epistemológicos, aliados aos da pesquisa qualitativa, combinamos o procedimento metodológico das SD de Dolz *et al.* (2011) para efetivar o objetivo desta proposta, que é o de analisar o processo de ensino-aprendizagem de

produção escrita do gênero CD, objeto da resposta dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma EMEIF de João Pessoa a problema social que os atingem, por meio da aplicação dos procedimentos das SD. O *corpus* constituinte da pesquisa foram os textos produzidos pelos discentes em sala de aula. Esse instrumento de análise foi obtido, conforme citamos, por meio do procedimento das SD, dos autores Dolz *et al.* (2011), os quais recomendam que seu método de desenvolvimento ocorra como consequência da necessidade linguística coletiva, emergente do contexto social, o que coaduna com os princípios de nossa pesquisa.

4.2 CONTEXTO DA PESQUISA: DEMARCAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO, DO *CORPUS* E DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública, situada no bairro Cristo Redentor, zona oeste de JP, e contemplou um total de 30 (trinta) alunos cursistas do 9º ano do Ensino Fundamental II. A escolha do público-alvo se deu, tendo em vista a trajetória do professor pesquisador, o qual, desde que passou a compor o quadro da instituição escolar em 2015, assumiu o trabalho de docência voltado para alunos do 8º e 9º anos. Esse fato aleatório foi condizente com a trajetória de trabalho do referido docente em anos anteriores. O professor pesquisador está presente no ensino público desde o ano de 2005, quando começou a lecionar como professor substituto na antiga 4ª série do Ensino Fundamental, atual 5º ano, no Distrito de Mata Redonda em Alhandra, PB. Desde aquele ano, enquanto se graduava em Letras na Universidade Federal da Paraíba, passou por diversas instituições de Ensino como professor prestador de serviço até se efetivar na rede municipal de Alhandra em 2011 e no Estado da Paraíba em 2013. Em 2015, desvinculou-se de Alhandra e assumiu vaga de professor efetivo na rede municipal de JP, na escola onde desenvolveu a presente pesquisa. Entre 2005 e 2012, concomitante ao ensino em sala de aula, o mencionado profissional realizou funções laborais em programas sociais, localizados em comunidades socialmente vulneráveis de JP, voltados para adolescentes com idade entre 15 a 17 anos. Daí o fato de ele se identificar mais com discentes de faixa etária mais avançada. Apesar de os 30 (trinta) estudantes cursistas terem participado do projeto, apenas 20 (vinte) estiveram presentes em todas as etapas. Desses, um total de 10 (dez) devolveu o TCLE e o TALE devidamente assinados. Por isso foram as produções escritas desses 10 (dez) alunos que compuseram o *corpus* da análise inicial e final, totalizando 20 textos.

Acerca da instituição de ensino, conforme seu Projeto Político Pedagógico (2014), doravante PPP, acolhe um público de 879 alunos, funciona nos três turnos e abrange os seguintes níveis de ensino: Educação infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), atendidos no horário da manhã; Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), atendido no turno vespertino e Educação de Jovens e Adultos, vigente no horário noturno. Sua estrutura física conta com as seguintes dependências: diretoria, secretaria, 15 salas de aula, sala dos professores, laboratório de informática, biblioteca, sala multimídia, cozinha com despensa, almoxarifado, pátio para merenda, ginásio coberto com arquibancadas para práticas desportivas e artístico-culturais; sanitários para alunos e funcionários; sala para aulas de artes e sala de recursos multifuncionais. O corpo funcional é composto por: 04 gestoras; 22 professores do Ensino Fundamental I; 16 professores do Ensino Fundamental II; 09 professores de Educação de Jovens e Adultos; 02 cuidadoras; 03 intérpretes; 01 professor de libras; 01 psicopedagoga; 02 oficinairos; 04 tutores; 01 professora de xadrez; 03 especialistas e 37 funcionários. A base epistemológica de seu posicionamento educacional é o sociointeracionismo:

Na prática educativa ainda predomina um vaivém entre o empirismo e o apriorismo. E não é fácil romper com este processo. Contudo, a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental [...] entende ser necessário um amplo debate em nível pedagógico no sentido de recolocar a prática educativa em outros níveis. Neste contexto uma terceira opção poderá surgir, a do sociointeracionismo (PPP 2014, p. 51).

A maioria dos alunos matriculados e dos sujeitos da pesquisa são oriundos de territórios do bairro marcados por vulnerabilidade social “estado no qual grupos ou indivíduos se encontram, destituídos de capacidade para ter acesso aos equipamentos e oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade” (PADOIN; VIRGOLIN, p. 1). Referências à situação socialmente vulnerável vivenciada pelo público discente, são feitas pelo PPP (2014, p. 26) quando expõe as características econômicas e socioculturais dos alunos informando que “a maioria advém de lares com renda inferior a um salário mínimo e sem uma profissão definida, sobrevivendo de pequenos serviços como: catadores de papel, lavadeiras, marceneiros, tiradores de coco, ajudantes, biscateiros etc.”. Reforça este mesmo sentido o referido documento quando cita o grau de instrução dos pais indicando que sua grande maioria não concluiu o Ensino Fundamental e que considerável parcela deles é composta por analfabetos e analfabetos funcionais. Diante desse quadro, a equipe gestora realiza quinzenalmente reuniões de planejamento com todos os professores vinculados à instituição de

ensino. Nesses planejamentos são traçadas estratégias e propostas da equipe pedagógica e dos professores num sentido amplo, para que possam ser inseridas nos planos de curso e nos planejamentos semanais dos docentes. Os planejamentos semanais da disciplina de Língua Portuguesa acontecem toda quarta-feira. Neles os docentes traçam roteiros para as aulas, de acordo com os planos de curso e com os planejamentos gerais promovidos pela gestão, dividem experiências e sugerem procedimentos metodológicos. Porém, percebem-se ainda lacunas relacionadas ao ensino situado da disciplina. Então, nesse contexto escolar, cujo PPP reivindica práticas pedagógicas capazes de transformar a realidade, decidimos propor este projeto de pesquisa. Com ele pretendemos, entre outros anseios, fortalecer o elo entre a vivência escolar e a realidade concreta do discente “inserindo este aluno no mundo real e complexo, fazendo-o compreender que as mudanças estruturais também necessitam da participação dele (PPP, 2014, p. 49)”.

Ressaltamos que, ao concluirmos a pesquisa, a produção resultante foi posta à disposição da comunidade escolar, a fim de que o material pudesse, juntos aos demais recursos pedagógicos da instituição, servir como auxílio no processo de busca por melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem do público atendido.

4.3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E ETAPAS DA PESQUISA

Nossa proposta interventiva vincula-se à concepção de SD apresentada por Dolz *et al.* (2011) os quais configuram esse saber como um agrupamento sistematizado de atividades pedagógicas orais e escritas que articulam as práticas sociais e os instrumentos escolares. Para construí-la a partir dessa perspectiva situamos seu desenvolvimento nas seguintes fases:

1. Apresentação da situação

- Realizamos sondagem acerca dos conhecimentos prévios dos alunos sobre o gênero CD por meio de roda de conversa;
- Entregamos cópias do gênero para leitura e reflexões coletivas em sala e reconhecimento dos aspectos discursivos, semânticos, funcionais e estruturais do gênero;
- Expusemos esclarecimentos sobre o tema escolhido na primeira roda de conversa como assunto a ser abordado na CD produzida;

- Propusemos exercícios escritos relacionados aos elementos característicos do gênero CD: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo linguístico.

2. Produção inicial

- Os discentes elaboraram a primeira produção escrita do gênero versando sobre o tema escolhido, considerando as instruções expressas na apresentação da situação.

3. Desenvolvimento dos módulos

- Os módulos foram desenvolvidos com a aplicação de atividades como, entre outras: leitura de cartas de denúncia, escrita e reescrita das produções textuais, com respectivas abordagens analíticas empreendidas pelo professor pesquisador tendo em vista à constatação dos avanços ou a elaboração de novas ações ou módulos para superação dos problemas discentes.

4. Produção escrita final

- Nesse momento, no qual os alunos puseram em prática os conhecimentos obtidos nas atividades dos módulos, concluiu-se a SD com a produção escrita final. O texto resultante serviu de referência para a etapa seguinte.

5. Verificação e análise da produção escrita final

- Nesse estágio, analisamos se a caracterização do gênero CD foi contemplada pelos discentes na produção escrita final;
- Relacionamos ambas as produções (inicial e final) e conferimos se o trabalho com os módulos beneficiou o processo de aprendizagem dos alunos;
- Na análise comparativa entre as produções escritas inicial e final utilizamos como critérios correlacionar em ambas a funcionalidade, o conteúdo temático, a estrutura composicional e o estilo linguísticos, da teoria bakhtiniana, aliados aos parâmetros de avaliação da produção textual propostos por Antunes (2006).

6. Escolha e envio de uma das cartas ao MPPB

- Refletimos acerca dos possíveis impactos sociais resultantes das cartas;
- Sugerimos que cada aluno lesse em voz alta a versão final de suas cartas;
- Realizamos a seleção de uma das cartas, por meio de votação, para ser enviada ao MPPB;

- Orientamos o envio da carta escolhida por meio do site do MPPB.

Os critérios mencionados foram divididos em categorias norteadoras da análise, da seguinte maneira dispostos: para o critério “conteúdo temático” observamos a funcionalidade do gênero por meio da categoria ‘presença da denúncia’ e analisamos as categorias argumentação, operadores argumentativos, modalizadores discursivos e informatividade; em relação ao critério ‘estrutura composicional’ estudamos as categorias vocativo, assinatura e despedida; acerca dos critérios ‘estilo linguístico e norma culta’, a investigação centrou-se nas categorias emprego do verbo “denunciar”; adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele; uso da vírgula e utilização dos nomes próprios.

A fim de facilitar a compreensão do percurso apresentado, construímos os quadros seguintes: o quadro de número 03, relativo às fases da apresentação da situação e o de número 04, voltado para a aplicação dos módulos.

Quadro 03: Apresentação da situação

Fase da Sequência Didática	Nº do encontro	Total de aulas (45min cada)	Ação realizada
1ª etapa: apresentação da situação	1	2	Apresentação da proposta.
	2	4	Apresentação do gênero.
	3	2	Escolha do problema social a ser abordado nas cartas.
	4	4	Problema escolhido: observação <i>in loco</i> por meio de aula de campo com colheita de imagens e entrevista a moradores.
	5	5	Abordagem ao problema escolhido para ser o tema das cartas por meio de discussão, entre outras atividades.
2ª etapa: produção inicial	1	3	Produção inicial do gênero carta de denúncia.

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2020.

Quadro 04: Módulos

Fase da Sequência Didática	Nº do módulo	Nº de encontros	Total de aulas (45min cada)	Conteúdos e aspectos trabalhados
3ª etapa: módulos	1	2	4	Conteúdo temático: funcionalidade – presença da denúncia.
	2	2	4	Conteúdo temático: argumentatividade, operadores argumentativos, modalizadores e informatividade.

Continua

Quadro 04: Módulos (continuação)

	3	1	3	Escolha do problema social a ser abordado nas cartas.
	4	1	4	Estilo linguístico e norma culta da língua: emprego do verbo “denunciar”; adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele; uso da vírgula e utilização dos nomes próprios.
4ª etapa: produção final	—	1	4	Carta de denúncia
5ª etapa: verificação e análise da produção escrita final em comparação com a inicial.	—	—	—	Carta de denúncia
6ª etapa: escolha e envio de uma das cartas ao MPPB.	—	1	2	Carta de denúncia

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2020.

A seguir, apresentamos o relato de como se deu a execução da proposta de intervenção, a partir da apresentação da situação, sequenciada pela produção inicial, o desenvolvimento dos módulos, a produção final, a análise comparativa entre a produção inicial e a final e a escolha e envio de uma das cartas ao MPPB.

4.3.1 Apresentação da situação

Essa etapa da SD foi dividida em cinco encontros. O primeiro consistiu na apresentação do projeto (APÊNDICE A). Os alunos foram dispostos em círculo e, numa roda de conversa, foram informados acerca de detalhes do projeto a partir de perguntas norteadoras (APÊNDICE B) que versaram sobre o que é o projeto, quais os seus objetivos e resultados esperados e como a proposta seria desenvolvida. Nesse sentido, explicamos em detalhes que o projeto é uma pesquisa acadêmica voltada para o ensino de escrita de uma carta a qual estaria concentrada em denunciar à autoridade competente um problema social real que complicasse a vida dos habitantes de sua comunidade extraescolar.

Esclarecemos que o projeto seria desenvolvido ao longo de dois a três meses, tendo em vista que seriam estudados gradativamente todos os elementos constitutivos do gênero CD.

Expusemos que seriam realizados alguns encontros introdutórios e que, após esses encontros, seria sugerida uma primeira produção do gênero. Explicitamos que, a partir da análise dessa primeira produção, elaboraríamos atividades que pudessem auxiliá-los em possíveis distanciamentos da escrita do gênero. Deixamos claro que, após essas atividades, seria solicitada a eles uma produção escrita final e que a melhor produção seria encaminhada à instituição responsável pelo problema social. Informamos que era importante a participação deles não só para a nota, resultante da atuação dos discentes em todo o processo, mas também para que eles pudessem dominar a escrita de um gênero fundamental para o exercício da cidadania no sentido de agir diante da violação de direitos buscando garanti-los. Ao deixarmos claros esses detalhes realizamos uma atividade de leitura (APÊNDICE C) cuja finalidade principal foi oportunizar aos discentes, no projeto, um primeiro contato com o gênero CD. Para tanto, distribuímos a cópia de uma CD (Anexo F) da qual foi feita a leitura a partir de questões que solicitaram ao aluno a identificação do(s) motivo(s) que levaram a autora a escrever aquela carta, qual a denúncia presente na carta e se há na comunidade onde vivem algum problema social semelhante ao que foi denunciado na carta.

No segundo encontro (APÊNDICE D) nos concentramos na apresentação do gênero CD, a fim de que os alunos o conhecessem a partir de uma atividade de leitura. Mas antes de conduzirmos essa atividade, realizamos uma sondagem acerca dos conhecimentos prévios dos discentes a respeito do gênero CD para introduzi-los no assunto com base em sua experiência como leitores. Nosso intuito foi buscar aproximá-los do objeto buscando, desde o início, dar significado ao assunto por meio de exemplos concretos de sua realidade cotidiana. A sondagem ocorreu sob a forma de roda de conversa (APÊNDICE E) assentada em perguntas para serem respondidas oralmente. As perguntas buscaram saber se os alunos já tinham lido ou escrito uma CD antes da atividade de leitura da aula anterior; questionaram em que circunstâncias uma CD pode ser escrita, a quem deve ser remetida e em qual suporte pode ser inscrita. Além disso, questionou-se se os discentes tinham ciência de algum problema social na comunidade onde residem o qual poderia ser alvo de uma denúncia. Após esse momento, aplicamos uma atividade de leitura (APÊNDICE F), a fim de ampliar o horizonte de expectativa dos alunos no sentido de compreender e identificar a estrutura composicional, o conteúdo temático e o estilo linguístico da CD. Foram entregues cópias da CD do Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMA (ANEXO G) e de exercícios para serem respondidos sob a forma escrita. As questões foram distribuídas da seguinte maneira: 2 questões sobre a funcionalidade do

gênero; 2 questões acerca do conteúdo temático; 1 questão abordando a estrutura composicional e 3 a respeito do estilo linguístico.

Acerca da funcionalidade linguística da CD, foi sugerido que se informasse a finalidade de quem escreveu, o problema denunciado, os fatores que causaram esse problema, os argumentos utilizados para sensibilizar o destinatário e as soluções propostas para o problema.

Nas questões sobre o conteúdo temático, solicitamos que os alunos informassem: a denúncia, o direito violado, a gravidade dos fatos, a quem a denúncia beneficia, o agente violador do direito, elementos que contribuem com a robustez das provas solicitação por providências. Além disso, solicitamos que apontassem no texto o parágrafo em que se encontravam cada um desses elementos temáticos mencionados.

Para abordar a estrutura composicional, pedimos aos alunos que identificassem no texto: o local e a data, o vocativo, o corpo do texto, a despedida ou desfecho e a assinatura. No momento da correção, refletimos com eles sobre o sentido de cada um desses elementos.

No que tange ao estilo linguístico, focamos as questões nas áreas da formalidade linguística, nos operadores e modalizadores argumentativos. A respeito do estilo formal, salientamos que sua tipicidade no gênero CD se dá devido às exigências dos ambientes em que comumente circula; em relação aos operadores argumentativos frisamos seu papel de interligar e introduzir diferentes argumentos indicando geralmente o sentido de causa, explicação ou justificativa; conclusão, contradição, concessão, adição ou soma, finalidade ou objetivo etc. Realçamos sua presença no texto e solicitamos nas questões que eles identificassem o sentido de alguns. Sobre os modalizadores argumentativos, expomos seu papel de direcionar as intenções discursivas, os posicionamentos do autor em relação ao discurso. Além disso, destacamos que seu uso é recorrente na CD, tendo em vista o viés argumentativo dela.

O 3º encontro (APÊNDICE G) foi destinado à escolha de problema social que impactasse a realidade da comunidade onde os alunos residem, a fim de que este fosse o tema das cartas de denúncia produzidas pelos discentes no projeto. Para que a escolha ocorresse de modo consciente e fundamentado, o objetivo principal da atividade foi o de promover a expansão dos conhecimentos dos discentes acerca dos problemas sociais presentes tanto na sociedade como um todo quanto na comunidade onde vivem. Por isso apresentamos como objetivos específicos a listagem desses transtornos; a identificação dos responsáveis a quem a escrita de cartas de denúncia seria endereçada; a indicação, dentre os relacionados, daqueles encontrados na região onde os discentes moram e, por fim, a eleição aberta para definição do infortúnio a ser explanado nas cartas de denúncia.

Parte do encontro ocorreu em torno da discussão acerca dos problemas que prejudicam a vida nas sociedades urbanas de um modo geral e a respeito dos transtornos específicos à comunidade em que os discentes vivem. Essa ação foi precedida pela entrega da cópia de uma tabela (APÊNDICE H) com quatro colunas e cinco linhas para serem preenchidas pelos alunos. Nas colunas constaram as seguintes solicitações a serem informadas nas linhas, respectivamente: “Problema social”, “Órgão responsável pela solução”, “Está presente na comunidade?”, “Onde”? Após os alunos preencherem a tabela com essas informações, demos início à discussão acerca dos transtornos sociais listados pelos discentes nesse instrumento didático. A discussão (APÊNDICE I) foi conduzida a partir de perguntas voltadas para os problemas buscando saber a causa ou agente causador, as consequências para a comunidade, os benefícios que a solução pode proporcionar à coletividade e a identificação do órgão (ou pessoa física) a quem compete a solução.

Após a discussão, deu-se o processo de escolha do problema a ser abordado nas cartas de denúncia produzidas pelos discentes. Para realizar esse procedimento, listamos na lousa todos os transtornos sociais da tabela definidos pelos alunos como estando presentes em sua comunidade. Foram enumerados 10 problemas. Pedimos que cada aluno votasse em um deles para que o problema escolhido constituísse o tema a ser abordado na CD. Por fim, o assunto escolhido foi a situação da Praça Emerson Lucena.

No quarto encontro (APÊNDICE J) realizamos uma aula de campo cujo intuito principal foi observar *in loco* os problemas da praça Emerson Lucena. Para tanto, propusemos que a ação abrangesse especificamente uma discussão acerca de proposta de entrevista a membros da comunidade que frequentam o mencionado local; a elaboração de uma pauta para a referida entrevista, a produção de imagens dos ambientes e elementos componentes do local e elaboração de relato acerca da visita à praça. Este encontro foi realizado em quatro momentos.

No primeiro momento, visando a favorecer a compreensão da realização de entrevista a frequentadores da praça Emerson Lucena como instrumento que favoreceria a expansão dos conhecimentos para embasar a escrita da CD, foi conduzida uma discussão a partir de algumas questões (APÊNDICE K). Para a primeira pergunta, “De que forma a entrevista a moradores que costumam frequentar a praça pode contribuir com a escrita da CD?”, os discentes que se dispuseram a responder expuseram que as entrevistas seriam úteis à escrita, pois outras pessoas poderiam perceber problemas até então não observados pela turma. Além disso, a entrevista seria interessante para comparar pontos de vista e, assim, fortalecer a argumentação na hora da produção do texto.

Na segunda questão, “A opinião de outras pessoas podem ajudar na escrita de um texto?”, todos os alunos que se voluntariaram a se expressar oralmente responderam que sim, pois para eles, opiniões são construídas a partir de outras, por meio das múltiplas concordâncias e discordâncias. Na terceira questão “Você costuma levar em conta a opinião de outras pessoas quando produz um texto sobre determinado assunto? Por quê?”. Alguns alunos oradores voluntários disseram que sim, pois, assim como disseram na questão anterior, suas opiniões são formadas a partir do conjunto de opiniões expressas por outras pessoas. Para a quarta questão, “Você acha que a opinião do pessoal que frequenta a praça será diferente da sua? Por quê?”, todos os que se voluntariaram a responder disseram que não, pois, pelo que já têm ouvido, todo mundo diz a mesma coisa: que a praça está abandonada e que é culpa da PMJP o estado em que ela se encontra.

O segundo momento do encontro foi dedicado à elaboração da pauta da entrevista a moradores da comunidade a ser realizada durante a aula de campo (APÊNDICE L). Para essa atividade, os alunos foram divididos em grupos, a fim de preencherem por meio escrito um roteiro o qual constavam espaços em brancos sobre a data da entrevista, o assunto, o objetivo, o nome do aluno que faria o papel de repórter, o nome do aluno que seria o câmera, o nome do entrevistado – que seria respondido só na hora da entrevista – e as perguntas a serem feitas aos entrevistados. Cada grupo escolheu um membro para ler as respostas dispostas na pauta. Depois os alunos foram convidados a escolherem a pauta, na opinião deles, mais bem elaborada. A pauta escolhida apresentou as seguintes respostas:

Assunto da entrevista: situação da praça Emerson Lucena no passado e no presente;
objetivo da entrevista: conhecer a opinião de moradores acerca da situação atual da praça em comparação com o período da reforma.

Perguntas:

1. Você sabe informar quando ocorreu a primeira reforma da praça?
2. Que tipo de assistência a prefeitura dá à praça hoje em dia?
3. O que você acha que precisa melhorar na praça?
4. Para você, por que a PMJP dá atenção a outras praças e não dá a essa?
5. Como a população pode fazer para a PMJP agir no sentido de resolver os problemas apresentados na praça?

Na sequência desse mesmo momento escolhemos, de modo voluntário, o aluno que faria as imagens fotográficas dos problemas localizados na praça e de dois auxiliares que o ajudariam nessa ação (APÊNDICE M). Para evitar danos materiais, não autorizamos que os alunos

levassem seus celulares, tendo em vista o risco de assaltos na região associado ao fato de que o público era menor de 18 anos e estava sob nossa responsabilidade. Por isso, avisamos aos alunos que eles utilizariam o aparelho celular do professor no desenvolvimento das atividades voltadas para a produção de imagens.

O terceiro momento foi voltado para a realização da aula de campo a qual contou com a participação de cinquenta por cento da turma. Os alunos presentes realizaram a ação de acordo com o que foi planejado. Ressaltamos que os alunos tiveram a participação na aula de campo condicionada à apresentação de autorização assinada pelo seu responsável legal, previamente entregue pelo professor pesquisador.

No quarto e último momento os alunos produziram um relato escrito sobre a visita à praça Emerson Lucena (conforme plano exposto no APÊNDICE N), apresentando, entre os fatos narrados, se foi possível perceber algum problema que não poderia ter sido visto a não ser pessoalmente, quais os piores problemas detectados e se os relatores concordam com tudo o que foi exposto pelos entrevistados. A fim de disseminar essas informações entre os alunos que não participaram, os relatos foram publicados em um mural da escola.

O 5º encontro (APÊNDICE O) foi destinado a discutir os problemas estruturais e de saneamento presentes na praça Emerson Lucena, objeto temático escolhido pelos discentes como assunto a ser abordado na CD. O principal objetivo específico do encontro foi prover os alunos de informação sobre o tema para que possam construir a escrita da CD. Esse encontro ocorreu em três momentos.

O primeiro momento do encontro foi iniciado a partir da atividade de leitura (APÊNDICE P) do texto “A importância das praças no cotidiano de uma cidade” (ANEXO I). Com as finalidades de conhecer o papel social das praças na vida da população e de apresentar os benefícios desse tipo de espaço para a comunidade, o conteúdo foi conduzido no sentido facilitar a resposta escrita de perguntas que versaram sobre a importância da praça no dia a dia da comunidade urbana, acerca dos benefícios que ela pode proporcionar e a respeito da correlação entre as vantagens sociais apresentadas pelo texto e a realidade encontrada na praça a ser abordada na CD. A fim de que expusessem oralmente o pensamento facilitando a troca de opiniões e ideias, os alunos foram convidados a ler voluntariamente as respostas dadas ao questionário.

O segundo momento foi desenvolvido com uma atividade de leitura (APÊNDICE Q) objetivando explorar a história da reurbanização da praça Emerson Lucena e despertar a memória afetiva dos discentes em relação a ela. Nesse sentido, após a leitura do texto “PMJP

entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada” (ANEXO J), os alunos expuseram oralmente relatos acerca de momentos por eles vivenciados naquele espaço social. Dessa forma buscamos reforçar o elo de significação entre os sujeitos e o tema e, assim, fortalecer a capacidade criativa dos alunos no momento da escrita da CD.

No terceiro momento, os alunos foram convidados a participar de uma atividade de leitura (APÊNDICE R) de imagens antigas (ANEXO K) e atuais (APÊNDICE S) da Praça Emerson Lucena, com o propósito de comparar o estado da praça na época de sua inauguração e a situação em que se acha atualmente. As imagens antigas foram extraídas do Google Maps pelo professor pesquisador, via internet e as atuais fotografadas e filmadas pelos alunos. Após lerem as imagens e fazerem a comparação, foi exposto um vídeo mostrando, além dos problemas apresentados nas imagens, entrevista com moradores da comunidade. Nas fotos, os alunos puderam observar os elementos constituintes da praça: quadra de areia, quadra poliesportiva, passarelas, bancos, brinquedos e mesas de jogos. Puderam notar também a quase absoluta ausência de serviços de limpeza e a total falta de podagem das árvores na atualidade. Após observarem as imagens, tanto em foto quanto em vídeo, foi realizada uma discussão com questões para serem respondidas oralmente. Na pergunta centrada nas diferenças entre a praça do passado e a do presente, os alunos se mostraram indignados com a estrutura conservada que a praça apresentava no momento de sua inauguração e o estado de quase completo abandono em que se acha hoje.

Quanto à questão acerca dos maiores problemas enfrentados por aquele lugar, os alunos apontaram a falta de manutenção da praça como um todo. Para facilitar a especificação de todos os problemas presentes na praça, foi sugerido que todos os elementos que a constituem fossem avaliados por escrito como bom, ótimo, ruim ou péssimo. Em seguida os discentes foram provocados a, voluntariamente, opinarem a respeito de cada uma das sugestões avaliativas de bom, ótimo, ruim e péssimo apontadas. Ainda nas questões escritas, os discentes elencaram as práticas de lazer, esporte e cultura que as pessoas poderiam realizar ou ter acesso na praça no período de sua inauguração. Em seguida foi feita essa mesma atividade mudando apenas o momento temporal do passado para o presente. Após a escrita, os discentes foram convidados a exporem voluntariamente suas respostas. Vários alunos se dispuseram para tal e promoveram um debate no qual discutiram sobre praças de outros locais serem conservadas, mantidas e zeladas pelo Poder Público e a Emerson Lucena não. Alguns alunos, mencionando as entrevistas, comentaram que esse fato se dava porque a Praça Emerson Lucena é escondida,

sem visibilidade e, por isso, não desperta nos agentes públicos interesse em mantê-la organizada.

Após essa fase, foi levantada a tese de que a pobreza na região seria a razão pela qual a PMJP se omitia em sanar os problemas do local, o que foi refutado por outros alunos. O lugar é rodeado de casas e prédios habitados por cidadãos de classe média. Esse fato, segundo esses discentes, comprovava que essa suposição não se sustentava e que a hipótese da não visibilidade seria a mais provável. Na questão que perguntamos sobre as consequências do abandono da praça na vida dos moradores da comunidade, os alunos elencaram problemas voltados para prejuízos à diversão, ao lazer, à cultura e à saúde, tendo em vista o acúmulo de lixo o que atrai ratos, baratas e outros seres nocivos ao ser humano. Para provocar a PMJP a solucionar os problemas identificados na praça Emerson Lucena, em resposta à pergunta nesse sentido, os alunos apontaram, além da escrita da CD, o acionamento da imprensa, a solicitação de visitas por parte de programas de televisão, a denúncia verbalizada oralmente em programas de rádio, a realização de denúncia em eventos promovidos pela prefeitura por meio de cartazes, entrega de carta ao prefeito em eventos, conversa com vereadores na câmara e organização de abaixo-assinado por moradores da comunidade.

Sobre o envio de CD ao Ministério Público apresentando todos os problemas encontrados na praça consequentes do descuido da PMJP ser capaz de fazer com que esta instituição os solucione, a maioria dos alunos se mostrou otimista e afirmou acreditar que a CD, se escrita com fundamento, com argumentações elaboradas a partir de provas robustas, seria capaz sim de mobilizar a PMJP a cumprir com sua responsabilidade no que tange à referida praça. Segundo essa maioria, a situação chegou ao ponto apresentado na praça Emerson Lucena devido à inércia da população. Quanto à pergunta a respeito da construção de outros elementos estruturais que pudessem tornar a praça mais atrativa, na opinião dos alunos, faltou à PMJP edificar na praça Emerson Lucena pista de skate, anfiteatro, espaço com máquinas para a prática de exercícios físicos, mais brinquedos e mais ilhas de bancos para jogos de damas e xadrez.

Acerca das entrevistas filmadas, com produção ocorrida no encontro anterior (VIDE APÊNDICES K, L e M), sua exibição (APÊNDICE T) foi executada durante o terceiro momento deste encontro com a finalidade de que os alunos conhecessem o ponto de vista de pessoas que se fazem presentes diariamente na praça Emerson Lucena e para que, com isso, pudessem ampliar o nível de informações que embasassem a escrita da CD. Além disso, a apresentação das entrevistas nesse quinto encontro teve também intuito de reforçar as informações juntos aos alunos que não participaram da aula de campo.

Conforme exposto no 2º momento do 4º encontro, as entrevistas foram realizadas, por dois alunos voluntários previamente definidos. Um deles fez papel de câmera e o outro de repórter conduzidos por pauta produzida pelos colegas em sala de aula. Participaram das entrevistas dois moradores da comunidade, frequentadores assíduos daquele ambiente público, partindo das seguintes questões – elaboradas pelos discentes também durante o quarto encontro:

1. Você sabe informar quando ocorreu a primeira reforma da praça?
2. Que tipo de assistência a prefeitura dá à praça hoje em dia?
3. O que você acha que precisa melhorar na praça?
4. Para você, por que a PMJP dá atenção a outras praças e não dá a essa?
5. Como a população pode fazer para a PMJP agir no sentido de resolver os problemas apresentados na praça?

As respostas do primeiro entrevistado, um morador da comunidade, do sexo masculino, com idade de 35 anos, para a primeira pergunta foi de que a reforma da praça ocorreu em 2009, como de fato foi constatado no segundo momento deste encontro, durante leitura do texto “PMJP entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada”. O entrevistado prosseguiu afirmando que a PMJP voltou ao local em dois anos subsequentes, 2011 e 2014, quando realizou apenas atividades de manutenção e a partir dali deu-se início ao processo de abandono daquele ambiente público; o segundo entrevistado, um adolescente com idade de 15 anos, afirmou desconhecer ou não ter lembrança de períodos de reforma naquele local. Para a segunda pergunta, o primeiro entrevistado afirmou que a PMJP não está dando nenhuma assistência à praça. E completa: “Hoje em dia se encontra assim: cheia de mato, as árvores crescendo tudo precisando de podar e, como vocês podem ver, a sujeira toma de conta”; o segundo entrevistado se expressou no mesmo sentido afirmando que a praça está completamente abandonada pelo poder público. Como resposta à terceira pergunta, o primeiro entrevistado afirmou que tudo precisa ser melhorado, pois o muito tempo que a praça está sem manutenção tem gerado acúmulo de deterioração em todos os ambientes e instrumentos componentes da praça. A resposta do segundo entrevistado, em concordância com o outro, acrescenta exemplos acerca do que precisa ser restaurado: “Os balanços estão quebrados; olha a nossa quadra como é que está. As traves estão quebradas; tem que chamar alguém para tomar conta da praça”. Para a quarta pergunta, o primeiro entrevistado alegou que a PMJP não assiste a praça Emerson Lucena porque esta se encontra num local de pouca visibilidade, com pouco fluxo de pessoas e a atenção dispensada a praças de outros bairros tem a ver com questões de privilégios dedicados às altas classes sociais: “Nesses lugares onde tem dinheiro o poder o público chega. É gente

zelando, são aqueles equipamentos de ginástica. Colabora. Veja: essa praça não tem atrativo para o jovem. Você chega ali na praça dos Bancários tem pista de skate, é tudo iluminado. Aqui o que acontece é isso: está se acabando e não tem ninguém pra cuidar”.

O segundo entrevistado associou sua resposta também a questões de diferenças econômicas. Para ele o motivo da não assistência da PMJP à praça Emerson Lucena é o fato de aquele espaço ser frequentado por pessoas pobres e de estar localizada próximo a comunidades habitadas por sujeitos de baixo poder aquisitivo. Na quinta questão o primeiro entrevistado propôs que a população buscasse os meios de comunicação, programas de rádio e de TV para denunciar o descaso da PMJP com a praça. Além dessa proposta, o segundo entrevistado acresceu a elaboração de abaixo-assinado e denúncias escritas às ouvidorias virtuais. Para além das perguntas prévias, o primeiro entrevistado acrescentou sobre a praça Emerson Lucena, “aqui é um canto bom para trazer a família; é um lugar bem arborizado. Traga sua família. Aqui tem assim mesmo uma feirinha na quinta-feira”. Essa fala do morador entrevistado corrobora o sentimento generalizado entre os discentes e demais residentes da região de que a praça Emerson Lucena é um bem público importante para a vida da comunidade que a cerca.

Com o intuito de possibilitar aos alunos o acesso a informações acerca dos direitos violados pela PMJP e, dessa forma, fornecer subsídios jurídicos que pudessem ser utilizados por eles para fortalecer a construção da CD, desenvolvemos uma atividade de leitura (APÊNDICE U) dos artigos 6, 215 e 227, da CF, com destaque para os direitos a lazer, cultura, saúde, esporte, convivência comunitária; artigos 5, 6, 196, 203, 204, 205, 221 e 208 da LOMJP, enfatizando os direitos a lazer, cultura, saúde, convivência comunitária, limpeza das vias públicas, esporte e recreação e os artigos 4 e 71 do ECA, frisando os direitos a lazer, cultura, saúde, convivência comunitária, esporte, espetáculos e diversões (ANEXO L). A leitura foi seguida de uma questão escrita na qual foi exposta aos alunos a sugestão de escolher, dentre os trechos das leis sugeridas, dois ou mais artigos que pudessem ser citados na CD para dar robustez ao raciocínio argumentativo, característico desse tipo de produção.

4.3.2 Produção inicial do gênero carta de denúncia

Para esse momento (APÊNDICE V) a gestão da escola disponibilizou todo o horário após o intervalo (15h30min às 17h30min). Explicamos aos discentes que a aula seria dedicada à produção da versão inicial da CD. Para tanto, antes da produção escrita, comunicamos que aquela primeira versão do gênero deveria ser feita levando em consideração o tema escolhido

para a denúncia e todos os assuntos abordados na apresentação da situação. Além disso, como nas atividades iniciais, mais uma vez esclarecemos que o produto resultante do texto escrito seria analisado por nós, a fim de detectarmos possíveis problemas de escrita os quais, a posteriori, poderiam vir a ser abordados e corrigidos numa reescrita final. Em seguida, entregamos uma folha de papel em branco solicitando que eles produzissem nela a carta. Os alunos assim o fizeram. Com as produções em mãos, pudemos observar diversos afastamentos entre os textos e os parâmetros exigidos pelo gênero CD, tanto no conteúdo temático, quanto na estrutura composicional, no estilo linguístico e na norma culta de escrita, adequada ao propósito comunicativo apresentado pelo gênero. Uma vez catalogados os principais problemas percebidos nas cartas, nos dispusemos a elaborar os quatro módulos seguintes, a fim de facilitar a superação das dificuldades apresentadas e propiciar avanços nesse sentido quando fosse elaborada a produção final. Os quatro referidos módulos serão detalhados nos tópicos subsequentes.

4.3.3 Aplicação dos módulos

Módulo 01 – Funcionalidade: presença da denúncia

Esse módulo foi desenvolvido em dois momentos. No plano de aula (APÊNDICE W) nos concentramos em abordar os aspectos funcionais e característicos da CD, tendo em vista número considerável de alunos ter confundido o gênero com a carta de solicitação. Nesse sentido, propusemos como objetivo geral “identificar a funcionalidade da CD”. Tomando a função social do gênero como aspecto que define suas características e, portanto, necessário à compreensão destas e a fim de dirimir as dúvidas dos discentes acerca das diferenças entre a CD e a carta de solicitação, apresentamos os seguintes objetivos específicos “reconhecer o papel social da CD a partir da comparação entre a função social deste artefato com a do gênero carta de solicitação”; “Esclarecer as diferenças entre a CD e a carta de solicitação”. Para atingir esses objetivos específicos lançamos mão da atividade de leitura (APÊNDICE X) dos textos “A CD de Ronaldo Tiradentes ao amigo Deodato” (ANEXO M) e da carta de solicitação dos Moradores da Rua Jair dos Santos sobre o trânsito em Fortaleza (ANEXO N). Essa ação ocorreu no primeiro momento. Nele dividimos os alunos em duplas e cada dupla recebeu um dos dois textos.

Para a leitura do texto, apresentamos algumas questões a serem respondidas em voz alta

para toda a classe. Sobre a primeira pergunta “Esse texto é ou não uma CD? Se sim, explique por quê”, alguns alunos que receberam a carta de solicitação responderam que sim e defenderam seu ponto de vista apresentando os problemas expostos na carta e a solicitação por providências apresentado no desfecho. Outras duplas discordaram explicando que a carta dos “Moradores da Rua Jair Santos” não denunciava ninguém, mas sim apresentava problemas e solicitava soluções para eles sem apontar culpa nem culpados. Já sobre a CD, os alunos foram unânimes em afirmar ser o texto um protótipo do gênero porque busca resolver o problema, ausência constante de uma médica num posto de saúde, focando na denúncia voltada para a gravidade do fato e o tempo inteiro apresenta provas contra um culpado, no caso, a médica.

Acerca da segunda questão de número 2 (dois) “Se o texto não é uma CD, explique o porquê e informe qual é o gênero.”, os alunos que afirmaram não ser o texto da carta dos “Moradores da Rua Jair Rodrigues” uma CD, reafirmaram o que tinham respondido acerca do texto na questão anterior e não conseguiram explicar que nome é dado a esse tipo de carta, o que necessitou de nossa intervenção, como professor pesquisador, no sentido de apresentar esclarecimento acerca da nomenclatura. Sobre a questão escrita, expusemos algumas das características de ambas as cartas as quais consideramos mais importantes. A maioria dos alunos conseguiu identificar as características da CD e da carta de solicitação. Ao final dessa questão, a fim de reforçarmos as diferenças entre ambas as cartas, expusemos que a CD é enviada a um entre judicial, apresenta um culpado por uma ação ou omissão, aponta as provas de sua culpa e solicita a um órgão ou a alguém providências para solucionar o problema por ele causado ou pelo qual é responsável.

Em contrapartida, a carta de solicitação, apesar de apresentar os problemas causados por alguém, é enviada a ente fora do campo judicial, capaz de atender a solicitação. Ela não foca em culpar um responsável, mas em sensibilizar o destinatário a solucionar o problema exposto. Ou seja, apesar de se embasar em provas robustas, a carta de solicitação não tem caráter denunciador, pois não acusa o responsável, o que levaria a lhe imputar culpa.

Para concretizar os dois últimos objetivos específicos deste módulo: “observar se alguns fragmentos das produções textuais discentes podem ou não ser classificadas como CD; e “reescrever trechos de produções que não contemplaram as características da CD”, recorreremos, no segundo momento, a uma atividade voltada para a leitura de trechos da primeira produção dos discentes (APÊNDICE Y), a fim de constatar se na introdução da carta, na produção inicial, os alunos conseguiram expor as exigências para a elaboração desse gênero. Recortamos dois trechos: um, cuja configuração contemplava o gênero carta de solicitação e outro cujo formato

satisfez os requisitos exigidos pela produção da CD. Os objetivos específicos da atividade foram “Dialogar acerca de ter produzido ou não uma CD”; “rememorar os elementos que devem aparecer no início de uma CD” e “reescrever, se necessário, os trechos apresentados, a fim de adequá-los ao gênero CD”.

Para desenvolver a atividade seguimos a mesma metodologia do momento anterior, divididos em duplas, cada agrupamento recebeu uma cópia de um dos textos. Em seguida sugerimos duas questões a serem respondidas oralmente e uma terceira a ser respondida por via escrita. Para a primeira questão: “O trecho que você recebeu pode ser corretamente considerado a parte inicial de uma CD sobre a situação da praça Emerson Lucena?”, como tínhamos discutido amplamente sobre as características de ambos os gêneros, CD e carta de solicitação, a maioria dos alunos rapidamente conseguiu responder a questão afirmando “sim” ou “não”, a depender do trecho que tinham em mãos. Alguns daqueles, cujos trechos caracterizavam carta de solicitação pediram a palavra e fizeram oralmente essa identificação.

Para responder a segunda questão: “O que é preciso estar presente no início de uma carta para podermos classificá-la como CD?”, o professor se pôs à lousa para anotar as respostas que cada aluno ia expondo. Foram dadas as seguintes respostas: denúncia (problema), gravidade dos fatos, responsável ou culpado, trecho de lei, direito(s) prejudicado(s). O professor pesquisador esclareceu aos alunos que a denúncia é uma ação que ocorre da seguinte forma: uma entidade física ou jurídica provoca instância judicial a tomar providência contra outra entidade física ou jurídica, sobre quem exerce autoridade, que estejam cometendo faltas graves, causadoras de danos a outrem. Os elementos citados estavam de acordo com explanação e compunham os componentes básicos da denúncia, por isso deveriam aparecer, preferencialmente, na introdução desse gênero. Acerca dos componentes “direito prejudicado”, “gravidade dos fatos” o professor pesquisador orientou que era optativa sua explicitude no texto, tendo em vista que em toda denúncia está subentendida grave violação de direitos, esteja esta explícita ou não, não à toa a CD ser geralmente anônima. Como exemplo dessa não obrigação de explicitude, apresentamos a introdução da “carta de denúncia de Ronaldo Tiradentes ao amigo Deodato” (ANEXO M), que o remetente dispôs nos dois primeiros parágrafos. Demonstramos que nela aparecem explicitamente os seguintes elementos básicos da denúncia: a pessoa acusada, uma médica, e o problema por ela causado: faltas excessivas no atendimento aos pacientes do SUS, residentes em área de risco social, com a agravante de que, de acordo com a carta, tal médica não comparecia ao trabalho, porém permanecia assídua nas redes sociais no mesmo horário que devia ser destinado às atividades laborais. Expusemos que,

mesmo citando várias sequências narrativas como prova, em nenhum momento o remetente menciona o(s) direito(s) violados pela médica nem a gravidade dos fatos por ela executados. Tais elementos, porém estão claramente subentendidos no texto.

A esse respeito, dissemos aos alunos que um leitor com o mínimo de perspicácia percebe pelo menos o principal direito prejudicado pela ação da médica, que é o do acesso à saúde e que a negação ao acesso a esse direito configura algo grave.

Após esse esclarecimento, explicamos ainda que dos itens citados pelos discentes, somente o “trecho de lei” não deveria constar na introdução. Explicitamos que geralmente esse aspecto não era obrigatório numa CD e, quando o produtor optasse em utilizá-lo, deveria localizá-lo de preferência no penúltimo parágrafo, parte do texto a ser estudado posteriormente. Em seguida repassamos aos alunos a terceira e última questão a ser respondida por meio escrito “Reescreva o trecho para ajustá-lo aos requisitos indispensáveis à elaboração de uma CD”. A partir dos conhecimentos transmitidos nesse módulo, as produções reescritas dos alunos foram satisfatórias. A maioria deles conseguiu modificar o trecho classificado como introdução de uma carta de solicitação inserindo peculiaridades típicas do início de uma CD. Ao trecho mais próximo a uma CD também foram acrescentadas outras características que lhe deram maior identificação com o gênero.

Módulo 02 – Conteúdo temático: argumentatividade, operadores argumentativos, modalizadores e informatividade

Esse módulo foi desenvolvido em dois momentos. Neles desenvolvemos atividades voltadas para três aspectos da textualidade nos quais a maior parte dos discentes apresentaram problemas de escrita: argumentatividade, operadores argumentativos, modalizadores e informatividade.

No primeiro momento, a fim de tratarmos da argumentatividade, explicamos aos discentes as noções de tese e argumento. Expusemos que na CD todos os argumentos giram em torno da tese intrínseca de que a denúncia é grave. Nesse sentido, refletimos sobre o fato de grande número de discentes terem apresentado argumentos concentrados apenas nos problemas físicos da praça, ou seja, deixando de fora argumentos importantes como: o fato de as pessoas não poderem ter momentos de lazer, praticar esportes, fazer exercícios físicos, prováveis doenças que podem ser causadas pelo lixo, o fato de outras praças serem assistidas pela prefeitura etc.

Diante disso, avaliamos que seria propícia uma atividade na qual os discentes pudessem perceber a necessidade de fortalecer a tese com bons argumentos. Nesse sentido, realizamos a atividade de leitura (APÊNDICE Z) de uma CD (ANEXO H) assinada por agrupamento de pessoas denunciando a situação de despejo de uma comunidade ribeirinha, residente às margens do Rio São Francisco, consequente da ação da Polícia Militar de Minas Gerais. Os discentes leram o texto em dupla, conduzidos por questões a serem respondidas oralmente e compartilhadas em voz alta com os demais colegas.

Na primeira pergunta, sugerimos que os discentes expusessem os argumentos presentes na CD lida e que explicassem os motivos que foram escolhidos aqueles e não outros argumentos. Tendo em vista os esclarecimentos prévios sobre o assunto, por nós expressos anteriormente, eles não apresentaram dificuldade para identificar os argumentos. Quanto à escolha desses argumentos, na opinião dos discentes, se deu porque eles queriam mostrar que estavam falando a verdade em relação ao despejo dos ribeirinhos, a violência usada na ação e o sofrimento pelo qual estavam passando.

Em seguida indicamos uma proposição para que os alunos expusessem argumentos que pudessem ser usados estrategicamente por eles na CD em produção e que julgassem a qualidade dos argumentos expressos pelos colegas. Essa questão foi bastante interativa. Cada dupla expôs um argumento diferente explicando por que o julgava forte. Em seguida provocamos as demais a dizer por que concordavam ou discordavam da solidez do argumento dos outros. Ao final dessa questão, expusemos aos discentes que muitos deles, na CD em produção, exploraram apenas o argumento voltado aos problemas estruturais da Praça Emerson Lucena. Pedimos que quem assim fez pensasse se era possível convencer o destinatário acerca da gravidade da denúncia citando somente aquele argumento; se não seria mais provável sensibilizar o destinatário a agir mencionando na carta os vários bons argumentos expressos pelas duplas. Mesmo ressaltando que essas perguntas deviam ficar no campo da reflexão, alguns alunos pediram a palavra e disseram que, certamente, quanto mais bons argumentos fossem utilizados na carta a ser produzida, maior seria a probabilidade de o problema denunciado ser resolvido.

Além da possibilidade de ampliação do leque de estratégias argumentativas para a escrita de uma CD, a carta lida também serviu para que os discentes pudessem perceber as influências do remetente grupal sobre o destinatário, pois as cartas que eles tinham lido até então tinham sido todas assinadas por uma única pessoa. Porém a que aqui sugerimos, bem como outra apresentada nas atividades iniciais, exibiam a assinatura sob a alcunha de um coletivo. Nesse sentido, pedimos aos discentes que opinassem sobre as vantagens e

desvantagens de uma CD ser assinada por um único indivíduo ou por um coletivo. O intuito era que eles percebessem que a escolha de uma ou de outra forma de remetente dependia da estratégia argumentativa escolhida. Eles alegaram não verem desvantagem em nenhuma das possibilidades de remetente. Porém, expressaram achar mais vantajosa a assinatura coletiva porque, para eles, a representação coletiva pode exercer maior impacto na decisão do destinatário. Nos acostamos a essas respostas afirmando que todas as grandes conquistas geralmente se dão por meio de representações coletivas, porém realçamos que é também possível solucionar problemas quando o remetente é uma única pessoa. Destacamos ainda que, mais importante que a individualidade ou coletividade expressa no remetente é a qualidade dos argumentos, ou seja, da capacidade de convencimento que a estratégia argumentativa adotada expressa. (Para consultar o plano de aula deste módulo, vide APÊNDICE AA.)

Para o segundo momento, propusemos uma atividade (APÊNDICE BB) com algumas questões escritas a fim de corrigir problemas apresentados em grande parte das produções discentes os quais se concentraram nos campos da informatividade.

Sobre a informatividade, iniciamos o momento expondo aos discentes as principais informações que se fazem presentes numa CD: denúncia, informações ou argumentos que comprovem a denúncia e sua gravidade e solicitação por providências. Explicamos que há um espaço específico no gênero para cada uma dessas informações, porém que essa pormenorização seria feita no módulo seguinte, no qual trataríamos da estrutura do gênero em abordagem. Esclarecemos que, naquele momento, nos concentraríamos em sanar problemas voltados à supressão de tais informações. Ou seja: diversos discentes não mencionaram o causador do problema, que é um dos componentes básicos da denúncia na carta, e não solicitaram que fossem tomadas providências para a solução da situação denunciada. Expusemos ainda que tínhamos encontrado nas produções problemas relacionados à incompletude de informações e com apresentação de dados desnecessários, o que prejudicava a compreensão do destinatário.

A fim de resolvermos os problemas relacionados às supressões anteriormente mencionadas, aplicamos algumas questões. Na primeira solicitamos que os discentes identificassem ambas as informações na CD do Conselho Pastoral dos Pescadores. Na segunda solicitamos que os discentes reescrevessem trechos das produções iniciais inserindo nelas as informações ausentes.

Quanto às informações incompletas e aos dados desnecessários, conversamos com os discentes a respeito dos danos causados por elas na informatividade da produção escrita, já que

esses problemas prejudicam a quantidade e a qualidade das informações. Para saná-los propusemos, na sequência das perguntas anteriores, algumas questões escritas, feitas a partir de uma CD em elaboração, escrita por um dos discentes. Solicitamos que eles opinassem sobre as informações presentes na carta serem ou não suficientes para que o destinatário a compreendesse; que, caso estivesse faltando algumas informações, ou se estas fossem apresentadas de forma incompleta, os discentes apontassem quais. Eles foram unânimes em declarar comprometida a compreensão do destinatário, pois estava ausente uma informação básica: a denúncia.

De acordo com os discentes, o texto se adequava mais ao gênero carta de solicitação. Os alunos identificaram ainda informações desagrupadas, já que o texto não apresenta parágrafos, repetição de palavras, repetição de argumentos, ausência de elementos estruturais como local e data e despedida; saudação e desfecho deslocados. Confirmamos com eles os problemas observados e sugerimos que fossem apresentadas soluções. Alguns discentes expuseram que, a primeira informação a ser escrita na carta seria a denúncia; depois deveríamos dividir o texto em parágrafos e distribuir neles os argumentos; em seguida, a solicitação por providências deveria ser acomodada no último parágrafo e, somente após essas ações, nos preocuparmos com o local e data, despedida e assinatura.

O último assunto tratado nesse momento foi voltado para o argumento de autoridade. Sugerimos uma questão com um passo a passo de como deve ser feita a citação de trechos de leis, proposta na apresentação da situação. Após os alunos responderem os exercícios propostos, retomamos a leitura deles tendo em vista algumas dúvidas apresentadas por parte de alguns discentes.

No terceiro momento (APÊNDICE CC) continuamos abordando a textualidade a partir de um aspecto dessa área nos quais as produções iniciais dos discentes apresentaram dificuldades: o uso de operadores argumentativos. Acerca disso, os problemas apresentados foram mais de ausência deles. As ocorrências mais comuns foram nos campos dos operadores de explicação, conclusão e causa. Por isso elaboramos uma questão com trechos dos textos dos discentes nos quais, entre opções de operadores, eles escolheram um para preencherem espaços. Após a resolução da questão, discutimos e analisamos as respostas. Em seguida refletimos com eles sobre a importância desses elementos nos textos e tecemos as considerações de que a escrita de um argumento, seja de explicação, conclusão ou de qualquer outra natureza, sem os conectivos que os interligam compromete-se o sentido da mensagem a ser transmitida no texto.

Módulo 03 – Estrutura composicional: vocativo, corpo do texto e despedida

As atividades do terceiro módulo (APÊNDICE DD) foram realizadas com o objetivo de identificar alguns elementos estruturais do gênero, tendo em vista os problemas observados, nesse aspecto, na maioria das produções iniciais dos discentes. Primeiro, atendendo especificamente o objetivo geral, focamos no reconhecimento do vocativo, do corpo do texto e da despedida. Para tanto, embaralhamos esses componentes estruturais de uma CD e solicitamos que os discentes os identificassem. Com essa atividade (APÊNDICE EE), procuramos preparar os alunos para exercícios específicos a cada um dos elementos nos quais as produções apontaram dificuldades.

Em relação à saudação, os discentes apresentaram dois problemas: não utilizaram o vocativo adequado ao remetente nem a dispuseram no espaço adequado, expondo-a como parte do texto do primeiro parágrafo. Para combater esse embaraço, apresentamos aos discentes um quadro com os principais pronomes de tratamento e solicitamos que lessem todos com atenção. Em seguida selecionamos quatro destinatários, dentre os quais aquele a quem a CD em produção se dirigia, e pedimos que eles produzissem saudações para os destinatários pesquisando no quadro o vocativo correspondente. Os esclarecimentos oriundos dessa atividade serviram de base para a questão subsequente referente à junção da saudação com o primeiro parágrafo. Nela sugerimos que os discentes reescrevessem a saudações e o primeiro parágrafo de algumas cartas de denúncia em elaboração, as quais apresentavam os problemas mencionados.

No corpo do texto, os problemas de muitos discentes foram de paragrafação, ou seja, alguns alunos desenvolveram sua produção sem divisão paragrafada, e da falta de informações nos parágrafos introdutórios e conclusivos. Acerca da paragrafação, observamos que em muitos dos textos em elaboração, sem a divisão dos parágrafos, as informações de cada uma dessas partes se encontravam presentes e na ordem adequada. Por isso, além da exposição desse assunto ocorrida na primeira atividade deste módulo, propusemos uma questão com afirmações constando resumo das informações que devem ou não estar presentes nas partes do corpo do texto e pedimos que os discentes julgassem se eram verdadeiras ou falsas. A partir dali, passamos a dispor na lousa, em todas as aulas seguintes, um “desenho” da carta com o detalhamento das informações que deveriam ser dispostas em cada parágrafo, a fim de reforçar a compreensão dos discentes no momento da reescrita. Em relação às dificuldades constantes dos parágrafos de introdução e de conclusão, em ambos foram omitidas informações. Na

introdução, alguns discentes deixaram de se apresentar, de denunciar fato grave ocorrido ou de identificar o causador do fato considerado grave; na conclusão, não a separaram do parágrafo anterior nem a iniciaram com um termo conclusivo. Para ambas as situações, propusemos reescrita de trechos das cartas em elaboração, a fim de que fossem corrigidos aqueles que continham os referidos problemas.

O problema relacionado à despedida foi o fato de diversos discentes terem esquecido esse elemento. Para que eles pudessem superar essa adversidade, fizemos uma seleção de saudações mais utilizadas em cartas de denúncia, dispusemos num quadro e sugerimos que os discentes escolhessem uma para inserir numa CD em construção.

Módulo 04 – Estilo linguístico e norma culta da língua: emprego do verbo “denunciar”; adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele; uso da vírgula e utilização dos nomes próprios

Esse módulo (APÊNDICE FF) teve como principal objetivo adequar o texto apresentado na produção inicial aos padrões de escrita preceituados pela norma culta da língua. Para tanto, realizado levantamento prévio das principais inadequações quanto ao estilo linguístico do gênero, elaboramos uma atividade (APÊNDICE GG) que pudesse contemplar aquelas mais recorrentes em todas as produções. Os problemas identificados foram: não uso da vírgula tanto na separação do local e data quanto do vocativo; não emprego do verbo “denunciar” introduzindo a denúncia no primeiro parágrafo das produções; dificuldades na escrita dos nomes próprios; embaraço na distinção entre a primeira e a terceira pessoas do discurso e, conseqüentemente, não adequação dos verbos voltados para o autor prejudicando a coerência do texto.

Para abordarmos o não uso da vírgula separando local e data e dividindo o vocativo do restante do texto, recorremos a Cereja (2015), o qual afirma que a vírgula deve ser empregada para isolar o nome do lugar, antecedente à data e para separar o vocativo. Como já vínhamos tratando tanto do local e data quanto do vocativo, principalmente na aula anterior na qual nos ocupamos dos elementos estruturais, propusemos apenas uma questão para cada emprego da vírgula. Nas questões os discentes puderam identificar, entre quatro opções incorretas, qual a que estava de acordo com as normas da variante culta da língua.

Durante nossa pesquisa, realizamos levantamentos em diversas cartas de denúncia, a fim de constatarmos quais conteúdos se faziam presentes em cada parágrafo do corpo do texto. A partir dessas observações, percebemos que o verbo “denunciar” é o mais comum para figurar

o objetivo da carta, além de fazer parte das expressões que antecedem a denúncia. Notamos que grande número de estudantes utilizou verbos como “pedir”, “solicitar”, “resolver”, “relatar” etc., para expressar a ação verbal que introduz o objetivo da carta. Para tanto, propusemos uma questão lacunada na qual os discentes pudessem preencher substituindo o termo verbal incorreto pelo verbo denunciar”. Como em aulas anteriores, refletimos com os discentes que a solicitação por meio do verbo solicitar e sinônimos na CD era feita no parágrafo conclusivo e que esses verbos geralmente aparecem no parágrafo introdutório de outro tipo de carta, a de solicitação.

Em relação à escrita dos nomes próprios, retomamos a questão que tratou do verbo “denunciar”, a qual apresentava problemas nesse sentido. Sugerimos que os discentes identificassem os nomes que não seguiam a regra de escrita da norma culta e os reescrevessem adequadamente. Percebemos que os alunos conhecem os princípios de escrita dos nomes próprios, pois a maioria acertou nomes e errou sobrenomes, porém, por descuido, e por não terem o costume de revisar suas produções escritas, acabam permitindo que esses lapsos ocorram.

Um fato curioso apresentado por alguns discentes foi iniciarem a carta apresentando-se como primeira pessoa do singular, exporem a solicitação por providências no último parágrafo com primeira do plural e assinarem a carta em nome de um agrupamento de sujeitos. A fim de que eles superassem esses equívocos, sugerimos questões nas quais informassem se o verbo do primeiro parágrafo, que se referia ao autor, estava em primeira ou terceira pessoa; se o verbo de solicitação por providências, também referente ao autor, concordava com a pessoa gramatical apontada no início do texto e que fosse proposta pelo discente uma assinatura anônima individual para a carta. Nessa parte da atividade, alguns alunos pediram a palavra e disseram que tinham escrito a versão inicial da carta com esses problemas por não terem percebido que a mistura entre as pessoas do discurso causava problemas na coerência do textual. Com essa intervenção dos alunos, constatamos o quanto é importante a reflexão sobre os problemas de escrita com vistas à reescrita, pois, além de despertar a autocrítica dos discentes sobre o que escrevem, influencia positivamente o processo de ensino-aprendizagem.

4.3.4 Produção escrita final do gênero carta de denúncia

Para essa aula (APÊNDICE HH) a escola concedeu todo o expediente após o intervalo (entre 15h30min e 17h30min) para seu desenvolvimento. Antes de os alunos produzirem a versão final, devolvemos a cada um deles a primeira produção de suas cartas para reescrita

acompanhada de bilhetes orientadores, embasados na proposta de correção interativa sugerida por Ruiz (2010). Nos bilhetes constaram instruções acerca de problemas de escrita voltados para o conteúdo temático, a estrutura composicional, o estilo linguístico e a norma culta da língua. De posse desses bilhetes e referenciando-se nas atividades desenvolvidas nos módulos, os discentes produziram a versão final do gênero. O processo de reescrita ocorreu de forma tranquila com poucas solicitações de intervenção por parte dos discentes, tendo em vista o exaustivo trabalho realizado nos módulos e os apontamentos explicitados nos bilhetes orientadores. Findada a escrita das produções, lemos por alto algumas delas e percebemos avanços significativos em todas. O texto resultante dessa reescrita, produção final do processo, constituiu o objeto de nossa análise na qual buscamos confirmar o impacto positivo das SD na reelaboração do gênero CD realizada pelos discentes.

Com a descrição detalhada da SD e a exposição das estratégias metodológicas desenvolvidas na intervenção, finalizamos o presente capítulo. No capítulo seguinte, realizaremos a comparação entre os textos da primeira e da última produção, a fim de que possamos observar as consequências dos módulos nos textos finais dos sujeitos abrangidos pela pesquisa.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PRODUÇÕES INICIAL E FINAL

No presente capítulo, realizaremos a análise da produção final das CD em comparação com a primeira versão desses textos. Conforme podemos constatar nos relatos referentes aos módulos, na primeira versão, em relação ao conteúdo temático, os textos apresentaram problemas na funcionalidade do gênero, na argumentação, no uso dos operadores e dos modalizadores argumentativos e de informatividade. Quanto à estrutura composicional, a maioria dos textos expôs embaraços no emprego do vocativo, da despedida e da assinatura. Acerca do estilo linguístico e da norma culta, problemas foram encontrados no uso do verbo “denunciar”, na adequação dos verbos que se referem à pessoa do discurso assumida pelo remetente, no emprego da vírgula e na utilização dos nomes próprios. O objetivo deste capítulo é, portanto, conferir se as atividades de intervenção das SD, voltadas para cada um dos aspectos problemáticos mencionados, puderam proporcionar a superação destes.

A análise será feita a partir de trechos dos textos dispostos em quadros nomeados com cada um dos aspectos referidos. Os textos foram enumerados de 01 a 10, conforme total de

participantes da pesquisa, e identificados com as seguintes siglas: PI e PF, para as produções iniciais e finais, respectivamente. Foram dispostos nos quadros, conforme os fins comparativos da pesquisa, fragmentos dos textos das primeiras e das últimas produções, mantendo a produção original dos discentes. Ao final da análise, considerações sobre os resultados da comparação entre os textos serão expostas.

5.1 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – CONTEÚDO TEMÁTICO

Neste segmento do trabalho, analisaremos os aspectos do conteúdo temático que apresentaram problemas durante a aplicação dos módulos das SD. Nesse sentido, faremos a correlação entre as versões iniciais e finais de partes dos textos voltados para a apresentação da denúncia, a argumentação, os modalizadores e operadores argumentativos e a informatividade.

Quadro 05 – Conteúdo temático: funcionalidade do gênero: apresentação da denúncia – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça Emerson Lucena, localizada no bairro Cristo Redentor”.	PF1	“Venho por meio desta carta denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Praça Emerson Lucena que fica no Bairro Cristo Redentor, localizada na Rua Luísa Fernandes Vieira”.
PI2	“quero relatar a situação da Praça emerson lucena que está precisando de uma reforma para melhorar a praça e o bem-estar da comunidade”.	PF2	“Sou morador do Bairro do Cristo, venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena localizada na Rua Luíza Fernandes Vieira a praça está praticamente abandonada pela Prefeitura de João Pessoa”.
PI3	“Venho através dessa carta para denunciar a Prefeitura Municipal de João Pessoa, que não está cumprindo o artigo 208[...] o poder Executivo Municipal incentivará programas de lazer para os cidadãos, como forma de promovê-los. A praça Emerson Lucena, localizada no bairro Cristo Redentor, está abandonada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa”.	PF3	“Sou morador (a) do bairro do Cristo Redentor, venho através dessa carta denunciar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa abandonou totalmente a Praça Emerson Lucena, localizada na rua Luíza Fernandes Vieira.”

Continua

Quadro 05 – Conteúdo temático: funcionalidade do gênero: apresentação da denúncia – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

PI4	“Peço por essa carta que resolva o problema da praça emerson lucena.”	PF4	“Sou um morador do bairro do Cristo redentor vim aqui através dessa carta fazer uma denúncia sobre o problema da praça Emerson Lucena localizada no bairro do Cristo na rua luiza Fernandes vieira, o responsável pelo problema é a Prefeitura municipal de João Pessoa”.
PI5	“venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à praça Emerson lucena localizada no bairro do Cristo redentor”.	PF5	“Sou morador do Bairro do Cristo Redentor e estou enviando essa carta para denunciar o abandono da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena”.
PI6	“nós queremos que consertasse a praça”	PF6	“Venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça emerson Lucena localizada no Bairro do Cristo Redentor na Rua Luíza Fernandes Vieira.”
PI7	“eu venho lhe comunicar que a praça emerson lucena está a precisar de uma reforma rápida”	PF7	“Resido no bairro do Cristo Redentor, estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena localizada na rua Luiza Fernandes Vieira”.
PI8	“sou um anônimo. Que vem aqui denunciar uma praça, o nome da praça é Emerson Lucena do bairro do Cristo Redentor”.	PF8	“Sou um morador do bairro do Cristo Redentor e estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da praça Emerson Lucena, localizada na Rua Luiza Fernandes Vieira, que está ficando cada vez mais acabada porque a Prefeitura Municipal de João Pessoa construiu a praça e a deixou de lado”.
PI9	“lhe envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson lucena no bairro do cristo redentor”.	PF9	“Sou uma moradora do Bairro do Cristo Redentor e estou preocupada com a situação em que a praça Emerson Lucena, localizada na rua luísa fernandes vieira e envio esta carta para denunciar a falta de atuação da Prefeitura de João Pessoa com a praça”.
PI10	“Estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena, pois uma praça tem que está em bom estado para todos da comunidade”.	PF10	“Eu, uma moradora do Cristo, estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça Emerson Lucena, que fica no bairro do Cristo, na rua Luísa Fernandes Vieira, pois a praça não está recebendo os cuidados adequados pela prefeitura”.

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

No gênero CD, na modalidade formal, fica clara a função social logo no primeiro parágrafo do corpo do texto por meio do verbo “denunciar”. Esse verbo atua como carro-chefe desse tipo de produção escrita, pois é a partir dele que a denúncia é apresentada e as demais características do texto são desencadeadas ao longo do processo de produção. Aparece geralmente empregado em frases cristalizadas como “venho por meio desta carta ‘denunciar’”. Na apresentação da denúncia, o verbo “denunciar” é expresso como elemento introdutório, seguido do problema a ser denunciado e da identificação do causador desse problema. Ou seja, esses são os três elementos básicos constituintes de uma denúncia que são apresentados sinteticamente logo no início da produção textual nas seguintes ordens: verbo denunciar + problema + causador do problema ou verbo denunciar+ causador do problema+ problema. É em torno deles que a carta se desenvolve na busca argumentativa de provar a gravidade do problema ao destinatário ligado à área jurídica, apontar um culpado e, somente no último parágrafo, solicitar providências. No quadro analisamos como os discentes trataram esse aspecto característico do gênero comparando trechos das versões inicial e final de seus textos.

Na primeira versão das cartas, somente três delas apresentaram o verbo “denunciar” para introduzir a denúncia. Foram elas: PI1, PI3 e PI8. O produtor de PI1 realiza uma apresentação completa apenas invertendo a ordem entre o problema e o causador deste, o que não gera nenhum prejuízo ao resultado. O problema indicado é a “atuação da prefeitura com a praça Emerson Lucena localizada no bairro Cristo Redentor” e o responsável é a Prefeitura, a qual não é especificada. Na escrita final, o autor altera a alusão ao problema e passa a mencionar a “falta de atuação da prefeitura”, agora identificada, PMJP. Em PI3, o aluno escritor expõe como problema o agente gerador da situação-problema e esta aparece como o porquê de o causador estar sendo denunciado. Apesar de o causador do problema ser o pivô das consequências dele, a questão-problema da denúncia deve ser a situação encontrada na praça, já que esta foi o tema escolhido pela turma para abordar na carta. Portanto, o autor poderia ter inicialmente mencionado a prefeitura como responsável pelo problema e não como situação-problema da carta. Inclusive há o espaço adequado na carta para ser mais incisivo nas acusações contra o responsável, os parágrafos subsequentes nos quais pode-se fazer citações até mesmo de trechos de leis burladas por ele.

Na versão final, o autor corrige esse problema e passa a mencionar o “abandono da praça” como questão-problema e a PMJP como causadora dela. Confusão semelhante impetrou o autor de PI8. Ao invés de, após o verbo “denunciar”, expor o transtorno social encontrado na praça, ele aponta a própria praça como problema a ser denunciado. Ora, uma praça em si, dado

seu papel intrínseco de espaço social, comunitário, esportivo, artístico, cultural etc., por pior estado em que se encontre, não pode ser classificada como problema. O problema é, de fato, as consequências da situação de abandono e descaso do poder público para com aquele espaço. Além de referir-se à praça em si como epicentro da denúncia, o autor de PI8 não aponta um culpado na apresentação dela. Entretanto, na escrita final, ele faz os reparos devidos para apresentá-la: utiliza o verbo “denunciar” na introdução, denuncia a “situação da praça” e aponta a instituição motivadora do problema, inclusive já adiantando a omissão desta, pois “construiu a praça e a deixou de lado”. Com isso o autor antecipa, sem risco de ser repetitivo, uma vez que o faz brevemente, o tom argumentativo que desenvolverá nos parágrafos seguintes em relação ao ente causador do problema.

Três cartas foram introduzidas utilizando verbos diferentes daquele adequado a uma CD valendo-se das formas verbais do mesmo campo semântico “informar” e “comunicar”. Foram elas: PI5, PI7 e PI9. Pelo teor dos parágrafos iniciais dessas cartas, podemos concluir que seus autores não fizeram uso desses verbos no sentido de, inadequadamente, substituí-los pelo vocábulo “denunciar”, pois se assim ocorresse, teriam seguido a sequência “verbo informar/comunicar+ problema+ causador do problema”. Porém o que se percebe é um texto de fato informativo: “venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à Praça Emerson Lucena”, “venho lhe comunicar que a praça está a precisar de uma reforma”, “envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson Lucena”. Sendo assim, essas introduções não configuram a apresentação de uma CD formal. As versões finais dos três textos, por sua vez, passam a apresentar a denúncia: PF5 aponta como problema o abandono da praça Emerson Lucena e como protagonista do problema a PMJP; PF7 apresenta como problema a atuação da PMJP e conseqüentemente esta como causadora dos transtornos naquele local; já PF9 expressa como impasse a falta de atuação da PMJP, que é, portanto, a referida responsável pela situação encontrada na praça.

Duas cartas em suas produções escritas iniciais, as de número PI4 e PI10 utilizaram na introdução do que seria a denúncia os verbos “pedir” e “solicitar”, os quais não são adequados para a apresentação de uma denúncia numa CD formal. Assim como as cartas citadas no parágrafo anterior, essas duas outras também não foram utilizadas substituindo o verbo “denunciar”. Na verdade, o que se segue no texto demonstra o caráter de ‘pedido’, de ‘solicitação’. Em PI4, o trecho “peço por essa carta que se resolva o problema da praça emerson lucena” demonstra a intenção do autor de que o problema seja solucionado, porém o trecho demonstra que ele pretende que isso ocorra por meio não de uma CD, mas de um texto de

solicitação. O mesmo ocorre em PI10, no qual o autor assim se expressa: “Estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça”.

Portanto, fica claro que os discentes autores não entenderam que a escrita inicial do texto seria a produção de uma CD, mas de um texto de solicitação. Esse equívoco é corrigido em ambas as cartas na versão final, confirmando a eficácia dos módulos. Na escrita final, tanto o autor de PF4, quanto o de PF10 substituem em seus textos os verbos anteriormente referidos por “denunciar” e conduzem sua produção rumo à CD, desde o início por nós sugerida, mas só no final compreendida, afirmando que pretendem denunciar “o problema da praça Emerson Lucena”, conforme PI4 ou “os problemas da praça Emerson Lucena”, de acordo com PI10. Além, disso, na sequência, apontam a PMJP como culpada pelo problema, como se lê em PI4, “o responsável pelo problema é a PMJP e em PI10: “pois a praça não está recebendo os cuidados adequados pela prefeitura”.

Na carta de número PI2, o discente introduz o que motiva seu escrito com o verbo “relatar”. Com isso, lendo todo o trecho exposto no quadro, percebe-se que esse escrito faz jus ao sentido apontado pelo verbo, ou seja, que a produção está direcionada não a uma CD, mas a um texto de relato. Com as atividades dos módulos, o autor passa a entender que o gênero a ser produzido não é propriamente um relato, apesar de se fazer uso de sequências narrativas nele, mas uma CD. Isso pode ser observado no trecho da versão final exposto no quadro, quando o autor modifica completamente seu escrito, adequando-o aos pré-requisitos para apresentação de uma denúncia no gênero CD.

Por último, passamos a analisar a carta PI6 cujo parágrafo introdutório apresenta o verbo “querer” como motivador do escrito. Nessa produção, o autor não deixa claro que gênero textual pretende produzir. Esse é o único texto que em sua versão final o autor não utiliza o verbo adequado ao gênero carta de denúncia, mas o vocábulo verbal “pedir” e na sequência do trecho da versão final de número PF6 o discente escritor encaminha seu texto ao campo da solicitação, como se pode perceber em parte do trecho exibido no quadro 03: “venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça Emerson Lucena”. Portanto, esse foi um caso que, apesar de o autor do texto ser orientado durante os módulos, ele não conseguiu compreender que gênero deveria ser escrito, porém o resultado final mostra que o autor, mesmo não produzindo o gênero CD, avança da indeterminação do gênero à definição de um texto de solicitação.

Quadro 06 – Conteúdo temático: argumentação – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“Prezados senhores do Ministério Público venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça emerson lucena (...) A praça está deteriorada. É impossível os moradores locais e visitantes usufruírem do local, porque há muito lixo podendo trazer riscos à saúde da população a podagem das árvores foi feita recentemente, mas o lixo não foi recolhido e as árvores já estão grandes de novo. As quadras utilizadas para práticas desportivas, não estão sendo mais usadas estão cheias de buracos as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço que poderia tá sendo utilizado está abandonado sujo destruído [...]”.	PF1	“Senhor Promotor, Venho por meio desta carta denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Praça Emerson Lucena [...] A praça apresenta vários problemas, sendo eles: quadra poliesportivas estão esburacadas, traves enferrujadas e redes não existem mais, não há máquinas para a prática de exercícios físicos, os brinquedos estão danificados e enferrujados. Além disso a iluminação pública não existe mais, a limpeza das vias e logradouros também não é feita. Sendo assim, trazendo problemas para toda a comunidade e visitantes, as pessoas não podem usufruir do espaço por causa dos problemas apresentados, crianças são impedidas de brincarem, causando danos muito grade a todos. Isso é muito grave. Com esses fatos a Prefeitura contraria entre outros, a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, segundo o artigo 5º afirma: “Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; promover serviços artísticos; serviços culturais, de lazer recreação e esportes”.
PI2	“Prezados senhores do Ministério Público quero relatar a situação da Praça emerson lucena (...) Na praça precisa limpar, tirar todos os entulhos de lixo podar as árvores mudar alguns brinquedos e colocar equipamentos para fazer exercícios físicos ajeitar a quadra que tem areia e a quadra de futsal que tem alguns buracos”.	PF2	“Senhor Promotor, Sou morador do Bairro do Cristo, venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena (...). Os brinquedos estão quebrados, a quadra de futsal está com vários buracos, a quadra de areia está com lixo e a mesa de jogos precisa de uma pintura. Precisa colocar novos equipamentos, limpar, tirar todos os

Continua

Quadro 06 – Conteúdo temático: argumentação – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			entulhos, podar as árvores, pois as crianças não estão podendo brincar e nem os adultos podem fazer exercícios físicos. Acho que a comunidade não merece passar por uma situação dessa, mas a prefeitura não faz nada para resolver”. Com esses acontecimentos a prefeitura descumpre entre outras a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, de acordo com o artigo 5º “Ao município compete prover tudo quanto diga respeito ao peculiar interesse de sua população”.
PI3	“Venho através dessa carta para denunciar a Prefeitura Municipal de João Pessoa, que não está cumprindo o artigo 208[...] o poder Executivo Municipal incentivará programas de lazer para os cidadãos, como forma de promovê-los (...) A praça está destruída. A comunidade não pratica mais esporte também não está segura naquele local pois árvores estão caindo entulho alheio na praça grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva”.	PF3	“(…) Senhor Promotor, Sou morador (a) do bairro do Cristo Redentor, venho através dessa carta denunciar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa abandonou totalmente a Praça Emerson Lucena. O local está com vários problemas estruturais, tais como grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva, as telas das quadras estão completamente desgastadas, os brinquedos recreativos estão fragmentados, a eletricidade está desagradável, entulho alheio entre outros. Assim, a comunidade não está tendo, uma área de lazer, o lixo acumulado está deixando os moradores das redondezas doente, a falta de iluminação está deixando o local mais perigoso. A Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando a desejar em relação à segurança, saúde, lazer na Praça Emerson Lucena. Isso contraria a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, de acordo com o artigo 5º afirma: “Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: (...) XXVIII – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

Continua

Quadro 06 – Conteúdo temático: argumentação – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

PI4	“na praça Emerson Lucena está em péssimo estado lixo e inseto por todo lado transmitindo doenças quadra poliesportiva está em mal estado a quadra está quebrada o piso está rachado as traves estão tudo quebrada os bancos estão quebrados os brinquedos estão todos quebrados a praça está toda suja a praça também está precisando de uma reforma tudo está quebrado a praça hoje está abandonada por falta de reforma e limpeza as telas das quadras estão tudo quebradas a quadra está precisando mesmo de uma reforma não tem mais mesa de jogos a quadra está toda quebrada não podemos mais praticar esportes por que as quadras estão todas com o piso rachado a praça emerson lucena está precisando de uma reforma[...]”	PF4	XXVIX – Promover os seguintes serviços: (...) i) Serviços de lazer, recreação e esportes [...]”. “Senhor Promotor, Sou um morador do bairro do Cristo redentor vim aqui através dessa carta fazer uma denúncia sobre o problema da praça Emerson Lucena (...) A praça está em péssimo estado a quadra poliesportiva não está prestando para praticar esportes as traves estão sendo seguradas por um fio de energia os brinquedos estão todos enferrujados as passarelas estão todas quebradas os bancos não estão mais prestando para se sentar a quadra de areia tá toda cheia de vidro além disso por não haver poda das árvores as folhas tão sujando tudo e as calçadas não existem mais. De acordo com esses fatos é visível várias consequências: a saúde, acúmulo de lixo falta de saneamento básico o ambiente da praça está fazendo mal aos moradores do bairro por conta do péssimo estado que a praça tá as pessoas podem ficar doente por conta do lixo acumulado os insetos podem transmitir doenças por conta do mal estado da praça. De acordo com a lei orgânica do município de João pessoa, conforme o artigo 5º “ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente dentre outras as seguintes atribuições: (...) XXVIII – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza. XXVIX – Promover os seguintes serviços: (...) f) Serviços artísticos e culturais; (...) i) Serviços de lazer, recreação esportes”.
PI5	“Prezados Senhores do ministério público venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à		“Senhor Promotor, Sou morador do Bairro do Cristo Redentor e estou enviando

Continua

Quadro 06 – Conteúdo temático: argumentação – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

	praça Emerson lucena localizada no bairro do Cristo redentor. A praça está com bastante lixos e resíduos da natureza que, de acordo com o artigo 5º da Constituição federal tem o dever de prover a limpeza das vias e logradouros públicos e a remoção e destino do lixo e os problemas da praça não param por aí, pois os brinquedos, a caixa de areia e a quadra esportiva estão em péssimas condições para ser usufruídos”.	PF5 essa carta para denunciar o abandono da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena. Ela está com bastante lixo e resíduos, as quadras poliesportivas estão esburacadas, com ferrugens e as traves soltas, além dos brinquedos quebrados, sem pintura e manutenção. Com isso as pessoas são impossibilitadas de práticas de exercícios físicos de ter um lazer, assim desmotivando as pessoas de irem à praça, as crianças não podem brincar, pois têm um grande risco de se machucar. Ou seja, o ambiente está em péssimas condições para ser usufruído. Por meio desses acontecimentos a prefeitura Municipal de João pessoa age contra a lei orgânica do município de João pessoa que, de acordo com o artigo 204, afirma: “o município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade mediante.: I - reserva de espaços verdes ou livres; em forma de parques, bosques, jardins, praias e assemelhados como base física de recreação””.
PI6	“Caros senhores nós queremos que consertasse a praça tá um lixão tem mato dentro da quadra de areia e também a quadra de futebol tem buraco dentro da quadra todo mundo leva topada eu mesma já levei eu queria muito que o senhor construíssem a praça limpa que se ajeitasse os balanços o escorrego a gangorra ajeitasse e limpasse as árvores e também o calçamento”.	PF6 “Senhor Promotor Venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça emerson Lucena (...) Nós queremos que consertasse a quadra de areia, a quadra de futebol, colocasse tela nas duas quadras, e ajeitasse gangorra e escorrego e que limpasse a praça. A quadra não tem tela a quadra de areia tem lixão com vidro a quadra de futebol tem um buraco falta de calçamento não tem a gangorra falta ferro pra segurar o balanço tá quebrado as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado e está abandonado sujo, destruído. Prefeitura contraria a Constituição Federal que no artigo 215 afirma: “O Estado garantirá a

Continua

Quadro 06 – Conteúdo temático: argumentação – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais””.
PI7	“Prezado Ministério Público, eu venho lhe comunicar que a praça emerson lucena está a precisar de uma reforma rápida vocês precisam podar as árvores as quadras estão destruídas os brinquedos estão todos quebrados as passarelas estão precisando de reforma e lá está cheio de mato o lixo causa doenças que prejudicam a saúde”.	PF7	“Senhor Promotor Resido no bairro do Cristo Redentor, estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena (...) As quadras utilizadas para práticas desportivas não estão sendo usadas, pois estão cheios de buracos, as traves encontram-se enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado como área de lazer, mas está abandonado, sujo e destruído. Além disso, a iluminação, passarelas e a área de lazer estão precisando de reformas. O lixo facilita a proliferação de doenças e pragas que são altamente prejudiciais a saúde. A falta de iluminação e segurança no local vem ocasionando em muitos assaltos. A Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando muito a desejar em relação à segurança, saúde, manutenção e lazer na praça Emerson Lucena. A Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando muito a desejar em relação à segurança, saúde, manutenção e lazer na praça Emerson Lucena. Com não cumpre a Lei orgânica do Município de João Pessoa que no artigo 5º afirma: “Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse a ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: (...) XXVIII- prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; XXXIX- promover os seguintes serviços: (...) f) serviços artísticos e culturais; (...)

Continua

Quadro 06 – Conteúdo temático: argumentação – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			i) serviços de lazer, recreação e esportes; É preciso que providências de extrema urgência sejam tomadas, pois existem riscos e essa reforma traria muitos benefícios para os moradores do bairro do Cristo Redentor”.
PI8	“No dia 07/08/19 eu fui conhecer a praça emerson lucena, a praça estava acabada a gangorra estava enferrujada o balanço também, está enferrujado o escorrego está sujo fedendo a trave dos gols da praça estão sendo seguradas por galhos que os próprios moradores botaram[...].”	PF8	“Senhor Promotor, Sou um morador do bairro do Cristo Redentor e estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da praça Emerson Lucena (...) No dia 07/08/19 fui conhecer a praça Emerson Lucena. Ela estava em péssimas condições, por exemplo: a gangorra está enferrujada, pronta para qualquer criança brincar na gangorra pegar uma doença, as traves estão sendo seguradas por troncos de árvore que os próprios moradores botaram e todo o local está suja e fedendo. Com esses problemas sempre tem consequências como por exemplo: o lixo trás animais, doenças, muito fedor; o lazer dos moradores está acabando por conta da trave quebrada e buracos na quadra que qualquer pessoa pode cair lá. Como diz no artigo 5º “ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: XXVIII – prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos[...].”
PI9	“envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson lucena no bairro do cristo redentor. A praça se encontra em péssimo estado, com os brinquedos quebrados, alguns buracos na quadra, lixo espalhado por vários locais da praça, vem sendo utilizada para consumo de drogas ilícitas, a praça é conhecida como “Praça da maconha” por conta disso”.	PF9	“Senhor Promotor, Sou uma moradora do Bairro do Cristo Redentor e estou preocupada com a situação em que se encontra a praça Emerson Lucena (...) Ela encontra-se em péssimo estado. Os brinquedos estão quebrados, há buracos por várias partes da quadra poliesportiva, lixo espalhado por vários locais e, além disso, a praça vem sendo utilizada para uso de drogas ilícitas e, por isso o espaço é conhecido como “Praça

Continua

Quadro 06 – Conteúdo temático: argumentação – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			da Maconha”. Por conta disso a comunidade vem sendo muito prejudicada pois as pessoas não podem se divertir livremente, não podemos usar a quadra. A praça se encontra com os brinquedos quebrados, alguns buracos na quadra, lixo espalhado por vários locais da praça e vem sendo utilizada no consumo de drogas ilícitas, a praça é conhecida como “Praça da maconha” por conta disso. A prefeitura desrespeita a lei orgânica do município de João Pessoa que de acordo com o artigo 205 afirma: “Os serviço municipais de esportes e recreação articular-se-ão entre si com as atividades culturais”.
PI10	“Estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena [...] uma praça tem que está em bom estado para todos da comunidade. A praça Emerson Lucena precisa de atenção e cuidado público, eu acho que a praça deve melhorar em limpeza e reforma do piso e da quadra”. Esses problemas prejudicam os moradores”.	PF10	“Senhor Promotor, Eu, uma moradora do Cristo, estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça emerson lucena, (...) O lugar está com brinquedos quebrados, a maioria da área da praça está com muito lixo e galhos de árvores pelo chão e a mesa de jogos precisa muito de uma pintura. Esses problemas trazem graves consequências para os moradores, isso afeta a área do lazer, dos esportes, da cultura e da saúde também (muito lixo). A prefeitura contraria, entre outras, a lei da Constituição Federal que, segundo o artigo 205, afirma: “O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Na introdução da CD, a maioria dos discentes apresentou a denúncia embasada na tese de que a praça Emerson Lucena está abandonada pela PMJP e, por isso, evidencia problemas diversos que precisam ser solucionados em prol da coletividade. Porém, essa tese sozinha não se sustenta: ela necessita de comprovação. Para tanto, faz-se necessária a apresentação de argumentos, cujos espaços, no corpo do texto, ficam localizados entre os parágrafos de introdução e o de conclusão. Como a “argumentação é uma ação que tende sempre a modificar

um estado de coisas pré-existente” (PERELMAN, 2005, p. 61), seu exercício desempenha papel principal na busca dos discentes pela transformação da realidade exposta na praça e corrobora o pressuposto teórico de Perelman (1999), de que toda argumentação prescinde de um sujeito orador que discursa para um auditório visando a convencê-lo e despertá-lo à ação em relação a uma tese. Nesse sentido, a fim de analisarmos como os autores das cartas assumem o papel de oradores tentando persuadir o auditório (destinatário) a agir, passamos a abordar o quadro exposto comparando a produção final e a inicial.

Observa-se que os autores das cartas elaboraram seus argumentos, em ambas as versões inicial e final, no sentido de apresentar os problemas da praça e o que eles causam à população, uns utilizando mais detalhes, outros menos. Na versão inicial, a maioria dos textos apresentaram dois tipos de argumentos: de competência linguística e de provas concretas.

Nos textos PI1, PI2, PI3, PI5, PI6, PI7, PI9, os autores recorreram, adequadamente ao argumento de competência linguística, o qual, conforme Koche, Boff & Marinello (2010) é construído a partir da adequação à situação comunicativa. Nesse sentido, os autores dos textos mencionados, a fim de adequarem a linguagem às exigências formais do gênero, apresentam na introdução um pronome de tratamento (PI1, PI2, PI5, PI6, PI7) e expuseram as expressões “venho por meio dessa carta” (PI1), “venho através dessa carta (PI3)”, “venho por meio dessa carta” (PI5), termos que introduzem o assunto denunciado. Na produção final, todos os textos analisados apresentaram o pronome de tratamento readequado. Quanto à escrita da expressão “venho por meio dessa carta” ou correlatas, na introdução da denúncia, a carta de número PI9 foi a única que não expôs. Além disso, na versão final, todos os autores fizeram menção ao remetente e ao endereço detalhado da praça Emerson Lucena.

A parte intermediária do gênero, situada entre a introdução e a conclusão, é o espaço no qual se apresentam argumentos de provas concretas. Conforme Koche, Boff & Marinello (2010), esse tipo de argumento se embasa em acontecimentos, informes estatísticos, exemplificações, a fim de legitimar a autenticidade do que é dito. Trilhando por essa perspectiva, o autor de PI1, inicialmente aponta vários pormenores da situação em que a praça se encontra. Porém há logo de início uma inversão: ele apresenta a conclusão antes dos argumentos de provas concretas. Isso prejudica a defesa da tese levantada na denúncia a qual, para permanecer na trilha da formalidade, após apresentada, é sucedida pelos argumentos de prova concreta e pela conclusão.

Essa inversão aparece em PI1 por meio da expressão “é impossível os moradores e visitantes usufruírem do local”. Essa controvérsia encontrada em PI1 foi ajustada na versão

final PF1. Nela o autor, ao invés de partir logo de início para a conclusão, prefere deixá-la para o último parágrafo argumentativo, o que é adequado, e passa a especificar, antes disso, os problemas da praça que conduzem à mencionada conclusão. Nesse sentido, o autor substitui a expressão inicial de PI1 “A praça está deteriorada” por “A praça apresenta sérios problemas, são eles:”. São mencionados em PI1 quatro problemas encontrados na estrutura física da praça: lixo, árvores sem poda, quadras esburacadas e traves enferrujadas e caindo. Quatro direitos afetados por esses problemas são abordados de forma indireta, ou seja, sem citar argumentos de autoridade que os subscrevam: o lazer, conotado na expressão “É impossível os moradores locais e visitantes usufruírem do local”; o esporte, através do trecho “As quadras utilizadas para práticas desportivas [...] estão cheias de buracos” e à saúde e limpeza das vias públicas por meio dos termos “porque há muito lixo podendo trazer riscos à saúde da população”.

Tendo em vista os nove principais problemas físicos encontrados na praça (vide APÊNDICE R) e os diversos direitos violados (vide Anexo K), averigua-se que é mínima a abordagem relativa às questões físicas do ambiente público e o trato com os direitos violados por parte do autor de PI1. Os direitos violados poderiam ser discutidos em um outro parágrafo por meio de citações de leis que os embasassem. Na versão final de número PF1, os problemas estruturais da praça saltam para 08. Passam a ser mencionadas adversidades relacionadas aos seguintes aparelhos daquele espaço público: quadras poliesportivas, traves, redes, máquinas para exercícios físicos, iluminação pública, brinquedos e limpeza das vias. Para fortalecer ainda mais seus argumentos, o autor de PF1 abre um último parágrafo argumentativo, a fim de retomar os direitos violados indiretamente expostos utilizando-se de argumento de autoridade. Essa categoria de argumento, à exceção de PI3, não foi contemplada pelos autores na versão inicial dos textos, mas na produção final se fez presente em quase todos, exceto PF6.

O argumento de autoridade, de acordo com Koche, Boff & Marinello (2010) é aquele no qual são citados autores prestigiados e autoridades, a fim de legitimar uma tese ou ponto de vista. Retomando o texto PF1, seu autor, para robustecer a denúncia, vale-se de argumento de autoridade citando o artigo 5º da LOMJP a qual trata das obrigações do município em garantir “a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; promover serviços artísticos; serviços culturais, de lazer recreação e esportes”. Ou seja: além de três dos quatro direitos indiretamente mencionados em PI1 e retomados em PF1, na última versão o autor acresce acertadamente direitos aos quais não faz referência anterior direta ou indireta: “serviços artísticos, culturais e de recreação”. Mesmo sem retomar o direito à saúde no trecho jurídico escolhido, a última versão, como vimos, expõe

diversos progressos, inclusive acresce à produção uma crítica à PMJP por deixar de cumprir uma das principais leis que regulam sua prática de garantia de direitos, com os seguintes dizeres: “Com esses fatos a Prefeitura contraria entre outras, a Lei Orgânica do Município de João Pessoa...”.

A parte do corpo do texto relativa aos argumentos (de provas concretas ou de autoridade) em PF1 seguem a seguinte ordem de organização, não encontrada em PI1: um primeiro parágrafo tratando dos problemas estruturais da praça; um segundo parágrafo expondo as consequências desses problemas para a comunidade e um terceiro parágrafo abordando trecho de lei referente aos direitos violados. A estruturação textual nessa ordem é visível em todas as dez produções textuais analisadas.

O autor da produção textual de número PI2 apresenta a parte argumentativa de seu texto em defesa da tese de que a praça Emerson Lucena está “precisando de uma reforma”, listando as seguintes atividades a serem nela realizadas: limpeza do lixo, podagem das árvores, mudança nos brinquedos, instalação de equipamentos para exercícios físicos e conserto das quadras poliesportivas. Apesar de expor considerável número de problemas encontrados na praça, os quais de fato precisam ser resolvidos, o autor não explora a expansão dos argumentos de prova concreta especificando que males esses problemas vêm causando à população e quais direitos são atingidos por eles. Na versão final (PF2), o autor retoma os problemas apresentados na produção inicial buscando especificar a situação na qual se acham alguns deles, assim se expressando: “os brinquedos estão quebrados, a quadra de futsal está com vários buracos, a quadra de areia está com lixo e a mesa de jogos (elemento novo, grifo nosso) precisa de uma pintura”. Na sequência, repete o texto escrito em PI2 sobre situações referentes à necessidade de colocação de novos equipamentos, limpeza dos entulhos e podagem das árvores. Aparecem ainda as consequências desses problemas para a vida das pessoas, isto é, os motivos pelos quais se faz necessária uma intervenção na praça: “as crianças não estão podendo brincar [...]”, “os adultos não podem fazer exercícios físicos”, “a comunidade não merece passar por uma situação dessas”.

São expostos ainda o ente culpado por tudo isso: “a prefeitura que não faz nada para resolver”. Por último, o discente escritor acusa a PMJP de descumprir o artigo 5º da LOMJP, nos seguintes termos: “Com esses acontecimentos a prefeitura descumpre entre outras a Lei Orgânica do Município de João Pessoa”. Veja-se que, alguns direitos negados foram referidos de forma indireta: recreação, por meio dos termos “brinquedos quebrados”; esporte e lazer, através das expressões “quadra de futsal esburacada”, “mesa de jogos precisando de pintura,

necessidade de novos equipamentos”; limpeza das vias públicas, observado no trecho “tirar todos os entulhos, podar as árvores”; saúde, subentendia no excerto “os adultos não podem fazer exercícios físicos”. Constata-se que o autor de PF2 conseguiu progredir de uma simples lista de necessidades à expansão qualificativa dos componentes desta. Além disso, especificou as razões pelas quais o local necessita de interferência externa: direitos negados à população e indiferença da instituição responsável. Como apresentou indiretamente tantos direitos violados, o autor escolheu mencionar o argumento de autoridade por meio do trecho do artigo 5º da LOMJP, descumprida pela PMJP, que abrange todos os referidos direitos.

Na primeira versão do texto PI3, o autor apresenta parágrafo único e breve com argumentações de provas concretas incompletas a partir de afirmações como “A comunidade em si não está tendo uma área de lazer como deveria ter” e “A praça está destruída”. Na primeira afirmação não fica claro por qual motivo a comunidade não está tendo uma área de lazer adequada; na segunda não são demonstrados fatores satisfatórios que descrevam tal destruição. Na sequência, duas últimas afirmações são parcialmente explicadas. Para a primeira, “A comunidade não pratica mais esporte”, o autor esclarece ser motivada pelo fato de existirem grandes buracos na quadra esportiva e na última “A comunidade não está segura naquele local”, o produtor do texto afirma que a insegurança ocorre porque árvores estão caindo. Ou seja: os argumentos são insuficientes devido a seu pouco desenvolvimento. Na produção final de número PF3, o autor, porém, ao invés de apresentar esse tipo de afirmação solta, sem argumentos que os sustentem, como fez em PI3, reescreve o texto realizando a divisão dos assuntos abordados nessas afirmações expandindo-os em partes separadas e delimitadas por três estruturas paragrafais.

PF3 é iniciado com argumentos de provas concretas caracterizando os problemas apresentados nos itens que compõem a praça: superfície da quadra poliesportiva *está com grandes buracos*; telas das quadras *completamente desgastadas*, brinquedos recreativos *estão fragmentados*, eletricidade *desagradável* e entulho *alheio*. Essa mesma estratégia de construção de argumentos por meio da caracterização dos problemas da praça aparece em todas as outras produções finais analisadas. Após apontar os problemas que afetam cada elemento da praça, o autor de PF3 demonstra as consequências deles para a comunidade comprometendo direitos, indiretamente citados, como aqueles que garantem o lazer, o recolhimento do lixo para não prejudicar a saúde da população e a iluminação das vias, a fim de garantir a segurança das pessoas. O autor finaliza o texto com argumento de autoridade mencionando o artigo 5º da

LOMJP para comprovar que a PMJP desrespeita as normas jurídicas quando permite que situações como aquelas da praça ocorram.

Na produção textual de número PI4, observa-se que o autor organiza o processo argumentativo seguindo a sequência retórico-argumentativa própria do gênero, ou seja, apresenta os argumentos de provas concretas e os finaliza com a conclusão de que “a praça Emerson Lucena está precisando de uma reforma”. Além disso, ele não se limita a apresentar problema por problema encontrado na praça, mas se preocupa em caracterizar cada um deles. Porém, verifica-se escrita aleatória dos argumentos e uma gama de repetições de suas características. A fim de observarmos esse trato com a escrita, dispusemos na sequência cada problema indicado pelo autor seguido dos atributos que os caracterizam. São eles: lixo e inseto *transmitindo doenças*, quadra poliesportiva *em mal estado*, quadra *está quebrada*, piso *está rachado*, traves *tudo quebrada*, bancos *estão quebrados*, brinquedos *todos quebrados*, praça *toda suja*, praça *precisando de uma reforma*, praça *está hoje abandonada por falta de reforma e limpeza*, as telas da quadra *estão tudo quebradas*, quadra *está precisando mesmo de uma reforma*, mesa de jogos *não tem mais*, quadra *está toda quebrada*, esportes *não se pode mais praticar por causa do piso rachado*, praça Emerson Lucena *está precisando de uma reforma*.

O autor de PI4 não percebe que o movimento retórico do gênero exige a associação dos argumentos por contiguidade ou levando em consideração o limite de significação aproximada entre eles. Por exemplo, ao referir-se à quadra poliesportiva, todos os elementos contidos naquele espaço da praça, como as traves, deveriam ter sido dispostos numa mesma sequência na lista de elementos. Em relação às palavras praça e quadra, deveriam ter sido escritas uma única vez cada uma delas seguidas de todos os seus qualificativos evitando a repetição destes, por meio de expressões sinônimas. Essas observações podem ser constatadas na escrita da versão final de número PF4. Para tanto, o autor novamente apresenta os elementos problemáticos da praça citando primeiramente o ambiente de maior extensão territorial, que é a própria praça, para depois apontar cada um dos demais componentes dela, agora seguidos de outros nestes contidos. Além disso, desaparecem as repetições nas características de cada elemento por meio da substituição por expressões sinônimas.

A nova redação da lista de argumentos de prova concreta, fica assim disposta: a praça *está em péssimo estado*, a quadra poliesportiva *não está prestando para praticar esportes*, as traves *estão sendo seguradas por um fio de energia*, os brinquedos *estão todos enferrujados*, as passarelas *estão todas quebradas*, os bancos *não estão mais prestando para se sentar*, a quadra de areia *tá toda cheia de vidro*, as árvores, *por não haver poda, tão sujando tudo* e as calçadas

não existem mais. Embora o autor pudesse ter posto na mesma sequência alguns elementos de contiguidade aproximada, como a quadra poliesportiva e a quadra de areia, por exemplo, percebe-se que a nova versão da lista em PF4 ficou mais bem distribuída.

O autor de PF4, diferentemente da escrita apresentada em PI4, acrescenta mais duas cadeias argumentativas a essa analisada no parágrafo anterior: uma apontando as consequências dos problemas encontrados na praça à vida das pessoas e outra informando trechos de lei violada pela PMJP. Sobre os prejuízos dos problemas à população, o autor não apresenta o que anuncia no início do segundo parágrafo da parte que concerne à argumentação no corpo do texto. Ou seja, quando afirma “De acordo com esses fatos é visível várias consequências”, espera-se que ele retome as consequências referentes aos diversos problemas estruturais que ele apontou no parágrafo antecedente. Entretanto, o autor se centra unicamente na questão voltada ao prejuízo à saúde da população por causa do acúmulo de lixo e da falta de saneamento no local. Mesmo assim, é perceptível o avanço, pois o produtor do texto, ainda que tenha deixado de fora outras graves consequências, aponta uma de suma importância em relação às demais, pois sem saúde as pessoas não podem desempenhar nenhuma outra prática no ambiente da praça.

Na última cadeia argumentativa, antes do parágrafo de conclusão, é apresentado em PF4 um argumento de autoridade a partir de trecho da LOMJP e nela o autor preenche a lacuna apresentada no parágrafo anterior. Com esse argumento, além de abordar a questão da negligência da PMJP em relação à saúde da população por meio do trecho voltado para a obrigação daquele órgão público, “Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.”, o autor aponta outras as atribuições que a referida entidade deve implementar no seio da sociedade: serviços artísticos e culturais, serviços de lazer, recreação e esportes.

Observa-se em todas as composições que a maioria das irregularidades argumentativas aparece na versão inicial dos textos. A versão final de todas elas, no entanto, segue a seguinte constância nos argumentos: um parágrafo apresentando os problemas estruturais da praça, um parágrafo apontando consequências desses problemas na vida das pessoas e um terceiro indicando trecho de leis violadas pela PMJP. Em PI5, por exemplo, o autor informa o problema do acúmulo de lixo na praça e cita um trecho de lei não deixando claro quem tem obrigação de cumprir o que está expresso no relativo trecho, em seguida menciona questões voltadas para as péssimas condições dos brinquedos e as quadras. Ou seja, além de apresentar poucas questões problemáticas da Praça, aponta poucos detalhes destes.

O avanço na composição final, PF5, aparece no detalhamento desses problemas, na descrição dos prejuízos que eles causam às pessoas e na utilização adequada de um trecho de lei para comprovar o desrespeito da PMJP à legislação. No texto de número PI6, o autor executa uma quebra argumentativa na regularidade apontada nas demais produções. O resultado dos problemas na vida das pessoas, elemento que aparece no segundo parágrafo argumentativo das demais composições finais, é descrito na versão inicial de PI6. Nesse sentido, o autor expõe dano que os problemas podem causar empregando escrita típica da modalidade informal: “tem buraco dentro da quadra todo mundo leva topada eu mesma já levei”. Quando o produtor executa a reescrita da produção no texto PF6, ele exclui esse trecho e não o substitui com outro semelhante ou no mesmo sentido. O avanço dessa produção reside na reorganização da disposição textual. Nele o discente autor distribui os problemas que observou na praça em dois parágrafos e, no último, expõe um trecho de lei, a fim de comprovar a violação das leis por parte da PMJP.

As demais produções PI7, PI8, PI9 e PI10 seguem a regularidade anteriormente expressa. PI7 chama a atenção para a falta de podagem das árvores, destruição das quadras, brinquedos e passarelas, existência de mato e presença de lixo no local, possível ocorrência de doenças por causa do lixo PI8 atenta o destinatário de que a gangorra e o balanço estão enferrujados, o escorrego está sujo e fedendo, a trave dos “gols” estão sendo segurados por galhos; PI9 denuncia os brinquedos quebrados, quadra esburacada, o lixo espalhado e o consumo de drogas ilícitas; PI10 se concentra no problema da falta de limpeza e pede para reformar o piso da quadra. A argumentação com que essas quatro produções iniciais abordam esses poucos problemas apresentados é bastante superficial. Porém essa superficialidade, assim como nos outros textos analisados, é amenizada nas versões finais por meio de melhor detalhamento dos argumentos. Além disso, os textos finais apresentam divisão paragrafada com a apresentação, alguns detalhes dos problemas, consequências desses problemas na vida das pessoas e o trecho de uma lei violada pela PMJP.

Quadro 07 – Conteúdo temático: operadores argumentativos – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“Pedimos que a prefeitura tome providências e que percebam que a situação da praça está precária”.	PF1	“ Em vista desses fatos , peço encarecidamente que providências sejam tomadas, pois esses problemas na Praça estão sendo

Continua

Quadro 07 – Conteúdo temático: operadores argumentativos – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			prejudiciais, tanto para a comunidade, como para visitantes. Os moradores e visitantes precisam desse ambiente para lazer, práticas desportivas e culturais, mas infelizmente isso não acontece”.
PI2	“Na praça precisa limpar, tirar todos os entulhos de lixo podar as árvores mudar alguns brinquedos e colocar equipamentos para fazer exercícios físicos ajeitar a quadra que tem areia e a quadra de futsal que tem alguns buracos”.	PF2	“Precisa colocar novos equipamentos, limpar, tirar todos os entulhos, podar as árvores, pois as crianças não estão podendo brincar e nem os adultos podem fazer exercícios físicos. Acho que a comunidade não merece passar por uma situação dessa, mas a prefeitura não faz nada para resolver”.
PI3	“a Prefeitura Municipal de João Pessoa, está deixando muito a desejar”.	PF3	“ Portanto , a Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando a desejar”
PI4	“Na praça Emerson Lucena está em péssimo estado quadra poliesportiva está em mal estado a quadra está quebrada o piso está rachado as traves estão tudo quebrada os bancos estão quebrados os brinquedos estão todos quebrados a praça está toda suja a praça também está precisando de uma reforma tudo está quebrado a praça hoje está abandonada por falta de reforma e limpeza as telas das quadras estão tudo quebradas a quadra está precisando mesmo de uma reforma”.	PF4	“A praça está em péssimo estado a quadra poliesportiva não está prestando para praticar esportes as traves estão sendo seguradas por um fio de energia os brinquedos estão todos enferrujados as passarelas estão todas quebradas os bancos não estão mais prestando para se sentar a quadra de areia tá toda cheia de vidro além disso por não haver poda das árvores as folhas tão sujando tudo e as calçadas não existem mais”.
PI5	“os problemas da praça não param por aí, pois os brinquedos, a caixa de areia e a quadra esportiva estão em péssimas condições para ser usufruídos”.	PF5	“As crianças não podem brincar, pois têm um grande risco de se machucar. Ou seja , o ambiente está em péssimas condições para ser usufruído”.
PI6	“nós queremos que consertasse a praça tá um lixão tem mato dentro da quadra de areia e também a quadra de futebol tem buraco dentro da quadra todo mundo leva topada eu mesma já levei eu queria muito que o senhor construíssem a praça limpa que se ajeitasse os balanços o escorrego a gangorra ajeitasse e limpasse as árvores e também o calçamento”.	PF6	“Nós queremos que consertasse a quadra de areia, a quadra de futebol, colocasse tela nas duas quadras, ajeitasse a gangorra, o escorrego e que limpasse a praça. A quadra não tem tela a quadra de areia tem lixão com vidro a quadra de futebol tem um buraco falta de calçamento não tem a gangorra falta ferro pra segurar o balanço tá quebrado as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado e está

Continua

Quadro 07 – Conteúdo temático: operadores argumentativos – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			abandonado sujo, destruído”.
PI7	“Nós precisamos que vocês tomem providências”.	PF7	“É preciso que providências de extrema urgência sejam tomadas, pois existem riscos e essa reforma traria muitos benefícios para os moradores do bairro do Cristo Redentor”.
PI8	“Olá sou um anônimo. Que vem aqui denunciar uma praça, o nome da praça é Emerson Lucena do bairro do Cristo Redentor”.	PF8	“Sou um morador do bairro do Cristo Redentor e estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da praça Emerson Lucena, localizada na Rua Luiza Fernandes Vieira, que está ficando cada vez mais acabada porque a Prefeitura Municipal de João Pessoa construiu a praça e a deixou de lado”.
PI9	“A praça se encontra com os brinquedos quebrados, alguns buracos na quadra, lixo espalhado por vários locais da praça e vem sendo utilizada no consumo de drogas ilícitas, a praça é conhecida como “Praça da maconha” por conta disso”.	PF9	“Ela encontra-se em péssimo estado. Os brinquedos estão quebrados, há buracos por várias partes da quadra poliesportiva, lixo espalhado por vários locais e , além disso , a praça vem sendo utilizada para uso de drogas ilícitas e , por isso o espaço é conhecido como “Praça da Maconha”.
PI10	“A praça Emerson Lucena precisa de atenção e cuidado público, eu acho que a praça deve melhorar em limpeza e reforma do piso e da quadra”.	PF10	“O lugar está com brinquedos quebrados, a maioria da área da praça está com muito lixo, galhos de árvores pelo chão e a mesa de jogos precisa muito de uma pintura”.

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Os argumentos presentes nas produções são orientados por operadores argumentativos, os quais, segundo Koch (2018, p. 30), são instrumentos linguísticos cuja função é “indicar (mostrar) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam”. A partir dos trechos analisados, averigua-se que na primeira produção apenas dois desses elementos foram utilizados pelos autores: os operadores argumentativos “e” e “para”. O operador “e” compõe a lista de operadores que, segundo Koch (2018, p. 33), “soma argumentos a favor de uma mesma conclusão (isto é, fazem parte de uma mesma classe argumentativa)”. Esse operador abrange as produções que apresentam a seguinte numeração: PI1, PI2, PI4, PI5, PI6, PI9, PI10. Já o operador ‘para’, é utilizado no texto PI5 para introduzir argumento de finalidade.

Em relação a ambos os operadores empregados nas versões iniciais dos textos, também foram observados nas versões finais. À mesma categoria do operador “e” foram acrescentados “além disso” e “e nem”. O operador “e” foi utilizado pelos autores dos textos PF1, PF4, PF6,

PF7, PF8, PF9, PF10, o elemento argumentativo “além disso” foi apresentado nas produções PF4 e PF9 e o operador “e nem” apareceu no texto PF2. Corroborando a tese de Koch (2018) de que essa classe de operadores adiciona argumentos que favorecem uma mesma conclusão, o autor de PF7 adiciona ao argumento de que na praça “existem riscos” outro introduzido pelo operador “e” representado pela seguinte expressão “essa reforma traria muitos benefícios”. Ou seja, ambos os argumentos são juntados pelo autor a fim de fortalecer a conclusão de que a praça precisa de uma reforma por parte da PMJP. O operador “para”, também observado na primeira versão do texto e constatado na última foi encontrado em PF6, PF7, PF8 e PF9. Esse tipo de operador introduz um argumento que indica a finalidade do argumento anterior em relação a uma conclusão. Como ocorre em PF9 quando o autor, por meio do operador “para”, informa que a finalidade da praça está sendo voltada para o consumo de drogas, assim se expressando: “a praça vem sendo utilizada para o uso de drogas ilícitas”.

Além dos dois operadores empregados na versão inicial, na produção escrita final aparecem outros que expressam: conclusão, comparação, justificativa, adversidade e especificação. De acordo com Koch (2018), operadores como em ‘vista desses fatos’, ‘portanto’ e ‘por isso’, utilizados respectivamente pelos autores de PF1, PF3 e PF9, “introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores”. Nesse sentido, em PF3, a expressão argumentativa ‘portanto’ inicia a conclusão consequente dos argumentos expostos anteriormente que demonstram os problemas encontrados na praça os quais fazem com que a PMJP “deixe muito a desejar”.

Um único operador argumentativo de comparação é empregado na produção PF1. Com ele o autor equipara a prejudicialidade dos problemas da praça entre moradores das proximidades e visitantes do local, assim afirmando: “esses problemas na praça estão sendo prejudiciais *tanto* para os moradores como para os visitantes. Koch (2018) afirma que esse tipo de operador estabelece vínculos comparativos entre elementos visando à determinada conclusão. Corroborando essa afirmação da autora, na sequência do trecho introduzido pelo operador, o autor conclui que moradores e visitantes necessitam do ambiente para práticas de lazer, esporte e cultura, porém isso não vem ocorrendo.

Dois operadores que dão início a argumentos explicativos foram observados nas produções. São eles “porque”, exposto no texto de número PF8, e, “pois”, apresentado nos escritos cuja numeração é PF2, PF5 e PF7. Por meio do operador “pois”, em PF7, o autor defende a tomada de providências urgentes em relação aos problemas da praça e explica os motivos dessa defesa: a existência de riscos. De acordo com Koch (2018), esses operadores

“introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior”. De fato, é o que constatamos nos textos analisados.

Apenas o operador conclusivo, “mas”, pode ser vislumbrado em um dos textos em análise, o de número PF1. Conforme Koch (2018) esse tipo de operador confronta argumentos voltados para conclusões adversas. No referido texto, o autor contrapõe os argumentos: “os moradores e visitantes precisam desse ambiente para lazer, práticas desportivas e culturais” e “a prefeitura não faz nada para resolver”. Vê-se que, sem o operador “mas” conectando ambos os argumentos transmitindo a ideia de contrariedade, a compreensão dos argumentos nesse sentido ficaria comprometida.

Nos textos dispostos no quadro 05, pode-se constatar o operador “ou seja” no texto PF5. Conforme Koch (2018), esse operador argumentativo compõe a categoria que constrói relação de especificação relativa ao que foi expresso anteriormente. Em PF5, confirmando a proposição da autora, o produtor do texto afirma que “as crianças não podem brincar, pois têm um grande risco de se machucar”, na sequência o autor especifica, por intermédio do operador “ou seja”, o que para ele significa esse argumento: “o ambiente está em péssimas condições para ser usufruído”.

Vê-se que na produção inicial o uso dos operadores argumentativos, na maioria das produções, praticamente limitou-se ao operador que soma argumentos “e” e ao que introduz a finalidade do argumento anterior, o operador “para”. Entretanto, na versão final dos textos passam a ser utilizados, além desses dois mencionados, operadores conclusivos, comparativos, explicativos, adversativos e especificativos. A partir dessas observações demonstra-se que, na produção final, fica evidente a ampliação do repertório dos discentes quanto ao uso dos operadores argumentativos nas produções textuais após a aplicação das atividades das SD.

Quadro 08– Conteúdo temático: modalizadores discursivos – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“ Prezados senhores do Ministério Público venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça emerson lucena, localizada no bairro cristo redentor. É impossível os moradores locais e visitantes usufruírem do local, porque há	PF1	“Senhor Promotor, Venho por meio desta carta denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Praça Emerson Lucena. (...) as pessoas não podem usufruir do espaço por causa dos problemas apresentados (...) isso é muito grave (...)”

Continua

Quadro 08 – Conteúdo temático: modalizadores discursivos – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

	muito lixo podendo trazer riscos a saúde da população (...) Pedimos que a prefeitura tome providências e que percebam que a situação da praça está precária (...) Atenciosamente”		Em vista desses fatos, peço encarecidamente que providências sejam tomadas (...) Com votos de estima e elevada consideração”
PI2	“Prezados senhores do Ministério Público, quero relatar a situação da Praça emerson lucena (...) Na praça precisa limpar, tirar todos os entulhos de lixo podar as árvores mudar alguns brinquedos e colocar equipamentos para fazer exercícios físicos ajeitar a quadra que tem areia e a quadra de futsal que tem alguns buracos. Pedimos que o senhor encontre uma solução para esses problemas”.	PF2	“Senhor Promotor, (...)venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena. (...) precisa colocar novos equipamentos, limpar, tirar todos os entulhos, podar as árvores, pois as crianças não estão podendo brincar e nem os adultos podem fazer exercícios físicos. Acho que a comunidade não merece passar por uma situação dessa, mas a prefeitura não faz nada para resolver (...) Com esta carta gostaria que fosse encontrada uma solução para esses problemas”.
PI3	“Prezados senhores do Ministério Público, Venho através dessa carta para denunciar a Prefeitura Municipal de João Pessoa que não está cumprindo o artigo 208 (...) o poder Executivo Municipal incentivará programas de lazer para os cidadãos, como forma de promovê-los. A praça Emerson Lucena, localizada no bairro Cristo Redentor, está abandonada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (...) A praça está destruída. A comunidade não pratica mais esporte também não está segura naquele local pois árvores estão caindo entulho alheio na praça grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva (...) Atenciosamente”	PF3	“Senhor Promotor, (...) venho através dessa carta denunciar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa abandonou totalmente a Praça Emerson Lucena, localizada na rua Luíza Fernandes Vieira (...) O local está com vários problemas estruturais, tais como grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva, as telas das quadras estão completamente desgastadas, os brinquedos recreativos estão fragmentados, a eletricidade está desagradável, entulho alheio entre outros (...) Em vistas desses fatos, espero que medidas sejam tomadas o quanto antes. Espero que a comunidade possa ter uma área de lazer adequada novamente. Cordiais saudações”
PI4	“Peço por essa carta que resolva o problema da praça emerson lucena na praça Emerson Lucena está em péssimo estado lixo e inseto por todo lado transmitindo doenças”	PF4	Senhor Promotor, (...) vim aqui através dessa carta fazer uma denúncia sobre o problema da praça Emerson Lucena. (...) por conta do péssimo estado que a praça tá as pessoas podem ficar doente por conta do

Continua

Quadro 08 – Conteúdo temático: modalizadores discursivos – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			lixo acumulado os insetos podem transmitir doenças por conta do mal estado da praça (...) Cordialmente busco por esta ação de vir através desta carta à procura do apoio de vossa excelência a ponto de obter providências para solucionar o problema por meio de uma reforma. Despeço-me com votos de estima à espera de medidas”
PI5	“Prezados Senhores do ministério público venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à praça Emerson lucena localizada no bairro do Cristo redentor A praça está com bastante lixos e resíduos da natureza (...) Espero que essa carta chegue a vocês e o problema seja resolvido o mais rápido possível”	PF5	“Senhor Promotor, (...) estou enviando essa carta para denunciar o abandono da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena. Ela está com bastante lixo e resíduos, as quadras poliesportivas estão esburacadas, com ferrugens e as traves soltas, além dos brinquedos quebrados, sem pintura e manutenção. (...) solicito providências com urgência, espero resultados positivos e que a praça se torne um lugar seguro, tanto para o lazer, como para a prática de exercícios físicos. Com votos de estima e elevada consideração, despeço-me”
PI6	“Caros senhores nós queremos que consertasse a praça tá um lixão tem mato dentro da quadra de areia e também a quadra de futebol”	PF6	“Senhor Promotor, Venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça emerson Lucena localizada no Bairro do Cristo Redentor (...) Nós queremos que consertasse a quadra de areia, a quadra de futebol, colocasse tela nas duas quadras, e ajeitasse gangorra e escorrego e que limpasse a praça (...) O espaço poderia tá sendo utilizado e está abandonado sujo, destruído”. (...) solicito providências para a praça e espero que medida seja tomada. Respeitosamente”
PI7	“Prezado Ministério Público eu venho lhe comunicar que a praça emerson lucena está a precisar de uma reforma rápida (...) as quadras estão	PF7	“Senhor Promotor, (...) estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena localizada na rua Luiza Fernandes Vieira (...)

Continua

Quadro 08 – Conteúdo temático: modalizadores discursivos – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

	destruídas os brinquedos estão todos quebrados as passarelas Nós precisamos que vocês tomem providências Atenciosamente”		O espaço poderia tá sendo utilizado como área de lazer, mas está abandonado, sujo e destruído O lixo facilita a proliferação de doenças e pragas que são altamente prejudiciais a saúde (...) É preciso que providências de extrema urgência sejam tomadas Despeço-me”
PI8	“sou um anônimo. Que vem aqui denunciar uma praça (...) a praça estava acabada a gangorra estava enferrujada pronta para qualquer criança brincar na gangorra pegar uma doença o balanço também está enferrujado o escorrego está sujo fedendo a trave dos gols da praça estão sendo seguradas por galhos que os próprios moradores botaram. Atenciosamente”	PF8	“Senhor Promotor, (...) estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da praça Emerson Lucena (...) Ela estava em péssimas condições, por exemplo: a gangorra está enferrujada, as traves estão sendo seguradas por troncos de árvore que os próprios moradores botaram e todo o local está sujo e fedendo (...) Espero que com esta carta as situações da praça melhorem (...) Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito. Atenciosamente”
PI9	“Lhe envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson lucena no bairro do cristo redentor. A praça se encontra em péssimo estado, com os brinquedos quebrados, alguns buracos na quadra, lixo espalhado por vários locais da praça, vem sendo utilizada consumo de drogas ilícitas (...) Então lhe peço que façam uma reforma na praça. Será um grande benefício para os moradores do bairro Cristo Redentor”	PF9	“Senhor Promotor, (...) envio esta carta para denunciar a falta de atuação da Prefeitura de João Pessoa com a praça. Ela encontra-se em péssimo estado. Os brinquedos estão quebrados, há buracos por várias partes da quadra poliesportiva, lixo espalhado por vários locais e, além disso, a praça vem sendo utilizada para uso de drogas ilícitas (...) Em vista destes fatos espero que os problemas sejam resolvidos. Respeitosamente”
PI10	“Estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena, pois uma praça tem que está em bom estado para todos da comunidade [...] eu acho que a praça deve melhorar em limpeza e reforma do piso e da quadra. Esses problemas prejudicam os moradores. Muito obrigado pela atenção, espero que possamos tomar providências”.	PF10	“Senhor Promotor, (...) estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça emerson lucena, que fica no bairro do Cristo, na rua Luísa Fernandes Vieira, pois a praça não está recebendo os cuidados adequados pela prefeitura. O lugar está com brinquedos quebrados, a maioria da área da praça está com muito lixo, galhos de árvores pelo chão e a mesa de jogos precisa muito de uma pintura.

Continua

Quadro 08 – Conteúdo temático: modalizadores discursivos – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			Esses problemas trazem graves consequências para os moradores, isso afeta a área do lazer, dos esportes, da cultura e da saúde também (muito lixo). Assim, solicito providências para esses problemas e espero que medidas sejam tomadas”.
--	--	--	---

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Em nossa análise observamos a presença dos modalizadores a partir de excertos extraídos das seguintes seções da CD: saudação, introdução, argumentos, conclusão e despedida.

Em relação à saudação ao destinatário, antes do pronome referente a este, os autores das produções PI1, PI2, PI3, PI5, PI7 fizeram uso do modalizador avaliativo “prezados” e o de PI6 recorreu a “caros”. O modalizador avaliativo, conforme Nascimento e Silva (2012, p. 93), “expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico”. Na saudação das cartas apresentadas, as mencionadas expressões modalizadoras avaliam o destinatário como alguém estimado, apreciado, o que denota aproximação, intimidade. Porém, pelo fato de uma CD ser conduzida pelos liames da formalidade, esse tipo de trato não é adequado. Por perceberem isso durante o desenvolvimento dos módulos, os autores das produções PI1, PI2, PI3, PI5, PI6 e PI7, na versão final de seus textos (PF1, PF2, PF3, PF5, PF6 e PF7) realizam os ajustam necessários.

Na parte introdutória das cartas, nas produções iniciais, observa-se que apenas os autores dos textos PI1, PI3 e PI8 utilizaram adequadamente modalizador avaliativo “denunciar”, ou seja, ao utilizarem esse verbo eles sinalizam ao destinatário que o conteúdo da carta deve ser lido como uma denúncia, e assim expressaram uma avaliação subjetiva sobre o referido conteúdo. Nas demais cartas, por não entenderem que expor nessa parte do texto um verbo diferente de “denunciar” traz prejuízos ao sentido do gênero, ou por não quererem se comprometer com o conteúdo exposto, os autores—apresentaram formas verbais que suavizaram o significado do que é exposto no texto. Assim, fizeram os autores de PI2, PI4, PI6 e PI10 apresentando respectivamente os termos “quero”, “peço”, “queremos” e “solicitar”. Tais termos se enquadram na categoria de modalizador deôntico volitivo. Esses modalizadores, conforme Nascimento e Silva (2012), exprimem desejo de que algum acontecimento se realize. Nesse sentido, há, por meio deles, suavização da informação exposta, pois, com esses

modalizadores, os autores indicam que “desejam” que o problema da praça resolvido sem acusar o responsável pela situação, o que é inadequado no segmento introdutório do gênero CD. Incorrem nessa mesma inadequação os autores de PI5, PI7 e PI9, com a utilização das formas verbais não modalizadoras “informar” e “comunicar”. Nesses casos, a isenção do remetente é ainda mais acentuada, já que ambas as formas apresentam o texto apenas como um comunicado, um informe. Além disso, o espaço específico do modalizador volitivo na CD é a conclusão. Na versão final, à exceção do autor de P16, que manteve inadequadamente o modalizador “pedir”, todos os demais produtores que apresentaram ou não modalizadores, realizam, na versão final, a substituição dos termos verbais indicadores do objetivo da carta pelo modalizador avaliativo “denunciar”.

Na parte intermediária do gênero, diante da situação em que a praça se encontra, o autor de PI1 informa ao remetente que “**É impossível** aos moradores e visitantes usufruírem do local”. A expressão grifada exerce dupla função modal. Por um lado, exprime um ponto de vista, o que caracteriza o modalizador avaliativo; por outro, por se tratar de um impedimento interno, gerado pela circunstância, ela se encaixa na categoria de modalização deontica de proibição, a qual, segundo Nascimento e Silva (2012, p. 93) “expressa o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer”.

Outro modalizador presente em PI1 é o termo “podendo”, que, por ser epistêmico quase-asseverativo, aponta como quase certo o fato de que na praça há riscos à saúde da população. Esse tipo de modalizador é conceituado por Nascimento e Silva (2012, p. 93) como aquele que “apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro”. Na conclusão aparecem dois modalizadores em PI1. O primeiro é o modalizador deontico volitivo, utilizado pelo autor para solicitar providência para os problemas da praça por meio da forma verbal “pedimos”. Esse tipo de modalização é próprio dessa parte do gênero CD e funciona como arremate da denúncia exposta na introdução e dos argumentos que a sustentam, proferidos na seção intermediária. O segundo modalizador é a expressão avaliativa “precária”. Com ela o autor encerra a conclusão chamando a atenção do destinatário para o problema apresentado.

Na despedida, com a finalidade de convencer o interlocutor de que o conteúdo da carta é perpassado pela gentileza e polidez do remetente, o autor recorre ao modalizador avaliativo “Atenciosamente”. Na versão final, o autor de PF1 substituiu a expressão “*É impossível* os moradores e visitantes usufruírem do local” por “as pessoas *não podem* usufruir do espaço”, ou seja, não há nesse trecho mudança significativa, inclusive a dupla modalização (avaliativa +proibitiva) prevalece nos termos “não podem”. Avanço importante aparece, no entanto,

quando o autor modaliza com o avaliativo “muito grave” o fato de as pessoas não poderem usufruir da praça por causa dos problemas. Apesar de ter omitido o modalizador epistêmico quase- asseverativo “podendo”, o discente autor de PF1 o substituiu por um modalizador avaliativo, categoria mais comum à parte intermediária do gênero CD. Na conclusão, o autor mantém o modalizador deôntico volitivo mudando a forma verbal “pedimos” para “peço” e, ao invés de concluir o texto com o modalizador avaliativo, emenda-o ao volitivo o que torna o apelo ao destinatário mais contundente: “peço encarecidamente”. O termo modalizador avaliativo de despedida “Atenciosamente” na produção PF1 foi trocada pela expressão “com votos de estima e elevada consideração”. Essa expressão, ao invés de se apoiar em um único modalizador se sustenta em dois, ambos avaliativos, as palavras “estima” e “consideração”.

Na seção argumentativa da produção de número PI2, o autor apresenta apenas um modalizador: a forma verbal “precisa”, que faz parte do conjunto dos modalizadores deônticos de obrigatoriedade, apontados por Nascimento e Silva (2012, p. 93) como aqueles cujo conteúdo é apresentado “como algo obrigatório e que precisa acontecer”. O modalizador se refere às ações que o autor julga que sejam necessárias para solucionar o problema da praça. Porém o autor deixa de fora os modalizadores que mais comumente aparecem nessa parte da carta, os avaliativos. Na conclusão, o modalizador utilizado adequadamente foi o deôntico volitivo “pedimos”. O autor não redigiu despedida na primeira produção. No texto final, o produtor de PF2, acresce à parte dos argumentos a palavra “novos”, modalizador avaliativo referente aos equipamentos que julga necessários à praça. Essa escolha representa avanço em relação à primeira produção. Na conclusão, permanece o uso do modalizador adequado a essa seção do gênero, o modalizador deôntico volitivo expresso sob a forma verbal “gostaria”. Quanto à despedida, foi elaborada em PF2, porém sem o emprego de modalizadores.

Em PI3, no segmento textual reservado aos argumentos o autor, a fim de caracterizar os problemas presentes na praça, modaliza os termos “praça”, “entulho” e “buracos”, respectivamente, por meio das expressões avaliativas “destruída”, “alheio” e “grandes”. Na versão final (PF3), é excluído o modalizador “destruída” e acrescentados aos modalizadores “entulho” e “buracos”, os avaliativos “estruturais”, referente a “problemas”; “completamente”, referente a “desgastadas”; “desgastadas”, relativo a quadras, “fragmentados”, relativo a “brinquedos” e desagradável, concernente à eletricidade. Percebe-se elevado avanço na produção dessa seção do gênero, pois o número maior de modalizadores avaliativos torna mais claras as nuances dos problemas encontrados na praça. Acerca da conclusão, que não foi elaborada em PI3, o autor a redige na produção final (PF3) e expõe nela três modalizadores: o

deôntico volitivo “espero”, o epistêmico quase-asseverativo “possa” e o avaliativo “adequada”. O volitivo “espero” modaliza a expressão que revela a intenção do autor de que o problema da praça seja resolvido; o epistêmico quase-asseverativo “possa” modaliza o fato quase certo de que, com o problema solucionado, as pessoas disporão da área de lazer; o avaliativo “adequada” expressa juízo de valor sobre a característica que a praça reformada deve ter. Conclui-se, portanto, que o autor de PF3 apresentou progresso no processo de escrita referente à conclusão de sua carta. Sobre a despedida, o autor de PF3 utiliza novamente um modalizador avaliativo, dessa vez sob a forma da palavra caracterizadora “cordiais”. A diferença entre ambas as produções é que na primeira o autor modaliza sua postura na condição de remetente, enquanto na segunda o escritor do texto modaliza suas saudações. Ou seja, são adequadas a essa parte do gênero, tanto uma quanto a outras expressões modalizadoras.

Em PI4, o discente autor apresenta apenas a parte conclusiva. Nela são expressos dois modalizadores: o deôntico volitivo “peço” e o avaliativo “péssimo”. O deôntico volitivo “peço” expressa a vontade do autor de que sua solicitação seja atendida e o avaliativo “péssimo” caracteriza o estado em que a praça se encontra. Na versão final, é evidente o progresso expresso no texto PF4. Ao contrário da primeira produção, o autor redige a seção argumentativa e nela apresenta quatro modalizadores. Referindo-se ao “estado” da praça, recorre aos avaliativos “péssimo” e “mal”; sobre os riscos de as pessoas adoecerem e de os insetos transmitirem doenças, emprega o epistêmico quase asseverativo “podem”.

Como esses modalizadores não apareceram na primeira versão, já que a seção dos argumentos não foi redigida em PI4, sua escrita na produção final indica que o estudo dos módulos foi eficaz para a prática de escrita da parte argumentativa do autor de PF4. Na conclusão, o autor inicia PF4 com um termo inesperado para o início dessa parte da produção da carta. Ou seja, ao invés de utilizar um modalizador deôntico volitivo, expressando o desejo de ver o problema resolvido, o autor utiliza o modalizador avaliativo “cordialmente”. Dada a sequência do texto, na qual ele faz um jogo discursivo para convencer o destinatário a resolver o problema, o avaliativo “cordialmente” modaliza a forma que o autor pretende ser visto pelo destinatário, como alguém educado, gentil, polido. Na despedida, o produtor modaliza os “votos” por meio da expressão avaliativa “estima”. Dessa forma, ele complementa o sentido do modalizador “cordialmente” com outro da mesma categoria, o termo “estima”, significando que pretende ser compreendido pelo destinatário como alguém que lhe tem “afeição” e “simpatia”. Portanto, a estratégia discursiva demonstrada pelo discente produtor de PF4 na conclusão,

associada à complementação desta na despedida, atesta que, com as atividades dos módulos, o produtor de PF4 conseguiu melhorar sua prática de escrita.

Em PI5, o autor expõe apenas um argumento denunciando o “lixo” presente na praça, o qual é modalizado pelo termo avaliativo “bastante”. No texto reescrito (PF5), os modalizadores saltam a quatro. Além de “bastante”, os novos modalizadores, todos avaliativos, são, “esburacadas”, “soltas” e “quebradas” que modalizam, respectivamente “quadras poliesportivas”, “traves” e “brinquedos”. Com eles, o autor de PF5 fornece detalhes dos problemas ao destinatário para que compreenda melhor a situação. A conclusão é iniciada pelo autor de PI5 com a forma verbal modalizadora deôntica volitiva “espero”. Em PF5, além dessa expressão modalizadora, outra da mesma categoria é acrescida, a forma verbal “solicito”. A despedida, que não foi redigida em PI5, é exposta em PF5, modalizada pelos termos avaliativos “estima” e “elevada”. A partir dessa exposição, verifica-se que houve evolução quanto ao uso dos modalizadores, na introdução, conclusão e na despedida, confirmando que o trabalho com os módulos foi exitoso em relação ao trabalho de escrita do discente autor de PF5.

Na produção de número PI6, para o início do segmento argumentativo, o autor apresenta a expressão modalizadora deôntica volitiva “queremos que”, termo inadequado para a parte argumentativa do gênero CD. No texto reescrito (PF6), essa inadequação não é corrigida, porém são acrescentados dois parágrafos argumentativos nos quais são expostos quatro modalizadores. O primeiro é o epistêmico quase-asseverativo “poderia” cuja modalização expressa a provável possibilidade de utilização do espaço. Os demais são os avaliativos “abandonado”, “sujo” e “destruído”, também referentes ao “espaço” da praça. Em relação ao segmento conclusivo, que não constou em PI6, o produtor de PF6 o inicia adequadamente com o modalizador deôntico volitivo “solicito”. Em seguida finaliza com o outro deôntico volitivo “espero”. Ou seja, o produtor do texto emprega ambos os modalizadores para primeiro reivindicar providências para a denúncia e em seguida expressar a vontade de ver o pedido acolhido. Na despedida, parte não apresentada em PI6, o produtor de PF6 utiliza uma única expressão, o modalizador avaliativo “respeitosamente”, com o qual pretende apresentar sua consideração pelo destinatário. Portanto, na versão final, o autor apresentou progresso em seus procedimentos de escrita, no que diz respeito ao uso de modalizadores discursivos.

No texto PI7, o discente que o produziu apresenta em suas argumentações três modalizadores deônticos avaliativos, a fim de descrever os problemas visualizados na praça. São eles: “destruídas”, referentes ao termo “quadras”; “quebrados”, relativo à palavra “brinquedos” e “cheio”, alusivo ao vocábulo “mato”. Na produção reescrita (PF7), o autor do

texto acrescenta o modalizador deôntico quase-asseverativo “poderia” ao início dos argumentos. Na sequência, retoma os modalizadores avaliativos substituindo os anteriores por “abandonado”, “sujo” e “destruídos”, em referência ao “espaço” da praça e “altamente” e “prejudicial”, relativos ao termo “lixo”. Com esses modalizadores, o discente autor expõe ao destinatário a provável realidade de utilização da praça para o lazer, caso estivesse em bom estado e descreve cada um dos problemas que considera graves naquele espaço e precisam ser resolvidos. Na conclusão, o produtor de PI7, apesar de não expor nenhum modalizador volitivo, faz uso do modalizador deôntico de obrigatoriedade “precisamos” e, com ele, justifica a necessidade de que sejam tomadas providências por parte do destinatário. Na última versão da conclusão, o autor mantém o modalizador deôntico de obrigatoriedade, sob a forma expressiva “é preciso que”, e acrescenta o avaliativo “de extrema urgência”, em referência ao termo “providências”. Na parte da despedida, o termo avaliativo “atenciosamente”, presente em PI7, é substituído em PF7, por uma expressão sem modalizadores. Apesar dessa substituição na despedida, o discente ampliou adequadamente o número de modalizadores na introdução e na conclusão, o que evidencia impacto positivo das atividades dos módulos em suas estratégias de escrita.

No trecho argumentativo da produção textual de número PI8, o autor enumera diversos modalizadores avaliativos, a fim de descrever os problemas da praça e ilustrar seus argumentos. São eles: “acabada”, “enferrujada”, “enferrujado”, “sujo” e “fedendo”. Na reescrita dessa parte, no texto PF8, o modalizador “acabada”, referente à praça, é substituído por “péssimas”; o modalizador “enferrujado”, relativo ao balanço foi excluído e os outros dois mantidos. Não há, portanto, em relação ao uso dos modalizadores, muita diferença entre a primeira e a última produção. Nesse sentido, ambas apresentam adequadamente o manejo com esses recursos discursivos. Na conclusão da carta que não foi redigida em PI8, o autor de PF8, para revelar sua intenção de ver os problemas resolvidos, introduz a referida parte com a expressão modalizadora deôntica volitiva “espero que”. Na despedida, tanto na primeira quanto na última produção, foi utilizado o modalizador avaliativo “atenciosamente”. Com base nessas considerações, percebemos que houve avanço na escrita do texto PF8, tendo em vista que diversos modalizadores importantes para a elaboração do gênero foram acrescentados à versão final.

No texto PI9, os argumentos que tratam do “estado” (da praça), dos brinquedos, do lixo e das drogas são descritos, consecutivamente, a partir dos seguintes modalizadores avaliativos: “péssimo”, “quebrados”, “espalhado”, “ilícitas”. Em PF9, o autor manteve todos os

modalizadores, com as mesmas referências, e não acrescentou nenhum outro. Na conclusão, o autor de PF9 emprega um modalizador adequado a essa seção do gênero, o volitivo “peço”. Além disso, modaliza o termo “benefício” com o avaliativo “grande”. Na produção final, é mantido o modalizador deôntico volitivo, representado pelos termos “espero que” e ocorre a exclusão do avaliativo “grande”. A parte da despedida é a que se observa progresso na produção PF9, pois o autor que, não redigiu essa seção em PI9, passa a apresentá-la em PF9 por meio do modalizador avaliativo “respeitosamente”.

Em PI10, a seção na qual deveriam constar os argumentos é inadequadamente introduzida pelos modalizadores quase-asseverativos “acho que” e “deve”. A inadequação reside no fato de que esses modalizadores estão introduzindo uma expressão conclusiva, portanto, própria da parte subsequente. Em PF10 essa inadequação é ajustada e o autor passa a descrever detalhadamente os problemas presentes na praça utilizando os modalizadores avaliativos “quebrados”, “muito” e “graves”, comumente usados para modalizar argumentos no gênero. Além disso, a fim de reforçar a necessidade de pintura da mesa de jogos, o autor recorre ao modalizador deôntico de obrigatoriedade “precisa”. A conclusão, em PI10, é introduzida pelo deôntico volitivo “espero que”, modalizador adequado a esse segmento do gênero. A esse modalizador, na reescrita, o autor de PF10 acresce outro volitivo, o termo “solicito”. Acerca da seção de despedida, aparece na primeira versão, modalizada pelo avaliativo muito, porém não foi redigida na produção final. Percebe-se nessas observações que o maior avanço quanto ao uso dos modalizadores no texto reescrito (PF10) reside na seção argumentativa, pois o autor, diante das inadequações expostas em PI10, realiza em PF10 todos os ajustes necessários.

Quadro 09 – Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça emerson lucena, localizada no bairro cristo redentor. A praça está deteriorada. É impossível os moradores locais e visitantes usufruírem do local, há muito lixo no local podendo trazer riscos a saúde da população a podagem das árvores foi feita recentemente mas o lixo não foi recolhido e as árvores já estão grandes de novo.	PF1	“Venho por meio desta carta denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Praça Emerson Lucena que fica no Bairro Cristo Redentor, localizada na Rua Luísa Fernandes Vieira A praça apresenta vários problemas, sendo eles: quadra poliesportivas estão esburacadas, traves e redes não existem mais, não há máquinas para a prática de

Continua

Quadro 09 – Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

	As quadras utilizadas para práticas desportivas, não estão sendo mais usadas estão cheias de buracos as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço que poderia tá sendo utilizado está abandonado sujo destruído”.		exercícios físicos, os brinquedos estão danificados e enferrujados. Além disso a iluminação pública não exista mais, a limpeza das vias e logradouros também não é feita. Sendo assim, trazendo problemas para toda a comunidade e visitantes, as pessoas não podem usufruir do espaço por causa dos problemas apresentados, crianças são impedidas de brincarem, causando danos muito grade a todos. Isso é muito grave. Com esses fatos a Prefeitura contraria entre outros, a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, segundo o artigo 5º afirma: “Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente , dentre outras, as seguintes atribuições: prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; promover serviços artísticos; serviços culturais, de lazer recreação e esportes”.
PI2	“quero relatar a situação da Praça emerson lucena que está precisando de uma reforma para melhorar a praça e o bem-estar da comunidade na praça precisa limpar, tirar todos os entulhos de lixo podar as árvores mudar alguns brinquedos e colcar equipamentos para fazer exercícios físicos ajeitar a quadra que tem areia e a quadra de futsal que tem alguns buracos”.	PF2	“Sou morador do Bairro do Cristo, venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena localizada na Rua Luiza Fernandes Vieira a praça está praticamente abandonada pela Prefeitura de João Pessoa. Os brinquedos estão quebrados, a quadra de futsal está com vários buracos, a quadra de areia está com lixo e a mesa de jogos precisa de uma pintura. Precisa colocar novos equipamentos, limpar, tirar todos os entulhos, podar as árvores, pois as crianças não estão podendo brincar e nem os adultos podem fazer exercícios físicos. Acho que a comunidade não merece passar por uma situação dessa, mas a prefeitura não faz nada para resolver. Com esses acontecimentos a prefeitura descumpre entre outras a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, de com acordo com o artigo 5º “Ao município compete

Continua

Quadro 09 – Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			prover tudo quanto diga respeito ao peculiar interesse de sua população”.
PI3	“Venho através dessa carta para denunciar a Prefeitura Municipal de João Pessoa, que não está cumprindo o artigo 208[...] o poder Executivo Municipal incentivará programas de lazer para os cidadãos, como forma de promovê-los. A praça Emerson Lucena, localizada no bairro Cristo Redentor, está abandonada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. A comunidade em si, não está tendo uma área de lazer, como deveria ter. A praça está destruída. A comunidade não pratica mais esporte também não está segura naquele local pois árvores estão caindo entulho alheio na praça grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva. A Prefeitura Municipal de João Pessoa, está deixando muito a desejar. Como diz no artigo 5º Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: (...) XXVIII – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza. XXVIX – Promover os seguintes serviços: (...) f) Serviços artísticos e culturais; (...) i) Serviços de lazer, recreação e esportes. A Prefeitura Municipal de João Pessoa está violando os direitos da comunidade. Espero que medidas sejam tomadas em breve”.	PF3	“Sou morador (a) do bairro do Cristo Redentor, venho através dessa carta denunciar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa abandonou totalmente a Praça Emerson Lucena, localizada na rua Luíza Fernandes Vieira. O local está com vários problemas estruturais, tais como grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva, as telas das quadras estão completamente desgastadas, os brinquedos recreativos estão fragmentados, a eletricidade está desagradável, entulho alheio entre outros. Assim, a comunidade não está tendo, uma área de lazer, o lixo acumulado está deixando os moradores das redondezas doente, a falta de iluminação está deixando o local mais perigoso. Portanto, a Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando a desejar em relação à segurança, saúde, lazer na Praça Emerson Lucena. Isso contraria a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, de acordo com o artigo 5º afirma: “Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: (...) XXVIII – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza. XXVIX – Promover os seguintes serviços: (...) i) Serviços de lazer, recreação e esportes. Em vistas desses fatos, espero que medidas sejam tomadas o quanto antes. Espero que a comunidade possa ter uma área de lazer adequada novamente”.
PI4	“Peço por essa carta que resolva o problema da praça emerson lucena na praça Emerson Lucena está em péssimo estado lixo e inseto por todo	PF4	A praça está em péssimo estado a quadra poliesportiva não está prestando para praticar esportes as traves estão sendo seguradas por um

Continua

Quadro 09 – Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

	lado transmitindo doenças quadra poliesportiva está em mal estado a quadra está quebrada o piso está rachado as traves estão tudo quebrada os bancos estão quebrados os brinquedos estão todos quebrados a praça está toda suja a praça também está precisando de uma reforma tudo está quebrado a praça hoje está abandonada por falta de reforma e limpeza as telas das quadras estão tudo quebradas a quadra está precisando mesmo de uma reforma não tem mais mesa de jogos a quadra está toda quebrada não podemos mais praticar esportes por que as quadras estão todas com o piso rachado a praça emerson lucena está precisando de uma reforma”.		fio de energia os brinquedos estão todos enferrujados as passarelas estão todas quebradas os bancos não estão mais prestando para se sentar a quadra de areia tá toda cheia de vidro além disso por não haver poda das árvores as folhas tão sujando tudo e as calçadas não existem mais. De acordo com esses fatos é visível várias consequências: a saúde, acúmulo de lixo falta de saneamento básico o ambiente da praça está fazendo mal aos moradores do bairro por conta do péssimo estado que a praça tá as pessoas podem ficar doente por conta do lixo acumulado os insetos podem transmitir doenças por conta do mal estado da praça. De acordo com a lei orgânica do município de João pessoa, conforme o artigo 5º “ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente dentre outras as seguintes atribuições: (...) XXVIII – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza. XXVIX – Promover os seguintes serviços: (...) f) Serviços artísticos e culturais; (...) i) Serviços de lazer, recreação e esportes”.
PI5	“Prezados Senhores do ministério público venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à praça Emerson lucena localizada no bairro do Cristo redentor. A praça está com bastante lixos e resíduos da natureza que, de acordo com o artigo 5º da Constituição federal tem o dever de prover a limpeza das vias e logradouros públicos e a remoção e destino do lixo e os problemas da praça não param por aí, pois os brinquedos, a caixa de areia e a quadra esportiva estão em péssimas condições para ser usufruídos”.	PF5	“Sou morador do Bairro do Cristo Redentor e estou enviando essa carta para denunciar o abandono da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena. Ela está com bastante lixo e resíduos, as quadras poliesportivas estão esburacadas, com ferrugens e as traves soltas, além dos brinquedos quebrados, sem pintura e manutenção. Com isso as pessoas são impossibilitadas de práticas de exercícios físicos de ter um lazer, assim desmotivando as pessoas de irem à praça, as crianças não podem brincar, pois têm um grande risco de

Continua

Quadro 09 – Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			se machucar. Ou seja, o ambiente está em péssimas condições para ser usufruído. Por meio desses acontecimentos a prefeitura Municipal de João pessoa age contra a lei orgânica do município de João pessoa que, de acordo com o artigo 204, afirma: “o município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade mediante: I - reserva de espaços verdes ou livres; em forma de parques, bosques, jardins, praias e assemelhados como base física de recreação”.
PI6	“nós queremos que consertasse a praça tá um lixão tem mato dentro da quadra de areia e também a quadra de futebol tem buraco dentro da quadra todo mundo leva topada eu mesma já levei eu queria muito que o senhor construíssem a praça limpa que se ajeitasse os balanços o escorrego a gangorra ajeitasse e limpasse as árvores e também o calçamento”.	PF6	“Venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça emerson Lucena localizada no Bairro do Cristo Redentor na Rua Luíza Fernandes Vieira. Nós queremos que consertasse a quadra de areia, a quadra de futebol, colocasse tela nas duas quadras, ajeitasse a gangorra, o escorrego e que limpasse a praça. A quadra não tem tela a quadra de areia tem lixão com vidro a quadra de futebol tem um buraco falta de calçamento não tem a gangorra falta ferro pra segurar o balanço tá quebrado as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado e está abandonado sujo, destruído. A Prefeitura contraria a Constituição Federal que no artigo 215 afirma: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.
PI7	“[...]venho lhe comunicar que a praça emerson lucena está a precisar de uma reforma rápida vocês precisam podar as árvores as quadras estão destruídas os brinquedos estão todos quebrados as passarelas estão precisando de reforma e lá está cheio de mato o lixo causa doenças que prejudicam a saúde”.	PF7	“Resido no bairro do Cristo Redentor, estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena localizada na rua Luíza Fernandes Vieira. As quadras utilizadas para práticas desportivas não estão sendo usadas, pois estão cheias de

Continua

Quadro 09 – Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			buracos, as traves encontram-se enferrujados e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado como área de lazer, mas está abandonado, sujo e destruído. Além disso, a iluminação, passarelas e a área de lazer está precisando de reformas. O lixo facilita a proliferação de doenças e pragas que são altamente prejudiciais a saúde. A falta de iluminação e segurança no local vem ocasionando em muitos assaltos. A Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando muito a desejar em relação à segurança, saúde, manutenção e lazer na praça Emerson Lucena. Com não cumpre a Lei orgânica do Município de João Pessoa que no artigo 5º afirma: “Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse a ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: (...) XXVIII- prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; XXXIX- promover os seguintes serviços: (...) f) serviços artísticos e culturais; (...) i) serviços de lazer, recreação e esportes”.
PI8	“Olá sou um anônimo. Que vem aqui denunciar uma praça, o nome da praça é Emerson Lucena do bairro do Cristo Redentor. No dia 07/08/19 eu fui conhecer a praça emerson lucena, a praça estava acabada a gangorra estava enferrujada pronta para qualquer criança brincar na gangorra pegar uma doença o balanço também está enferrujado o escorrego está sujo fedendo a trave dos gols da praça estão sendo seguradas por galhos que os próprios moradores botaram”.	PF8	“Sou um morador do bairro do Cristo Redentor e estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da praça Emerson Lucena, localizada na Rua Luiza Fernandes Vieira, que está ficando cada vez mais acabada porque a Prefeitura Municipal de João Pessoa que construiu a praça e a deixou de lado. No dia 07/08/19 fui conhecer a praça Emerson Lucena. Ela estava em péssimas condições, por exemplo: a gangorra está enferrujada, pronta para qualquer criança brincar na gangorra pegar uma doença, as traves estão sendo

Continua

Quadro 09 – Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

			seguradas por troncos de árvore que os próprios moradores botaram e todo o local está suja e fedendo. Com esses problemas sempre tem consequências como por exemplo: o lixo trás animais, doenças, muito fedor; o lazer dos moradores está acabando por conta da trave quebrada e buracos na quadra que qualquer pessoa pode cair lá. Como diz no artigo 5º “ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: XXVIII – prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos”.
PI9	“Lhe envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson lucena no bairro do cristo redentor. A praça se encontra em péssimo estado, com os brinquedos quebrados, alguns buracos na quadra, lixo espalhado por vários locais da praça, vem sendo utilizada consumo de drogas ilícitas, a praça é conhecida como “Praça da maconha” por conta disso”.	PF9	“Sou uma moradora do Bairro do Cristo Redentor e estou preocupada com a situação em que a praça Emerson Lucena, localizada na rua luísa fernandes vieira e envio esta carta para denunciar a falta de atuação da Prefeitura de João Pessoa com a praça. Ela encontra-se em péssimo estado. Os brinquedos estão quebrados, há buracos por várias partes da quadra poliesportiva, lixo espalhado por vários locais e, além disso, a praça vem sendo utilizada para uso de drogas ilícitas e, por isso o espaço é conhecido como “Praça da Maconha”. Por conta disso a comunidade vem sendo muito prejudicada pois as pessoas não podem se divertir livremente, não podemos usar a quadra. A prefeitura desrespeita a lei orgânica do município de João Pessoa que de acordo com o artigo 205 afirma: “Os serviços municipais de esportes e recreação articular-se-ão entre si com as atividades culturais”.
PI10	“Estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena, pois uma praça tem que está em bom estado para todos	PF10	“Eu, uma moradora do Cristo, estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça emerson lucena, que fica no bairro

Continua

Quadro 09 – Conteúdo temático: informatividade – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

	da comunidade. “A praça Emerson Lucena precisa de atenção e cuidado público, eu acho que a praça deve melhorar em limpeza e reforma do piso e da quadra. Esses problemas prejudicam os moradores”.		do Cristo, na rua Luísa Fernandes Vieira, pois a praça não está recebendo os cuidados adequados pela prefeitura. O lugar está com brinquedos quebrados, a maioria da área da praça está com muito lixo, galhos de árvores pelo chão e a mesa de jogos precisa muito de uma pintura. Esses problemas trazem graves consequências para os moradores, isso afeta a área do lazer, dos esportes, da cultura e da saúde também (muito lixo). A prefeitura contraria, entre outras, a lei da Constituição Federal que, segundo o artigo 205, afirma: “O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.
--	--	--	---

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Na seção introdutória do texto PI1, o autor informa que o objetivo de seu escrito é “denunciar a atuação da prefeitura com a praça Emerson Lucena localizada no bairro cristo redentor”. Há nessa proposição alguns problemas que comprometem essa informação. Falta a apresentação do remetente, pois, mesmo sendo uma carta anônima, é importante que o locutor apresente referência a sua pessoa que pode ser a indicação genérica sobre local onde reside, profissão etc. O autor afirma que pretende denunciar a atuação da prefeitura, entretanto, o que ele denuncia na verdade é a não atuação da mencionada instituição pública. Além disso, não há especificação de qual prefeitura ele se refere. O problema desse detalhe é que, mesmo o nome do local aparecendo na abertura da carta, apontar o nome da prefeitura evita equívocos ao destinatário, um membro do MPPB, instituição que atende a todo o estado paraibano. Ou seja, o cidadão pode, a partir de uma localidade, denunciar problemas de outras, por isso é importante a informação precisa acerca do lugar ao qual a denúncia se dirige. A ausência da denominação da prefeitura também compromete a localização da praça, mesmo que, além do nome do bairro, o autor tivesse acrescentado o nome da rua, como deveria ter feito. Na produção final da carta, identificada com o número PF1, o autor realiza alguns ajustes. Apesar de novamente não ter se apresentado, questão amenizada pela assinatura em as ambas produções, o objetivo da denúncia é melhor esclarecido passando a ser, adequadamente, a falta de atuação da prefeitura. Há ainda

a especificação de que a prefeitura a que se refere é à Municipal de JP e, além do nome do bairro, já exposto na primeira produção o autor identifica a rua onde a praça está localizada. Verifica-se, portanto, que o aluno conseguiu elevar o nível de clareza nas informações presentes no texto.

Em relação à parte dos argumentos elaborados para dar sustento à tese de que falta atuação da PMJP na praça Emerson Lucena, em PI1 são apresentadas diversas informações para descrever a situação da praça. Um dos problemas identificados nelas, está na disposição dessas informações. O remetente inicia os argumentos afirmando que “a praça está deteriorada” e deveria ter dado sequência respectiva com os argumentos descritivos. Porém, após essa afirmação, é redigido o argumento “É impossível os moradores locais e visitantes usufruírem do local”. Entretanto esse argumento é conclusivo, ou seja, as informações nele presentes deveriam aparecer após a argumentação descritiva. Esta aborda a falta de recolhimento de lixo e dos galhos oriundos da podagem das árvores, que pode prejudicar a saúde das pessoas. Sobre a podagem das árvores, há um desencontro da informação: se foi feita recentemente, não poderiam ter crescido novamente tão rápido, como afirma o autor. Atesta que as quadras poliesportivas não estão mais sendo utilizadas por causa de buracos, que há presença de ferrugem nas traves às quais correm risco de caírem a qualquer momento. Na produção final PF1, o autor ajusta o problema da disposição das informações no qual a seção conclusiva é localizada por último e não no início das proposições argumentativas.

A expressão introdutora isolada “a praça está deteriorada” foi adequadamente substituída por uma proposição seguida de dois pontos, ou seja, utilizando-se do sinal de pontuação que prenuncia enumeração. Assim, ao invés de mencionar os problemas da praça de maneira desvinculada uns dos outros, agora eles aparecem enumerados, o que condiz com a proposta de escrita formal do gênero. Sobre o teor dos argumentos descritores da praça, o tema do não recolhimento do lixo foi mantido, porém os problemas relacionados à saúde deixam de ser ali mencionados. Na verdade, as consequências de todos os problemas oriundos da situação da praça, são resumidos num parágrafo específico que os retoma generalizadamente. A questão da podagem das árvores foi excluída. Manteve-se as adversidades observadas na praça e foi observado que o assunto voltado para as traves das quadras, que antes foram descritas como enferrujadas e caindo, foi excluído. Ressalvamos que ocorreram visitas à praça, orientadas pelo projeto e de forma independente ao longo do processo de escrita e reescrita.

Portanto, os discentes observaram diferenças na praça ao longo dos dois meses que separam a primeira e a última produção. O autor acresce as seguintes informações não

mencionadas anteriormente: falta de máquinas para a prática de exercícios físicos, brinquedos danificados e iluminação pública inexistente. Como ressaltamos, ao invés de citar consequência por consequência causada por cada um dos problemas apresentados, o autor reservou um parágrafo para tratar especificamente disso. Assim, como resultado das situações expostas, consideradas graves e danosas o autor conclui que a comunidade não pode usufruir do lugar.

É acrescido ainda um último parágrafo argumentativo no qual o autor expõe argumento de autoridade, a fim de fortalecer a tese de que a PMJP não atua na praça e, portanto, é a culpada de todos os problemas apontados nas informações anteriores. Nesse sentido é mencionado pelo autor, conforme padrão de formalidade, o artigo 5º da LOMJP afirmando que esta lei está sendo contrariada por aquela instituição, pois é atribuição dela, segundo a lei, “prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; promover serviços artísticos; serviços culturais, de lazer recreação e esportes”. É perceptível, portanto, o avanço da escrita final em relação à inicial, pois, entre outras informações adequadamente reajustadas, são acrescentadas outras, como essa última mencionada, que na primeira produção não aparece.

Na produção de número PI2, o autor inicia o corpo do texto sem se apresentar, informação que deve aparecer como expressão introdutória do gênero carta de denúncia. Como informe inicial o autor, ao invés de explicar que o escrito se trata de numa denúncia, afirma que quer relatar a situação da praça. Ora, sabe-se que as sequências narrativa e descritiva são importantes instrumentos a serem empregados no desenvolvimento do gênero CD. Pode-se inclusive enfatizar apenas uma dessas sequências ou valer-se de ambas numa mesma produção. Porém “relatar a situação da praça” não é o objetivo principal da carta produzida, mas denunciar a situação em que a praça se encontra apontando a PMJP como responsável, sendo também válida a ordem inversa na qual a referência a “PMJP” aparece logo após o verbo denunciar seguida do problema pelo qual a mencionada instituição é responsável, isto é, o mal estado da praça. O autor expõe ainda, na introdução, que a praça “está precisando de uma reforma para melhorar a praça e o bem-estar da comunidade”. Esse argumento está deslocado, pois, por ser conclusivo, deveria aparecer no espaço adequado, que é o parágrafo de conclusão. Em PF2, o autor reescreve a introdução empregando as adequações necessárias: apresenta-se como “morador do Bairro Cristo Redentor”; informa que objetivo da carta é denunciar os problemas da praça, especifica a rua onde a praça se localiza, dado não definido em PI2 e aponta a PMJP como responsável pelos problemas, outro informe ausente na primeira produção. Essas

adequações demonstram que o discente conseguiu avanço significativo em sua produção textual.

Sobre a seção intermediária do texto, situada entre a introdução e a conclusão, específica aos argumentos, em PI1 percebe-se que foi pouco explorada pelo discente escritor. A princípio observa-se que ele menciona diversos elementos problemáticos e sugestões de melhorias. São eles: limpeza da praça com retirada de todos os entulhos, podagem das árvores, colocação de novos brinquedos e equipamentos para a prática de exercícios físicos, conserto dos buracos nas quadras poliesportivas. Porém, não são apontadas as consequências desses problemas para a comunidade, não é explorado o papel da PMJP como culpada pela situação nem é construído o parágrafo conclusivo, no qual aparecem uma conclusão que arremata as informações que compõem os argumentos expostos, é feita uma solicitação por providências e são indicados os resultados esperados.

Além disso, há elementos linguísticos comuns à linguagem oral, porém problemáticos quando empregados na escrita. São elas: ausência de vírgulas separando enumeração, a falta de divisão paragrafíca; o uso inadequado das formas: “na” que inicia a expressão argumentativa “na praça precisa limpar...”, do termo “ajeitar”, presente na proposição “ajeitar a quadra...”, e das formas verbais “tem”, expostas no excerto “a quadra que tem areia e a quadra de futsal que tem buracos”. Guinadas como essas para fora do uso formal da linguagem não são admitidas no gênero. Em PI2, o autor reorganiza a exposição dos elementos problemáticos da praça. Expõe primeiramente os itens brinquedos, quadra de futsal, quadra de areia e mesa de jogos, cada qual com seus defeitos. Em seguida apresenta sugestões que julga necessárias para restauro da praça: colocação de novos equipamentos, limpeza, retirada dos entulhos e podagem das árvores. Subsequente às sugestões são indicadas as consequências desses problemas: “crianças não podem brincar” e “adultos não podem fazer exercícios”. Na sequência é apresentada uma conclusão: “Acho que a comunidade não merece passar por uma situação dessa”, o que é cabível e comum em produções escritas após uma série de argumentos, mesmo existindo um segmento paragrafíco exclusivamente para isso. E prossegue acusando a PMJP de “não fazer nada para resolver” os problemas expostos.

Quanto à formalização linguística, os problemas apontados em PI2 são ajustados em PF2, ou seja, as palavras passam a ser corretamente separadas por vírgula, os assuntos do texto são tratados cada qual no parágrafo específico e os termos cujo uso é comum à linguagem oral não são apresentados. O autor acrescenta ainda um parágrafo para mencionar informações relacionadas a argumento de autoridade no qual cita formalmente excerto extraído do artigo 5º

da LOMJP para comprovar que a PMJP contraria o Poder Judiciário por não agir de acordo com o “peculiar interesse peculiar interesse de sua população”. Ao realizar a refacção textual empregando a adequação tanto das informações quanto da formalização textual, além de acrescentar informações ausentes no primeiro escrito, o autor conseguiu evolução em seu processo de escrita.

No texto de número PI3, o autor não informa sua identificação, mas afirma que seu escrito se trata de uma CD contra a PMJP. A ausência da apresentação do remetente é inadequada porque é necessário no gênero que o autor o inicie fazendo referência a sua pessoa. No entanto é adequada a exposição de que a finalidade da carta é uma denúncia contra a PMJP, já que esta instituição é apontada como responsável pelos problemas denunciados. Após informar que a PMJP está sendo denunciada, o remetente explica sinteticamente qual é a denúncia contra ela: a questão de abandono relacionado à praça e informa o endereço em que esse aparelho público se situa. Todavia, entre a identificação da acusada e a especificação sintética da denúncia, o autor acresce inadequadamente discurso de autoridade voltado para a citação do artigo 208 de uma lei não identificada.

A inadequação na entronização desse argumento reside na forma com que ele é mencionado, sem expressões linguísticas conformativas, típicas de citações textuais comuns a essa categoria argumentativa. Outro problema é o fato de que a introdução não é o espaço específico na carta para esse tipo de argumento. O autor inicia o segmento subsequente da carta que é destinado às provas do abandono da praça por parte da PMJP com quatro conclusões. Ou seja, ocorre inadequadamente inversão, pois primeiro devem aparecer as informações que formam esses argumentos para depois serem exibidas conclusões. A fim de comprovar o abandono da praça, o autor argumenta que: “árvores estão caindo no local”, há presença de “entulho na praça”, existem “grandes buracos na quadra poliesportiva”. Tais informações comprobatórias são condizentes com as quatro conclusões antecipadas, as quais, se tivessem sido dispostas na ordem adequada, não comprometeriam a formalidade exigida pelo gênero CD.

Na sequência o discente apresenta outras informações relacionadas a argumento de autoridade transcrevendo trecho do artigo 5º de uma lei, porém não esclarece qual. Além disso, a forma linguística com a qual o argumento de autoridade é introduzido, por meio da expressão “Como diz no artigo 5º”, não coaduna com as exigências da linguagem formal, necessária ao gênero. No texto reescrito, o de número PF3, os problemas apresentados na introdução de PF1 são ajustados, ou seja: o autor se identifica com a expressão “Sou morador (a) do bairro Cristo Redentor” e o argumento de autoridade exposto em espaço não propício, é excluído. Na

seção correspondente aos argumentos comprobatórios da denúncia, na escrita final PF3 o autor ajusta a ordem invertida na primeira produção, ou seja, os argumentos informando os problemas da praça são dispostos antes das conclusões correspondentes a eles.

O autor acresce em PF3 informações ausentes em PF1, importantes para o gênero: as consequências que os problemas mencionados causam: “a comunidade não está tendo, uma área de lazer, o lixo acumulado está deixando os moradores das redondezas doente, a falta de iluminação está deixando o local mais perigoso”. Outro ajuste que o discente apresenta em PF3 tem a ver com o argumento de autoridade, escrito em espaço adequado do texto, a fim de fortalecer a tese proposta na denúncia. Para ajustá-lo, ele especifica a fonte do informe argumentativo, que é a LOMJP e menciona um trecho dela, conforme a formalidade exigida para a escrita de citações. Os ajustes efetivados demonstram que os módulos forneceram conhecimentos que possibilitaram avanço na produção escrita do discente autor de PF3.

No espaço introdutório do gênero CD, além de se apresentar, espera-se que o remetente informe o motivo do envio, que é denunciar o órgão responsável pela Praça Emerson Lucena por causa da situação em que aquele aparelho público se encontra, e indique a localização do referido espaço público. Entretanto, o autor de PI4 não construiu sua carta assim, ele não se apresenta, afirma que a motivação da carta é pedir ao remetente que “resolva o problema da praça Emerson Lucena”, não menciona o problema e, conseqüentemente, não informa o endereço da praça. Sobre o trecho intermediário da carta, no qual estão localizados argumentos comprobatórios da tese levantada na introdução, a de que existem problemas na praça Emerson Lucena, o produtor de PI4 disponibiliza informações com diversos desajustes. Apesar de mencionar diversos problemas, a linguagem utilizada se assemelha a que é praticada na oralidade, pois há repetição excessiva de termos de forma desordenada.

Ao reescrever o texto, o discente realiza diversas adequações expostas na produção PF4. A introdução é iniciada com a apresentação do remetente nos seguintes termos “Sou um morador do bairro Cristo Redentor”, afirma que com a carta pretende denunciar “o problema da Praça Emerson Lucena”, aponta a localização da praça, “bairro do Cristo na rua Luiza Fernandes Vieira” e indica que o responsável é a PMJP. As informações da parte intermediária do texto são iniciadas com a afirmação de que “a praça está em péssimo estado”, em seguida o autor busca embasar esse informe listando todos os problemas que, a seu ver, contribuem com o estado péssimo da praça. Duas sequências informativas que não tinham sido escritas em PI4 são construídas em PF4. A primeira é a revelação das consequências dos referidos problemas para a comunidade. A segunda é a adoção de discurso de autoridade para reforçar o informe de

que a PMJP viola o artigo 5º da LOMJP. A fim de comprovar essa constatação, o autor cita trecho do referido artigo. A forma linguística de entronizar o excerto no texto não seguiu a formalidade exigida pelo gênero, pois seria necessário vincular o parágrafo do excerto com o que antecede, o que não foi feito. Mesmo assim o acréscimo dessa informação externa progresso em relação à produção anterior pois, por muito pouco, o autor não conseguiu adequá-lo às exigências do gênero. Percebe-se, portanto, que o produtor do texto PF4 logrou êxito na reescrita, pois na produção final conseguiu ajustar a maioria das inadequações apresentadas na primeira versão do texto.

Na introdução do texto de número PI5 o autor apresenta algumas informações não apropriadas e omite outras. Não se apresenta, afirma que sua finalidade é “informar” os problemas na Praça Emerson Lucena, quando o adequado seria “denunciar”, não aponta o responsável pelos problemas nem identifica o endereço do local. As informações presentes na parte do gênero que trata das evidências acerca dos problemas misturam-se com trecho de argumento de autoridade extraído do artigo 5º da CF. Na reescrita por meio do texto PF5, apresenta-se, informa que o motivo do envio da carta é denunciar “o abandono da PMJP com a praça Emerson Lucena. Ou seja, a referência a pessoa do remetente deixa de ser omitida e a finalidade da carta, que era “informar” é corretamente ajustada para “denunciar”. Além disso é informado o culpado pelo problema. Porém o endereço da praça, omitido em PI5, permanece suprimido em PF5. Em relação à seção da cuja função das informações é sustentar a tese apontada na denúncia, ocorre completa modificação. A mistura dos problemas da praça com trechos do artigo 5º da CF são excluídos. Em seu lugar são enumeradas questões como o lixo, os buracos na quadra poliesportiva, as traves enferrujadas e soltas e os brinquedos quebrados e sem manutenção.

Após essa listagem, são informadas consequências desses problemas para a comunidade como impossibilidades de práticas de exercícios físicos, inviabilidade de lazer, desmotivação para frequentar o espaço, riscos de acidentes impedindo as crianças de brincar. Convém ressaltar que essas informações não tinham sido mencionadas em PI5. Por último o discente apresenta argumento de autoridade de maneira adequada à formalidade do gênero, informando que “Por meio desses acontecimentos a PMJP age contra a lei orgânica do município de João pessoa”. Em seguida cita trecho do artigo 204, extraída da mencionada lei a fim de fortalecer o teor da denúncia contra a PMJP. A partir dessa exposição, podemos concluir que na última produção houve relevante progresso na qualidade das informações expostas pelo discente autor de PF5.

Em PI6 não há introdução, portanto, todas as informações que devem estar presentes nessa seção foram omitidas, ou seja, não foram expostas a apresentação do remetente, o objetivo da carta, indicado como uma denúncia, o problema da praça (que é o teor da denúncia), o responsável pelo problema (a PMJP) nem a localização do espaço problemático. Sobre a parte intermediária do corpo do texto, o autor inicia informando o querer de um remetente coletivo, ou seja, uma solicitação com o seguinte informe, inclusive com conjugação verbal inadequada: “nós queremos que consertasse a praça”. Isso ocorre porque o discente autor entende que o objetivo de sua produção é solicitar o “conserto” da praça e não “denunciar” os problemas nela encontrados. Ressaltamos que a informação da finalidade da CD é expressa na introdução e não no texto que intermedia introdução e conclusão.

Na sequência do texto o autor elenca vários problemas, porém a linguagem utilizada é característica da oralidade, por exemplo, quando aponta, entre outros, os seguintes problemas “a praça tá um lixão”, “tem mato dentro da quadra”, “todo mundo leva topada”. Na versão final do texto, ou seja, em PF6, o autor escreve a introdução, ausente em PI6. Nela o autor não se apresenta, aponta que o objetivo do texto é “pedir providências para organizar a praça”, quando devia ser denunciar os problemas observados na praça. Já que não denuncia, também não informa o culpado pelos problemas, porém indica o endereço completo da praça.

Na reescrita das informações presentes no segmento intermediário do gênero sob a forma de argumentos, o autor manteve a solicitação iniciando o texto mudando apenas a forma do que é pedido. Ou seja, enquanto em PI6 o remetente afirma querer o conserto da praça, em PF6 quer que conserte a quadra de areia e a quadra de futebol. Em seguida são apontados em detalhes diversos outros problemas. Por fim, o autor se vale de informação ausente na primeira produção, um argumento de autoridade oriundo do artigo 215 da CF expondo que a PMJP, por não agir para melhorar a saúde, está contrariando a mencionada constituição. Para comprovar o desrespeito da praça, o autor cita trecho do artigo 215. Portanto, na reescrita constatamos que, mesmo com tantas inadequações, o autor percebeu, a necessidade de produzir um parágrafo introdutório, inclusive empregando termos típicos da formalidade do gênero. Na parte intermediária, houve acréscimo de informações que não apareceram na escrita inicial. Temos então, como resultado do processo dos módulos, temos evolução no processo de escrita.

No texto de número PI7 a introdução resumiu-se a apenas informar que a finalidade da carta é “comunicar que a praça Emerson Lucena está a precisar de uma reforma rápida”. Percebe-se, portanto, que o autor suprimiu a apresentação do remetente, que o objetivo da carta presente está equivocado, pois a finalidade do escrito é “denunciar” e que não aludiu à situação

da praça nem ao culpado pelo problema. A parte intermediária da carta é introduzida por uma solicitação, o que é inadequado, pois no gênero CD o espaço específico para as reivindicações é a seção conclusiva. Ao requisitar ao destinatário a podagem das árvores e a resolução dos demais problemas, o autor confunde o papel do receptor da carta, que é acionar judicialmente o culpado para que ele se responsabilize e solucione o problema denunciado. Esse equívoco faz com que as informações subsequentes acerca dos problemas embasem a tese de que o remetente precisa resolvê-los, o que foge completamente ao propósito do gênero CD.

Ao reescrever o texto, o novo escrito de número PF7 é inteiramente reformulado. Apesar de o trecho introdutório permanecer sem a apresentação do remetente, o autor informa adequadamente o objetivo da carta, a denúncia, o responsável pelo problema e a localização deste. A parte intermediária apresenta detalhadamente a situação encontrada na praça, a fim de fortalecer a denúncia. As consequências de alguns desses problemas para comunidade, informação ausente na primeira produção, são expressas pelo autor. Outro informe que não constou na produção inicial foi o recurso do argumento de autoridade.

Nesse sentido, para finalizar a seção de elementos comprobatórios da denúncia, o discente autor afirma que a Prefeitura, por ‘deixar a desejar’ “em relação à segurança, saúde, manutenção e lazer na praça Emerson Lucena” viola a LOMJP, pois, segundo o artigo 5º da referida lei: “Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse a ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: [...] XXVIII- prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; XXXIX- promover os seguintes serviços:[...] f) serviços artísticos e culturais; [...] i) serviços de lazer, recreação e esportes”. Assim, a nova versão do texto contempla significativamente o esperado no gênero CD, demonstrando que o trabalho sistemático dos módulos gerou resultados positivos na escrita do discente produtor de PF7.

Na introdução do texto de número PI8 o autor disponibiliza com inadequações algumas informações necessárias a essa parte da carta e suprime outras. Ele apresenta-se como “um anônimo”. O anonimato é algo já previsto em uma CD, por isso apresentar-se como faz o produtor de PI8 não contribui com a informatividade do texto. O desafio para quem escreve uma CD é identificar-se sem mencionar o nome, o que é possível dizendo-se morador de determinado lugar, citando a profissão e o local onde trabalha etc. Outra informação equivocada é afirmar que o objetivo da carta é “denunciar uma praça”. Ora, a denúncia é relativa à situação de abandono em que se encontra a praça devido à omissão da PMJP. Da forma que o autor

expõe dá a entender que a própria praça é culpada dos problemas nela apresentados. Como não aponta o objetivo adequado, o autor deixa de mencionar o problema denunciado e a PMJP como responsável por ele. É informado o bairro onde a praça se localiza, mas omitido o nome da rua, dado relevante para situar o remetente.

O trecho correspondente aos argumentos comprobatórios da tese apontada na introdução é iniciado com uma sequência narrativa. A partir dela o discente autor enumera os problemas observados. Em PF8, versão reescrita de PI8, a apresentação do remetente é reajustada para “Sou um morador do bairro Cristo Redentor”, ou seja, ele eleva o nível de informatividade e preserva o anonimato deixando de expor o óbvio da versão inicial como fez com a expressão “sou um anônimo”. Em seguida reformula o objetivo da carta indicando que é “denunciar a situação da praça Emerson Lucena”. Além disso, adianta o porquê de apontar a PMJP como culpada pela má conjuntura estrutural da praça afirmando que ela: “está ficando cada vez mais acabada porque a PMJP construiu a praça e a deixou de lado”.

A localização do mencionado espaço público também é expressa indicando não só o bairro onde se encontra como também a rua. No trecho intermediário, o autor mantém a sequência narrativa e expõe os problemas reorganizando linguisticamente, melhorando o uso da pontuação e substituindo expressões repetidas por sinônimos. O produtor do texto PF8 efetua ainda o acréscimo de duas informações que não constaram em PI8, as consequências das adversidades estruturais da praça na vida das pessoas e um argumento de autoridade citando o artigo de uma lei. Há duas inadequações na citação. A primeira é que o autor não faz vínculo linguístico entre ela e o texto antecedente; a forma verbal “diz”, na expressão introdutora “como diz no artigo”, é característica da oralidade. Para seguir as exigências formais dos gêneros, formas verbais como “afirma”, “expõe” etc., tornariam adequado a abertura da citação. A segunda é não precisar qual é a lei a que se refere. Apesar dessas inadequações, o autor de PF8 progrediu ao reelaborar seu escrito.

Em PI9 a introdução é escrita apenas com a exposição do objetivo da carta. Porém o objetivo explicitado, “informar os problemas da praça Emerson Lucena”, não condiz com o que deve estar presente no gênero. Para tanto a forma verbal adequada a ser empregada deveria ter sido “denunciar”. Como assim não procedeu, o autor deixou de mencionar o responsável pelo problema. Além disso, não identificou o remetente nem informou a rua onde a praça se localiza. A parte da carta reservada às informações comprobatórias da tese mencionada na introdução é constituída pela enumeração dos problemas observados na praça. Em PF9 o autor identifica o remetente, que se diz preocupado com a situação da praça, apresenta a localização da praça com

os nomes do bairro e da rua, informa adequadamente que finalidade da carta é “para denunciar a falta de atuação da Prefeitura de João Pessoa com a praça”. As informações da parte intermediária, já bem expostas na primeira versão são mantidas. São adicionados informes acerca das consequências dos problemas para a comunidade e argumento de autoridade com citação adequada do artigo 205 da LOMJP. Com essas reformulações e acréscimo adequados de informações fica explícito que o discente conseguiu elevar o nível de informatividade de sua produção textual.

Na produção PI10, assim como o autor de PI9, o autor não se apresenta e constrói a introdução expondo somente a finalidade da escrita da carta, “solicitar atenção sobre o estado da praça”, o que não é compatível com o gênero. Esse equívoco leva o produtor do texto a não mencionar a denúncia e consequentemente o responsável pelo problema denunciado. Outra informação ausente é o endereço da praça Emerson Lucena. No trecho intermediário, no qual deveriam constar os argumentos que dão sustento à tese informada na introdução, o autor expõe a parte conclusiva, ou seja, o produtor do texto omitiu parte essencial do gênero, os argumentos comprovadores da denúncia. Na versão final de número PF10 o discente escritor realiza todas as adequações necessárias. Na introdução identifica o remetente, expõe que o propósito da carta é denunciar os problemas presentes na praça, indica os nomes do bairro e da rua onde a praça se localiza e aponta a PMJP como responsável pela situação. A parte intermediária, ausente na versão anterior do texto, é elaborada em PF10. Nela o autor enumera os problemas observados na praça e aponta as consequências negativas deles para a comunidade. O autor acrescenta ainda argumento de autoridade mencionando trecho do artigo 205 da CF, violado pela PMJP ao abandonar a praça Emerson Lucena. Constata-se, portanto, que autor de PF10 conseguiu progresso expressivo em sua prática de escrita, pois ajustou todos os problemas que apresentou na versão inicial.

5.2 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – ESTRUTURA COMPOSICIONAL

Na presente seção trataremos dos problemas e modificações observados em três elementos que compõem a estrutura composicional: no vocativo, na despedida e na assinatura. Em relação ao vocativo identificamos seu não uso nas produções PI3, PI4, PI9 e PI10 e modificações na versão final em relação à inicial em PF1, PF2, PF5, PF6, PF7, PF8; acerca da despedida não aparece em PI2, PI4, PI6 e PI9; já as modificações na versão final desse mesmo aspecto estrutural se fazem presentes em PF1, PF3, PF5, PF7e PF10. A carta de numeração PF8

foi a única ocorrência de despedida que se manteve igual à versão inicial. Sobre a assinatura, não foi apresentada em PI9 e PI10 e ocorreram modificações em PF1, PF2, PF3, PF4, PF5, PF6, PF7 e PF8. De acordo com Lauria (2011), esses três componentes estruturais, aliados ao local e data e ao corpo do texto, são essenciais à elaboração de uma carta de denúncia, por isso frisamos durante a aplicação dos módulos a importância da escrita adequada desses elementos. A seguir apresentamos quadros comparando as versões inicial e final referentes a esses três elementos, iniciando pelo vocativo.

Quadro 10 – Estrutura composicional: vocativo – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“Prezados senhores do Ministério Público”	PF1	“Senhor Promotor,”
PI2	“Prezados senhores do Ministério Público”	PF2	“Senhor Promotor,”
PI3	“Prezados senhores do Ministério Público,”	PF3	“Senhor Promotor,”
PI4	Sem ocorrência	PF4	“Senhor Promotor,”
PI5	“Prezados Senhores do ministério público”	PF5	“Senhor Promotor,”
PI6	“Caros senhores”	PF6	“Senhor Promotor,”
PI7	“Prezado Ministério Público,”	PF7	“Senhor Promotor,”
PI8	“Olá,”	PF8	“Senhor Promotor,”
PI9	Sem ocorrência	PF9	“Senhor Promotor,”
PI10	Sem ocorrência	PF10	“Senhor Promotor,”

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Na produção inicial, percebe-se que os discentes autores de PI1, PI2, PI3, PI5 e PI6 endereçaram sua carta a membros do MP, ou seja, a um coletivo de promotores. Porém, para que o vocativo ficasse adequado, era necessário terem utilizado o pronome apropriado a integrantes do MP no plural, ou seja, “Senhores Promotores”. Na versão final constata-se que todos os autores das produções mencionadas mudam o número do destinatário de sua produção, isto é, do plural para o singular e emprega os termos propícios a quem a produção se destina, que é a um único promotor do MP. Na produção, PI7, por sua vez, o discente escritor singularizou o termo “prezados”, omitiu a palavra “senhores”, da expressão vocativa, exposta nas produções por último citadas e, além disso, ao invés de referir-se a algum membro do MP, personifica tal entidade. De todas as produções que apresentaram vocativo, a PI7 foi a única que demonstrou esse nível de inadequação que se dá pelo fato de o autor do texto não conseguir estabelecer a diferença entre a pessoa física, no caso os promotores, e a entidade “Ministério

Público”, tanto no sentido abstrato, ou seja, na condição de instância jurídica, quanto a concreta, configurada pelo espaço físico onde os sujeitos promotores desempenham suas atribuições laborais. Porém essa dificuldade, conforme se pode observar na versão final de PF7, foi corrigida nos módulos, resultando no emprego adequado do vocativo.

Outro uso de vocativo que apareceu uma única vez nas produções foi o informal “Olá”, expresso em PI8. Além da informalidade exposta pelo termo, o autor exprime com ele outra irregularidade: indefine o autor a quem a carta se destina, prática de escrita inadequada para esse tipo de produção. Observa-se, entretanto, na produção final do texto de número PF8, que o referido produtor constatou e reparou esse lapso, uma vez que passa a utilizar o vocativo conveniente ao texto produzido. O último problema observado no campo estrutural “vocativo” é a omissão deste nas versões iniciais das cartas PI4, PI9 e PI10. Percebemos durante o processo de desenvolvimento dos módulos que esse tipo de ocorrência se deu devido ao desconhecimento dos sujeitos em relação a esse elemento. Mas nas versões finais os autores de PF4, PF9 e PF10 demonstram que esse problema foi superado.

A formalização do vocativo apresentada na última versão de todas as produções corrobora o entendimento sobre esse componente das cartas apontado por Agustini e Borges (2006, p.8) os quais afirmam que o locutor, por intermédio desse aspecto, “tem o poder de apontar o lugar de que o(s) interlocutor(es) deve(rão) enunciar, participando da composição da figura do interlocutor e do lugar social que este ocupa a partir da visão do próprio locutor”. Pelo resultado vê-se que os módulos facilitaram a compreensão acerca da formalidade exigida pelo local de fala do interlocutor e assim os discentes passaram a adotar a expressão vocativa adequada ao destinatário.

A seguir apresentamos um quadro com as escritas inicial e final relativas ao item estrutural “despedida” para analisarmos sua utilização em ambas as versões.

Quadro 11 – Estrutura composicional: despedida – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“Atenciosamente”	PF1	“Com votos de estima e elevada consideração,”
PI2	Sem ocorrência	PF2	“Agradeço pela atenção,”
PI3	“Atenciosamente,”	PF3	“Cordiais saudações,”
PI4	Sem ocorrência	PF4	“Despeço-me com votos de estima à espera de medidas”

Continua

Quadro 11 – Estrutura composicional: despedida – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

PI5	“desde já agradecemos a compreensão dos senhores”	PF5	“Com votos de estima e elevada consideração despeço-me,”
PI6	Sem ocorrência	PF6	“Respeitosamente,”
PI7	“Atenciosamente,”	PF7	“Despeço-me,”
PI8	“Atenciosamente”	PF8	“Atenciosamente,”
PI9	Sem ocorrência	PF9	“Respeitosamente,”
PI10	“Muito obrigado pela atenção, espero que possamos tomar providências.”	PF10	“Agradeço desde já pela atenção,”

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

A despedida numa carta constitui a última saudação do remetente em relação ao destinatário. Nela o autor apresenta, entre outras, palavras dos campos semânticos da estima, da admiração, do respeito, do agradecimento e da cortesia como estratégia argumentativa que visam a alcançar os objetivos expostos ao longo da carta. Nas produções analisadas, observa-se que os autores de PI2, PI4, PI6 e PI9 não apresentaram ‘despedida’ na primeira versão do texto. Essa supressão constitui desacerto, tendo em vista que estamos diante de uma produção textual formal. Mas o problema é resolvido na versão final, quando as quatro referidas produções passam a dispor de despedida.

Os autores de PI1, PI3, PI5, PI7, PI8 e PI10, já na primeira versão redigiram expressões de despedida em seus textos, todas num nível satisfatório de formalidade. Porém, esses autores, à exceção de PI8, decidiram modificar as expressões na versão final mantendo a formalidade. Os redatores de PI1 e PI3 preferiram substituir o termo “atenciosamente”, que quer dizer ‘de modo gentil’, ‘cortês’, por proposições mais longas, com mais de uma ou com várias palavras, abrangendo campos semânticos para além de um único vocábulo. O produtor de PI7, por sua vez, trocou o “Atenciosamente” por “Despeço-me”, mudando apenas o campo de significação vocabular, sem comprometer o sentido de seu texto, nem a formalidade requerida pelo gênero; já em PI8, o autor prefere manter o termo “atenciosamente” inclusive graficamente corrigido, tendo em vista que na primeira versão escreveu a palavra “atensiosamente” grafada com a letra “s”, fato que, por não ser aceito em um texto formal, foi pelo autor retificado na produção final.

Duas cartas trouxeram expressões longas de despedida já na primeira versão, as que são identificadas como PI5 e PI10. Ambas as expressões não seriam problemáticas se os autores não tivessem utilizado nelas a terceira pessoa, contrariando outras partes das cartas onde foram feitas referências à primeira, o que foi regularizado na versão final.

Exposta a análise acerca do aspecto estrutural ‘despedida’, percebemos que o trabalho com os módulos foi eficaz, uma vez que, as produções que não o apresentaram inicialmente, na

última produção o fizeram de maneira satisfatória. Além disso as demais cartas, mesmo já tendo apresentado grau suficiente de formalização na primeira elaboração, avançam, em sua maioria, substituindo expressões que abrangem um único âmbito de significação por outras que contemplam mais de uma esfera semântica. Após levantarmos esses dados, passamos a analisar na sequência o uso da assinatura nas escritas inicial e final das cartas produzidas, a fim de constataremos o impacto dos módulos na escrita desse item por parte dos discentes autores dos textos.

Quadro 12: Estrutura composicional: assinatura – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“moradora do Cristo”	PF1	“Moradora do Cristo Redentor”
PI2	“moradora do Cristo”.	PF2	“Morador do Bairro do Cristo Redentor”
PI3	“Morador do bairro Cristo Redentor”.	PF3	“Morador(a) do bairro Cristo Redentor”
PI4	“Moradores do bairro Cristo”	PF4	“Morador do bairro do cristo redentor”
PI5	“Morador preocupado com a praça”	PF5	“Morador do Bairro do Cristo preocupado com a praça”
PI6	“Moradora do bairro Cristo”	PF6	“Moradora do Cristo.”
PI7	“Moradora do Cristo”	PF7	“Moradora do bairro do Cristo Redentor”
PI8	“morador do bairro do cristo”	PF8	“Morador do bairro Cristo Redentor”
PI9	Sem ocorrência	PF9	“Moradora do Bairro do Cristo”
PI10	Sem ocorrência	PF10	“Moradora do Cristo”.

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Em relação à assinatura, inicialmente convém apresentar a seguinte questão: numa carta de denúncia na qual se faça necessário esconder a identidade do destinatário, como ocorre no presente trabalho, é conveniente omiti-la? Nossa resposta é não, pois, no caso, o que está em jogo é o anonimato, ou seja, a omissão do nome do destinatário e sua garantia não está na exclusão da assinatura da carta, mas no que consta nessa assinatura. Nesse sentido, pode-se garantir nela o anonimato identificando o remetente com pseudônimo ou substantivo comum que generalize sua referência, além de apontar o lugar onde ele reside, opção escolhida pelos discentes nas produções textuais.

Em relação aos textos produzidos, PI9 e PI10 não expuseram a assinatura, o que compromete a estrutura formal do gênero, porém na versão final ambas as produções são

corrigidas por seus autores que passam a apresentá-la. Afora essas duas produções, todas as outras, PI1, PI2, PI3, PI4, PI5, PI6, PI7, PI8 apresentaram o referido elemento, mas todas com incorreções. Para satisfazer a compreensão clara e formal da assinatura anônima, conforme expusemos, e agora sendo mais específicos, entre outras opções, é importante que se utilize um termo genérico (morador, habitante, residente etc.) seguido da palavra que identifique o lugar (cidade, rua, bairro etc.) e o nome próprio desse lugar. Observando as produções iniciais, vê-se que nenhuma delas cumpriu todos esses requisitos. Nas produções PI1, PI2, e PI7, os autores optaram pela assinatura “moradora/morador”. Os problemas identificados são a ausência da palavra “bairro” e o sobrenome deste bairro, a palavra “Redentor”. São incorreções que, apesar de mínimas, comprometem a produção, pois, numa correspondência formal, as expressões como “rua” ou “bairro” devem aparecer antes dos nomes que as identificam, bem como seus sobrenomes, quando há.

Na versão final, o autor de PF1 apresenta avanço em sua escrita. Acresce à escrita inicial “moradora do Cristo” o sobrenome, ficando “Moradora do Cristo Redentor”. Porém permanece suprimido o vocábulo “bairro” antes de “do Cristo”. PF2, por sua vez, substitui os dizeres “moradora do Cristo” por “Morador do Bairro Cristo Redentor”, opção duplamente acertada, pois, além de preencherem os requisitos necessários à escrita correta da despedida, decide mudar o gênero do vocábulo “morador” para o masculino e, dessa forma, preserva ainda mais o anonimato, tendo em vista que em Língua Portuguesa esse gênero abrange tanto o masculino quanto o feminino. O autor de PF7 também corrige seu texto acrescentando as palavras que faltaram na primeira versão: “bairro” e “Redentor”. Percebe-se que em PF2 e PF7, bem como em PF4, PF5, e PF9, os autores unem os termos “bairro” e “Cristo Redentor” por meio da forma “do” (preposição de + artigo definido o). Consideramos corretas tanto as produções que são unidas dessa forma, quanto as que não são, pois, segundo Pestana (2013), a preposição “de”, iniciando apostos especificativos, funciona com partícula expletiva ou de realce, ou seja, que podem ser suprimidas do texto sem nenhum prejuízo para o significado.

As produções iniciais de PI4 e PI6 e PI8, demonstraram avanço em relação às cartas de número PI1, PI2 e PI7: optaram pela expressão “moradores/moradora/morador do bairro Cristo”, ou seja, acresceram a palavra “bairro” antes do nome da localidade, contudo foi omitido o sobrenome do bairro. Na produção final, o problema foi corrigido pelos autores de PF4 e PF8, enquanto em PF6 o produtor do texto, ao invés de acrescentar o sobrenome “Redentor”, suprimiu o vocábulo “bairro”, mantendo como assinatura “Moradora do Cristo”.

A carta de número PI3, desde a primeira versão expôs a assinatura corretamente. Além disso, na produção escrita final, o citado texto, acresceu entre parênteses, após a palavra “morador” o morfema de gênero feminino “a”, o que reforçou o anonimato, pois colocou em dúvida, explicitamente, o gênero do remetente.

Em PF5, o autor acresceu à palavra “morador”, a expressão “preocupado com a praça” e isso não teria nenhum problema se ele tivesse especificado a localidade de onde o morador provinha. No entanto, na produção final a expressão é corrigida ficando “Morador do Bairro do Cristo preocupado com a praça”. Observa-se que, mesmo faltando o sobrenome “Redentor”, ocorre importante avanço na reescrita da assinatura.

A partir dessa análise, tendo em vista que o resultado inicial de todas as cartas evidenciou problemas na assinatura, constatamos relevante progresso, pois quase todas as produções foram corrigidas na última versão das cartas apresentando com isso o aspecto ‘assinatura’ de forma adequada ao gênero.

Concluída a análise acerca do vocativo, despedida e assinatura, elementos da estrutura composicional, observa-se que, na versão final da maioria das produções, os autores apresentaram consideráveis avanços nesses aspectos. Continuaremos nossa análise na sequência, a fim de observarmos se as dificuldades expostas pelos discentes na produção inicial em relação ao estilo linguístico e à norma culta foram superadas na escrita final. Para tanto examinaremos o emprego do verbo denunciar, a adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele, o uso da vírgula e utilização dos nomes próprios, aspectos estes dispostos no quadro subsequente constando fragmentos que ilustram esses elementos em ambas as versões inicial e final.

5.3 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – ESTILO LINGUÍSTICO E NORMA CULTA

Nos quadros seguintes analisamos inadequações relativas ao estilo linguístico e à norma culta, apresentadas na primeira versão dos textos e comparemos com as produções finais, possivelmente ajustadas. Os problemas encontrados nos textos foram relativos ao emprego do verbo denunciar na introdução da CD, adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele, ao uso da vírgula e à utilização dos nomes próprios. Passamos a seguir ao procedimento da análise.

Quadro 13 – Estilo linguístico e norma culta: emprego do verbo denunciar – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça emerson lucena, localizada no bairro cristo redentor”.	PI1	“Venho por meio desta carta denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Praça Emerson Lucena que fica no Bairro Cristo Redentor, localizada na Rua Luísa Fernandes Vieira”.
PI2	“quero relatar a situação da Praça emerson lucena que está precisando de uma reforma”.	PF2	“venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena”.
PI3	“Venho através dessa carta para denunciar a Prefeitura Municipal de João Pessoa”	PI3	“venho através dessa carta denunciar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa abandonou totalmente a Praça Emerson Lucena, localizada na rua Luíza Fernandes Vieira”.
PI4	“Peço por essa carta que resolva o problema da praça emerson lucena.”	PF4	“vim aqui através dessa carta fazer uma denúncia sobre o problema da praça Emerson Lucena”.
PI5	“venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à praça Emerson lucena”.	PF5	“estou enviando essa carta para denunciar o abandono da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena”.
PI6	“nós queremos que consertasse a praça”	PF6	“Venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça emerson Lucena”.
PI7	“venho lhe comunicar que a praça emerson lucena estar a precisar de uma reforma rápida”.	PF7	“estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena”.
PI8	“sou um anônimo. Que vem aqui denunciar uma praça, o nome da praça é Emerson Lucena do bairro do Cristo Redentor”.	PI8	“estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da praça Emerson Lucena, localizada na Rua Luíza Fernandes Vieira”.
PI9	“envio essa carta para informar os problemas da praça” Emerson lucena no bairro do cristo redentor”.	PF9	“envio esta carta para denunciar a falta de atuação da Prefeitura de João Pessoa com a praça”.
PI10	“estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena”	PF10	“estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça emerson lucena”

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Na seção introdutória do gênero CD, o vocábulo “denunciar” é a forma verbal adequada à indicação da finalidade do escrito por parte do autor. Percebe-se que, nas produções iniciais, conforme observa-se no quadro, a grandes majorias dos discentes não empregou essa forma verbal para referir-se ao propósito do escrito. Os números dos textos e a escolha verbal inadequada apresentados foram: PI2, “relatar”; PI4, “resolver”; PI5, “informar”; PI6, “querer”; PI7, “comunicar”; PI9, “informar”; PI10, “solicitar”. Já nas produções de números PI1, PI3 e PI8, os autores optaram pelo verbo adequado desde a primeira produção. Após as atividades dos módulos, todas as produções passaram a apresentar o verbo “denunciar”, que é a expressão linguística satisfatória ao gênero.

Quadro 14 – Estilo linguístico e norma culta: adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“(…) venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça emerson lucena, localizada no bairro cristo redentor (...) Pedimos que a prefeitura tome providências e que percebam que a situação da praça está precária. (...) moradora do Cristo”	PF1	“(…) Venho por meio desta carta denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Praça Emerson Lucena (...) peço encarecidamente que providências sejam tomadas, pois esses problemas na Praça estão sendo prejudiciais, tanto para a comunidade, como para visitantes. (...) Moradora do Cristo Redentor
PI2	“(…) quero relatar a situação da Praça emerson lucena que está precisando de uma reforma para melhorar a praça e o bem-estar da comunidade [...] Pedimos que o senhor encontre uma solução para esses problemas. Ass.: moradora do Cristo”.	PF2	“(…) venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena (...) Com esta carta gostaria que fosse encontrada uma solução para esses problemas. Agradeço pela atenção. Morador do Bairro do Cristo Redentor”.
PI3	Sem ocorrências	PF3	Sem ocorrências
PI4	“(…) Peço por essa carta que resolva o problema da praça emerson lucena (...) Moradores do bairro do Cristo”	PF4	“(…) Sou um morador do bairro do Cristo redentor vim aqui através dessa carta fazer uma denúncia sobre o problema da praça Emerson Lucena localizada no bairro do Cristo (...) busco por esta ação de vir através desta carta à procura do apoio de vossa excelência (...) Despeço-me com votos de estima à espera de medidas Morador do bairro do cristo redentor”.
PI5	“(…) venho por meio dessa carta	PF5	“(Sou morador do Bairro do

Continua

Quadro 14 – Estilo linguístico e norma culta: adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

	informar problemas relacionados à praça Emerson lucena (...) agradecemos a compreensão dos senhores. Assinado Morador preocupado com a praça”.		Cristo Redentor e estou enviando essa carta para denunciar o abandono da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena (...) solicito que providências com urgência, espero resultados positivos (...) Com votos de estima e elevada consideração, despeço-me, Morador do Bairro do Cristo preocupado com a praça.”
PI6	“ nós queremos que consertasse a praça (...) Moradora do Cristo”	PF6	“ Venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça emerson Lucena (...) solicito providências para a praça e espero que medida seja tomada (...) Moradora do Cristo”
PI7	“ venho lhe comunicar que a praça emerson lucena estar a precisar de uma reforma (...) Nós precisamos que vocês tomem providências (...) Moradora do Cristo”	PF7	“ estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena (...) Despeço-me, Moradora do bairro do Cristo Redentor”
PI8	“ sou um anônimo. Que vem aqui denunciar uma praça Atenciosamente moradores do bairro do cristo”.	PF8	“ Sou um morador do bairro do Cristo Redentor e estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da praça Emerson Lucena (...) Espero que com esta carta as situações da praça melhore (...) Morador do bairro Cristo Redentor”
PI9	“Lhe envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson lucena no bairro do cristo redentor (...) Moradores do bairro Cristo Redentor”	P9	“ Sou uma moradora do Bairro do Cristo Redentor e estou preocupada com a situação em que a praça Emerson Lucena, localizada na rua luís fernandes vieira e envio esta carta para denunciar a falta de atuação da Prefeitura de João Pessoa com a praça (...) Moradora do Bairro do Cristo”
PI10	“ Estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena (...) Muito obrigado pela atenção, espero que possamos tomar providências. Moradora do bairro Cristo		“Eu, uma moradora do Cristo, estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça emerson lucena, que fica no bairro do Cristo (...) Assim, solicito providências para esses problemas e espero que

Continua

Quadro 14 – Estilo linguístico e norma culta: adequação dos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

	Redentor”		medidas sejam tomadas. Agradeço desde já pela atenção, Moradora do Cristo”
--	-----------	--	---

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Em PI1, a referência inicial ao remetente é feita por meio de pronome pessoal concernente à 1ª pessoa do singular, como se observa no trecho “venho por meio dessa carta...”. A escolha desse pronome estabelece que, sempre que o autor precisar referenciar o sujeito escritor da correspondência, ele recorra ao pronome em 1ª pessoa do singular. Porém, na conclusão do texto, o autor contraria esse princípio da formalidade linguística e elabora o pedido por providências por meio da 1ª pessoa do plural, conforme excerto seguinte: “pedimos que a prefeitura tome providências”. Ao assinar a carta como “moradora do Cristo”, o autor retoma a 1ª pessoa do singular, demonstrando que sua intenção, é de fato, expressar-se nessa pessoa, mas se equivoca ao solicitar providências para o problema na 1ª do plural. Incorre nessas mesmas inadequações os autores de PI2, PI5, PI7 e PI10. As produções PI5 e PI7 fazem a primeira referência ao remetente com a mesma forma verbal de PI1, a expressão “venho”, enquanto que as demais, os textos PI2 e PI10, valem-se dos termos verbais em 1ª pessoa do singular “quero” e “estou fazendo”.

Em relação aos vocábulos verbais em 1ª do plural, expostos de modo inadequado na parte conclusiva da carta, figuraram nos textos de número PI2, PI5, PI7 e PI10, respectivamente, “pedimos”, “agradecemos”, “precisamos” e “possamos”. Todas essas formas, nas produções finais, foram adaptadas ou substituídas por temos verbais em 1ª pessoa do singular. Referente às assinaturas, as cartas PI2, PI5, PI7 e PI10 expuseram os termos “moradora do Cristo”, “Morador preocupado com a praça”, “Moradora do Cristo” e “Moradora do bairro Cristo Redentor”, o que corrobora a escolha do remetente em 1ª do singular. Nos textos PI4, PI8 e PI9, a inadequação é mais contundente, pois o remetente foi apresentado em 1ª do singular na introdução e a assinatura é escrita em nome dos “moradores”, ou seja, uma expressão cujos verbos referentes a ela devem ser escritos na primeira pessoa do plural. Portanto, não há como se certificar sobre qual pessoa do discurso os autores dessas cartas especificam. Na escrita final, os produtores das cartas PF4, PF8 e PF9 optam pela primeira pessoa do discurso substituindo na assinatura o termo “moradores” por “morador” ou “moradora”. Em todos os textos reescritos os autores adequaram os verbos à pessoa discursiva referente ao remetente o que mostra que as atividades dos módulos foram eficazes.

Quadro 15– Estilo linguístico e norma culta: uso da vírgula – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DA CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“Prezados senhores do Ministério Público venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura (...) há muito lixo no local podendo trazer riscos a saúde da população a podagem das árvores foi feita recentemente mas o lixo não foi recolhido e as árvores já estão grandes de novo. As quadras utilizadas para práticas desportivas, não estão sendo mais usadas estão cheias de buracos as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço que poderia tá sendo utilizado está abandonado sujo destruído (...) Atenciosamente moradora do Cristo”.	PF1	“Senhor Promotor, (...) A praça apresenta sérios problemas, sendo eles: quadra poliesportivas estão esburacadas, traves e redes não existem mais, não há máquinas para a prática de exercícios físicos, os brinquedos estão danificados e enferrujados. Além disso a iluminação pública não exista mais, a limpeza das vias e logradouros também não é feita (...) Com votos de estima e elevada consideração”
PI2	“Prezados senhores do Ministério Público quero relatar a situação da Praça emerson lucena [...] Na praça precisa limpar, tirar todos os entulhos de lixo podar as árvores mudar alguns brinquedos e colocar equipamentos para fazer exercícios físicos ajeitar a quadra que tem areia e a quadra de futsal que tem alguns buracos. (...) Ass.: moradora do Cristo”.	PF2	“Senhor Promotor, Sou morador do Bairro do Cristo, venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena (...) Os brinquedos estão quebrados, a quadra de futsal está com vários buracos, a quadra de areia está com lixo e a mesa de jogos precisa de uma pintura. Precisa colocar novos equipamentos, limpar, tirar todos os entulhos, podar as árvores, pois as crianças não estão podendo brincar e nem os adultos podem fazer exercícios físicos (...) Agradeço pela atenção”
PI3	“A comunidade não pratica mais esporte também não está segura naquele local pois árvores estão caindo entulho alheio na praça grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva”.	PF3	“O local está com vários problemas estruturais, tais como grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva, as telas das quadras estão completamente desgastadas, os brinquedos recreativos estão fragmentados, a eletricidade está desagradável, entulho alheio entre outros.”.
PI4	“a quadra está quebrada o piso está rachado as traves estão tudo quebrada os bancos estão quebrados os brinquedos estão todos quebrados a praça está toda suja a praça também está precisando de uma reforma tudo está quebrado a praça hoje está abandonada por falta de reforma e limpeza as telas das quadras estão tudo	PF4	“a quadra poliesportiva não está prestando para praticar esportes as traves estão sendo seguradas por um fio de energia os brinquedos estão todos enferrujados as passarelas estão todas quebradas os bancos não estão mais prestando para se sentar a quadra de areia tá toda cheia de vidro além disso por

Continua

Quadro 15– Estilo linguístico e norma culta: uso da vírgula – Comparação entre as produções inicial e final (Continuação)

	quebradas”		não haver poda das árvores as folhas tão sujando tudo e as calçadas não existem mais”.
PI5	“Prezados Senhores do ministério público venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à praça Emerson lucena. Assinado Morador preocupado com a praça”	PF5	“Senhor Promotor, (...) Com votos de estima e elevada consideração despeço-me”
PI6	“Caros senhores nós queremos que consertasse a praça tá um lixão tem mato dentro da quadra de areia e também a quadra de futebol tem buraco dentro da quadra todo mundo leva topada eu mesma já levei eu queria muito que o senhor construíssem a praça limpa que se ajeitasse os balanços o escorrego a gangorra ajeitasse e limpasse as árvores e também o calçamento”.	PF6	“Senhor Promotor, (...)Nós queremos que consertasse a quadra de areia, a quadra de futebol, colocasse tela nas duas quadras, ajeitasse a gangorra, o escorrego e que limpasse a praça”.
PI7	“você precisam podar as árvores as quadras estão destruídas os brinquedos estão todos quebrados as passarelas estão precisando de reforma e lá está cheio de mato o lixo causa doenças que prejudicam a saúde”.	PF7	“As quadras utilizadas para práticas desportivas não estão sendo usados, pois estão cheios de buracos, as traves encontram-se enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado como área de lazer, mas está abandonado, sujo e destruído. Além disso, a iluminação, passarelas e a área de lazer estão precisando de reformas”.
PI8	“Olá sou um anônimo. [...]a praça estava acabada a gangorra estava enferrujada pronta para qualquer criança brincar na gangorra pegar uma doença o balanço também está enferrujado o escorrego está sujo fedendo a trave dos gols da praça estão sendo seguradas por galhos que os próprios moradores botaram (...) Atenciosamente moradores do bairro do cristo”.	PF8	“Senhor Promotor, (...) ela estava em péssimas condições, por exemplo: a gangorra está enferrujada, pronta para qualquer criança brincar na gangorra pegar uma doença, as traves estão sendo seguradas por troncos de árvore que os próprios moradores botaram e todo o local está suja e fedendo. Atenciosamente, Morador do bairro Cristo Redentor (...)”.
PI9	Sem ocorrências	PF9	Sem ocorrências
PI10	Sem ocorrências	PF10	Sem ocorrências

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Os problemas observados em relação ao uso da vírgula nas produções das CD ocorreram em três aspectos: no vocativo, na enumeração de elementos problemáticos da praça e na despedida.

Em relação à utilização da vírgula no uso do vocativo, não foi realizada pelos autores das cartas de número PI1, PI2, PI5, PI6 e PI8. Segundo Cunha & Cintra (2001), o vocativo deve ser isolado por meio desse sinal de pontuação. Porém, esse recurso linguístico foi desconsiderado nessas produções incorrendo em problema com a formalidade do gênero. Na reescrita os discentes autores das produções PF1, PF2, PF5, PF6 e PF8 passam a considerar esse recurso linguístico e o empregam adequadamente.

Nas produções PI1, PI2, PI3, PI4, PI6, PI7 e PI8 o problema no uso da vírgula ocorreu quando os produtores listaram desvantagens observadas na praça. Em relação a esse tipo de ocorrência, Cunha & Cintra (2001) afirmam que os elementos de mesmo valor sintático de uma enumeração devem ser separados por vírgula. Após passarem pelas atividades dos módulos e efetuarem a reescrita, os autores expuseram nos textos PF1, PF2, PF3, PF6, PF7 e PF8 os trechos com a presença adequada da vírgula. A exceção foi a produção de número PF4 que manteve o problema, ou seja, manteve a escrita da enumeração sem a colocação da vírgula na separação dos termos.

O último aspecto no qual surgiram problemas relativos ao uso da vírgula foi a expressão de despedida. Esses problemas foram constatados nas cartas PI1, PI2, PI5 e PI7. Os autores deveriam ter escrito essa parte da carta separada da assinatura, porém, além de não o fazer, não recorreram ao uso da vírgula, indispensável à formalidade do gênero. Assim como no aspecto anterior, o processo dos módulos facilitou a compreensão do uso da vírgula, pois todos os discentes produtores dos textos PF1, PF2, PF5 e PF7 reescreveram adequadamente a lista de problemas encontrados na praça separando adequadamente os elementos listados por meio do uso de vírgula. Observa-se, portanto, que os autores dos textos conseguiram progresso considerável quanto ao emprego da vírgula nos três aspectos mencionados.

Quadro 16 – Estilo linguístico e norma culta: utilização dos nomes próprios – Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS CARTAS DE DENÚNCIA			
TEXTOS	PRODUÇÃO INICIAL	TEXTOS	PRODUÇÃO FINAL
PI1	“venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça emerson lucena , localizada no bairro cristo redentor ”.	PF1	“venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça Emerson Lucena , localizada no bairro Cristo Redentor ”.
PI2	“quero relatar a situação da Praça emerson lucena que está precisando de uma reforma para melhorar a praça”	PF2	“venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena ”

Continua

Quadro 16 – Estilo linguístico e norma culta: utilização dos nomes próprios – Comparação entre as produções inicial e final (continuação)

PI3	“A praça Emerson Lucena , localizada no bairro Cristo Redentor , está abandonada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa .”	PF3	“venho através dessa carta denunciar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa abandonou totalmente a Praça Emerson Lucena , localizada na rua Luíza Fernandes Vieira .”
PI4	“Peço por essa carta que resolva o problema da praça emerson lucena .”	PF4	“vim aqui através dessa carta fazer uma denúncia sobre o problema da praça Emerson Lucena localizada no bairro do Cristo na rua luiza Fernandes vieira , o responsável pelo problema é a Prefeitura municipal de joão pessoa .”
PI5	“venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à praça Emerson lucena localizada no bairro do Cristo redentor ”.	PF5	“Sou morador do Bairro do Cristo Redentor e estou enviando essa carta para denunciar o abandono da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena ”
PI6	“eu venho lhe comunicar que a praça emerson lucena estar a precisar de uma reforma rápida[...]”	PF6	“Resido no bairro do Cristo Redentor , estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena localizada na rua Luiza Fernandes Vieira ”.
PI7	“Morador do cristo .”	PF7	“Moradora do bairro do Cristo Redentor ”.
PI8	“fui conhecer a praça emerson lucena .”	PF8	“fui conhecer a praça Emerson Lucena [...]”.
PI9	“envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson lucena no bairro do cristo redentor ”.	PF9	“Sou uma moradora do Bairro do Cristo Redentor e estou preocupada com a situação em que a praça Emerson Lucena , localizada na rua luísa fernandes vieira e envio esta carta para denunciar a falta de atuação da Prefeitura de João Pessoa com a praça ”.
PI10	“estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena ”.	PF10	“estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça Emerson Lucena , que fica no bairro do Cristo , na rua Luísa Fernandes Vieira .”

Elaboração: Própria, João Pessoa, 2019.

Segundo Pestana (2013), é obrigatória a escrita da letra inicial maiúscula nas palavras que representam nomes próprios. A maioria dos escritores dos textos contrariaram essa proposição do autor e dois nomes próprios com problemas nas versões iniciais ficaram em evidência: “Praça Emerson Lucena” e “Bairro Cristo Redentor”. Ambos as expressões tiveram o nome ou o sobrenome escrito com primeira letra minúscula. O nome “Praça Emerson Lucena” foi escrito inadequadamente nos textos PI1, PI2, PI4, PI5, PI6, PI8, PI9 e PI10. Já o

nome “Bairro Cristo Redentor” apresentou o mencionado problema de escrita nos textos PI1, PI5 e PI9. No texto PI7, na parte da assinatura, o autor redigiu a expressão “Morador do cristo”. Ou seja, deixou de mencionar o termo “bairro”, o qual identifica recorte territorial em que a praça se situa, grafou o nome “Cristo” com a primeira letra minúscula e deixou de expor o sobrenome “Redentor”. A escrita das palavras “prefeitura municipal”, “praça” e “bairro”, ora com a primeira letra maiúscula, ora minúscula, segue o que preconiza Pestana (2013) o qual afirma que nas palavras que especificam os logradouros e espaços públicos (como rua, largo, edifício etc.) é opcional o uso da letra maiúscula. O único texto que não apresentou nomes próprios com inadequações foi o de número PI3. Ambos os nomes mencionados foram escritos adequadamente em todos os textos da produção final, à exceção do texto PF4 que manteve o nome “João Pessoa” com letras iniciais minúsculas.

Na escrita final das cartas um outro nome é evidenciado, o da rua Luísa Fernandes Vieira, onde está localizada a praça Emerson Lucena. Esse novo nome aparece nas cartas PF3, PI4, PI6, PI9 e PI10. Desses textos, os de número PI4 e PI9 mantiveram a escrita com iniciais minúsculas. Isso expõe que os avanços nas produções foram superiores aos retrocessos, pois, mesmo acrescentando um nome próprio que não apareceu na primeira versão, metade dos autores que optaram por ele, conseguiram escrevê-lo adequadamente. Segundo Pestana (2013), é obrigatória a escrita da letra inicial maiúscula nas palavras que representam nomes próprios. A maioria dos escritores dos textos contrariaram essa proposição do autor e dois nomes próprios com problemas nas versões iniciais ficaram em evidência: “Praça Emerson Lucena” e “Bairro Cristo Redentor”. Ambos as expressões tiveram o nome ou o sobrenome escrito com primeira letra minúscula.

O nome “Praça Emerson Lucena” foi escrito inadequadamente nos textos PI1, PI2, PI4, PI5, PI6, PI8, PI9 e PI10. Já o nome “Bairro Cristo Redentor” apresentou o mencionado problema de escrita nos textos PI1, PI5 e PI9. No texto PI7, na parte da assinatura, o autor redigiu a expressão “Morador do cristo”. Ou seja, deixou de mencionar o termo “bairro”, o qual identifica recorte territorial em que a praça se situa, grafou o nome “Cristo” com a primeira letra minúscula e deixou de expor o sobrenome “Redentor”. A escrita das palavras “prefeitura municipal”, “praça” e “bairro”, ora com a primeira letra maiúscula, ora minúscula, segue o que preconiza Pestana (2013) o qual afirma que nas palavras que especificam os logradouros e espaços públicos (como rua, largo, edifício etc.) é opcional o uso da letra maiúscula. O único texto que não apresentou nomes próprios com inadequações foi o de número PI3. Ambos os

nomes mencionados foram escritos adequadamente em todos os textos da produção final, à exceção do texto PF4 que manteve o nome “João Pessoa” com letras iniciais minúsculas.

Na escrita final das cartas um outro nome é evidenciado, o da rua Luísa Fernandes Vieira, onde está localizada a praça Emerson Lucena. Esse novo nome aparece nas cartas PF3, PI4, PI6, PI9 e PI10. Desses textos, os de número PI4 e PI9 mantiveram a escrita com iniciais minúsculas. Isso expõe que os avanços nas produções foram bem maiores que os retrocessos, pois, mesmo acrescentando um nome próprio que não apareceu na primeira versão, metade dos autores que optaram por ele, conseguiram escrevê-lo adequadamente.

Findada a análise das produções, percebemos avanços significativos em todas. Porém, a fim de que se concretizasse a finalidade social das produções, se fez necessária a escolha de uma delas por parte dos discentes para ser enviada ao MPPB. Esse momento é detalhado no tópico seguinte o qual constitui a sexta etapa da nossa proposta de SD. Ressaltamos que essa etapa foi por nós acrescentada, não sendo prevista, portanto, no modelo de Sequências Didáticas exposto por Dolz et al (2011).

5.4 ESCOLHA E ENVIO DE UMA DAS CARTAS DE DENÚNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

Durante a observação das versões inicial e final das cartas, a fim de levantarmos dados comparativos para iniciarmos o processo de análise, realizamos a escolha da produção escrita que apresentou maior progresso ao abordar o tema, a estrutura composicional, o estilo linguístico e no uso da norma culta. Decidimos então elaborar essa aula focada tanto no envio da carta escolhida ao destinatário quanto em outras abordagens que consideramos importantes. Nesse sentido, iniciamos a aula retomando os problemas sociais apontados no 3º encontro da “apresentação da situação” (APÊNDICE JJ) no qual foram expostos pelos discentes diversos problemas sociais da comunidade. Sobre esses problemas perguntamos aos alunos se, depois de terem produzidos a carta, eles estavam convencidos ou não de que era possível resolvê-los por meio de carta de denúncia. A maioria dos alunos expressou oralmente que sim, que inclusive, a partir do que aprenderam, elaborariam cartas para os órgãos competentes denunciando aquelas situações e que tinham muita esperança de que conseguiriam solucionar o problema da praça Emerson Lucena por meio do envio de uma de suas produções.

Após essa conversa, devolvemos ambas as versões das cartas e pedimos que eles observassem e, quem quisesse, expressasse oralmente os progressos observados. Foram

expostas em cada fala dos discentes, com as palavras deles, as melhorias em seus textos. Como todos os textos sem exceção apresentaram consideráveis evoluções percebemos nas expressões faciais, nos gestos e conversas deles com os colegas a satisfação dos autores com a produção final.

O próximo passo foi apresentarmos a carta de denúncia escolhida para ser enviada ao destinatário, o que foi feito por meio de Datashow. No momento, apontamos os avanços observados que motivaram a escolha. Os demais discentes concordaram que aquela produção de fato tinha sido mais bem elaborada que as outras. Após a leitura daquele artefato textual, os discentes foram convidados a irem ao laboratório de informática. Naquele espaço, foram orientados a abrir a página do Ministério Público, agente a quem a carta se destinou. Orientamos o passo a passo até a aba do site para envio de denúncia anônima. Chegando a este ponto, explicamos que os discentes poderiam enviar cartas de denúncia acerca de outros problemas sociais da comunidade por aquela via. Em seguida o aluno autor da carta escolhida foi orientado a enviar sua carta, digitando-a no espaço específico para tal. Após o envio, a aula foi encerrada com uma salva de palmas.

Terminado o relato acerca da escolha e envio de uma das cartas ao MPPB, passamos, na sequência, à sumarização dos resultados obtidos na análise exposta nos dos quadros.

5.5 SUMARIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

A seguir apresentamos uma sumarização dos resultados obtidos a partir dos quadros analisados demonstrando os problemas constatados nos textos e quais atividades foram realizadas nos módulos para resolvê-los.

Em relação à funcionalidade (ou objetivo) do gênero CD, exposta no parágrafo inicial por meio da forma verbal “denunciar”, foi abordada com os discentes, antes da primeira produção escrita, nas atividades de leitura de CD (APÊNDICES C e F/ANEXOS F e G), na atividade de apresentação do gênero (APÊNDICE D), em roda de conversa (APÊNDICE E). Mesmo assim, observa-se que na primeira produção, a indicação da funcionalidade é negligenciada nos textos de número PI2, PI4, PI5, PI6, PI7, PI9 e PI10. Nesses textos, ao invés do verbo denunciar, os autores apontaram como motivo de sua escrita, respectivamente as expressões verbais: “relatar”, “peço”, “informar”, “queremos” “comunicar”, “informar” e “solicitar”. A fim de resolver esse problema, o foco nele ocorreu nas atividades dos apêndices

W, X e Y, as quais resultaram em avanços, tendo em vista que, no texto final, à exceção da produção PF6, todos os autores substituíram as formas verbais inadequadas por “denunciar”.

Acerca da argumentação, o assunto é abordado prévia e indiretamente a partir da atividade de leitura de CD (APÊNDICE C/ANEXO F), na apresentação do gênero (APÊNDICE D) e na roda de conversa (APÊNDICE E). De modo direto, a abordagem ocorre na atividade de leitura do apêndice F, no qual sugere-se que o discente identifique os argumentos utilizados pelo destinatário para convencê-lo a resolver o(s) problema(s) denunciado(s). Para fortalecer os argumentos de prova concreta, foi realizada observação *in loco* dos problemas com uma aula de campo na praça Emerson Lucena (APÊNDICES J e N); entrevista com frequentadores da praça (APÊNDICE K, L, T); colheita de fotografias (APÊNDICES M e S) e todo o conteúdo do APÊNDICE O, que abrange, atividades de leitura de textos relativos à importância da existência de praças (APÊNDICE P/ANEXO I) e acerca da inauguração da Praça Emerson Lucena (APÊNDICE Q/ANEXO J); atividade de leitura de imagens antigas e atuais da Praça Emerson Lucena (APÊNDICE R e S/ANEXO K). Em relação ao trato com argumentos de autoridade, foi proposta atividade de leitura de artigos da CF, da LOMJP e do ECA (APÊNDICE U/ ANEXO L). Na primeira versão do texto, percebe-se que os autores dos textos PI1, PI2, PI3, PI4, PI5, PI6 apresentam poucos argumentos de prova concreta, não detalham satisfatoriamente esses argumentos nem suas consequências e não embasam a tese da denúncia com argumento de autoridade.

A fim de dirimir esses problemas, foram propostas nos módulos atividades de leitura na qual figura, entre outros objetivos, o de “identificar e produzir argumentos e estratégias argumentativas (APÊNDICE AA); Leitura de CD com questões voltadas para o reconhecimento de argumentos (APÊNDICE Z); Atividade para identificação dos elementos estruturais da CD (dentre estes, no corpo do texto, o parágrafo intermediário, no qual se situam aos argumentos de prova concreta e de autoridade, apêndices CC e DD. Na produção de reescrita, os textos PF1, PF2, PF3, PF4, PF5, PF6 passam a apresentar satisfatoriamente os argumentos de prova concreta, minúcias desses argumentos e de suas consequências e a fundamentar a denúncia com argumento de autoridade, uma citação da LOMJP.

Acerca dos operadores argumentativos, anteriormente à primeira produção, foram trabalhados na questão de número 08 da 2ª atividade de leitura de CD (APÊNDICE F). O problema constatado na primeira produção foi a escassez em seu uso por parte dos discentes os quais limitaram a empregar apenas os operadores “e” e “para”. O operador “e” foi empregado pelos autores dos textos: PI1, PI2, PI4, PI5, PI6, PI9 e PI10. Já “para” foi utilizado na produção

de número PI5. A fim de expandir e diversificar o uso dos operadores argumentativos, foi proposto um exercício lacunado no 2º momento do módulo 02 (APÊNDICE BB). O resultado na produção final foi a ampliação do emprego desses elementos. Aparecem na versão final os seguintes operadores: “em vista desses fatos”, “pois”, “tanto”, “para”, “como”, “e” e “mas”, no produção PF1; “pois”, “e nem”, “mas”, no texto PF2; “portanto”, em PF3; “para”, “além disso” e “e”, em PF4; “pois” e “ou seja”, em PF5; “e” e “para”, em PF6; “pois”, “e” e “para”, em PF7; “e”, “para” e “porque”, em PF8; “além disso”, “para” e “por isso”, em PF9 e “e” em PF10.

Em relação aos modalizadores discursivos, foi proposta uma atividade preliminar ao primeiro texto – uma questão com exercícios de múltipla escolha na 2ª atividade de leitura de CD (APÊNDICE F/ANEXO G). Ocorrida a produção inicial, observamos que os autores apresentaram os seguintes modalizadores em suas produções: PI1: “prezados”, “denunciar”, “é impossível”, “podendo”, “precária”; PI2: “prezados”, “quero”, “precisa”, “pedimos”; PI3: “prezados”, “denunciar”, “abandonada”, “destruída”, “alheio”, “grandes”, “atenciosamente”; PI4: “peço”, “péssimo”; PI5: “prezados”, “bastante”, “espero”; PI6: “queremos que”; PI7: “prezado”, “destruídas”, “quebrados”, “cheio”, “nós precisamos que”, “atenciosamente”; PI8: “denunciar”, “acabada”, “enferrujada”, “também”, “sujo”, “fedendo”, “atenciosamente”; PI9: “péssimo”, “quebrados”, “espalhado”, “ilícitas”, “peço”, “grandes”; PI10: “solicitar”, “bom”, “acho”, “deve”, “muito”, “espero”, “possamos”. Tendo em vista a utilização de poucos modalizadores, propusemos uma atividade com questões de múltipla escolha e reflexões sobre o sentido da modalização. Na versão final, constata-se que, após o trabalho interventivo, o uso de modalizadores evoluiu consideravelmente, conforme se pode averiguar na lista seguinte: PF1: “denunciar”, “não podem”, “muito”, “grave”, “peço”, “encarecidamente”, “estima”, “elevada”; PF2: “denunciar”, “precisa”, “novos”, “acho”, “dessa”, “gostaria”; PF3: “denunciar”, “totalmente”, “estruturais”, “grandes”, “completamente”, “desgastadas”, “fragmentados”, desagradável, alheio; PF4: “fazer uma denúncia”, “péssimo”, “podem”, “mal”, “cordialmente”, “estima”; PF5: “denunciar”, “bastante”, “esburacadas”, “soltas”, “quebrados”, “solicito”, “espero”, “estima”, “elevada”; PF6: “pedir”, “encarecidamente”, “queremos que”; PF7: “denunciar”, “poderia”, “abandonado”, “sujo”, “destruído”, “altamente”, “é preciso que”, “de extrema urgência”; PF8: “denunciar”, “péssimas”, “enferrujada”, “sujo”, “fedendo”, “espero que”, “atenciosamente”; PF9: “envio”, “denunciar”, “quebrados”, “espalhado”, “ilícitas”, “espero que”, “respeitosamente”; PF10: “denunciar”, “adequados”, “adequados”, “quebrados”, “muito”, “precisa muito”, “graves”, “solicito”, “espero que”.

Todas as atividades preliminares (APÊNDICES de A a U) atuaram direta ou indiretamente no sentido de favorecer e fortalecer, entre outros aspectos, a informatividade do gênero CD. Porém, na versão inicial, foram omitidas na maioria dos textos as informações seguintes, essenciais ao gênero: apresentação do remetente, exposição adequada da denúncia (verbo denunciar + problema+ responsável ou verba denunciar+ responsável pelo problema + problema), endereço da praça (rua e bairro), diversos problemas observados na praça, consequência dos problemas na vida das pessoas, trecho de lei violada pelo responsável. Após tal constatação, foi dedicada uma atividade específica para tratar da informatividade (APÊNDICE BB). Essa atividade, associada a todas as outras que antecederam a versão final, possibilitaram que os discentes autores dos textos avançassem, pois todas as dez produções passaram a apresentar todas as informações omitidas na primeira versão do texto.

Quanto ao uso do vocativo, foram aplicadas antes da primeira produção as atividades dispostas no APÊNDICE F. Os resultados da primeira produção foram as seguintes inadequações: PI1, PI2, PI3 e PI5 apresentaram como vocativo de suas cartas a expressão “Prezados senhores do Ministério Público”; PI6, recorreu ao vocativo “Caros senhores”; PI7, redigiu a expressão “Prezado Ministério Público” e PI8 o termo “olá”. Os autores de PI4, PI9 e PI10 não redigiram vocativo em suas produções. A partir dessa constatação, foram propostas atividades de leitura, escrita, reflexões e de identificação do vocativo adequado ao interlocutor, os quais podem ser consultados nos apêndices DD, EE, FF GG. No texto final resultante dessa intervenção todos os autores apresentaram a forma vocativa adequada ao destinatário da CD produzida, a expressão de tratamento “Senhor Promotor”.

Acerca da despedida, dispusemos questões relativas à sua identificação na “atividade de leitura de CD” (APÊNDICE F), anterior à primeira produção. Em seis textos referentes a ela (PI1, PI3, PI5, PI7, PI8 e PI10), não foram observadas inadequações e em quatro deles (PI2, PI4, PI6 e PI9) esse elemento da estrutura composicional não foi redigido. Na elaboração dos módulos, foram propostas atividades relativas à escrita da despedida, as quais podem ser examinadas no apêndice EE. Na produção final, as seis produções que já tinham apresentado a despedida satisfatoriamente as mantiveram, a maioria com algumas mudanças. E o avanço reside nas quatro produções que não as tinham redigido e o fizeram adequadamente.

Em relação ao elemento estrutural “assinatura”, preliminarmente à primeira produção, foi abordada na “atividade de leitura de CD” (APÊNDICES F). Nos textos resultantes desta atividade, as assinaturas presentes em PI1, PI2, PI3, PI4, PI5, PI6, PI7 e PI8 são inadequadas por disporem de poucas informações. Além disso, o referido elemento não aparece nas cartas

PI9 e PI10. A fim de favorecer a adequação da assinatura ao gênero, foram propostas as atividades presentes nos apêndices EE e FF. Na versão final, apresentaram avanço e adequação ao gênero, as produções PI1, PI2, PI3, PI4, PI5, PI7, PI8 e permaneceram inadequados os textos PI6, PI9 e PI10.

Sobre o emprego do verbo “denunciar” como vocábulo introdutor da denúncia, na primeira produção, os autores utilizaram formas verbais inadequadas nos textos PI2, PI4, PI5, PI6, PI7, PI9, PI10. Para que os discentes pudessem adequar suas produções ao gênero, foram desenvolvidas atividades nos apêndices EE e FF. O resultado nas produções finais foi a utilização da forma verbal adequada em todas elas.

Após a primeira produção, perceberam-se inadequações nos verbos que se referem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele. Os textos PI1 e PI2 são iniciados em primeira pessoa do singular e concluem na primeira pessoa do plural. As produções PI4, PI6, PI8 e PI9 são iniciadas em primeira pessoa do singular e assinadas em primeira pessoa do plural. Já os escritos de números PI5 e PI7, apresentam o início em primeira pessoa do singular, a conclusão em primeira do plural e a assinatura em primeira do singular. Para auxiliar os discentes nos ajustes necessários ao gênero, foram desenvolvidas atividades disponíveis nos apêndices EE e FF, resultando na adequação de todas as produções por parte de seus autores na produção escrita final.

Em relação ao uso da vírgula, na produção inicial os textos PI1, PI2, PI5, PI6 e PI8 apresentaram problemas no uso do vocativo. Na enumeração de elementos de uma lista, foram percebidas inadequações nos textos PI1, PI2, PI3, PI4, PI6, PI7 e PI8. Na expressão de despedida, problemas foram vislumbrados nos textos PI1, PI2, PI5 e PI7. As atividades voltadas para resolução desses problemas foram dispostas nos apêndices FF e GG as quais, na versão final, favoreceram a adequação de quase todos os textos por parte de seus autores, à exceção do texto PF4, cuja escrita da enumeração permaneceu sem colocação de vírgula separando os termos que a compõe.

Sobre o uso dos nomes próprios, foram escritos inadequadamente: o nome da praça Emerson Lucena, pelos autores de PI1, PI2, PI3, PI4, PI5, PI6, PI8, PI9 e PI10; o nome do bairro Cristo Redentor, nas produções PI1, PI5 e PI9. Para que esses problemas fossem resolvidos, foram aplicadas as atividades dispostas nos apêndices EE e FF. A adequação ocorreu em quase todos os textos, com exceção das produções PF4 e PF9, cujos nomes próprios continuaram redigindo nomes próprios com iniciais maiúsculas.

Convém ainda traçarmos algumas considerações acerca do aspecto social, um dos elementos propulsores do trabalho. Ele esteve presente em todos os momentos da proposta. Na apresentação da situação, foram os parâmetros sociais expostos, relativos à importância do papel do tema escolhido para a coletividade, os instrumentos motivadores dos discentes. Naquele momento, os alunos foram orientados a conhecer o espaço da praça, tema a ser abordado nas cartas de denúncia, a fim de que os problemas ali presentes fossem resolvidos em prol da comunidade. As discussões que se seguiram dali até a produção inicial tiveram a questão social como principal motivação ao andamento do trabalho.

O mesmo ocorreu durante o desenvolvimento dos módulos, momento em que os discentes foram orientados a construir cada parte da carta. Isso pode ser constatado: na elaboração do parágrafo introdutório, no qual é abordada a funcionalidade do gênero; nos parágrafos intermediários, localizados entre a introdução e a conclusão, abordando os argumentos que dão sustento à denúncia e na parte conclusiva, espaço no qual é exposta a solicitação por providências a serem tomadas em relação ao problema denunciado.

Essas orientações foram concretizadas na produção final. Ou seja, com base nas questões sociais intrínsecas ao gênero: no parágrafo introdutório, a maioria dos discentes conseguiu empregar o verbo “denunciar”, adequado a sua função; os argumentos para dar sustento à denúncia foram ampliados, isto é, aspectos como iluminação da rua, falta de eventos culturais, insegurança pública, entre vários outros, passam a ser abordados.

Um dos momentos mais significativos, no qual esteve presente a questão social, foi o envio de uma das cartas de denúncia ao MPPB. Tal etapa da Sequência Didática concretizou uma das principais razões da escrita da carta: sua instrumentalização com vistas à transformação da realidade. Percebe-se, portanto, que o processo de ensino foi orientado não apenas com vistas ao aprimoramento e análise da escrita dos alunos, mas também voltado para a atuação social dos jovens discentes.

Após apresentarmos essa sumarização panorâmica na qual expusemos um resumo de todos os dados obtidos na análise comparativa entre as produções inicial e final e uma breve exposição acerca da influência do fator social no desenvolvimento do trabalho, passamos, no capítulo seguinte, à exposição de nossas considerações finais na qual refletiremos sobre: os impactos da intervenção nas práticas sociais dos discentes, respondendo se os objetivos foram alcançados e se a questão de pesquisa foi respondida; se os resultados obtidos foram satisfatórios e acerca das contribuições do PROFLETRAS para as práticas pedagógicas dos docentes que dele participam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo realizaremos algumas reflexões acerca dos resultados do trabalho de intervenção no processo de ensino-aprendizagem do gênero CD, na perspectiva da transformação social, por meio do procedimento das SD.

O objetivo geral que norteou o trabalho foi alcançado, pois realizamos a análise de todo o processo de ensino-aprendizagem do gênero, realizado através das SD, a partir de problema social da comunidade escolhido pelos discentes. Quanto aos quatro objetivos específicos também foram alcançados. Em relação ao primeiro, por meio da produção da CD, a atuação dos discentes foi subsidiada, pois com o conhecimento do gênero eles puderam intervir num problema social relevante para sua comunidade. Sobre o segundo, as atividades interventivas para a produção da carta foram realizadas com base no uso real do gênero e com vistas à aquisição de habilidades e à superação das dificuldades de escrita ao longo do processo. Como os progressos obtidos pelos discentes foram identificados após as atividades de intervenção, o terceiro objetivo específico foi contemplado. O quarto objetivo foi atingido quando, na análise, relacionamos os resultados iniciais e finais apresentados pelos discentes participantes da pesquisa observando se os problemas em suas produções foram superados.

A respeito da questão de pesquisa “De que forma uma proposta de ensino de produção escrita do gênero CD, baseada nas SD, pode contribuir para o desenvolvimento da competência escrita dos alunos do 9º ano e para seu exercício da cidadania?”, foi respondida com os resultados expostos na produção final. Neles, fica demonstrado que os procedimentos das SD proporcionaram tanto o desenvolvimento da escrita quanto o exercício da cidadania, como exporemos na sequência.

As produções finais apresentaram os elementos característicos necessários ao gênero CD. Estão presentes em todas elas os elementos estruturais: local e data, vocativo, corpo do texto (dividida em introdução, seção argumentativa e conclusão), despedida e assinatura. O conteúdo temático do gênero CD é disposto no corpo do texto. Na introdução são expostos: apresentação do remetente, verbo denunciar + problema + responsável (ou verbo denunciar + responsável + problema). Na seção dos argumentos de prova, as evidências são apontadas por meio de sequências argumentativas e narrativas e na conclusão é feita a solicitação por providências. Em relação ao estilo do texto, os parâmetros linguísticos adotados na construção do gênero condisseram com os necessários a uma CD cuja linguagem, além de se pautar na exposição de expressões específicas, está atrelada aos padrões formais de escrita.

O resultado satisfatório se deu devido ao vínculo da produção do gênero com o problema social, o espaço de uma praça negligenciada pelo poder público a qual estimulou a realização de rodas de conversas, debates, discussões e, entre outras atividades, exercícios escritos que contribuíram para compreensão da funcionalidade do gênero, da argumentatividade, do conteúdo temático, da estrutura composicional e do estilo linguístico. Além disso, a identificação do pesquisador docente com práticas voltadas para a justiça social também colaborou em facilitar a elaboração da CD com seus elementos característicos. Alie-se a isso o referencial teórico que orientou toda a elaboração e execução do projeto por parte do docente pesquisador.

O gênero CD tornou-se bastante atrativo aos discentes por ser um instrumento de cidadania o qual é encaminhado a uma autoridade capaz de resolver o problema denunciado, tendo em vista que a comunidade onde eles residem é marcada pelo descaso infraestrutura das autoridades políticas. A possível solução desses descasos observados pelos discentes (esgoto a céu aberto, ruas sem calçamento, acúmulo de lixo em local impróprio, ruas esburacadas, praças abandonadas etc.) repercutiu positivamente, pois os discentes viram no gênero CD a possibilidade real de verem tais males resolvidos. Essa confiança advém da intermediação judicial proporcionada pelo gênero, endereçado ao MP, instituição provocada a acionar a instituição responsável a solucionar o problema. Isso é consequente da dissimulação dos representantes políticos que nos períodos eleitorais garantem resolver os problemas, porém após os pleitos os “esquecem”, restando como esperança aos moradores das áreas vulneráveis os préstimos do Poder Judiciário. Tal constatação pôde ser observada na acolhida e entusiasmo dos discentes à escrita do gênero, o qual, como tantas outras ferramentas em prol da sociedade, não é divulgado e, portanto, desconhecido de grande parte da população.

O desconhecimento dos discentes acerca do gênero CD e os resultados tão positivos alcançados demonstram o quanto o ensino de escrita contextualizado é significativo para os discentes. Motivados para a resolução de um problema que é, de fato, prejudicial aos membros da comunidade, foi sendo despertado nos alunos, ao longo das SD, o interesse por cada elemento que envolve a produção do gênero. Primeiro na apresentação da situação, momento onde todo o projeto, seus objetivos e justificativa foram expostos panoramicamente. Em seguida na escolha do problema a ser denunciado, fase na qual os estudantes “percorreram” a comunidade observando seus infortúnios estruturais refletindo sobre as instituições, tanto a responsável pelos problemas (PMJP) quanto a quem a produção seria endereçada (MPPB). Depois disso, a simpatia pela produção foi aumentando gradativamente nos módulos e se

refletindo nas atividades. É o que se observa na estrutura composicional, no conteúdo temático e no estilo linguístico da produção final, atestando a eficácia tanto da teoria de Bakhtin e outros autores de que os gêneros textuais só fazem sentido vinculados a um contexto quanto da aplicação dessa teoria por meio das SD.

Esse sentido contextual pôde ser constatado com maior veemência no momento do envio da carta escolhida ao MPPB quando os discentes expressaram que já que dominavam os conhecimentos de escrita do gênero, produziram cartas àquela instituição denunciando cada um dos problemas estruturais detectados na comunidade.

Dessa forma os discentes demonstraram compreender que as realidades adversas podem ser alteradas por meio de intervenções comunicativas concretizadas nos gêneros discursivos. Por isso reconheceram a função social e a finalidade comunicativa adequadas do gênero. Portanto, o ensino da CD promoveu a possibilidade de que os discentes fossem inseridos em práticas discursivas necessárias à transformação das situações atribuladas sob as quais toda a comunidade convive, porém até então desconhecidas.

O desconhecimento do gênero por parte dos estudantes nos levou a refletir sobre as influências históricas do ensino descontextualizado sobre nossas práticas na docência e quanto urge a todos os professores de Língua Portuguesa aderirem ao ensino de escrita relacionado à esfera social que circunda a experiência social e pessoal dos discentes. Todas as ações dos sujeitos, sejam elas individuais ou coletivas, estão sempre permeadas por motivações, aspirações capazes de mover os indivíduos a agirem em favor de um propósito. É a ausência de tal motivação, ou seja, a falta de sentido no que é vivenciado nas práticas escolares o que tem levado o ensino de escrita tradicional a tantos resultados insatisfatórios nos índices educacionais brasileiros. O Mestrado Profissional em Letras, PROFLETRAS, contribui no sentido de superar essa situação, pois proporciona aos mestrandos docentes o arcabouço teórico e as estratégias metodológicas necessárias a práticas de letramentos capazes de revolucionar o ensino de escrita nas salas de aula do país. Nesse sentido, o docente pesquisador considerou que a participação no mencionado mestrado elevou qualitativamente seus conhecimentos acerca do “que”, “quando”, “por que”, “para que”, “para quem” e “como” lecionar significativamente. Além disso, contribuiu também com a eficácia do trabalho o fato de docente abraçar a causa social presente no tema selecionado pelos discentes, incentivando-os e sendo incentivado pela necessidade real de solução do problema presente no espaço da praça. Ou seja, o trabalho voltado para a intervenção social precisa ser significativo tanto para os discentes quanto para os docentes. Nesse sentido, ambas as instâncias subjetivas precisam estar em sintonia no

entusiasmo e na procura pelo conhecimento e instrumentos de escrita adequados à busca legal pela solução do problema.

Os poucos trabalhos acadêmicos publicados sobre a CD sinalizam que a pesquisa contribui com os estudos acerca dos gêneros discursivos. Essa contribuição ocorre também no sentido de orientarmos atividades de ensino voltadas para a práxis social, escassas nos livros didáticos, pois esses livros em geral propõem atividades de ensino de escrita que não promovem a interação entre as produções e a experiência da vida prática dos alunos. Tais ferramentas pedagógicas estão ainda imersas na tendência estruturalista da língua. Nosso trabalho, pelo contrário, caminha em prol do uso concreto da linguagem e cumpre, portanto, a função da escola que é formar os sujeitos para o exercício da cidadania.

Constata-se então que o trabalho de escrita com a Sequência Didática, aliado a questões sociais, desenvolvido a partir de um gênero que favorece tais questões pode ter resultados satisfatórios. Esses resultados são oriundos da escolha do gênero e das estratégias de ensino desenvolvidas por meio de uma série de atividades realizadas com os alunos em associação com problema de interesse social.

Concluimos que a pesquisa resultou em impactos assertivos para discentes e docente pesquisador. Os discentes foram incentivados a agirem diante das aflições geradas pelos infortúnios da infraestrutura local e, para tanto, adquiriram, por meio do projeto, as estratégias de escrita da CD, escolheram uma das produções e enviaram anonimamente ao MPPB. Assim puderam compreender que, mesmo que a denúncia não fosse acolhida, cumpriram com papel de cidadãos e que, a partir de então, têm a seu dispor um instrumento com o qual o mundo e a realidade, pelo poder da linguagem, podem ser transformados. O docente pesquisador, por sua vez, considera o trabalho desenvolvido como uma das experiências mais importantes de sua trajetória profissional. A clara constatação dos avanços nas atividades por ele conduzidas levam-no à consciência de que o direcionamento de suas práticas de ensino deve ser sempre atrelado ao contexto social dos discentes. E, por ter sido uma das mais significativas experiências como professor, esse projeto servirá de referência para todas as suas ações pedagógicas futuras.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, C. L. H.; BORGES, G. F. O vocativo no gênero textual tirinhas. *In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 10., 2006, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

A IMPORTÂNCIA das praças no cotidiano de uma cidade. **O Debate**. Disponível em: http://www.odebateregional.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=7&Itemid=3¬=9441. Acesso em: 01 ago. 2019.

ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. **A avaliação formativa num ensino diferenciado**. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.

AMORIM, Andrezza Soares Espíndola de. **Produção do gênero carta de solicitação no 9º ano do ensino fundamental**: a escrita como prática social. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba/Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Mamanguape, 2016.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Irandé. Avaliação da produção textual no ensino médio. *In: BUZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. (org.); KLEIMAN, Ângela B. et al. Português do ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 163-180.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 279-326.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra, notas da edição russa Serguei Botcharov, São Paulo: Editora 34, 2016, 176 p.

BARBOSA, J. P. **Trabalhando com os gêneros do discurso**: uma perspectiva enunciativa para o ensino de Língua Portuguesa. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola. 2008, 135 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, DF: MEC, [2015]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 out. 2019.

BROCAO, Rosângela Oro. Diálogos entre o círculo de Bakhtin e os novos estudos do letramento. In: SEMINÁRIO NACIONAL INTERDISCIPLINAR EM EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS, 5., 2015, Cascavel, **Anais [...]**. Cascavel: UNIOESTE, 2015. p. 472-484. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/propex/images/mestreado_turismo/documentos/atual_ABNT_NBR_6023.2018_-_Refer%C3%A2ncias_-_Elabora%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

CALIXTO, Edna Nascimento. **Produção do gênero abaixo-assinado no 8º ano do ensino fundamental:** um exercício na cidadania. 2019. 249 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS) – Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Mamanguape, 2019.

CARVALHO, Guilherme. Carta-denúncia elaborada por comunidades tradicionais do município de Abaetetuba, Pará. **Combate Racismo Ambiental.** Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/08/13/carta-denuncia-elaborada-por-comunidades-tradicionais-do-municipio-de-abaetetuba-para/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português linguagens, 7º ano:** língua portuguesa. 9. ed. São Paulo: Atual, 2015.

COLÉGIO VISÃO – GOIÂNIA (GO). **Modalizadores argumentativos.** Disponível em: <https://www.visaportal.com.br/blog-professores/prof-kaio/item/118-modalizadores-argumentativos.html>. Acesso em: 06 jul. 2019.

COSTA, Eugênio Pacceli; POLITANO, Paulo Rogério; PEREIRA, Néocles Alves. Exemplo de aplicação do método de Pesquisa-ação para a solução de um problema de sistema de informação em uma empresa produtora de cana-de-açúcar. **Gestão e Produção**, São Carlos (SP), v. 21, n. 4, p. 895-905, out./dez 2014. ISSN 0104-530X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2014005000013>. Acesso em: 28 maio 2019.

COSTA, Rosimeri Claudiano; SILVA, Renato da; VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. A evolução e revolução da escrita: um estudo comparativo. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 121-129, 2013. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/11/09.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3. ed. 2001.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. (org.). **Gêneros Oraís e escritos na escola**. Trad. e org. ROJO, R.; CORDEIRO, G. S. 3. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 81-108.

ELIAS, Vanda Maria (org.). **Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARAH, Paulo Daniel. A importância de se pensar a escrita. In: BAUSSIÉ, Sylvie. **Guia de leitura para o professor**: pequena história da escrita. São Paulo: Edições SM, [2005]. 7 p. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/pequena-historia-da-escrita-sylvie-baussier>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FUJITA, Luiz. Que matérias já foram obrigatórias nas escolas brasileiras? **Super interessante** (História, mundo estranho). São Paulo, 4 jul. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-foi-a-primeira-escola/>. Acesso em: 23 ago. 2018.

GEDOZ, Sueli; COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição. Concepção sociointeracionista de linguagem: percurso histórico e contribuições para um novo olhar sobre o texto. **Trama Revista Científica**, [S.l.], v. 8, n. 16, p. 125-138, ago. 2012. ISSN 1981-4674. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/6953/5148>. Acesso em: 19 maio 2019.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2011.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009

GONÇALVES, Letícia Aparecida de; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. Concepções de linguagem: gramática de língua portuguesa e ensino de língua materna. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 243-265, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/viewFile/16191/13898>. Acesso em: 03 Jun. 2018.

GRANDO, Katlen Böhm. O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relações com a escolarização. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul (RS), **Anais [...]**. Caxias do Sul, 2012. 1 CR-ROM.

HAUN, Gustavo Atallah. Carta argumentativa de solicitação. **O blog de redação**. Disponível em: <http://oblogderedacao.blogspot.com/2012/08/carta-argumentativa-de-solicitacao.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

IMAGENS virtuais da praça Emerson Lucena, João Pessoa – PB. Captura da imagem, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-7.1631471,-34.8738764,3a,15y,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sSd1WVT2CNVlSjIJfzcZH7g!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em: 01 ago. 2019.

INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora. **Pastoral dos Pescadores de MG denuncia violenta expropriação territorial da Comunidade Ribeirinha Canabrava**. Disponível em: <https://www.intersindicalcentral.com.br/comunidade-ribeirinha-canabrava/#.XifHmhKjIV>. Acesso em: 25 set. 2019.

JAGUNÇO. In: DICIONÁRIO online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/jagunco/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

JOÃO PESSOA (PB). **Lei Orgânica do Município**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/legislacao/lei-organica-do-municipio/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (org.). **Os significados do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995, cap. 1, p. 15-61.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento?**: Não basta ensinar a ler e a escrever? (Coleção Linguagem e letramento em foco). Ministério da Educação. Campinas, SP: Cefiel/IEL. UNICAMP, 2005-2010. 65 p.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017a.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017b.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adriane Fogali. **Leitura e produção textual**: gêneros textuais do argumentar e expor. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LAURIA, Roberto. **Carta de denúncia**. 2011. Disponível em: <http://professorrobertolauria.blogspot.com/2011/12/carta-denuncia.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

LEITE, Gerson S.; SILVA, Jane de Paula da; FONSECA, Cristina Mara França Pinto. O gênero textual carta denuncia como transformador social. **Revista Digital FAPAM**, Pará de Minas, v. 8, n. 8, p. 193-204, Dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/part/Downloads/166-Texto%20do%20artigo-508-1-10-20171204.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

LOPES, Ana Keyla Carmo. **A natureza multimodal de uma constelação de gêneros cartas**. 2013. 262 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LOUREIRO, Ana Paula. Linguagem e letramento: construindo novos sentidos. **Revista Pesquisa em Discurso Pedagógico**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-20. Dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.PDPe.23729>. Disponível em: <file:///C:/Users/part/Downloads/LOUREIRO%20TEXTO%20SOBRE%20LINGUAGEM%20E%20LETRAMENTO%20%C3%93TIMO.PDF>. Acesso em: 19 maio 2019.

MACHADO, Irene. **Gêneros Discursivos**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, Beth. Escrevendo na escola para a vida. In: RANGEL, Egon Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (coord.). **Coleção explorando o ensino**: Língua Portuguesa. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/biblioteca/2011_lingua_portuguesa_capa.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. O ensino de gramática. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al* (org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 43-71.

MINAYO, Maria Ceília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MODELO de pauta jornalística. **Pinterest**. Disponível em: <https://www.pinterest.es/pin/233835405639230807/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MOTERANI, Natalia Gonçalves. O modelo ideológico de letramento e a concepção de escrita como trabalho: um paralelo. **Acta Scientiarum Language and Culture**. Maringá, v. 35, n. 2, p. 135-141, abr./jun., 2013.

MOTTA, André Luís Vieira. **Uma leitura dos textos epistolares de Nancy Huston**. 2013. 81 f. Dissertação (Dissertação em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; ESPINDOLA, Lucienne Claudete. Marcas do interlocutor em cartas produzidas na questão de redação do PSS 2008 da UFPB. **Revista do GELNE**, Natal, v. 9, p. 133-146, 2007.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. *In*: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A argumentação na redação comercial e oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos. João Pessoa: Ed. Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 2012.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Apresentação. *In*: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A argumentação na redação comercial e oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A didatização da escrita: implicações teórico-metodológicas. **Leia Escola**, Campina Grande, v. 17, n. 2, p. 90-101, 2017 – ISSN 2358-5870. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/view/979>. Acesso em: 29 ago. 2018.

NOVAES, Ana Maria Pires. Carta: uma leitura bakhtiniana do gênero. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, 10., 2006, Rio de Janeiro. **Lugares dos Discursos**. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2006.

PADOIN, Isabel Graciele; VIRGOLIN, Isadora Wayhs Cadore. **A vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política.** Disponível em: http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA. Acesso em: 1 nov. 2018.

PARAÍBA. Ministério Público da Paraíba. **Ouvidoria.** Disponível em: <http://www.mppb.mp.br/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os desafios da escola pública Paranaense na perspectiva do professor *PDE*, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2013. v.1. **(Cadernos PDE).** Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_mat_artigo_sandra_antunes.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018.

PASSARELLI, Lilian Maria Ghiuro. **Ensino e correção na produção de textos escolares.** São Paulo: Ed. Telos, 2012.

PASSARELLI, Lilian Maria Ghiuro.. Ensino de produção textual: da ‘higienização’ da escrita para a escrita processual. *In*: CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lílían Ghiuro (coord.). **A pesquisa e o ensino em Língua Portuguesa sob diferentes olhares.** São Paulo: Blucher, 2012. P. 89 – 106.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. **O texto como objeto de estudo das aulas de português.** Rio de Janeiro, Faculdades de Letras–UFRJ, 2004. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/61836-1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas.** 2. ed. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fortes, 1999. 417 p.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação:** a nova retórica. 2. ed. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 653 p.

PESTANA, Fernando. **A Gramática para concursos públicos.** Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2013.

PREFEITURA Municipal de João Pessoa entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada. Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-entrega-nesta-quinta-pracaemerson-lucena-reurbanizada/>. Acesso em: 01 ago. 2019.
RÁDIO TIRADENTES – MANAUS, AM. **O Caso Bianca Abinader:** a carta-denúncia de Ronaldo ao amigo Deodato. Disponível em: <https://ocasobiancabinader.wordpress.com/a-carta-denuncia-de-ronaldo-ao-amigo-deodato/>. Acesso em: 13 set. 2019.

RIO DE JANEIRO (município). **Denúncia de fechamento de logradouro público**. Disponível em: <http://joiadabarra.com/denuncia-de-fechamento-de-logradouro-publico/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

ROJO, R. H. R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagem na escola. In: ROJO, R. H. R.; MOURA, E. (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-31

RUIZ, Eliana Donaio. **Como corrigir redações na escola**. São Paulo: Contexto, 2010.

SÁ, Jeanne Karla Abrantes Pereira de (org.). **Projeto Político Pedagógico (2018-2020)**. Esc. Municipal de Ens. Fund. Augusto dos Anjos – PB. João Pessoa, 2018.

SANTOS, Carmi Ferraz. O ensino da língua escrita na escola: dos tipos aos gêneros. In: SANTOS, Carmi Ferraz *et al.* **Diversidade textual**: os gêneros na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SÊNECA, L. A. **Cartas a Lucílio**. Trad. de Segurado e Campos, G. A. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. 9. ed. São Paulo: Globo, 1998.

SILVA, Gilmar Ramos da; OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. Antiguidade grega e contemporaneidade brasileira: o processo de didatização dos conhecimentos linguísticos. In: SIMPÓSIO DE LINGÜÍSTICA, LITERATURA E ENSINO DE TOCANTINS, 1., 2013, Araguaína – TO. **Anai [...]**. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, 2013.

SILVA, Telma Cristina Gomes da. **A carta do leitor**: um estudo das estratégias semântico-argumentativas. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, 2005.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS – ZONA DA MATA E SUL DE MINAS. **Carta Denúncia**: Banco Itaú. Disponível em: <https://www.bancariosjf.com.br/imprensa/bancos/itau-unibanco/carta-denuncia-banco-itau>. Acesso em: 29 set. 2019.

SHULLER, Betina. Escrita escolar, ficção e modos de subjetivação. **Revista Educação Unisinos**, São Leopoldo – RS, v. 21, n. 2, p. 233-242, maio/ago. 2017

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 155-177.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.** Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

STREET, Brian V. **Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento.** Teleconferência Unesco Brasil sobre (letramento e diversidade), outubro de 2003.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. *In: ENCONTRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 26., 2006. Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, CE: [s.n.], 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortex, 2011.

TORRES, Camilo; STANG, Dorothy Mae. **Carta denuncia a violação de direitos humanos as ocupações urbanas em Belo Horizonte – MG.** Disponível em: <http://ocupacoescamilotorresirmadorothy.blogspot.com/2013/05/carta-denuncia-violacao-de-direitos.html>. Acesso em: 15 ago. 2019.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; COSTA, Célio Juvenal. **O Ratio Studiorum e seus processos pedagógicos.** São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_05/104.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Evolução da carta:** carta. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://sites.google.com/site/evolucaodacarta/carta>. Acesso em: 20 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Carta de denúncia do Departamento de Sociologia e Antropologia do Maranhão – UFMA.** São Luís: UFMA, 2016. Disponível em: <http://www.gedmma.ufma.br/?p=1028>. Acesso em: 23 nov. 2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos. *In: Maria Lígia Coelho Prado; Diana Gonçalves Vidal. (org.). À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes.* São Paulo: Edusp, 2002, p. 171-184.

VOLPONI, Margaret de Lourdes; GRECO, Eliana Alves. Estudo do gênero carta de leitores em jornais. *In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2007.* Curitiba: SEED/PR., 2011. v. 1, (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso em: 22 ago. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – 1ª etapa da SD: apresentação da situação (1º ENCONTRO)

Plano de aula para a apresentação do projeto

Objetivo geral:

- Conhecer o projeto que será desenvolvido

Objetivos específicos:

- Perceber o que é o projeto e suas motivações;
- Conhecer os passos que serão trilhados para efetivação da proposta;
- Identificar o contexto social para o qual a produção da CD estará voltada.
- Expor saberes prévios acerca do gênero CD.

Conteúdo:

- O projeto de comunicação;
- O gênero CD, breve introdução centrada na resposta das seguintes questões: em que situação, por que e para quem escrever;
- A comunidade extraescolar e seus problemas sociais.

Procedimentos metodológicos:

- Roda de conversa explorando **questões norteadoras** acerca do que é o projeto, suas finalidades, percursos de desenvolvimento, e a identificação do contexto social ao qual a produção estará centrada;
- Atividade de leitura de CD com questões focadas no conhecimento prévio dos discentes acerca do gênero, na funcionalidade social e no tema abordado neste tipo de produção escrita

Recursos metodológicos:

- Cópias de carta de denúncia;

Avaliação:

- Participação nas discussões realizadas na roda de conversa;
- Realização das atividades sugeridas.

REFERÊNCIA

RIO DE JANEIRO (município). **Denúncia de fechamento de logradouro público**. Disponível em: <http://joiadabarra.com/denuncia-de-fechamento-de-logradouro-publico/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

APÊNDICE B – Questões norteadoras informativas para serem abordadas pelo docente na roda de conversa acerca do projeto de comunicação (1º ENCONTRO)

- O que é o projeto.
- Quais são as suas finalidades.
- Por que e como será desenvolvido.
- Contexto social a que o gênero a ser produzido será direcionado.
- Quais os resultados esperados.

APÊNDICE C – Atividade de leitura de carta de denúncia (1º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Estabelecer contato inicial com o gênero carta de denúncia no projeto de comunicação.

Objetivos específicos:

- Esclarecer se o gênero carta de denúncia faz parte do leque de leituras prévias;
- Expor a finalidade da carta de denúncia lida;
- Identificar a denúncia presente na carta;
- Comparar a realidade expressa na carta com a vivenciada no ambiente social extraescolar.

Questões norteadoras para discussão e interpretação do texto lido. Serão desenvolvidas oralmente.

- Para que finalidade a carta de denúncia lida foi escrita?
- O que a autora da carta de denúncia?
- Há na sua comunidade algum problema semelhante à situação expressa na carta de denúncia? Qual?

APÊNDICE D – 1ª etapa da SD: apresentação da situação (2º ENCONTRO)

Plano de aula para a apresentação do gênero

Objetivo geral:

- Conhecer o gênero carta de denúncia.

Objetivos específicos:

- Sondar conhecimentos prévios dos alunos acerca da carta de denúncia;
- Identificar as circunstâncias comunicativas que norteiam a escrita da carta de denúncia: prováveis destinatários, a funcionalidade e o suporte no qual poderá ocorrer sua publicação;
- Compreender os elementos constitutivos do gênero carta de denúncia;
- Ler e interpretar o gênero carta de denúncia.

Conteúdo:

- O gênero carta de denúncia: conteúdo, estilo e estrutura composicional.

Procedimentos metodológicos:

- Roda de conversa a partir de questões abordando a função social do gênero carta de denúncia, circunstâncias de produção e suporte de divulgação;
- Atividade de Leitura de carta de denúncia a partir de questões orais e escritas abordando o conteúdo, o estilo e a estrutura composicional do gênero.

Recursos materiais:

- Cópias de carta de denúncia;
- Cópias de exercícios impressos;
- Notebook e projeto multimídia (datashow).

Avaliação:

- Participação nas atividades orais.
- Realização das atividades escritas.

REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Carta de denúncia do Departamento de Sociologia e Antropologia do Maranhão – UFMA**. São Luís: UFMA, 2016. Disponível em: <http://www.gedmma.ufma.br/?p=1028>. Acesso em: 23 nov. 2018.

APÊNDICE E – Roda de conversa (2º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Expor conhecimentos prévios acerca do gênero carta de denúncia.

Objetivos específicos:

- Conhecer o gênero carta de denúncia;
- Adentrar o assunto a partir de reflexões acerca das experiências prévias de leitura;
- Dar sentido ao gênero por meio da aproximação com a realidade cotidiana.

Questões:

1. Alguém já tinha lido ou escrito uma carta de denúncia antes da leitura ocorrida na aula passada? Se sim, em qual situação?
2. Em que situações uma carta de denúncia poderá ser escrita?
3. A quem a carta de denúncia deverá ser endereçada?
4. Em que espaço físico ou digital a carta de denúncia poderá ser escrita?
5. Alguma situação na comunidade em que você reside merece ser denunciada? Qual?

APÊNDICE F – Atividade de leitura de carta de denúncia (2º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Identificar os elementos constitutivos do gênero carta de denúncia.

Objetivo específico:

- Responder questões sobre a finalidade, o conteúdo temático, a estrutura composicional e o estilo linguístico do gênero carta de denúncia.

REFERÊNCIAS

COLÉGIO VISÃO – GOIÂNIA (GO). **Modalizadores argumentativos**. Disponível em: <https://www.visaoportal.com.br/blog-professores/prof-kaio/item/118-modalizadores-argumentativos.html>. Acesso em: 06 jul. 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os desafios da escola pública Paranaense na perspectiva do professor *PDE*, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2013. v.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_mat_artigo_sandra_antunes.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018.

Questões acerca da funcionalidade da carta de denúncia:

1. Informe o(s) motivo(s) de quem escreveu a carta de denúncia.

2. Acerca dos argumentos utilizados pelo remetente para convencer o destinatário e conseguir alcançar seu(s) objetivo(s) informe:

a) O problema denunciado e os fatores que o causaram.

b) Argumentos que visam a sensibilizar o destinatário.

c) Soluções sugeridas.

Questões voltadas para o conteúdo temático

3. Acerca da carta de denúncia lida, responda:

a) Qual (is) é (são) a(s) denúncia (s)?

b) Qual (is) é (são) o (os) direito(s) violado(s)?

c) Por que os fatos denunciados são graves?

d) A denúncia pretende beneficiar o campo individual ou coletivo?

e) Qual é o agente violador do direito ou alvo da denúncia?

f) Quais fatores contribuem com robustez das provas?

g) Em qual trecho se encontra a solicitação por providências?

4. Acerca do percurso que o tema percorre na carta de denúncia, preencha os parênteses com o número do parágrafo em que se encontram cada uma das informações a seguir:

a) Exposição das primeiras provas por meio de fatos e indícios – para evidenciar a gravidade dos fatos. ()

- b) Desfecho ()
- c) Exposição de novas provas, fatos, indícios com ênfase na gravidade dos fatos. ()
- d) Exigência de soluções. ()
- e) Exposição e contextualização da denúncia, especificação do direito violado, evidenciação da gravidade do fato, apresentação do agente violador do direito e do campo que a denúncia pretende beneficiar. ()

Questões centradas na estrutura composicional:

5. Identifique na cópia do texto:

- a) O local e data.
- b) A saudação ou vocativo.
- c) O texto.
- d) A despedida ou desfecho.
- e) A assinatura.

Questões para explorar o estilo linguístico:

6. Sabe-se que um texto elaborado em linguagem formal segue rigorosamente as normas gramaticais, enquanto que, se escrito na linguagem informal, como ocorre nas redes sociais, não segue à risca as normas da gramática. A partir dessas informações responda: a linguagem com que a carta de denúncia foi escrita é formal ou informal?

7. Os modalizadores discursivos são palavras ou expressões por meio das quais é possível perceber qual é o posicionamento do sujeito na defesa de seu ponto de vista. Ao utilizá-los o locutor permite que se perceba se ele crê no que diz e se atenua ou impõe alguma coisa. Sobre modalizadores presentes na carta, marque a opção correta em relação ao sentido dos termos grifados:

- a) “a abordagem, apesar de não ostensiva, tinha um caráter **intimidador**.”
 - 1. () avaliação ou opinião
 - 2. () dúvida ou incerteza
 - 3. () ordem ou determinação
 - 4. () necessidade
- b) “A empresa [...] impede o livre trânsito de pessoas e exerce ronda de vigilância de forma **indevida**”.
 - 1. () desejo
 - 2. () certeza
 - 3. () dúvida ou incerteza
 - 4. () avaliação ou opinião.
- c) “A empresa de vigilância extrapolou suas atribuições funcionando como instrumento de controle do território público e **envergonhando** a segurança pública maranhense diante de visitas de outras localidades”.
 - 1. () obrigação ou obrigatoriedade
 - 2. () avaliação ou opinião
 - 3. () proibição
 - 4. () possibilidade
- d) “Enfim, a empresa não se restringe a vigiar as áreas que já adquiriu na localidade e exerce área de controle de todo o território, constrangendo moradores e visitantes, assumindo **ares de**

segurança pública e criando situações de intimidação daqueles que não querem vender seus terrenos...”

1. () probabilidade
2. () ordem ou determinação
3. () avaliação ou opinião.
4. () permissão

8. Os operadores argumentativos são termos que servem para interligar e introduzir diferentes tipos de argumento indicando geralmente os sentidos de: causa, explicação ou justificativa; conclusão, contradição, concessão, adição ou soma, finalidade ou objetivo, etc. Leia os trechos seguintes, que foram retirados do texto e marque a opção em que se encontra o sentido adequado do operador argumentativo grifado.

a) “No percurso até a praia, algumas pessoas do grupo foram abordadas por dois seguranças da Vip Vigilância, que faziam ronda em motocicleta (ver primeira foto em anexo) **e** que fizeram perguntas sobre quem eram, o que estavam fazendo ali e o que pretendiam”.

1. () introduzir ou somar argumentos
2. () concessão entre argumentos
3. () objetivo ou finalidade
4. () contradição entre argumentos

b) “O referido Terminal Portuário encontra-se em fase de licenciamento, **porém** com contestações judiciais em curso e evidências de inúmeras irregularidades”.

1. () introduzir ou somar argumentos
2. () concessão entre argumentos
3. () objetivo ou finalidade
4. () contradição entre argumentos

c) “A abordagem, **apesar de** não ostensiva, tinha um caráter intimidador”.

1. () introduzir ou somar argumentos
2. () concessão entre argumentos
3. () objetivo ou finalidade
4. () contradição entre argumentos

d) “Assim sendo, denunciemos a atuação das empresas e solicitamos que medidas sejam tomadas **para que** os direitos humanos e os direitos territoriais dos moradores sejam respeitados...”

1. () introduzir ou somar argumentos
2. () concessão entre argumentos
3. () objetivo ou finalidade
4. () contradição entre argumentos

APÊNDICE G – 1ª etapa da SD: apresentação da situação (3º ENCONTRO)

Plano de aula para a escolha do problema social a ser abordado nas cartas de denúncia

Objetivo geral:

- Ampliar os conhecimentos acerca dos problemas sociais da comunidade.

Objetivos específicos:

- Elencar transtornos de ordem coletiva mais comuns prejudiciais à vida em comunidade;
- Identificar responsáveis pela resolução de cada um dos problemas constatados apontando-os como possíveis destinatários das cartas de denúncia a fim de estimular a prática de escrita do gênero após o término da execução deste projeto.
- Apontar quais dos transtornos elencados estão presentes na comunidade local;
- Eleger o problema social que será adotado como tema da carta de denúncia.

Conteúdo:

- Problemas sociais

Procedimentos metodológicos:

- Distribuição de tabela para os discentes preencherem com o(s) nome(s) de problemas sociais, dos órgãos responsáveis pela solução, informarem se o transtorno é encontrado na comunidade onde residem e, caso o seja, indicarem o lugar exato que se localizam.
- Discussão sobre cada um dos transtornos enumerados na tabela;
- Elaboração à lousa de lista dos problemas presentes na comunidade, apontados pelos discentes na tabela;
- Escolha do problema a ser abordado na produção da carta de denúncia por meio de votação aberta.

Recursos materiais:

- Cópias de tabelas.

Avaliação:

- Participação nas atividades orais.
- Realização da atividade escrita.

APÊNDICE H – Tabela sobre problemas sociais da comunidade (3º ENCONTRO)

PROBLEMA SOCIAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA SOLUÇÃO	ESTÁ PRESENTE NA COMUNIDADE LOCAL?	ONDE?
Exemplo: Esgoto a céu aberto.	CAGEPA	() Sim () Não	Na Rua da Sabedoria em frente à Praça dos Amigos.
		() Sim () Não	
		() Sim () Não	
		() Sim () Não	
		() Sim () Não	
		() Sim () Não	

APÊNDICE I – Conversa acerca dos transtornos expostos na tabela (3º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Aprofundar conhecimentos acerca das questões sociais identificadas pelos alunos.

Objetivos específicos:

- Refletir sobre as causas dos problemas elencados e acerca de suas consequências na vida em sociedade;
- Discutir a relevância da solução de cada um dos transtornos sociais específicos à comunidade;

Questões para discussão:

1. Por que (como, ou por quem) esse problema foi causado?
2. Qual(is) a(s) consequência(s) desse problema para a comunidade?
3. Quais as vantagens da solução desse problema para a comunidade?
4. Que órgão (instituição ou pessoa) pode resolver esse problema?

APÊNDICE J - 1ª etapa da SD: apresentação da situação (4º ENCONTRO)

Plano de aula de campo

Objetivo geral:

- Observar *in loco* os problemas da praça Emerson Lucena por meio de aula de campo.

Objetivos específicos:

- Discutir proposta de entrevista a frequentadores da praça Emerson Lucena;
- Elaborar roteiro de entrevista a frequentadores da praça Emerson Lucena;
- Entrevistar frequentadores da praça Emerson Lucena;
- Produzir imagens dos ambientes e elementos que compõe a estrutura da praça Emerson Lucena;
- Produzir relato sobre o momento na praça.

Conteúdo:

- Problemas estruturais e de saneamento observados em uma praça do bairro Cristo Redentor em João Pessoa.

Procedimentos metodológicos:

- Roda de conversa sobre proposta de realização de entrevista a moradores da comunidade que frequentam a praça;
- Atividade escrita em grupo para elaboração do roteiro da entrevista;
- Produção de imagens e vídeos.

Recursos materiais:

- Cópias de texto;
- Câmera fotográfica e de vídeo de aparelho celular;

Avaliação:

- Participação nas atividades orais.
- Realização da atividade escrita.

REFERÊNCIA

MODELO de pauta jornalística. **Pinterest.** Disponível em: <https://www.pinterest.es/pin/233835405639230807/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

APÊNDICE K – Discussão sobre proposta de entrevista a moradores da comunidade que frequentam a praça Emerson Lucena (4º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Compreender a proposta de entrevista a frequentadores da praça como forma de expandir os conhecimentos sobre o tema a ser abordado na carta de denúncia.

Objetivo específico:

- Refletir sobre a importância da opinião de outras pessoas, além dos colegas da escola, em relação à situação em que se encontra a praça Emerson Lucena, para a construção do embasamento argumentativo da carta de denúncia.

Questões para discussão oral:

1. De que forma a entrevista a moradores que costumam frequentar a praça pode contribuir com a escrita da carta de denúncia?
2. A opinião de outras pessoas pode ajudar na escrita de um texto?
3. Você costuma levar em conta a opinião de outras pessoas quando produz um texto sobre determinado assunto? Por quê?
4. Você acha que a opinião do pessoal que frequenta a praça será diferente da sua? Por quê?

APÊNDICE L – Produção de roteiro para entrevista filmada (4º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Elaborar pauta para realização da entrevista;

Objetivo específicos:

- Favorecer o protagonismo discente na ação;

Atividade escrita:

Preencha a proposta de pauta para a entrevista

- Data da entrevista: _____

- Assunto da entrevista: _____

- Objetivo da entrevista: _____

- Nome do aluno que fará o papel de repórter: _____

- Nome do aluno que fará o papel de câmera: _____

- Nome do entrevistado: (a ser respondido no momento da entrevista)

- Perguntas a serem feitas ao entrevistado. _____

REFERÊNCIA

MODELO de pauta jornalística. **Pinterest.** Disponível em: <https://www.pinterest.es/pin/233835405639230807/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

APÊNDICE M – Planejamento para colheita de imagens fotográficas da praça
(4º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Definir 01 aluno para fotografar ambientes e aparelhos componentes da praça e 02 alunos para auxiliá-lo nessa tarefa.

Objetivo específico:

- Favorecer o protagonismo discente na ação.

Questões para atividade de escolha dos alunos

1. Alguém se dispõe a ser o fotógrafo da ação?
2. Precisamos de dois alunos para auxiliarem o fotógrafo. Levante a mão quem topa.

APÊNDICE N – Plano para elaboração de relato sobre a aula de campo (4º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Expor a percepção da experiência vivenciada na aula de campo.

Objetivo específico:

- Dividir informações entre si, a fim de ampliar o leque de conhecimento para a elaboração da carta de denúncia.

Questão escrita:

Produza um relato escrito sobre a visita feita à praça Emerson Lucena expondo, entre outras informações, se você conseguiu visualizar algum problema que não poderia ter sido observado a não ser pessoalmente, quais os piores problemas observados e se você concorda com o que foi exposto pelos entrevistados.

This image shows a full page of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, providing a template for handwriting practice or general note-taking. There are no margins, text, or other markings on the page.

APÊNDICE O – 1ª etapa da SD: apresentação da situação (5º ENCONTRO)

Discussão sobre os problemas estruturais e de saneamento observados em uma praça da comunidade

Objetivo geral:

- Discutir os problemas estruturais e de saneamento presentes em uma praça do bairro Cristo Redentor em João Pessoa.

Objetivos específicos:

- Ampliar o horizonte de expectativa dos alunos acerca do tema a ser abordado na carta de denúncia.
- Reforçar as informações sobre a praça, principalmente junto aos alunos que não participaram da aula de campo.
- Refletir sobre a importância de uma praça para a população;
- Resgatar históricos de revitalização;
- Comparar o visual da praça no momento de sua principal reforma, ocorrida em 2009, e o estado em que se encontra atualmente;
- Apontar os problemas estruturais e de saneamento presentes na praça;
- Elencar os impactos desses problemas na comunidade;
- Indicar o(s) responsável(is) pela situação em que se encontra o referido espaço público;
- Expor direito(s) da criança e do adolescente e dos cidadãos em geral que estão sendo violados;
- Apresentar a carta de denúncia como instrumento para resolução do problema.

Conteúdo:

- Problemas estruturais e de saneamento observados em uma praça do bairro Cristo Redentor em João Pessoa.

Procedimentos metodológicos:

- Leitura dos textos “A importância das praças no cotidiano de uma cidade”, “PMJP entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada” e de Artigos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do município de João Pessoa e do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Exposição de imagens em vídeo para comparar a situação da praça no passado e como está no presente;
- Resolução de exercícios escritos;
- Rodas de conversa;
- Exibição de entrevistas em vídeo.

Recursos materiais:

- Cópias de textos;
- Cópias de exercícios;
- Datashow;

Avaliação:

- Participação nas atividades orais.
- Realização da atividade escrita.

REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA das praças no cotidiano de uma cidade. **O Debate**. Disponível em: http://www.odebateregional.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=7&Itemid=3¬=9441. Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

IMAGENS virtuais da praça Emerson Lucena, João Pessoa – PB. Captura da imagem, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-7.1631471,-34.8738764,3a,15y,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sSd1WVT2CNVlSjlJfzcZH7g!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em: 01 ago. 2019.

JOÃO PESSOA (PB). **Lei Orgânica do Município**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/legislacao/lei-organica-do-municipio/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

PREFEITURA Municipal de João Pessoa entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada. Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-entrega-nesta-quinta-pracaemerson-lucena-reurbanizada/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

APÊNDICE P – Atividade de leitura do texto “A importância das praças no cotidiano de uma cidade” (5º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Conhecer o papel social exercido pelas praças na vida da população.

Objetivo específico:

- Expor os benefícios de uma praça para a comunidade.

Questões:

De acordo com o texto, responda:

1º. Por que a praça é um espaço importante para o dia a dia de uma cidade?

2º. Quais são os benefícios que uma praça pode trazer para uma comunidade?

3º A praça que você vai abordar na carta de denúncia tem contribuído com os benefícios sociais apontados no texto? Explique.

REFERÊNCIA

A IMPORTÂNCIA das praças no cotidiano de uma cidade. **O Debate**. Disponível em: http://www.odebateregional.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=7&Itemid=3¬=9441. Acesso em: 01 ago. 2019.

APÊNDICE Q – Atividade de leitura do texto “PMJP entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada” (5º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Conhecer a história da reurbanização da praça Emerson Lucena, ocorrida em 2009;

Objetivo específico:

- Relatar bons momentos vivenciados na praça a partir da memória histórica apresentada pelo texto.

REFERÊNCIA

PREFEITURA Municipal de João Pessoa entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada. Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-entrega-nesta-quinta-pracaemerson-lucena-reurbanizada/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

APÊNDICE R – Atividade de leitura de imagens antigas e atuais da Praça Emerson Lucena (5º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Comparar a situação da praça no período de sua inauguração com seu estado atual.

Objetivo específico:

- Listar os problemas estruturais e de saneamento da praça mostrados nas imagens atuais;
- Apontar as consequências desses problemas na vida das pessoas;

Questões para discussão oral:

1º. Quais as diferenças entre a praça quando foi inaugurada e sua situação nos dias atuais?

2º. Quais os maiores problemas que você observa na praça hoje em dia?

Questões para atividade escrita:

1º. A partir das imagens e de seu conhecimento prévio, aponte o estado dos seguintes elementos da praça atualmente:

- a) Quadra de areia () bom () ótimo () ruim () péssimo
- b) Quadra poliesportiva () bom () ótimo () ruim () péssimo
- c) Passarelas () bom () ótimo () ruim () péssimo
- d) Bancos () bom () ótimo () ruim () péssimo
- e) Brinquedos () bom () ótimo () ruim () péssimo
- f) Mesa de jogos () bom () ótimo () ruim () péssimo
- g) Iluminação ornamental () bom () ótimo () ruim () péssimo
- h) Limpeza () bom () ótimo () ruim () péssimo
- i) Poda das árvores () bom () ótimo () ruim () péssimo

2º Com a praça na situação em que se encontrava antigamente, quais eram as práticas que as pessoas podiam realizar nela?

- a) Lazer _____
- b) Esporte _____
- c) Cultura _____

3º Que atividades podem ser feitas hoje em dia na praça no estado em que ela se encontra hoje?

- a) Lazer _____
- b) Esporte _____
- c) Cultura _____

4º Quais são as consequências do abandono da praça por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa na vida dos moradores da comunidade?

5º - Como você pôde perceber, a Prefeitura Municipal de João Pessoa é a instituição responsável pela situação de abandono em que se encontra a Praça Emerson Lucena. Sobre esse assunto responda:

a) A seu ver, como podemos provocá-la a solucionar os problemas identificados naquele espaço? _____

b) Qual a sua expectativa em relação ao envio de sua carta de denúncia ao Ministério Público expondo esses problemas na praça, consequentes da omissão da Prefeitura Municipal de João Pessoa? _____

6º Que outros elementos estruturais poderiam ser construídos e mantidos para tornar a praça Emerson Lucena mais atrativa?

REFERÊNCIA

IMAGENS virtuais da praça Emerson Lucena, João Pessoa – PB. Captura da imagem, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-7.1631471,-34.8738764,3a,15y,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sSd1WVT2CNVlSjlJfzcZH7g!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em: 01 ago. 2019.

APÊNDICE S – Imagens atuais da Praça Emerson Lucena (5º ENCONTRO)



Imagens da praça Emerson Lucena retiradas pelos alunos da turma do 9º ano.

APÊNDICE T – Exibição de entrevista em vídeo com moradores da comunidade acerca da Praça Emerson Lucena (5º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Obter informações sobre a situação da praça Emerson Lucena a partir de pessoas que a frequentam com assiduidade;

Objetivo específico:

- Embasar a carta de denúncia por meio da ampliação do nível de conhecimento sobre o tema a ser abordado nela.

APÊNDICE U – Atividade de leitura de artigos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa e do Estatuto da Criança e do Adolescente (5º ENCONTRO)

Objetivo geral:

- Reconhecer, por meio de artigos de leis, o lazer, à cultura e o esporte como principais direitos atingidos pela omissão da PMJP em relação à Praça Emerson Lucena;

Objetivo específico:

- Acessar subsídio jurídico para fortalecer o embasamento da carta de denúncia.

Questão:

Dentre os artigos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa e do Estatuto da Criança e do Adolescente seguintes escolha um ou dois que você possa citar quando estiver elaborando a carta de denúncia e precisar mencionar os direitos violados pela PMJP:

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2018.

JOÃO PESSOA (PB). **Lei Orgânica do Município**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/legislacao/lei-organica-do-municipio/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

APÊNDICE V – 2ª etapa da SD: plano de aula relativo à PRODUÇÃO INICIAL da carta de denúncia

Objetivo geral:

- Produzir versão inicial do gênero carta de denúncia.

Objetivos específicos:

- Utilizar os conhecimentos básicos de escrita do gênero;
- Pôr em prática os conhecimentos trabalhados na apresentação da situação.

Conteúdo:

- Gênero carta de denúncia.

Procedimento metodológico:

- Entrega de folha em branco solicitando que o discente produza uma carta de denúncia levando em consideração o tema e as demais exposições empreendidas na apresentação da situação;

Recursos materiais:

- Folhas de papel em branco;
- Canetas, lápis grafites e borrachas.

Avaliação:

- Efetivação da produção escrita inicial.

APÊNDICE W – 3ª etapa da SD: plano de aula relativo à aplicação do MÓDULO 01

Objetivo geral:

- Identificar a funcionalidade da carta de denúncia

Objetivos específicos:

- Reconhecer o papel social da carta de denúncia a partir da comparação entre a função social deste artefato com a do gênero carta de solicitação;
- Esclarecer as diferenças entre a carta de denúncia e a carta de solicitação;
- Observar se alguns fragmentos das produções textuais discentes podem ou não ser classificadas como carta de denúncia;
- Reescrever trechos de produções que não contemplaram as características da carta de denúncia.

Conteúdo:

- Carta de denúncia: aspectos funcionais e caracterização.

Procedimentos metodológicos:

- Atividade de leitura de carta de denúncia e de carta de solicitação com questões relacionadas à comparação dos papéis sociais de ambas;
- Atividade de leitura de trechos dos textos produzidos pelos discentes com questões no sentido de observar se tais excertos apresentam ou não configurações típicas do gênero carta de denúncia;
- Reescrita de trechos que não contemplem as peculiaridades formais da carta de denúncia.

Recursos materiais:

- Cópias de cartas de denúncia;
- Cópias de cartas de solicitação;
- Cópias de exercícios escritos com excertos dos textos produzidos pelos discentes.

Avaliação:

- Participação nas conversações em sala de aula;
- Realização das atividades escritas.

REFERÊNCIAS

RÁDIO TIRADENTES – MANAUS, AM. **O Caso Bianca Abinader**: a carta-denúncia de Ronaldo ao amigo Deodato. Disponível em: <https://ocasobiancabinader.wordpress.com/a-carta-denuncia-de-ronaldo-ao-amigo-deodato/>. Acesso em: 13 set. 2019.

HAUN, Gustavo Atallah. Carta argumentativa de solicitação. **O blog de redação**. Disponível em: <http://oblogderedacao.blogspot.com/2012/08/carta-argumentativa-de-solicitacao.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

APÊNDICE X – Atividade de leitura da carta de denúncia e da carta de solicitação
(1º MOMENTO DO MÓDULO 1)

Objetivo geral:

- Constatar a função social do gênero carta de denúncia em comparação com a carta de solicitação.

Objetivos específicos:

- Indicar as esferas coletivas pelas quais circula o gênero carta de denúncia;
- Apontar características peculiares da carta de denúncia.

Procedimentos metodológicos:

- Os alunos são divididos em dupla. Metade das duplas recebe uma cópia da carta de denúncia e à outra metade é entregue fotocópia da carta de solicitação. O professor não deverá deixar claro a que gênero corresponde cada texto.

Questões para conduzir a leitura dos textos. Devem ser respondidas oralmente:

- 1º Esse texto é ou não uma carta de denúncia? Se sim, explique por quê.
- 2º Se o texto não é uma carta de denúncia, explique o porquê e informe qual é o gênero.
Sobre ambos os gêneros, preencha a tabela.

Questões escritas:

As questões a seguir apresentam características da carta de denúncia e da carta de solicitação. Preencha os parênteses ao lado de cada característica com “1” quando caracterizar “Carta de denúncia”, “2” quando caracterizar “Carta de solicitação”. Atenção: quando a mesma característica for comum a ambas as cartas, preencha os dois parênteses com os números correspondentes a cada uma.

- Apresenta uma solicitação. () ()
- Apresenta provas fortes. () ()
- Apresenta uma denúncia. () ()
- Pode citar explicitamente os direitos violados. () ()
- Pode citar explicitamente os direitos negados. () ()
- Sugere que uma pessoa ou órgão obrigue alguém a resolver o problema pelo qual é responsável. () ()
- Solicita a uma pessoa ou órgão que resolva o problema pelo qual é responsável. () ()
- É enviada para alguém que tem capacidade de resolver solucionar o problema. () ()
- É enviada para alguém que tem capacidade de obrigar o responsável a resolver o problema. () ()
- Apresenta argumentos que comprovem a necessidade de uma solução para o problema, vantagens que essa solução traria. () ()
- Apresenta argumentos que comprovem a necessidade de que o responsável seja obrigado a solucionar o problema, vantagens que essa solução traria. () ()

- l) Geralmente não é anônima. () ()
- m) Geralmente é anônima. () ()
- n) Tenta resolver o problema por meio do convencimento. () ()
- o) Tenta resolver o problema por meio da obrigação. () ()

REFERÊNCIAS

RÁDIO TIRADENTES – MANAUS, AM. **O Caso Bianca Abinader**: a carta-denúncia de Ronaldo ao amigo Deodato. Disponível em: <https://ocasobiancabinader.wordpress.com/a-carta-denuncia-de-ronaldo-ao-amigo-deodato/>. Acesso em: 13 set. 2019.

HAUN, Gustavo Atallah. Carta argumentativa de solicitação. **O blog de redação**. Disponível em: <http://oblogderedacao.blogspot.com/2012/08/carta-argumentativa-de-solicitacao.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

APÊNDICE Y – Atividade de leitura de trechos da primeira produção dos alunos (2º MOMENTO DO MÓDULO 01)

Objetivo geral:

- Observar se na parte inicial da primeira produção foi possível alcançar os requisitos necessários à elaboração do gênero carta de denúncia.

Objetivos específicos:

- Dialogar acerca de ter produzido ou não uma carta de denúncia;
- Rememorar os elementos que devem aparecer no início de uma carta de denúncia;
- Reescrever se necessário os trechos apresentados a fim de adequá-los ao gênero carta de denúncia.

Procedimentos metodológicos:

- Os alunos realizam a leitura, respondem as questões e reescrevem o texto em dupla. Metade das duplas recebe um trecho e a outra metade o outro.

Questões para serem respondidas oralmente entre a dupla:

1º. O trecho que você recebeu pode ser corretamente considerado a parte inicial de uma carta de denúncia sobre a situação da praça Emerson Lucena?

2º. O que é preciso estar presente no início de uma carta para podermos classificá-la como carta de denúncia?

3º. Reescreva os trechos para ajustá-los aos requisitos indispensáveis à elaboração de uma carta de denúncia.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Prezados senhores do Ministério público estou enviando esta carta para relatar e solicitar providências para a praça Emerson Lucena que está praticamente abandonada com bastante lixo, brinquedos quebrado, árvores sem podar, difícil acesso por causa do acúmulo de lixo e entulho.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Prezado senhores do Ministério Público venho aqui por meio desta carta denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena, localizada no bairro Cristo Redentor.

APÊNDICE Z – Atividade de leitura (1º MOMENTO DO MÓDULO 2)

Carta denúncia

Buritizeiro, 24 de agosto de 2017

Aos órgãos competentes, parceiros, mulheres e homens companheiros na causa da justiça e da dignidade da pessoa humana!

Clamamos por justiça às 75 famílias da comunidade tradicional pesqueira e Vazanteira de Canabrava, em Buritizeiro/MG, situada às margens do rio São Francisco, em área comprovadamente de domínio da União. A Comunidade está sofrendo hoje o 3º despejo. As 09h40, a Polícia Militar (PMMG) chegou e destruiu todos os barracos que a comunidade havia reconstruído.

As famílias estão refugiadas na ilha da Esperança, e, durante o dia, na atividade de pesca, mesmo estando no canal do rio, tiros são disparados desde a margem onde os jagunços do fazendeiro estão fazendo guarda. Não se sabe se a PM ainda está no local, já que ninguém consegue se aproximar.

O 1º despejo foi no dia 18 de julho, pela PM, com o mandado de reintegração de posse suspenso. A ação foi interrompida após terem derrubado 13 casas.

Escandalosamente, no dia 20 de julho, os próprios fazendeiros, herdeiros do espólio de Breno Gonzaga Junior, que se dizem donos da área, juntaram-se com fazendeiros vizinhos e com um grupo de jagunços, concluíram, ao seu modo, a ação de reintegração de posse, ainda com o mandato suspenso judicialmente. Retiraram violentamente os moradores que ali se encontravam, destruíram casas. Alimentos, roças e saquearam objetos e animais de criação.

Após retorno ao território desde 04/08/17, e terem a visita in loco da Secretária do Patrimônio da União (SPU), confirmando que as famílias estão em área indubitável da União e terem concluído relatório técnico do perito do MPF, comprovando a tradicionalidade da comunidade, o clima entre os moradores era de reconstrução do seu modo de vida. Este sonho em construção hoje foi demolido.

As famílias estão refugiadas na ilha da Esperança, próxima à área de suas moradias destruídas. A Ilha não tem as mínimas condições de se viver por mais dias.

O grito é por socorro, sem saber aonde ir.

Solicitamos a cada órgão e agentes competentes, que tomem as providências com URGÊNCIA.

Nas águas da organização... pescando Vida e Dignidade!

Pastoral dos Pescadores/CPP-MG.

Questões para responder oralmente

1. Levando em conta o problema denunciado, quais argumentos o remetente utiliza?
2. Em sua opinião, por que o remetente escolheu esses argumentos?
3. Cite vantagens e desvantagens de uma carta ser assinada por uma única pessoa ou por um grupo de indivíduos.
4. Informe um argumento capaz de provar que a situação da Praça Emerson Lucena é grave e, em seguida, justifique a escolha e avalie se as sugestões dos colegas são boas ou ruins. Lembre-se: um argumento é considerado bom quando é capaz de convencer o ouvinte ou leitor de que é verdadeiro.

Questões para refletir

1. É possível convencer o destinatário a atuar na resolução do problema citando somente os problemas estruturais da praça?
2. E se fossem usados vários outros argumentos, como por exemplos, os que foram citados pelos colegas?

APÊNDICE AA – 3ª etapa da SD: plano de aula acerca da textualidade no gênero carta de denúncia (MÓDULO 2)

Objetivo geral:

- Expandir aspectos da textualidade no gênero em elaboração.

Objetivos específicos:

- Identificar e produzir argumentos e estratégias argumentativas;
- Aprimorar o uso dos operadores e modalizadores argumentativos;
- Explorar aspectos da textualidade relacionados a mecanismos coesivos;
- Analisar a informatividade das produções em elaboração;

Conteúdo:

- Argumentatividade, informatividade e coesão textual.

Procedimentos metodológicos:

- Realização de atividades individuais e em grupo;
- Rodas de conversa
- Leitura e estudo de texto;
- Reescrita de textos;

Recursos materiais:

- Cópias de texto
- Cópias de exercícios;
- Quadro branco e pincel para quadro branco.

Avaliação:

- Realização das atividades propostas

REFERÊNCIA

INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora. **Pastoral dos Pescadores de MG denuncia violenta expropriação territorial da Comunidade Ribeirinha Canabrava.** Disponível em: <https://www.intersindicalcentral.com.br/comunidade-ribeirinha-canabrava/#.XifHhmkjIV>. Acesso em: 25 set. 2019.

APÊNDICE BB – Atividades propostas para o 2º MOMENTO DO MÓDULO 2

1º. Leia o texto a seguir para responder a questão 01

Buritizeiro, 24 de agosto de 2017

Aos órgãos competentes, parceiros, mulheres e homens companheiros na causa da justiça e da dignidade da pessoa humana!

Clamamos por justiça às 75 famílias da comunidade tradicional pesqueira e Vazanteira de Canabrava, em Buritizeiro/MG, situada às margens do rio São Francisco, em área comprovadamente de domínio da União. A Comunidade está sofrendo hoje o 3º despejo. As 09h40, a Polícia Militar (PMMG) chegou e destruiu todos os barracos que a comunidade havia reconstruído.

As famílias estão refugiadas na ilha da Esperança, e, durante o dia, na atividade de pesca, mesmo estando no canal do rio, tiros são disparados desde a margem onde os jagunços do fazendeiro estão fazendo guarda. Não se sabe se a PM ainda está no local, já que ninguém consegue se aproximar.

O 1º despejo foi no dia 18 de julho, pela PM, com o mandado de reintegração de posse suspenso. A ação foi interrompida após terem derrubado 13 casas.

Escandalosamente, no dia 20 de julho, os próprios fazendeiros, herdeiros do espólio de Breno Gonzaga Junior, que se dizem donos da área, juntaram-se com fazendeiros vizinhos e com um grupo de jagunços, concluíram, ao seu modo, a ação de reintegração de posse, ainda com o mandato suspenso judicialmente. Retiraram violentamente os moradores que ali se encontravam, destruíram casas. Alimentos, roças e saquearam objetos e animais de criação.

Após retorno ao território desde 04/08/17, e terem a visita in loco da Secretária do Patrimônio da União (SPU), confirmando que as famílias estão em área indubitável da União e terem concluído relatório técnico do perito do MPF, comprovando a tradicionalidade da comunidade, o clima entre os moradores era de reconstrução do seu modo de vida. Este sonho em construção hoje foi demolido.

As famílias estão refugiadas na ilha da Esperança, próxima à área de suas moradias destruídas. A Ilha não tem as mínimas condições de se viver por mais dias.

O grito é por socorro, sem saber aonde ir.

Solicitamos a cada órgão e agentes competentes, que tomem as providências com **URGÊNCIA**.

Nas águas da organização... pescando Vida e Dignidade!

Pastoral dos Pescadores/CPP-MG

Fonte: INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora.

1º. Para o texto acima ser considerado carta de denúncia há um conjunto de informações que se unem e fazem com que não a confundamos com outros tipos de carta como a de solicitação, por exemplo. Os autores do texto apresentaram nele as seguintes informações que fizeram com que você lesse e dissesse: “trata-se de uma carta de denúncia”: a denúncia (um problema grave e seu causador), os argumentos que comprovam o problema e solicitação por providências. A partir dessas considerações, sublinhe no texto:

a) O causador do problema denunciado.

b) A solicitação por providências.

2°. A informatividade da carta de denúncia depende da presença nela das informações que a caracterizam. Para responder as alternativas subsequentes, leia uma carta de denúncia escrita por um(a) aluno(a) na produção inicial.

Prezados membros do Ministério Público estou fazendo esta carta para pedir encarecidamente que os senhores tomem uma iniciativa para organizar a Praça Emerson Lucena no Bairro do Cristo, devido ao estado da praça muitas crianças não estão gostando de ir para lá como antes, a praça está parecendo que está abandonada vocês deviam tomar providências as crianças e os adolescentes tem direito ao lazer aos direitos culturais à convivência familiar e comunitária a praça está necessitando de uma viatura porque está ocorrendo muitos assaltos, se melhorasse essas coisas a população agradeceria muito vocês tem de prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, um jardim não seria só uma má ideia e se fosse possível poderia ajeitar as grades das duas quadras te um espaço para apresentação também

Sobre a carta de denúncia lida:

a) Em sua opinião, as informações presentes na carta são suficientes para que o membro do Ministério Público leve em consideração a denúncia?

b) Caso tenham faltado informações na carta, informe quais são elas?

c) Há informações incompletas? Quais?

3°. A informatividade se refere tanto à quantidade quanto à qualidade das informações transmitidas em um texto. Para produzir um texto que desperte a atenção e o interesse do leitor é necessário que o autor apresente e retome informações conhecidas e desconhecidas por ele. Além disso, o autor deve expor informações completas, ou seja, não deve redigir informações pela metade. Outra ação que prejudica a informatividade é a escrita de informações desnecessárias. Ou seja: deve-se concentrar no foco principal do texto. Com base nisso, reescreva os trechos das alternativas subsequentes acrescentando informações que faltam ou

excluindo informações desnecessárias. Se necessário, troque ou exclua palavras e complemente ou modifique argumentos.

a) “A praça Emerson Lucena é uma praça que se encontra num estado abandonado.”

b) “Nós precisamos que vocês tomem providência de extrema urgência, pois existem riscos e essa reforma traria muitos benefícios”.

c) “Colocar um pouco para as crianças fazerem teatro, danças e outros tipos de cultura, a praça precisa mais de cultura”.

d) “Os brinquedos, a caixa de areia e a quadra esportiva estão em péssimas condições para serem usufruídos. Assim como a praça, a população pede encarecidamente por máquinas de exercícios físicos.”

4º. Uma das maneiras de dar maior credibilidade ao que se defende numa produção escrita é inserir no texto o argumento de alguma autoridade no assunto abordado. No caso das cartas denúncias em elaboração, sugeriu-se em atividades anteriores que fossem citados trechos de leis. Para tanto, aconselha-se que, antes de mencionar a lei, o artigo ou ambos se utilizem as expressões que conectam argumentos de conformidade como: “segundo”, “conforme”, “de acordo com”. Além disso, o trecho da lei deve ficar entre aspas. Considerando essas informações, reescreva as alternativas seguintes fazendo as correções necessárias nas citações dos trechos de leis.

a) A Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando muito a desejar. Como diz no artigo 5º - Ao município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:”

b) A praça Emerson Lucena este com vários problemas, está com a limpeza parada, brinquedos quebrados, a eletricidade péssima. Pelo art. 215 o estado garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional e apoiara, a valorização e a difusão da manifestação cultural.

APÊNDICE CC – Atividades propostas para o 3º MOMENTO DO MÓDULO 2

1º Quando elaboramos um texto unimos os argumentos por meio de palavras chamadas de conectivos. O papel desses conectivos é juntar os argumentos acrescentando noções de adição, adversidade, alternância, conclusão, explicação, causa, comparação, concessão, condição, conformidade, consequência, finalidade, proporção e temporalidade. Se não utilizados ou se usados erroneamente o sentido do texto fica prejudicado. Levando em consideração essas observações e seus conhecimentos prévios acerca do assunto, preencha os espaços com o conectivo que expresse o sentido apontado nos parênteses.

- a) “Esta carta de denúncia é, _____ uma forma de achar uma solução para esses problemas.” (Conclusão)
- b) Não há ninguém cuidando da praça, como exemplo, limpando, consertando algumas coisas na praça e etc. _____ ela está sempre suja e acabada. (explicação)
- c) “A prefeitura deve tomar providências sobre a praça para o nosso bairro ao frequentar a praça tenha mais lazer, mais esporte, mais cultura _____ no estado que ela se encontra hoje não dá pra realizar práticas esportivas nela.” (causa)
- d) “Faltam máquinas para prática de exercícios _____ crianças são impossibilitadas de usufruírem dos brinquedos pois estão danificados apresentando riscos o que pode causar acidentes. (explicação)

4º. Para que o texto não fique enfadonho, repetitivo e deselegante o autor evita repetir as mesmas palavras. Para tanto, ele usa a estratégia de retomar a palavra por meio de outra que dê a ela o mesmo sentido. Com base nessas considerações, reescreva os trechos substituindo os termos repetidos por palavra(s) ou expressões sinônimas, ou seja, que mantenham o mesmo sentido.

1. “Com o abandono da prefeitura na **praça** as pessoas está acabando com a **praça** a cada dia e ano que se passa a **praça** está ficando pior”.

2. “A quadra de areia está **péssima**, iluminação é **ruim**, a noite a passarela é **péssima**, a quadra poliesportiva também é **ruim**”

3. “Esta carta de denúncia é uma forma de achar uma solução **para** esses problemas **para** não prejudicar os moradores a dificuldade dos transportes a quadra precisa de grades novas, traves e pinturas. Assim é a presente **para** solicitar as providências.”

4º “antigamente construindo a **praça** era tudo **perfeito** quadras balanços, gangorra escorrego tudo em **perfeita** condições, hoje temos uma **praça** destruída.”

APÊNDICE DD – 3ª etapa da SD: Plano de aula sobre os elementos estruturais constituintes da carta de denúncia (MÓDULO 3)

Objetivo geral:

- Reconhecer os elementos estruturais que constituem a carta de denúncia.

Objetivos específicos:

- Identificar entre diversas formas de tratamento aquela que comporá o vocativo apropriado para se referir ao destinatário da carta de denúncia em elaboração;
- Distribuir as informações da carta de denúncia nos parágrafos adequados;
- Propor possibilidades de desfecho e despedida;
- Refletir sobre o papel do anonimato nesse tipo de produção;
- Tecer considerações sobre a importância da organização de cada elemento da carta em relação à compreensão destinatário.

Conteúdo:

- Elementos constitutivos da carta de denúncia

Procedimentos metodológicos:

- Exercícios orais e escritos sobre os elementos constitutivos da carta;
- Leitura e estudo de texto;
- Exercícios escritos.

Recursos materiais:

- Quadro branco;
- Pincel para quadro branco;
- Cópias dos exercícios.

Avaliação:

- Participação nas discussões orais;
- Realização dos exercícios escritos.

REFERÊNCIAS:

AMORIM, Andrezza Soares Espíndola de. **Produção do gênero carta de solicitação no 9º ano do ensino fundamental**: a escrita como prática social. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba/Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Mamanguape, 2016.

Carta de denúncia Banco Itaú. Disponível em: SINDICATO DOS BANCÁRIOS – ZONA DA MATA E SUL DE MINAS. **Carta Denúncia:** Banco Itaú. Disponível em: <https://www.bancariosjf.com.br/imprensa/bancos/itau-unibanco/carta-denuncia-banco-itau>. Acesso em: 29 set. 2019.

APÊNDICE EE – Atividades propostas para o MÓDULO 3

1. As informações presentes em cada parte que constitui a carta de denúncia foram embaralhadas. Identifique-as numerando os parênteses ao lado da carta de acordo com os números das proposições a seguir.

1. Local e data;

2. Saudação (vocativo);

3. Parágrafo da introdução no qual o autor da carta se apresenta, faz a denúncia e apresenta o responsável pelo problema causado;

4. Parágrafo intermediário (localizado entre a introdução e a conclusão) no qual são apontadas informações (argumentos) para comprovar a gravidade do problema denunciado;

5. Parágrafo intermediário (localizado entre a introdução e a conclusão) no qual são apontadas informações (argumentos) para comprovar a gravidade do problema denunciado;

6. Parágrafo intermediário (localizado entre a introdução e a conclusão) no qual são apontadas informações (argumentos) para comprovar a gravidade do problema denunciado;

7. Parágrafo da conclusão no qual o autor da carta solicita providência e aponta os resultados esperados;

8. Despedida;

9. Assinatura.

Carta de denúncia – Banco Itaú

()



Coletivo de Diretores do Banco Itaú
Sintraf JF

()



Atenciosamente,

()



Solicitamos, portanto, que haja uma revisão imediata das decisões tomadas pela superintendente a fim de corrigir esta atitude descabida. Estaremos acionando todos os meios legais para denunciar esta atitude arbitrária. Não é intimidando os funcionários e praticando o assédio moral que se resolve este tipo de questão.

()



A superintendente Carmem Alves, recém empossada, vem sistematicamente ameaçando através de emails e telefonemas vários trabalhadores e trabalhadoras. Recentemente, divulgou uma lista de cidades aos gerentes do Itaú em Juiz de Fora para que “escolham” para onde “desejam” se transferir, sob pena de demissão caso não acatem à ordem.

()



Nós, diretores e diretoras do Sintraf JF – Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Zona da Mata e Sul de Minas, viemos por meio desta denunciar uma atitude que, no mínimo, consideramos arbitrária por parte desta instituição.

()



É salutar que neste tipo de processo haja um consenso por parte dos empregados do Banco Itaú, fato este que não vem ocorrendo. Já é do conhecimento do Sintraf JF que a referida superintendente chega a dizer que está na hora do corpo gerencial do Itaú de Juiz de Fora “sair do açúcar e ir para o sal” demonstrando desta forma total desrespeito aos trabalhadores e suas famílias bem como também um total despreparo.

()



O questionamento do Sintraf JF é o seguinte: será esta a nova postura do Banco Itaú após a fusão com o Unibanco? Não bastam os lucros exorbitantes obtidos anos após ano? É preciso continuar assediando moralmente os trabalhadores, uma vez que houve avanço nessa questão no Acordo Coletivo 2011, assinado há poucos dias? Nós esperamos que não, para o bom relacionamento existente entre nossas entidades.

()



Prezados trabalhadores sócios do Sintraf JF, para a função que vem exercendo.

()



Juiz de Fora, 10 de novembro de 2010

Fonte: Sindicato Dos Bancários – Zona Da Mata e Sul de Minas.

Leia atentamente a tabela seguinte:

DESTINATÁRIO	TRATAMENTO	ABREV.	VOCATIVO	ENVELOPE
Presidente da República	Vossa Excelência	Não se usa	Excelentíssimo Senhor Presidente da República,	Excelentíssimo Senhor Fulano de Tal Presidente da República Endereço.
Governador de Estado	Vossa Excelência	V. Exa.	Senhor Governador,	Excelentíssimo Senhor Fulano de Tal Governador do Estado
Prefeitos Municipais	Vossa Excelência	V. Exa.	Senhor Prefeito,	Excelentíssimo Senhor Fulano de Tal Prefeito do Município
Juízes	Vossa Excelência	V. Exa.	Senhor Juiz	Excelentíssimo Senhor Fulano de tal Cargo respectivo
Promotores	Vossa Excelência	V. Exa.	Senhor Promotor,	Excelentíssimo Senhor Fulano de tal Cargo respectivo
Reitor de Universidade	Vossa Magnificência	Não se usa	Magnífico Reitor	A Vossa Magnificência o Senhor Fulano de Tal Reitor da Universidade
Outras autoridades	Vossa Senhoria	V. Sa.	Senhor+cargo	Ao Senhor Fulano de Tal Cargo respectivo Endereço

Fonte: AMORIM, Andrezza Soares Espíndola de. **Produção do gênero carta de solicitação no 9º ano do ensino fundamental**: a escrita como prática social. (Dissertação de Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba/Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Mamanguape, 2016. (Adaptado)

2º) Agora oriente-se pela tabela e crie saudações com os vocativos adequados para os destinatários expressos.

a) Destinatário: reitora da Universidade da Paraíba Margareth Diniz

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

b) Destinatário: Presidente da República de Portugal Marcelo Rebelo de Sousa

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

c) Destinatário: Governador da Paraíba João Azevedo

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

d) Destinatário: Promotor de Justiça do Patrimônio Carlos Romero Lauria Paulo Neto

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

3º) Reescreva os trechos substituindo os vocativos presentes por vocativos adequados:

a)

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Prezados senhores do Ministério Público venho aqui por meio dessa carta, denunciar a
 uação da Prefeitura com a Praça Emerson Lucena localizada no Bairro do Cristo redentor.

b)

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Prezados senhores do Ministério Público, venho em meio dessa carta denunciar
 problemas relacionados a praça Emerson Lucena localizada no bairro do Cristo Redentor.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

4º) Sobre o corpo do texto, marque V (verdadeira) ou F (Falsa) para as afirmações a seguir:

a) O parágrafo da introdução da denúncia sempre aparece na mesma ordem, ou seja, é sempre o primeiro parágrafo do corpo da carta. (.) V () F

b) O parágrafo da conclusão da carta de denúncia no qual o autor solicita providências e indica o resultado esperado sempre aparece na mesma ordem, ou seja, é sempre o último parágrafo do corpo da carta. () V () F

c) Todos os parágrafos localizados entre a introdução e a conclusão servem para o autor expor as provas da denúncia por meio de argumentos: detalhes do problema, narração de situações graves envolvendo o problema, exposição de direitos violados, citação de trechos de leis etc.
 () V () F

d) Não há um número limitado dos parágrafos localizados entre a introdução e a conclusão no qual se expõe as provas da denúncia. (.) V () F

5º Sabe-se que a introdução de uma carta de denúncia fica localizada no primeiro parágrafo do corpo do texto. Nela o **autor deve se apresentar, e expor os motivos pelos quais está escrevendo a carta, que é denunciar um fato considerado grave identificando seu causador.** Com base nessas informações, analise os trechos da carta de denúncia em elaboração, marcando “X” nos

parênteses que julgar adequado e mostrar como esse parágrafo poderia ser escrito para ficar correto.

a)

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Prezados membros do Ministério Público

Estou fazendo esta carta para pedir encarecidamente que os senhores tomem uma
Iniciativa para organizar a Praça Emerson Lucena no bairro do Cristo Redentor.

O autor se apresenta. Sim () Não ()

Denuncia um fato considerado grave. Sim () Não ()

Identifica o causador do fato considerado grave. Sim () Não ()

Agora corrija a introdução da carta de denúncia analisada:

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

b)

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Prezado senhores do Ministério Público

Venho por meio desta carta para relatar algo que estar prejudicando os moradores
do bairro Cristo Redentor. A praça Emerson Lucena que está devidamente abandonada.

O autor se apresenta. Sim () Não ()

Denuncia um fato considerado grave. Sim () Não ()

Identifica o causador do fato considerado grave. Sim () Não ()

Agora corrija a introdução da carta de denúncia analisada:

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

6°. No último parágrafo do corpo do texto o autor deve concluir (com um termo de conclusão), solicitar providências e citar os resultados esperados. Partindo dessas informações pode-se perceber que no trecho da carta a seguir o autor não separou o último parágrafo do parágrafo anterior.

“Além disso, as quadras utilizadas para práticas desportivas, não estão sendo mais usadas porque estão cheias de buracos, as traves estão enferrujadas e podem cair qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado está abandonado sujo, destruído peço encarecidamente que a Prefeitura tome providências e que percebam que a situação da praça está precária.”

APÊNDICE FF – 3ª etapa da SD: plano de aula para a aplicação do MÓDULO 4

Objetivo geral:

- Adequar o texto apresentado na produção inicial ao estilo linguístico do gênero e aos padrões de escrita preceituados pela norma culta da língua.

Objetivos específicos:

- Explorar saberes acerca do funcionamento da língua em relação aos princípios da norma padrão;
- Utilizar a vírgula na separação do local e data e do vocativo na carta de denúncia;
- Empregar o verbo adequado (denunciar) para introduzir o problema denunciado no parágrafo introdutório;
- Revisar regra de escrita dos nomes próprios;
- Adequar os verbos que se referirem ao autor da carta à pessoa do discurso assumida por ele.

Conteúdo:

- Uso da vírgula;
- Emprego do verbo “denunciar” no parágrafo introdutório da carta de denúncia;
- Utilização dos nomes próprios;
- Distinção entre a primeira e a terceira pessoas do discurso;
- Adequação dos verbos referentes ao autor do texto à pessoa do discurso apresentada na introdução ou na assinatura.

Procedimentos metodológicos:

- Aplicação de exercício escrito;
- Reescrita de partes dos textos em elaboração;
- Exposição de esclarecimentos à lousa por parte do professor pesquisador;

Recursos materiais:

- Cópias dos exercícios;
- Quadro branco e pincel para quadro branco.

Avaliação:

- Realização das atividades propostas;

REFERÊNCIAS

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português linguagens, 7º ano:** língua portuguesa. 9. ed. São Paulo: Atual, 2015.

CARVALHO, Guilherme. Carta-denúncia elaborada por comunidades tradicionais do município de Abaetetuba, Pará. **Combate Racismo Ambiental**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/08/13/carta-denuncia-elaborada-por-comunidades-tradicionais-do-municipio-de-abaetetuba-para/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

APÊNDICE GG – Atividades propostas para o MÓDULO 4

1º) A escrita dos primeiros elementos que compõem a carta, o local e a data, deve ser separada por vírgula e encerrada por ponto final. Considerando essas informações, marque a opção correta:

- a) João Pessoa, 02 de setembro de 2019
- b) João Pessoa 02 de setembro de 2019.
- c) João Pessoa, 02 de setembro de 2019.
- d) João Pessoa, 02 de setembro, de 2019.

2º Quanto ao uso da vírgula após o vocativo, marque a opção correta:

- a) Prezados senhores do Ministério Público
- b) Prezados senhores, do Ministério Público,
- c) Prezados, senhores, do Ministério Público,
- d) Prezados senhores do Ministério Público,

3º) Substitua os verbos presente nos trechos dos parágrafos de introdução seguintes pelo verbo adequado ao gênero carta de denúncia quando, no primeiro parágrafo do corpo do texto, o autor informa o objetivo da carta, ou seja, a denúncia, introduzindo-a com o verbo apropriado.

a) “Envio essa carta para **resolver** o problema na praça Emerson lucena, localizada no bairro do cristo, causado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.”

“Envio essa carta para _____ problemas na praça Emerson lucena, localizada no bairro do cristo, causado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.”

b) “Venho por meio desta carta **relatar** algo que está prejudicando os moradores do bairro do Cristo redentor: a situação da praça emerson Lucena que está completamente abandonada pela prefeitura municipal de João Pessoa.”

“Venho por meio desta carta _____ algo que está prejudicando os moradores do bairro do Cristo redentor: a situação da praça emerson Lucena que está completamente abandonada pela prefeitura municipal de João Pessoa.”

4º) Na questão anterior, alguns nomes próprios foram escritos incorretamente. Reescreva corretamente:

a) Os nomes próprios que foram escritos incorretamente na letra “a” da questão anterior:

b) Os nomes próprios que foram escritos incorretamente na letra “b” da questão anterior:

5º) Quando escrevemos uma carta, se começamos mencionando “venho por meio dessa carta”, por exemplo, que dizer que estamos falando na primeira pessoa do singular, ou seja, por meio do “eu”. Portanto, todos os verbos que aparecerem referindo-se ao autor, devem se reportar-se à primeira pessoa e a assinatura também deve ser individual. Considerando isso, responda as questões a seguir relacionadas a dois trechos extraídos das cartas de denúncia em elaboração.

Trecho I - “**Moro** próximo ao local onde se encontra a Praça Emerson Lucena (...)”

a) No trecho I, o verbo grifado, que se refere ao autor da carta, está em 1ª ou 3ª pessoa?

b) Outro trecho do mesmo autor na produção da carta foi: “**Contamos** com vossa colaboração”. O verbo grifado está concordando com o verbo destacado no primeiro trecho expresso no topo desta questão? Qual seria a escrita correta?

c) Proponha uma assinatura anônima individual para a carta considerando que a autoria é feminina.

Trecho II - “Estou enviando esta carta para denunciar a Prefeitura Municipal de João Pessoa por ter deixado a Praça Emerson Lucena chegar ao estado de calamidade em que se encontra.

a) No trecho II, o verbo grifado, que se refere ao autor da carta, está em 1ª ou 3ª pessoa?

b) Outro trecho do mesmo autor na produção da carta foi: “**Gostaríamos** muito dessa reforma para que **pudéssemos** voltar a fazer exercícios e praticar outras atividades.”. Os verbos grifados estão concordando com o verbo destacado no primeiro trecho expresso no topo desta questão? Qual seria a escrita correta?

c) Proponha uma assinatura anônima individual para a carta considerando que a autoria é feminina.

APÊNDICE HH – 4ª etapa da SD: plano de aula relativo à PRODUÇÃO FINAL da carta de denúncia

Objetivo geral:

- Produzir versão final do gênero carta de denúncia.

Objetivos específicos:

- Superar dificuldades apresentadas na produção inicial;
- Pôr em prática os conhecimentos trabalhados ao longo dos módulos.

Conteúdo:

- Gênero carta de denúncia.

Procedimentos metodológicos:

- Devolução da produção inicial;
- Entrega de folha para a reescrita com bilhetes orientadores esclarecendo o que necessita ser melhorado na carta;

Recursos materiais:

- Bilhetes orientadores impressos;
- Folhas de papel em branco;
- Canetas, lápis grafites e borrachas

Avaliação:

- Efetivação da produção escrita final.

APÊNDICE II – 6ª etapa da SD: plano de aula para ENVIO DA VERSÃO FINAL da produção escrita ao destinatário

Objetivo geral:

- Enviar ao destinatário uma das cartas de denúncia produzidas.

Objetivos específicos:

- Refletir sobre a possibilidade de transformação social que o uso real do gênero pode proporcionar;
- Relacionar as versões inicial e final das produções;
- Dialogar sobre os avanços nas produções escritas em relação à abordagem temática, à estrutura composicional, ao estilo linguístico e à norma culta;
- Pôr em prática a função social do gênero.

Conteúdo:

- Carta de denúncia.

Procedimentos metodológicos:

- Conversa sobre a possibilidade de mudança nos diversos problemas sociais da comunidade por meio do gênero carta de denúncia;
- Devolução aos discentes das duas versões escritas das cartas de denúncia;
- Diálogo sobre os avanços apresentados na última versão da carta;
- Atividade de leitura da carta de denúncia a ser enviada ao destinatário, escolhida pelo professor durante o processo de correção da versão escrita final;
- Envio da carta escolhida ao destinatário.

Recursos materiais:

- Cópias das versões inicial e final das cartas de denúncia;
- Datashow;
- Computadores com internet.

Avaliação:

- Participação nas conversações em sala de aula e nas demais atividades.

REFERÊNCIA:

PARAÍBA. Ministério Público da Paraíba. **Ouvidoria**. Disponível em: <http://www.mppb.mp.br/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

APÊNDICE JJ – Questões norteadoras para serem abordadas pelo docente junto aos discentes na atividade

1 – Depois de terem passado por todo o processo de produção da carta de denúncia, vocês estão convencidos ou não de que é possível resolver os problemas da comunidade por meio deste gênero?

2 – Você consegue observar algum avanço na produção final em relação à produção inicial?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Anuência



Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Educação e Cultura
Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augustodos Anjos
 Rua Olívio de Almeida Guerra, 391 - Cristo Redentor, João Pessoa - PB.
 CEP: 58071-430. Telefone: (83) 3223-9819 CNPJ: 01570389/0001-73

ESCOLA MUN. ENS. FUNDAM.
AUGUSTO DOS ANJOS
 Rua Olívio de Almeida Guerra, 391 - Cristo Redentor, João Pessoa - PB.
 CEP: 58071-430
 Fone: 3218-9365 / 3223-9819
 Email: emaa.net@bol.com.br

TERMO DE ANUÊNCIA

Pelo presente consentimento, declaro que fui informado(a), com clareza de detalhes, acerca do projeto de pesquisa intitulado “CARTA DENÚNCIA: O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE PRODUÇÃO TEXTUAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL” vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras – PROFLETRAS, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, Campus IV, da Universidade Federal da Paraíba, que será desenvolvido nesta instituição, o qual apresenta como objetivo geral analisar o processo de ensino-aprendizagem de produção escrita do gênero carta denúncia, objeto da reação dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de João Pessoa aos problemas sociais que os atingem, por meio da aplicação do procedimento das sequências didáticas e os seguintes objetivos específicos: subsidiar a atuação social do público-alvo; desenvolver atividades de intervenção, abordando o gênero em um contexto real com foco em estratégias argumentativas visando à superação de dificuldades; identificar possíveis progressos alcançados pelos discentes após as ações interventivas; relacionar os resultados iniciais e finais para analisarmos se houve a superação das possíveis dificuldades observadas na produção através da aplicação do procedimento das sequências didáticas.

Tenho conhecimento de que receberei resposta a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com esta pesquisa. Também terei total liberdade para retirar meu consentimento, a qualquer momento, podendo deixar de participar do estudo. Tenho consciência, ainda, que a participação nesta pesquisa não terá complicações legais e que nenhum dos procedimentos usados oferece riscos e desconforto aos participantes.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso em verificar seu desenvolvimento para que se possa cumprir os requisitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, como também, no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para garantia de tal segurança e bem-estar.

Concordo em participar deste estudo, bem como autorizo, para fins exclusivamente de pesquisa, a utilização dos dados coletados. O registro das observações ficará à disposição da Universidade para outros estudos, sempre respeitando o caráter confidencial das informações registradas e o sigilo de identificação dos participantes. Os dados serão arquivados pelo pesquisador e destruídos após um prazo de 05 (cinco) anos.

Os responsáveis por este projeto são: o Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento (UFPB) erypn@hotmail.com e o mestrando Manoel Messias Belisario Neto (UFPB) manoelbelizario33@gmail.com.

João Pessoa/PB, 03 de abril de 2019.

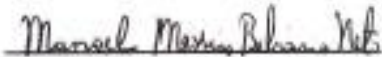
Nome da Instituição: E.M.E.I.F. AUGUSTO DOS ANJOS

Responsável pela Instituição: Diane Gouveia Vilar

CPF: 488.580.564-34

Diane Gouveia Vilar
 Diretora Geral - Mat. 28565-0

ANEXO B – Folha de rosto da apresentação do projeto ao Conselho de Ética

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: CARTA DENÚNCIA: O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE PRODUÇÃO TEXTUAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 20			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 8: Linguística, Letras e Artes			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: MANOEL MESSIAS BELISÁRIO NETO			
6. CPF: 058.837.154-30		7. Endereço (Rua, n.º): AVENIDA DA FRATERNIDADE, 485 CRISTO REDENTOR APTD 301 JOÃO PESSOA PARAIBA 58070310	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 83999643099	10. Outro Telefone:	11. Email: MANOELBELIZARIO33@GMAIL.COM
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do presente Projeto acima. Tenho ciência que esta folha será anexada ao protocolo devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo. Data: <u>25</u> / <u>03</u> / <u>19</u>  Assinatura			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA		13. CNPJ: 24.086.477/0017-87	
14. Unidade/Orgão:			
15. Telefone: (83) 3291-1805		16. Outro Telefone: (83) 3292-8470	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Responsável: <u>Maria Angeluce Soares Perônico Barboza</u> CPF: <u>023.489.414-81</u> Cargo/Função: <u>Diretora do CCAE/UFPB</u> Data: <u>25</u> / <u>03</u> / <u>2019</u>  Assinatura			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO C – Parecer de aprovação do projeto no CEP junto ao Conselho de Ética do CCS-UFPB – Páginas iniciais e final com número do parecer e situação de aprovação

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CARTA DENÚNCIA: O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE PRODUÇÃO TEXTUAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Pesquisador: MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 11405119.3.0000.5188

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.294.826

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa do mestrando Manoel Messias Belisario Neto apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras, PROFLETRAS, da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus IV, Mamanguape, na área de concentração Linguagens e Letramentos, na linha de pesquisa teoria da linguagem e ensino, sob orientação do Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento, com uso de metodologia qualitativa e trabalho de campo no formato de pesquisa-ação. Tendo em vista o contexto social e as dificuldades de escrita de gêneros textuais apresentada pelos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de João Pessoa, pretendemos ensinar a escrita do gênero carta denúncia associada à realidade social em que esse público está inserido por meio do procedimento das sequências didáticas dos autores Schneuwly, Dolz e Noverraz (2011), tomando como ponto de partida o seguinte questionamento: “De que forma uma proposta de ensino de produção escrita do gênero carta denúncia, baseada nas sequências didáticas, pode contribuir para o desenvolvimento da competência escrita e para o exercício da cidadania?” Nosso objetivo geral é analisar o ensino-aprendizagem de produção escrita do gênero carta denúncia, como resposta dos alunos da referida série da citada escola às adversidades sociais que os afetam. Como objetivos específicos pretendemos subsidiar a atuação social do público-alvo; desenvolver atividades de intervenção, abordando o gênero em um contexto real com foco em estratégias argumentativas visando à superação de dificuldades; identificar possíveis progressos alcançados pelos discentes após as ações interventivas; relacionar os resultados iniciais e finais para

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.294.826

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	05/04/2019		Aceito
Básicas do Projeto	ETO_1320689.pdf	11:57:19		Aceito
Outros	9_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_D E_DADOS.pdf	05/04/2019 11:42:26	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	8_TERMOS_DE_ASENTIMENTO_LIVRE _E_ESCLARECIDO.pdf	05/04/2019 11:41:30	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMOS_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE _E_ESCLARECIDO.pdf	05/04/2019 11:41:09	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito
Orçamento	6_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	05/04/2019 11:40:48	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	05/04/2019 11:40:37	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_PROJETO_DETALHADO.pdf	05/04/2019 11:38:11	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_TERMOS_DE_ANUENCIA.pdf	05/04/2019 11:37:54	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO_DO_ PROJETO.pdf	05/04/2019 11:37:29	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	04/04/2019 23:54:29	MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 30 de Abril de 2019

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

ANEXO D – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) – assinado por pais/responsáveis dos estudantes

**TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO –
PAIS/RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES**

O(A) seu(ua) filho(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **CARTA DE DENÚNCIA: O ENSINO DE ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**, desenvolvida por MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO, aluno regularmente matriculado no Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE/ Mamanguape, da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof. Dr. ERIVALDO PEREIRA DO NASCIMENTO, nesta instituição.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de ensino-aprendizagem de produção escrita do gênero carta de denúncia, objeto da reação dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de João Pessoa aos problemas sociais que os atingem, por meio da aplicação do procedimento das sequências didáticas e os seguintes objetivos específicos: subsidiar a atuação social do público-alvo; desenvolver atividades de intervenção, abordando o gênero em um contexto real com foco em estratégias argumentativas visando à superação de dificuldades; identificar possíveis progressos alcançados pelos discente após as ações interventivas; relacionar os resultados iniciais e finais para analisarmos se houve a superação das possíveis dificuldades observadas na produção através da aplicação do procedimento das sequências didáticas.

Justifica-se o presente estudo por buscar verificar se os alunos, motivados por problemas sociais que os afligem, podem produzir textos que contribuam para um melhor desenvolvimento de sua competência escrita.

A participação do seu(ua) filho(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Os riscos aos quais esse projeto está suscetível são comuns nos processos de ensino-aprendizagem de composições escritas, por exemplo, caso o professor leia ou avalie uma produção textual do aluno, poderá desencadear inibição no discente e, com isso, dificultar seu progresso nas atividades. Porém, esse tipo de situação é atenuado pelo procedimento aplicado no trabalho, o das sequências didáticas o qual foca no processo de avaliação formativa que mira no processo de escrita e não no resultado textual final, auxiliando o aluno na superação dos problemas apresentados e na valorização dos avanços alcançados a cada módulo. Em contrapartida os benefícios são: a possibilidade de melhoria na qualidade dos textos produzidos em sala de aula, por meio das atividades centradas no desenvolvimento da competência escrita e no aprimoramento dessa habilidade; a chance de empreender reflexões acerca dos problemas sociais que envolvem o espaço onde os alunos vivem e de propor meios de superá-los e o incentivo à prática da argumentação, ou seja, ao exercício da defesa de pontos de vista, tanto durante as produções textuais, quanto na vida cotidiana.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de seu(ua) filho(a) implique em algum tipo de despesa, a mesma será ressarcida pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para que meu(inha) filho(a) possa dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem dos mesmos nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como se trata de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim.

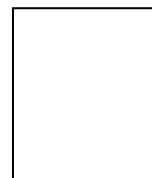
João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2019.

Responsável legal

Pesquisador responsável

Professor orientador

Testemunha



Contato do Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador Manoel Messias Belisario Neto

Endereço (Setor de Trabalho): E.M.E.I.F. Augusto dos Anjos, Rua Olívio de Almeida Guerra, 391 - Cristo Redentor, João Pessoa - PB, 58071-430 - Telefone: (83) 3223-9819

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO E – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – assinado pelos alunos participantes da pesquisa

**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Orientação para Alunos – Resolução 466/12 do CNS)**

Prezado (a) aluno (a).

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**CARTA DE DENÚNCIA: O ENSINO DE ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**” que está sendo desenvolvida pelo pesquisador MANOEL MESSIAS BELISARIO NETO, aluno do **PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS – PROFLETRAS, CAMPUS IV - MAMANGUAPE, do CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CCAE, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, sob a orientação do Prof. Dr. ERIVALDO PEREIRA DO NASCIMENTO.

O objetivo geral do estudo é analisar o processo de ensino-aprendizagem de produção escrita do gênero carta de denúncia, objeto da reação dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de João Pessoa aos problemas sociais que os atingem, por meio da aplicação do procedimento das sequências didáticas. Os objetivos específicos são os seguintes: subsidiar a atuação social do público-alvo; desenvolver atividades de intervenção, abordando o gênero em um contexto real com foco em estratégias argumentativas visando à superação de dificuldades; identificar possíveis progressos alcançados pelos discente após as ações interventivas; relacionar os resultados iniciais e finais para analisarmos se houve a superação das possíveis dificuldades observadas na produção através da aplicação do procedimento das sequências didáticas.

Ressaltamos que pretendemos, com este trabalho contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica capaz de tornar os alunos produtores proficientes de textos.

Solicitamos a sua colaboração para participar das aulas e oficinas que ministraremos, produzindo textos e submetendo-os a um processo de avaliação formativa e somativa. solicitamos ainda sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da linguística aplicada e publicá-los em revista científica. Enfatizamos que, por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Destacamos, contudo, que a pesquisa visa ao aperfeiçoamento de um procedimento metodológico e não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde dos participantes, para que nenhum desconforto psicológico venha a acontecer, será escolhido um local privado, sem a interferência de pessoas alheias ao estudo.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento, como trata-se de um documento elaborado em duas vias, a primeira deverá ser rubricada por mim e pelo pesquisador responsável e a segunda assinada por ambos.

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável

Professor orientador

Testemunha

Contato do Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador
Manoel Messias Belisario Neto

Endereço (Setor de Trabalho): E.M.E.I.F. Augusto dos Anjos, Rua Olívio de Almeida Guerra,
391 - Cristo Redentor, João Pessoa - PB, 58071-430 - Telefone: (83) 3223-9819

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da
Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO F – Carta de denúncia sobre fechamento de logradouro público

À SUB-PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Ref.: Denúncia de fechamento de logradouro público

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 2990 – Condomínio Villas (AMA – Associação de Moradores da Rua Aroazes), Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ.

CEP.: 22775-040

Eu Vera Maria de Carvalho e Silva Cravo, viúva, do lar, portadora da carteira de identidade nº 01.879.890-0, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 028.984.717-63, na qualidade de Síndica, regularmente eleita em Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Residencial Joia da Barra, situado na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 3.000 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.706.563/0001-98, tendo em vista as fotografias ora juntadas, é a presente para solicitar as competentes providências ao fechamento do logradouro público, verificado ao lado do Condomínio supra, impedindo assim, o acesso de carros do Corpo de Bombeiros em caso de algum incêndio, havendo grande risco de causar um incidente de graves proporções, bem como, o atendimento ao Transporte Coletivo, que particularmente atende ao mesmo.

Cumprе ressaltar que houve ainda a construção de calçada, que visivelmente afronta as normas municipais sem as competentes medidas para tal.

Assim, é a presente para solicitar as providências devidas em caráter de extrema urgência, pois existem os riscos acima, o que de certo traria sérias repercussões aos moradores de nosso condomínio que conta com cerca de 500 famílias e cerca de 3.000 moradores.

Atenciosamente,

Vera Maria de Carvalho e Silva Cravo

ANEXO G – Carta de denúncia do Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

São Luís, 22 de agosto de 2016

Sr. Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular no Estado do Maranhão,
Professor doutor Francisco Gonçalves da conceição,

Nas qualidades de Chefa do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e de Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), servimo-nos desta para denunciar e solicitar solução para graves problemas relacionados à atuação da empresa de Vip Vigilância no povoado Cajueiro, localizada na zona rural de São Luís.

No dia 17 de julho de 2016, uma comitiva formada por pesquisadores universitários e militantes do Movimento de Saúde dos Povos (MSP) com a participação de pessoas oriundas da Nicarágua do México do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Distrito Federal, da Bahia, do Pará e do Maranhão (capital e interior), dirigiu-se ao povoado do Cajueiro para fazer uma visita, conhecer e prestar solidariedade às lideranças da União de Moradores do Bom Jesus do Cajueiro que vem travando uma longa e difícil luta em defesa de seu território e contra a instalação do Terminal Portuário de São Luís, capitaneado pela empresa WPR, subsidiária da empresa paulista do ramo imobiliário e de infraestrutura Wtorre. O referido Terminal Portuário encontra-se em fase de licenciamento, porém com contestações judiciais em curso e evidências de inúmeras irregularidades.

O grupo do MSP, que tem como uma de suas principais organizadoras a Irmã Anne Caroline Wihbey, da congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, após reunião na União de Moradores, dirigiu-se à praia de Parnauçu, onde se pretende a construção do porto e que pertence ao perímetro da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. No percurso até a praia, algumas pessoas do grupo foram abordadas por dois seguranças da Vip Vigilância, que faziam ronda em motocicleta (ver primeira foto em anexo) e que fizeram perguntas sobre quem eram, o que estavam fazendo ali e o que pretendiam. A abordagem, apesar de não ostensiva, tinha um caráter intimidador. A empresa de vigilância extrapolou suas atribuições funcionando como instrumento de controle do território público e envergonhando a segurança pública maranhense diante de visitantes de outras localidades.

No dia 18 de agosto de 2016, mais uma vez e de forma ostensiva, a Vip Vigilância extrapolou suas atribuições intimidando o jornalista italiano Paolo Annechini e sua esposa Luisa Annechini e os Pe. Emanuel e Pe. André, da Paróquia da Santíssima Trindade localizada no bairro cidade olímpica, que estavam acompanhados por dois estudantes vinculados ao GEDMMA e que fazem pesquisa socioantropológica na área (Ver as demais fotos em anexo). Desta vez, os visitantes foram abordados enquanto tiravam fotografias e faziam filmagens na praia de Parnauçu e proibidos de ali permanecerem. Os vigilantes (que são chamados de jagunços pelos moradores que resistem à construção do Porto) chegaram novamente de motocicleta e alegaram que ali seria uma área privada e quaisquer presenças estranhas deveriam ser autorizados pela empresa. Logo após fizeram fotografias dos rostos dos jornalistas Paolo Annechini e do Pe. André. Mediante relatos de uma moradora, os mesmos registraram ainda as placas dos veículos automotores de posse dos visitantes através de fotos, como forma de controlar o fluxo das pessoas na área, tecendo comentários em tom de deboche: “Só mais este

e vamos para casa”. A empresa atua em área pública como se privada fosse, impede o livre trânsito de pessoas e exerce ronda de vigilância de forma indevida.

Nas duas situações, moradores locais denunciaram aos visitantes que são coagidos cotidianamente pelos funcionários da Vip Vigilância que fazem rondas constantes de motocicletas no povoado, interrogam os moradores sobre os seus trajetos e sobre os objetos que transportam, tentam impedir capinas para limpar as ruas e suas margens e interrogam visitantes. Enfim a empresa não se restringe a vigiar as áreas que já adquiriu na localidade e exerce atividades de controle de todo o território, constrangendo moradores e visitantes, assumindo ares de segurança pública e criando situações de intimidação daqueles que não querem vender seus terrenos e resistem à instalação do porto. Mais uma vez a ilegalidade se instala na região.

Assim sendo, denunciaremos a atuação das empresas e solicitamos que medidas sejam tomadas para que os direitos humanos e os direitos territoriais dos moradores sejam respeitados e para que o direito de ir e vir dos visitantes não seja restringido pela atuação de empreendimentos privados.

Atenciosamente,

Cindia Brustolin
Chefa do departamento de
Sociologia e Antropologia

Horácio Antunes de Sant’Ana Junior
Coordenador do Grupo de Estudos:
Desenvolvimento, Modernidade e
Meio Ambiente

ANEXO H – carta de denúncia da Pastoral dos pescadores

Buritizeiro, 24 de agosto de 2017

Aos órgãos competentes, parceiros, mulheres e homens companheiros na causa da justiça e da dignidade da pessoa humana!

Clamamos por justiça às 75 famílias da comunidade tradicional pesqueira e Vazanteira de Canabrava, em Buritizeiro/MG, situada às margens do rio São Francisco, em área comprovadamente de domínio da União. A Comunidade está sofrendo hoje o 3º despejo. As 09h40, a Polícia Militar (PMMG) chegou e destruiu todos os barracos que a comunidade havia reconstruído.

As famílias estão refugiadas na ilha da Esperança, e, durante o dia, na atividade de pesca, mesmo estando no canal do rio, tiros são disparados desde a margem onde os jagunços do fazendeiro estão fazendo guarda. Não se sabe se a PM ainda está no local, já que ninguém consegue se aproximar.

O 1º despejo foi no dia 18 de julho, pela PM, com o mandado de reintegração de posse suspenso. A ação foi interrompida após terem derrubado 13 casas.

Escandalosamente, no dia 20 de julho, os próprios fazendeiros, herdeiros do espólio de Breno Gonzaga Junior, que se dizem donos da área, juntaram-se com fazendeiros vizinhos e com um grupo de jagunços, concluíram, ao seu modo, a ação de reintegração de posse, ainda com o mandato suspenso judicialmente. Retiraram violentamente os moradores que ali se encontravam, destruíram casas. Alimentos, roças e saquearam objetos e animais de criação.

Após retorno ao território desde 04/08/17, e terem a visita in loco da Secretária do Patrimônio da União (SPU), confirmando que as famílias estão em área indubitável da União e terem concluído relatório técnico do perito do MPF, comprovando a tradicionalidade da comunidade, o clima entre os moradores era de reconstrução do seu modo de vida. Este sonho em construção hoje foi demolido.

As famílias estão refugiadas na ilha da Esperança, próxima à área de suas moradias destruídas. A Ilha não tem as mínimas condições de se viver por mais dias.

O grito é por socorro, sem saber aonde ir.

Solicitamos a cada órgão e agentes competentes, que tomem as providências com URGÊNCIA.

Nas águas da organização... pescando Vida e Dignidade!

Pastoral dos Pescadores/CPP-MG.

ANEXO I – Texto: “A importância das praças no cotidiano de uma cidade”

As praças estão entre os mais importantes espaços públicos, desde os tempos em que as urbes começaram a ser construídas. Desde as bem ajardinadas e até sofisticadas, até aquelas menores, nas comunidades mais simples, as praças são pontos de convergência para a população, local de lazer, encontros, comércio, eventos culturais, entre muitas outras atividades. [...]

A existência de praças públicas caracteriza o conceito de priorização da qualidade de vida da população. São espaços que, além de embelezarem a cidade, propiciam a melhoria da qualidade de vida dos moradores e visitantes, constituindo-se, sempre, em uma boa opção de lazer. É nas praças que é possível ver desde crianças correndo e brincando ao ar livre, aposentados batendo papo e lembrando velhas histórias, pessoas simplesmente passeando, até casais de namorados.

Quem se der ao trabalho de fazer uma revisão na história da humanidade, constatará que havia uma relação íntima entre homem e natureza e que o avanço tecnológico modificou essa relação, fazendo com que muito se perdesse do ponto de vista da qualidade ambiental. É nesse contexto que se resgata a importância das praças, no cotidiano das pessoas que vivem nas cidades.

Praças públicas interconectam padrões de ruas e cortes pequenos na malha urbana. Elas também têm um atributo de espaço cívico. Quando prósperas, elas agem como um espelho da cidade, contribuindo para a representação da verdadeira identidade do espaço urbano. O espaço representado pelas praças é livre para todas as pessoas.

O potencial de lazer das praças abrange as atividades de caráter coletivo ou individual. Estas atividades podem ocorrer simultaneamente, ou sobreporem-se aos diversos tempos do mesmo espaço. Já dissemos, mas não custa repetir, que na escala do individual e do cotidiano, pode-se observar a utilização das praças como lugar de descanso, de fruição da natureza, de caminhadas, de corridas, jogos, simples conversas e tantas outras atividades.

Como se pode observar, ao contrário do que possam pensar os críticos gratuitos à construção de praças públicas, elas são de suma importância para a vida de uma comunidade. [...]

A autoridade precisa cuidar melhor das praças da cidade. Afinal de contas, uma praça pode não significar nada para o prefeito, mas representa muito para a grande maioria dos cidadãos, que as tem, por vezes, como parte de suas próprias vidas. [...]

REFERÊNCIA

A IMPORTÂNCIA das praças no cotidiano de uma cidade. **O Debate**. Disponível em: http://www.odebateregional.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=7&Itemid=3¬=9441. Acesso em: 01 ago. 2019.

ANEXO J – Texto: “PMJP entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada”

A Prefeitura de João Pessoa entrega nesta quinta-feira (22), às 17 horas, a reurbanização da Praça Emerson Lucena, no Cristo Redentor, atendendo a reivindicações da comunidade carente de uma área coletiva para prática de esportes e atividades de lazer. O investimento foi de R\$ 166.830,00, dentro do Programa de Recuperação de Praças, Parques, Passeios e Jardins implantado pelo Governo Municipal, por meio das Secretarias de Planejamento (Seplan), Infraestrutura (Seinfra) e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), em diversos bairros da cidade.

A reurbanização da Praça Emerson Lucena, localizada na rua professora Luíza Fernandes Vieira, no Cristo, segue o padrão das praças recuperadas pela PMJP. Na área de 2.873 metros quadrados a população poderá contar com duas quadras, sendo uma de areia e outra poliesportiva; passarelas, bancos, brinquedos e mesas de jogos. Toda a iluminação pública ornamental e jardinagem também foram restauradas.

O objetivo do Governo Municipal é o resgate de ambientes coletivos que estimulem o convívio social de forma que seja incentivada a prática de esporte, lazer e cultura para todas as faixas etárias. Dentro dessa proposta, o Governo Municipal já restaurou mais de 30 praças. Em 2006 foi destinado R\$ 1,4 milhão, em 2007 saltou para R\$ 3,4 milhões. O contrato em execução, iniciado em 2008, é de aproximadamente R\$ 4,4 milhões.

REFERÊNCIA

PREFEITURA Municipal de João Pessoa entrega nesta quinta praça Emerson Lucena reurbanizada. Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-entrega-nesta-quinta-pracaemerson-lucena-reurbanizada/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

.

ANEXO K – Imagens panorâmicas da Praça Emerson Lucena datadas de 2011, extraídas do Google Maps



REFERÊNCIA

IMAGENS virtuais da praça Emerson Lucena, João Pessoa – PB. Captura da imagem, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-7.1631471,-34.8738764,3a,15y,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sSd1WVT2CNVlSjlJfzcZH7g!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em: 01 ago. 2019.

ANEXO L – Artigos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa e do Estatuto da Criança e do Adolescente

Constituição Federal

O direito ao lazer, à cultura, à saúde e ao esporte na Constituição Federal

Art. 6. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015);

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (EC no 65/2010)

O direito ao lazer, à cultura à saúde à convivência comunitária e ao esporte na Lei orgânica do município de João Pessoa

Artigo 5º. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem - estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...]

XXVIII- prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXXIX- promover os seguintes serviços:

[...]

e) serviços básicos de saúde pública e de medicina social;

f) serviços artísticos e culturais;

[...]

i) serviços de lazer, recreação e esportes;

Artigo 6º. É da competência administrativa comum do Município, da União e do estado, observada a lei complementar, o exercício das seguintes medidas:

[...]

V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Artigo 196. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e regional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Artigo 203. O Poder Público Municipal desenvolverá programas de incentivo e apoio às práticas desportivas, formais e não formais, como direito de todos.

Artigo 204. O Município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade mediante: I - reserva de espaços verdes ou livres; em forma de parques, bosques, jardins, praias e assemelhados como base física de recreação;

Artigo 205. Os serviços municipais de esportes e recreação articular-se-ão entre si com as atividades culturais.

Artigo 221. É dever da família, da sociedade e Município promover ações que visem a assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, além de colocá-la à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Artigo 208. [...] Parágrafo único - O Poder Executivo Municipal incentivará programas de lazer para os cidadãos, como forma de promovê-los socialmente.

O direito ao lazer, à cultura, à saúde, à convivência comunitária e ao esporte no Estatuto da Criança e do Adolescente

Artigo 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Artigo 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2018.

JOÃO PESSOA (PB). **Lei Orgânica do Município**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/legislacao/lei-organica-do-municipio/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

ANEXO M – Carta de denúncia de Ronaldo Tiradentes ao amigo Deodato



Manaus, 17 de março de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor

Dr. Francisco Deodato Guimarães

MD. Secretário Municipal de Saúde

Senhor Secretário,

Como é do seu conhecimento, a Rádio Tiradentes/CBN promoveu uma série de reportagens sobre o funcionamento das chamadas casinhas de saúde, dando ênfase a frequência e assiduidade dos médicos contratados pelo município.

Dentre as inúmeras irregularidades detectadas por nossa reportagem quanto à presença dos médicos nessas unidades, chamou a atenção o fato da médica Bianca Abinader Gavinho, nunca ter sido encontrada por nossa equipe de reportagem durante as visitas que fizemos, seja no Campo Dourado, em janeiro de 2010, no Morro da Liberdade, em setembro de 2010 ou na DISA LESTE, no início de março deste ano.

Chamou a atenção de nossa reportagem, o fato das ausências constantes da médica Bianca Abinader, coincidirem com sua permanente atuação nas redes sociais (Twitter e Facebook) serem permanentes, com mensagens postadas minuto a minuto, hora a hora, dando a entender que a mesma preferia a internet à atender os pacientes que a aguardavam nas filas dos postos de saúde.

Tento conhecimento de que a referida funcionária pública Bianca Abinader teria sido removida para a Unidade Amazonas Palhano, no São José, com carga reduzida para 4 (quatro) horas, esta emissora durante vários dias seguidos telefonou para a mencionada unidade, através do telefone 3644-9879.

A reportagem da CBN constatou que a médica Bianca Abinader nunca chega antes das 8 horas da manhã e nunca é encontrada após as 11 horas, permitindo a conclusão de que a citada funcionária trabalha menos de 3 (três) horas diárias, em que pese ter compromisso contratual de trabalhar 4 (quatro) horas diárias.

De posse destas informações, o jornalista signatário compareceu pessoalmente à Unidade Amazonas Palhano, de posse de uma câmara filmadora para confirmar as irregularidades quanto ao cumprimento de horário por parte da funcionária Bianca Abinader.

Conforme Vossa Excelência poderá constatar, na recepção da Unidade de Saúde, os funcionários ouvidos, em situação de flagrante, relataram o horário de trabalho da médica renitente em desrespeitar o contrato: Das 8 às 11 horas, ou seja, a médica diminui sua carga diária em 1 (uma) hora.

Na sequência da gravação com o pessoal da recepção, há uma entrevista com a diretora da Unidade, a qual se estorça para “justificar” a situação da médica Bianca Abinader, que na opinião dela “é a única que cumpre os horários”. Há também vários depoimentos de pessoas ouvidas na sala de espera, relatando casos graves de irregularidades na Unidade de Saúde.

Por fim, encaminhamos cópia do DVD com os depoimentos, para que Vossa Excelência, em nome do zelo no trato da coisa pública, possa apurar a conduta reincidente da médica Bianca Abinader, cotejando o depoimento dos funcionários da recepção, que afirmam uma carga de 3 horas diárias, com o da diretora da unidade que afirma que a carga diária é de 4 horas e, por fim, concluir, quem está falando a verdade.

Sem mais para o momento, apresentamos os votos de estima e elevada consideração.



Ronaldo Tiradentes

Diretor Executivo e de Jornalismo

Razão Social.: Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda
End.: Rua MN, nº 09 'A', Cj. Morada do Sol - Aleixo - Cep.: 69.060-067
Tel.: (92) 3616-3800 - Site.: www.cbnmanaus.com.br

ANEXO N – Carta de solicitação dos Moradores da Rua Jair dos Santos sobre o trânsito em Fortaleza

Fortaleza (CE), 12 de janeiro de 2010.

Ilm.º. Sr. Diretor do Departamento de Trânsito de Fortaleza:

Nós, moradores da Rua Jair dos Santos Meneghetti, há anos vimos enfrentando sérios problemas com o trânsito local. Como é de seu conhecimento, a Avenida Olímpio de Souza é uma das mais movimentadas de nossa cidade. Ela concentra um grande número de veículos – incluindo-se, além de automóveis, ônibus e caminhões –, já que conduz o fluxo tanto ao centro da cidade quanto às rodovias que levam a cidades vizinhas.

Mesmo havendo duas pistas em cada sentido da Avenida Olímpio, é comum alguns veículos, na altura do número 1.500, tomarem nossa rua como atalho. Isso se deve a duas razões: primeiramente porque, nos horários de pico, é normal o trânsito fluir mais lentamente: em segundo lugar porque, mais à frente, na altura do número 1700, existe um semáforo que sinaliza o cruzamento da Rua Sílvia Arante com a Olímpio. Os motoristas, quando estão na altura do número 1.500, conseguem avistar o semáforo e, se ele está fechado, não hesitam em tomar a Jair dos Santos como atalho e sair já no número 1.900 da Avenida Olímpio.

O resultado não poderia ser diferente: poluição do ar, barulho insuportável de motores e buzinas, riscos constantes para nossas crianças, insegurança, em virtude da constante circulação de pessoas estranhas ao local, má qualidade de vida.

Lembramos a V. S.^a que a Rua Jair dos Santos Meneghetti é predominantemente residencial e não comporta tal tipo de tráfego. Além disso, na campanha política do atual prefeito, que V. S.^a naturalmente apoiou, uma das propostas defendidas era a preservação da qualidade de vida da cidade. Eis uma oportunidade de concretizar essa proposta, tomando-se uma destas medidas práticas que ora sugerimos: a) Inverter a mão da Rua Jair dos Santos Meneghetti, que atualmente vai do número 01 para o número 225, ou b) Colocar três quebra-molas ou lombadas ao longo da Rua supracitada.

Acreditamos que a adoção de uma dessas soluções – que custariam pouco e poderiam ser efetivadas em no máximo dois dias – resolverá o problema de uma vez e conseguirá devolver-nos a tranquilidade que tínhamos no passado e a que temos direito ainda hoje. Para V.S.^a e para o Departamento que dirige, será também a oportunidade de se integrar às reais necessidades da população, cada vez mais conscientes de seus deveres e direitos.

Certos de sua atenção, agradecemos.

Moradores da Rua Jair dos Santos

ANEXO O – Carta de denúncia PI1

data / /
S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Prezados senhores do Ministério Público venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça emerson lucena, localizada no bairro cristo redentor.

A praça está deteriorada. É impossível os moradores locais e visitantes usufruírem do local, porque há muito lixo podendo trazer riscos a saúde da população a podagem das árvores foi feita recentemente, mas o lixo não foi recolhido e as árvores já estão grandes de novo.

As quadras utilizadas para práticas desportivas, não estão sendo mais usadas estão cheias de buracos as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço que poderia tá sendo utilizado está abandonado sujo destruído. Pedimos que a prefeitura tome providências e que percebam que a situação da praça está precária.

Atenciosamente moradora do Cristo.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Prezados senhores do Ministério Público venho aqui por meio dessa carta denunciar a atuação da prefeitura com a praça emerson lucena, localizada no bairro cristo redentor.

A praça está deteriorada. É impossível os moradores locais e visitantes usufruírem do local, porque há muito lixo podendo trazer riscos a saúde da população a podagem das árvores foi feita recentemente, mas o lixo não foi recolhido e as árvores já estão grandes de novo.

As quadras utilizadas para práticas desportivas, não estão sendo mais usadas estão cheias de buracos as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço que poderia tá sendo utilizado está abandonado sujo destruído. Pedimos que a prefeitura tome providências e que percebam que a situação da praça está precária.

Atenciosamente moradora do Cristo.

ANEXO P – Carta de denúncia PF1

data / /
 S T Q Q S S D

João Pessoa, 16 de Outubro de 2019.

Senhor Promotor,

Venho por meio desta carta denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Praça Emergen Tucena, que fica no Bairro Cristo Redentor, localizada na Rua Duísia Fernandes Vieira.

A praça apresenta vários problemas, sendo eles: quadras poliesportivas estão entulhadas, trilhos e redes não existem mais, não há máquinas para a prática de exercícios físicos, os brinquedos estão danificados e enferrujados. Além disso a iluminação pública não existe mais, a limpeza das vias e logradouros também não é feita.

Sendo assim, trazendo problemas para toda a comunidade e visitantes, as pessoas não podem usufruir do espaço por causa dos problemas apresentados, crianças são impedidas de brincar, causando danos muito grande a todos. Isso é muito grave.

Com esses fatos a Prefeitura contraria entre outros, a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, segundo o artigo 5º afirma: "Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; promover ben-

data / /
 S T Q Q S S D

serviços artísticos; serviços culturais, de lazer recreação e esportes.

Com vista desses fatos, peço encarecidamente que providências sejam tomadas, pois esses problemas na Praça estão sendo prejudiciais, tanto para a comunidade, como para visitantes. Os moradores e visitantes precisam desse ambiente para lazer, práticas desportivas e culturais, mas infelizmente isso não acontece.

Com votos de estima e elevada consideração

Moradora do Cristo Redentor

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor,

Venho por meio desta carta denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Praça Emerson Lucena que fica no Bairro Cristo Redentor, localizada na Rua Luísa Fernandes Vieira.

A praça apresenta sérios problemas, sendo eles: quadra poliesportivas estão esburacadas, traves e redes não existem mais, não há máquinas para a prática de exercícios físicos, os brinquedos estão danificados e enferrujados. Além disso a iluminação pública não exista mais, a limpeza das vias e logradouros também não é feita.

Sendo assim, trazendo problemas para toda a comunidade e visitantes, as pessoas não podem usufruir do espaço por causa dos problemas apresentados, crianças são impedidas de brincarem, causando danos muito grande a todos. Isso é muito grave.

Com esses fatos a Prefeitura contraria entre outros, a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, segundo o artigo 5º afirma: "Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; promover serviços artísticos; serviços culturais, de lazer recreação e esportes.

Em vista desses fatos, peço encarecidamente que providências sejam tomadas, pois esses problemas na Praça estão sendo prejudiciais, tanto para a comunidade, como para visitantes. Os moradores e visitantes precisam desse ambiente para lazer, práticas desportivas e culturais, mas infelizmente isso não acontece.

Com votos de estima e elevada consideração

Moradora do Cristo Redentor

ANEXO Q – Carta de denúncia PI2

data / /
 S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Prezados senhores do Ministério Público quero relatar a situação da Praça emerson lucena que está precisando de uma reforma para melhorar a praça e o bem-estar da comunidade. Na praça precisa limpar, tirar todos os entulhos de lixo podar as árvores mudar alguns brinquedos e colocar equipamentos para fazer exercícios físicos ajeitar a quadra que tem areia e a quadra de futsal que tem alguns buracos. Pedimos que o Senhor encontre uma solução para esses problemas.

Ass: moradora do Cristo

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Prezados senhores do Ministério Público quero relatar a situação da Praça emerson lucena que está precisando de uma reforma para melhorar a praça e o bem-estar da comunidade. Na praça precisa limpar, tirar todos os entulhos de lixo podar as árvores mudar alguns brinquedos e colocar equipamentos para fazer exercícios físicos ajeitar a quadra que tem areia e a quadra de futsal que tem alguns buracos. Pedimos que o senhor encontre uma solução para esses problemas.

Ass.: moradora do Cristo.

ANEXO R – Carta de denúncia PF2

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Senhor Promotor.

Sou morador do Bairro do Cristo, venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Camarões durante localizada na Rua Luiz Fernando Vieira a praça está praticamente abandonada pela Prefeitura de João Pessoa.

Os brinquedos estão quebrados, a quadra de futebol está com vários buracos, a quadra de areia está com lixeira e a mesa de jogos precisa de uma pintura. Precisa colocar novos equipamentos, limpar, tirar todos os entulhos, podar as árvores, pois as crianças não estão podendo brincar e nem os adultos podem fazer exercícios físicos. Achei que a comunidade não merece passar por uma situação dessa, mas a prefeitura não faz nada para resolver.

Com esses acontecimentos a prefeitura descumpra entre outras a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, de acordo com o artigo 5º "Ao município compete prover tudo quanto diga respeito ao peculiar interesse de sua população".

Com esta carta gostaria que fosse encontrada uma solução para esses problemas.

Agradeço pela atenção.

Morador do Bairro do Cristo Redentor

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor

Sou morador do Bairro do Cristo, venho por meio dessa carta denunciar os problemas da Praça Emerson Lucena localizada na Rua Luiza Fernandes Vieira a praça está praticamente abandonada pela Prefeitura de João Pessoa.

Os brinquedos estão quebrados, a quadra de futsal está com vários buracos, a quadra de areia está com lixo e a mesa de jogos precisa de uma pintura. Precisa colocar novos equipamentos, limpar, tirar todos os entulhos, podar as árvores, pois as crianças não estão podendo brincar e nem os adultos podem fazer exercícios físicos. Acho que a comunidade não merece passar por uma situação dessa, mas a prefeitura não faz nada para resolver.

Com esses acontecimentos a prefeitura descumpre entre outras a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, de acordo com o artigo 5º “Ao município compete prover tudo quanto diga respeito ao peculiar interesse de sua população”.

Com esta carta gostaria que fosse encontrada uma solução para esses problemas.

Agradeço pela atenção.

Morador do Bairro do Cristo Redentor.

ANEXO S – Carta de denúncia PI3

João Pessoa, 2 de setembro de 2019
 Pregados membros do Ministério Público

Pleno atencioso dessa carta para denunciar a Prefeitura Municipal de João Pessoa, que não está cumprindo o artigo 208 [...] O poder Executivo Municipal incentiva programas de lazer para os cidadãos, como forma de promover os. A praça Emerson Suelene, localizada no bairro Cristo Redentor, está abandonada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

A comunidade em si, não está tendo uma área de lazer, como deveria ter. A praça está destruída. A comunidade não pratica mais esportes, também não está segura naquele local pois carros estão sendo entalhados. Na praça grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, está deixando muito a desejar. Como diz, no artigo 5º do Município compete promover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população. Cabe-lhe, privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...] XXVIII Promover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, promoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

XXIX - Promover os seguintes serviços:

[...] f) Serviços artísticos e culturais;

[...] i) Serviços de lazer, recreação e esportes. A Prefeitura Municipal de João Pessoa está violando os direitos da Comunidade. Espero que medidas sejam tomadas em breve.

Atenciosamente,

Morador do bairro Cristo Redentor

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Venho através dessa carta para denunciar a Prefeitura Municipal de João Pessoa, que não está cumprindo o artigo 208[...] o poder Executivo Municipal incentivará programas de lazer para os cidadãos, como forma de promovê-los. A praça Emerson Lucena, localizada no bairro Cristo Redentor, está abandonada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

A comunidade em si, não está tendo uma área de lazer, como deveria ter. A praça está destruída. A comunidade não pratica mais esporte também não está segura naquele local pois árvores estão caindo entulho alheio na praça grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, está deixando muito a desejar.

Como diz no artigo 5º Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...]

XXVIII – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

XXVIX – Promover os seguintes serviços:

[...]

f) Serviços artísticos e culturais;

[...]

i) Serviços de lazer, recreação e esportes.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa está violando os direitos da comunidade. Espero que medidas sejam tomadas em breve.

Atenciosamente,

Morador do bairro Cristo Redentor.

ANEXO T – Carta de denúncia PF3 (selecionada pelos alunos e enviada ao MPPB)

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Senhor Promotor,

Sou morador (a) do bairro do Cristo Redentor, venho através dessa carta denunciar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa abandonou totalmente a Praça Emerson Lucena, localizada na rua Luiza Fernandes Oliveira.

O local está com vários problemas estruturais, tais como grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva, as telas das quadras estão completamente desgastadas, os brinquedos recreativos estão fragmentados, a detritagem está desagradável, entulho alheio entre outros.

Assim, a comunidade não está tendo, uma área de lazer, o lixo acumulado está deixando os moradores dos redondezas poluído, a falta de iluminação está deixando o local mais perigoso.

Portanto, a Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando a desejar em relação à segurança, saúde, lazer na Praça Emerson Lucena. Isso contraria a Lei Orgânica do Município.

O Artigo 5º afirma: "O Município compete prover a tudo quanto

digam respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe prioritariamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...]

i) Serviços de lazer, recreação e esportes.
 Em vista desses fatos, espero que medidas sejam tomadas o quanto antes. Espero que a Comunidade possa ter uma área de lazer adequada novamente.

Cordiais saudações,
 Morador(a) do Bairro Cristo Redentor

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor,

Sou morador (a) do bairro do Cristo Redentor, venho através dessa carta denunciar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa abandonou totalmente a Praça Emerson Lucena, localizada na rua Luíza Fernandes Vieira.

O local está com vários problemas estruturais, tais como grandes buracos na superfície da quadra poliesportiva, as telas das quadras estão completamente desgastadas, os brinquedos recreativos estão fragmentados, a eletricidade está desagradável, entulho alheio entre outros.

Assim, a comunidade não está tendo, uma área de lazer, o lixo acumulado está deixando os moradores das redondezas doente, a falta de iluminação está deixando o local mais perigoso.

Portanto, a Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando a desejar em relação à segurança, saúde, lazer na Praça Emerson Lucena. Isso contraria a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que, de acordo com o artigo 5º afirma: "Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...]

XXVIII – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

XXVIX – Promover os seguintes serviços:

[...]

i) Serviços de lazer, recreação e esportes.

Em vista desses fatos, espero que medidas sejam tomadas o quanto antes. Espero que a comunidade possa ter uma área de lazer adequada novamente.

Cordiais saudações,

Morador(a) do bairro Cristo Redentor

ANEXO U – Carta de denúncia PI4

data / /
 S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Peço por essa carta que resolva o problema da praça emerson lucena na praça Emerson Lucena está em péssimo estado lixo e inseto por todo lado transmitindo doenças quadra poliesportiva está em mal estado a quadra está quebrada o piso está rachado as traves estão tudo quebrada os bancos estão quebrados os brinquedos estão todos quebrados a praça está toda suja a praça também está precisando de uma reforma tudo está quebrado a praça hoje está abandonada por falta de reforma e limpeza as telas das quadras estão tudo quebradas a quadra está precisando mesmo de uma reforma não tem mais mesa de jogos a quadra está toda quebrada não podemos mais praticar esportes por que as quadras estão todas com o piso rachado a praça emerson lucena está precisando de uma reforma por favor preciso que vocês leia essa carta.

Moradores do bairro do Cristo

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Peço por essa carta que resolva o problema da praça emerson lucena na praça Emerson Lucena está em péssimo estado lixo e inseto por todo lado transmitindo doenças quadra poliesportiva está em mal estado a quadra está quebrada o piso está rachado as traves estão tudo quebrada os bancos estão quebrados os brinquedos estão todos quebrados a praça está toda suja a praça também está precisando de uma reforma tudo está quebrado a praça hoje está abandonada por falta de reforma e limpeza as telas das quadras estão tudo quebradas a quadra está precisando mesmo de uma reforma não tem mais mesa de jogos a quadra está toda quebrada não podemos mais praticar esportes por que as quadras estão todas com o piso rachado a praça emerson lucena está precisando de uma reforma por favor preciso que vocês leia essa carta.

Moradores do bairro do Cristo

ANEXO V – Carta de denúncia PF4

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Senhor Promotor,

Sou um morador do bairro do Cristo redentor vim aqui através dessa carta fazer uma denúncia sobre o problema da praça Emerson Lucena localizada no bairro do Cristo na rua Luiza Ferraz de Almeida, o responsável pelo problema é a Prefeitura municipal de João Pessoa.

A praça está em péssimo estado a quadra poliesportiva não está prestando, para praticar esportes as grades estão sendo seguradas por um fio de energia os brinquedos estão todos enferrujados as ferraduras estão toda cheia de vidro além disso por não haver poda dos árvores as folhas tão caindo tudo e as calçadas não existem mais.

De acordo com esses fatos é visível várias consequências: a saúde, acúmulo de lixo falta de saneamento básico o ambiente da praça está fazendo mal aos moradores do bairro por conta do péssimo estado que a praça tá as pessoas podem ficar doente por conta do lixo acumulado os insetos podem transmitir doenças por conta do mal estado da praça.

De acordo com a lei orgânica do município de João Pessoa, conforme o artigo 5º "ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente dentre outras as seguintes atribuições:

[...]

XXVIII - Prover sobre a limpeza das ruas e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

XXVIX - Promover os seguintes serviços:

[...]

f) Serviços artísticos e culturais;

[...]

i) Serviços de lazer, recreação e esportes.

Cordialmente busco por esta ação de vir através desta carta à procura do apoio de vossa excelência a ponto de obter providências para solucionar o problema por meio de uma reforma.

Despeço-me com votos de estima à espera de medidas,

Morador do bairro do cristo redentor

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor,

Sou um morador do bairro do Cristo redentor vim aqui através dessa carta fazer uma denúncia sobre o problema da praça Emerson Lucena localizada no bairro do Cristo na rua luiza Fernandes vieira, o responsável pelo problema é a Prefeitura municipal de João Pessoa.

A praça está em péssimo estado a quadra poliesportiva não está prestando para praticar esportes as traves estão sendo seguradas por um fio de energia os brinquedos estão todos enferrujados as passarelas estão todas quebradas os bancos não estão mais prestando para se sentar a quadra de areia tá toda cheia de vidro além disso por não haver poda das árvores as folhas tão sujando tudo e as calçadas não existem mais.

De acordo com esses fatos é visível várias consequências: a saúde, acúmulo de lixo falta de saneamento básico o ambiente da praça está fazendo mal aos moradores do bairro por conta do péssimo estado que a praça tá as pessoas podem ficar doente por conta do lixo acumulado os insetos podem transmitir doenças por conta do mal estado da praça.

De acordo com a lei orgânica do município de João Pessoa, conforme o artigo 5º “ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe privadamente dentre outras as seguintes atribuições:

[...]

XXVIII – Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

XXVIX – Promover os seguintes serviços:

[...]

f) Serviços artísticos e culturais;

[...]

i) Serviços de lazer, recreação e esportes.

Cordialmente busco por esta ação de vir através desta carta à procura do apoio de vossa excelência a ponto de obter providências para solucionar o problema por meio de uma reforma.

Despeço-me com votos de estima à espera de medidas,

Morador do bairro do cristo redentor

ANEXO W – Carta de denúncia PI5

data / /
 S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019

Prezados Senhores do ministério público venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à praça Emerson lucena localizada no bairro do Cristo redentor. A praça está com bastante lixo e resíduos da natureza que, de acordo com o artigo 5º da Constituição federal tem o dever de prover a limpeza das vias e logradouros públicos e a remoção e destino do lixo e os problemas da praça não param por aí, pois os brinquedos, a caixa de areia e a quadra esportiva estão em péssimas condições para ser usufruídos. Espero que essa carta chegue a vocês e o problema seja resolvido o mais rápido possível desde já agradecemos a compreensão dos Senhores. Assinado Morador preocupado com a praça.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Prezados Senhores do ministério público venho por meio dessa carta informar problemas relacionados à praça Emerson lucena localizada no bairro do Cristo redentor. A praça está com bastante lixo e resíduos da natureza que, de acordo com o artigo 5º da Constituição federal tem o dever de prover a limpeza das vias e logradouros públicos e a remoção e destino do lixo e os problemas da praça não param por aí, pois os brinquedos, a caixa de areia e a quadra esportiva estão em péssimas condições para ser usufruídos. Espero que essa carta chegue a vocês e o problema seja resolvido o mais rápido possível desde já agradecemos a compreensão dos senhores. Assinado Morador preocupado com a praça.

ANEXO X – Carta de denúncia PF5

data / /
 S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019

Senhor Promotor,

Sou morador do Bairro do Cristo Redentor e estou enviando esta carta para denunciar a situação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena.

Ela está com bastante lixo e resíduos, as quadras poliesportivas estão esburacadas, com furos e as grades soltas, além dos brinquedos quebrados, sem pinturas e manutenções.

Com isso as pessoas não impossibilitadas de Práticas de Exercícios físicos de ter um lazer assim desmotivando as pessoas de irem à praça, as crianças não podem brincar, pois têm um grande risco de se machucarem. Ou seja, o ambiente está em péssimas condições para ser usufruído.

Por meio desses acontecimentos, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, por conta a lei orgânica do município de João Pessoa que, de acordo com o artigo 204, afirma: "O município proporcionará meios de recreação física e constante à comunidade mediante: I - reserva de espaços verdes em livres; em forma de parques, bosques, jardins, praças e semelhantes como base física de recreação".

data / /
 S T Q Q S S D

Assim, em vista desses fatos, solicito providências com urgência, espero resultados positivos e que a praça se torne um lugar seguro tanto para o lazer, como para a prática de exercícios físicos.

Com votos de estima e elevada consideração despeço-me,

Morador do Bairro do Cristo preocupado com a praça

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor,

Sou morador do Bairro do Cristo Redentor e estou enviando essa carta para denunciar o abandono da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça Emerson Lucena.

Ela está com bastante lixo e resíduos, as quadras poliesportivas estão esburacadas, com ferrugens e as traves soltas, além dos brinquedos quebrados, sem pintura e manutenção.

Com isso as pessoas são impossibilitadas de práticas de exercícios físicos de ter um lazer, assim desmotivando as pessoas de irem à praça, as crianças não podem brincar, pois têm um grande risco de se machucar. Ou seja, o ambiente está em péssimas condições para ser usufruído.

Por meio desses acontecimentos a prefeitura Municipal de João pessoa age contra a lei orgânica do município de João pessoa que, de acordo com o artigo 204, afirma: "o município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade mediante: I - reserva de espaços verdes ou livres; em forma de parques, bosques, jardins, praias e assemelhados como base física de recreação".

Assim, em vista desses fatos, solicito providências com urgência, espero resultados positivos e que a praça se torne um lugar seguro, tanto para o lazer, como para a prática de exercícios físicos.

Com votos de estima e elevada consideração despeço-me,

Morador do Bairro do Cristo preocupado com a praça

ANEXO Y – Carta de denúncia PI6

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Caros senhores nós queremos que consertasse a praça tá um lixo tem mato dentro da quadra de areia e também a quadra de futebol tem buraco dentro da quadra todo mundo leva tapada eu mesma já levei eu queria muito que o senhor construíssem a praça limpa que se ajeitasse os balanços o escorrego a gangorra ajeitasse e limpasse as árvores e também o calçamento.

Moradora do Cristo.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Caros senhores nós queremos que consertasse a praça tá um lixo tem mato dentro da quadra de areia e também a quadra de futebol tem buraco dentro da quadra todo mundo leva tapada eu mesma já levei eu queria muito que o senhor construíssem a praça limpa que se ajeitasse os balanços o escorrego a gangorra ajeitasse e limpasse as árvores e também o calçamento.

Moradora do Cristo

ANEXO Z – Carta de denúncia PF6

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019

Senhor Promotor,

Venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça emerson Lucena localizada no Bairro do Cristo Redentor na Rua Luíza Fernandes Vieira.

Nós queremos que consertasse a quadra de areia, a quadra de futebol, colocasse tela nas duas quadras, ajeitasse a gangorra, o escorrego e que limpasse a praça.

A quadra não tem tela a quadra de areia tem lixão com vidro a quadra de futebol tem um buraco falta de calçamento não tem a gangorra falta ferro pra segurar o balanço tá quebrado as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado e está abandonado, sujo, destruído.

A Prefeitura contraria a Constituição Federal que no artigo 215 afirma: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Assim, solicito providências para a praça e espero que medida seja tomada.

Respeitosamente,

Moradora do Cristo

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor,

Venho aqui por meio desta carta pedir encarecidamente que os senhores tomem uma providência para organizar a praça emerson Lucena localizada no Bairro do Cristo Redentor na Rua Luíza Fernandes Vieira.

Nós queremos que consertasse a quadra de areia, a quadra de futebol, colocasse tela nas duas quadras, ajeitasse a gangorra, o escorrego e que limpasse a praça.

A quadra não tem tela a quadra de areia tem lixão com vidro a quadra de futebol tem um buraco falta de calçamento não tem a gangorra falta ferro pra segurar o balanço tá quebrado as traves estão enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado e está abandonado sujo, destruído.

A Prefeitura contraria a Constituição Federal que no artigo 215 afirma: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Assim, solicito providências para a praça e espero que medida seja tomada.

Respeitosamente,
Moradora do Cristo

ANEXO AA – Carta de denúncia PI7

data / /
 S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019

Prezado Ministério Público, eu venho lhe comunicar que a praça emerson lucena está a precisar de uma reforma rápida. vocês precisam podar as árvores as quadras estão destruídas os brinquedos estão todos quebrados as passarelas estão precisando de reforma e lá está cheio de mato e lixo causa doenças que prejudicam a saúde. Nós precisamos que vocês tomem providências.

Atenciosamente,
 Moradora do Cristo

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Prezado Ministério Público, eu venho lhe comunicar que a praça emerson lucena está a precisar de uma reforma rápida vocês precisam podar as árvores as quadras estão destruídas os brinquedos estão todos quebrados as passarelas estão precisando de reforma e lá está cheio de mato o lixo causa doenças que prejudicam a saúde.

Nós precisamos que vocês tomem providências.

Atenciosamente,

Moradora do Cristo

ANEXO BB – Carta de denúncia PF7

data / /

S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019

Senhor Promotor,

Resido no bairro do Cristo Redentor, estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena localizada na rua Luíza Fernandes Vieira.

As quadras utilizadas para práticas desportivas não estão sendo usadas, pois estão cheias de buracos, as brevas encontram-se enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado como área de lazer, mas está abandonado, sujo e destruído. Além disso, a iluminação, passarelas e a área de lazer está precisando de reformas.

O lixo facilita a proliferação de doenças e pragas que são altamente prejudiciais à saúde. A falta de iluminação e segurança no local vem ocasionando em muitos assaltos. A Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando muito a desejar em relação à segurança, saúde, manutenção e lazer na praça Emerson Lucena. Com isso não cumpre a Lei Orgânica do Município de João Pessoa que no artigo 5º afirma: "Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...]

XXVIII - prover sobre a limpeza das vias

data / /
S T Q Q S S D

e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXXIX - promover os seguintes serviços:

[...]

f) serviços artísticos e culturais;

[...]

i) serviços de lazer, recreação e esportes;

É preciso que providências de extrema urgência sejam tomadas, pois existem riscos e essa reforma traria muitos benefícios para os moradores do bairro do Cristo Redentor.

Despeço-me,
Moradora do bairro do Cristo Redentor.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor,

Resido no bairro do Cristo Redentor, estou enviando esta carta para denunciar a atuação da Prefeitura com a praça Emerson Lucena localizada na rua Luiza Fernandes Vieira.

As quadras utilizadas para práticas desportivas não estão sendo usadas, pois estão cheios de buracos, as traves encontra-se enferrujadas e podem cair a qualquer momento. O espaço poderia tá sendo utilizado como área de lazer, mas está abandonado, sujo e destruído. Além disso, a iluminação, passarelas e a área de lazer está precisando de reformas.

O lixo facilita a proliferação de doenças e pragas que são altamente prejudiciais a saúde. A falta de iluminação e segurança no local vem ocasionando em muitos assaltos. A Prefeitura Municipal de João Pessoa está deixando muito a desejar em relação à segurança, saúde, manutenção e lazer na praça Emerson Lucena. Com não cumpre a Lei orgânica do Município de João Pessoa que no artigo 5º afirma: "Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse a ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...]

XXVIII- prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXXIX- promover os seguintes serviços:

[...]

f) serviços artísticos e culturais;

[...]

i) serviços de lazer, recreação e esportes;

É preciso que providências de extrema urgência sejam tomadas, pois existem riscos e essa reforma traria muitos benefícios para os moradores do bairro do Cristo Redentor.

Despeço-me,

Moradora do bairro do Cristo Redentor

ANEXO CC – Carta de denúncia PI8

João Pessoa, 02 de novembro 2019

Olá sou um anônimo. Que vem denunciar uma praça, o nome da praça é Emerson Lucena do bairro Cristo Redentor.

No dia 07/08/19 eu fui conhecer a praça emerson lucena, a praça estava acabada a gangorra estava enferrujada pronta para qualquer criança brincar na gangorra Pegar uma doença o balanço também está enferrujado o escorrego está sujo fedendo a trave dos gols da praça estão sendo seguradas por galhos que os próprios moradores botaram.

Atenciosamente moradores do bairro do cristo.

Joao Pessoa, 02 de novembro de 2019

Olá sou um anônimo. Que vem aqui denunciar uma praça, o nome da praça é Emerson Lucena do bairro do Cristo Redentor.

No dia 07/08/19 eu fui conhecer a praça emerson lucena, a praça estava acabada a gangorra estava enferrujada pronta para qualquer criança brincar na gangorra pegar uma doença o balanço também está enferrujado o escorrego está sujo fedendo a trave dos gols da praça estão sendo seguradas por galhos que os próprios moradores botaram.

Atenciosamente moradores do bairro do cristo.

ANEXO DD – Carta de denúncia PF8

João Pessoa, 2 de novembro
de 2019

Senhor Promotor,

Sou um morador do bairro do Cristo Redentor e estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da Praça Emerson Lucena, localizada na Rua Luiz Fernandes Vieira, que está ficando cada vez mais acabada porque a Prefeitura Municipal de João Pessoa construiu a Praça e a deixou de lado.

No dia 07/08/19 fui conhecer a Praça Emerson Lucena. Ela estava em péssimas condições, por exemplo: a gangorra está enferrujada, as travessas estão sendo seguradas por troncos de árvore que os próprios moradores botaram e todo o local está sujo e fedido.

Com esses problemas sempre tem consequências como por exemplo: o lixo atrai animais, doenças, muito fedor, o lazer dos moradores está acabando por conta da travessa quebrada e buracos na quadra que qualquer pessoa pode cair lá.

Como diz no artigo 5º "o município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua

População, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

XXVIII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos.

Espero que com esta carta as situações da praça melhore como: a trave quebrada, os buracos na quadra e o lixo. E eu espero que construam uma pequena academia e um espaço para teatro.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,
Morador do bairro Cristo Redentor.

Joao Pessoa, 02 de novembro de 2019

Senhor Promotor,

Sou um morador do bairro do Cristo Redentor e estou escrevendo esta carta para denunciar a situação da praça Emerson Lucena, localizada na Rua Luiza Fernandes Vieira, que está ficando cada vez mais acabada porque a Prefeitura Municipal de João Pessoa construiu a praça e a deixou de lado.

No dia 07/08/19 fui conhecer a praça Emerson Lucena. Ela estava em péssimas condições, por exemplo: a gangorra está enferrujada, as traves estão sendo seguradas por troncos de árvore que os próprios moradores botaram e todo o local está suja e fedendo.

Com esses problemas sempre tem consequências como por exemplo: o lixo trás animais, doenças, muito fedor; o lazer dos moradores está acabando por conta da trave quebrada e buracos na quadra que qualquer pessoa pode cair lá.

Como diz no artigo 5º "ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

XXVIII – prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos.

Espero que com esta carta as situações da praça melhore como: a trave quebradas, os buracos na quadra e o lixo. E eu espero que construam uma pequena academia e um espaço para teatro.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

Morador do bairro Cristo Redentor.

ANEXO EE – Carta de denúncia PI9

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019

Lhe envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson Lucena no bairro do cristo redentor.

A praça se encontra em pessimo estado, com os brinquedos quebrados, alguns buracos na quadra, lixo espalhado por vários locais da praça, vem sendo utilizada para o consumo de drogas ilícitas, a praça é conhecida como "Praça da maconha" por conta disso.

Então lhe peço que façam uma reforma na praça. Será um grande benefício para os moradores do bairro Cristo Redentor.

Moradores do bairro Cristo Redentor.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Lhe envio essa carta para informar os problemas da praça Emerson lucena no bairro do cristo redentor.

A praça se encontra em péssimo estado, com os brinquedos quebrados, alguns buracos na quadra, lixo espalhado por vários locais da praça, vem sendo utilizada para o consumo de drogas ilícitas, a praça é conhecida como "Praça da maconha" por conta disso.

Então lhe peço que façam uma reforma na praça. Será um grande benefício para os moradores do bairro Cristo Redentor.

Moradores do bairro Cristo Redentor

ANEXO FF – Carta de denúncia PF9

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019

Senhor Promotor,

Sou uma moradora do Bairro do Cristo Redentor e estou preocupada com a situação em que se encontra a praça Emerson Luena, localizada na rua Lima Fernandes esquina e envio esta carta para denunciar a falta de atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a praça.

Ela encontra-se em péssimo estado. Os brinquedos estão quebrados, há buracos por várias partes da quadra poliesportiva, lixo espalhado por vários locais e, por isso o espaço é inseguro e conhecido como "Praça da Marmelada".

Por conta disso a comunidade vem sendo muito prejudicada pois as pessoas não podem se divertir livremente, não podendo usar a quadra.

A Prefeitura desrespeita a lei, órgão do município de João Pessoa que de acordo com o artigo 205 afirma: "Os serviços municipais de esportes e recreação artísticos se dão entre si com as atividades culturais."

Em vista destes fatos espero que os problemas sejam resolvidos.

Respeitosamente

Moradora do Bairro do Cristo

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor,

Sou uma moradora do Bairro do Cristo Redentor e estou preocupada com a situação em que se encontra a praça Emerson Lucena, localizada na rua Luísa Fernandes Vieira e envio esta carta para denunciar a falta de atuação da Prefeitura de João Pessoa com a praça.

Ela encontra-se em péssimo estado. Os brinquedos estão quebrados, há buracos por várias partes da quadra poliesportiva, lixo espalhado por vários locais e, além disso, a praça vem sendo utilizada para uso de drogas ilícitas e, por isso o espaço é conhecido como “Praça da Maconha”.

Por conta disso a comunidade vem sendo muito prejudicada pois as pessoas não podem se divertir livremente, não podemos usar a quadra.

A prefeitura desrespeita a lei orgânica do município de João Pessoa que de acordo com o artigo 205 afirma: “Os serviços municipais de esportes e recreação articular-se-ão entre si com as atividades culturais.

Em vista destes fatos espero que os problemas sejam resolvidos.

Respeitosamente,

Moradora do Bairro do Cristo

ANEXO GG – Carta de denúncia PI10

data / /
 S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019.

Estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena, pois uma praça tem que está em bom estado para todos da comunidade. A praça Emerson de lucena precisa de atenção e cuidado público, eu acho que a praça deve melhorar em limpeza e reforma do piso e da quadra. Esses problemas prejudicam os moradores.

Muito obrigado pela atenção, espero que possamos tomar providências.

Moradora do bairro do Cristo Redentor

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Estou fazendo essa carta para solicitar sua atenção sobre o estado da praça emerson lucena, pois uma praça tem que está em bom estado para todos da comunidade. A praça Emerson Lucena precisa de atenção e cuidado público, eu acho que a praça deve melhorar em limpeza e reforma do piso e da quadra. Esses problemas prejudicam os moradores.

Muito obrigado pela atenção, espero que possamos tomar providências.

Moradora do bairro Cristo Redentor

ANEXO HH – Carta de denúncia PF10

S T Q Q S S D

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019.

Senhor Promotor,

Eu, uma moradora do Cristo, estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça, Emerson Lucena, que fica no bairro do Cristo, na rua Luiza Fernandes Pereira, pois a praça não está recebendo os cuidados adequados pela Prefeitura.

O lugar está com brinquedos quebrados, a maioria da área da praça está com muito lixo, galhos de árvores pelo chão e a mesa de jogos precisa muito de uma pintura.

Esses problemas trazem graves consequências para os moradores, isso afeta a praça de lazer, dos esportes, da cultura e da saúde também (muito lixo).

A prefeitura contraria, entre outros, a lei da Constituição Federal que rege o artigo 205, afirma: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Assim, solicito providências para esses problemas e espero que medidas sejam tomadas.

Agradeço desde já pela atenção.

Moradora do Cristo

João Pessoa, 02 de setembro de 2019

Senhor Promotor,

Eu, uma moradora do Cristo, estou escrevendo essa carta para denunciar os problemas da praça emerson lucena, que fica no bairro do Cristo, na rua Luísa Fernandes Vieira, pois a praça não está recebendo os cuidados adequados pela prefeitura.

O lugar está com brinquedos quebrados, a maioria da área da praça está com muito lixo, galhos de árvores pelo chão e a mesa de jogos precisa muito de uma pintura.

Esses problemas trazem graves consequências para os moradores, isso afeta a área do lazer, dos esportes, da cultura e da saúde também (muito lixo).

A prefeitura contraria, entre outras, a lei da Constituição Federal que, segundo o artigo 205, afirma: “O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Assim, solicito providências para esses problemas e espero que medidas sejam tomadas.

Agradeço desde já pela atenção,

Moradora do Cristo

ANEXO II – Cópia do site do MPPB momentos antes do envio da carta de denúncia escolhida ser enviada



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

Enviar Manifestação

Dados da Manifestação:

Selecione um tipo de manifestação

Denúncia

Mensagem

João Pessoa, 02 de dezembro de 2019

Senhor Promotor,

Sou morador (a) do bairro do Cristo Redentor, venho através

Outros Órgãos que esta manifestação foi realizada

Nenhum.

Sigilo

☒ Marque aqui para manter sob sigilo os seus dados de identificação. A justificativa de sigilo será analisada pela ouvidoria

Anônimo

☒ Marque aqui para não fornecer informações pessoais. Não será possível o recebimento de respostas da manifestação na escolha de anonimato

Justificativa do sigilo

O remetente é menor de dezoito anos.

Enviar Cancelar

Fonte: Ministério Público da Paraíba. **Ouvidoria.**

Observação: para acessar a carta enviada ao MPPB, vide ANEXO “S”